

27 yno

Yolanda

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. II

1941



IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1943

17/11/95

BIBLIOTECA

17 / 1995

doação Fundação EMAÚS

SUMÁRIO

- GUSTAVO BARROSO — "A Caricatura Inglesa no Museu 'Histórico'".
EDGAR DE ARAUJO ROMERO — "O Estado do Maranhão e o seu meio circulante".
MENEZES DE OLIVA — "Tentativa de classificação dos balangandans".
ANGYONE COSTA — "Ladislau Neto".
LUIZ MARQUES POLIANO — "Ordens honoríficas do Governo Provisório".
ALFREDO SOLANO DE BARROS — "Estudo crítico e doutrinário sobre Medalhas Militares Brasileiras".
PAULO OLINTO — "Uma jóia da armaria".
NAIR DE MORAIS CARVALHO — "Os painéis dos antigos Passos da Baía".
YOLANDA MARCONDES PORTUGAL — "A cerâmica na numismática".
JENNY DREYFUS — "A sigilografia no Museu Histórico".
ALFREDO TEODORO RUSINS — "As carruagens imperiais do Brasil".
NILZA BOTELHO — "A medalha da Passagem de Humaitá".
OTAVIA DE CASTRO CORRÊA — "O Baile da Ilha Fiscal".
FORTUNÊE LEVY — "A circulação fiduciária no Distrito Diamantino".
ADOLFO DUMANS — "O Marechal Barão de Taquari".
MARIO BARATA — "O problema da Primeira Casa da Moeda do Brasil".

APÊNDICE :

- GUSTAVO BARROSO — HISTÓRIA E TRADIÇÃO :
- 1 — As armas dos Góis no Museu Histórico.
 - 2 — Oratórios coloniais.
 - 3 — A Fôrça do Tiradentes.
 - 4 — O assassinio de Damião de Góis.
 - 5 — O Rei da Patagônia.
 - 6 — O Libertador de Anahuac.
- G. B. — Um capítulo de arte popular.
- C. X. — Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto.
- A. SOLANO DE BARROS — Gravadores e abridores de cunho :
- I — Gravadores da Imprensa Régia.
 - II — Abridores de cunhos nas Casas da Moeda Portuguesas.
- MUSEU HISTÓRICO — Dois canhões históricos.
- Uma peça admiravel.
 - Reliquia dos tempos coloniais.
 - Relação da Guerra da Nova Colônia do Sacramento.

A CARICATURA INGLESA NO MUSEU HISTÓRICO

Em suas vastas e preciosas coleções, o Museu Histórico possui duas caricaturas inglesas verdadeiramente típicas, que merecem um estudo especial. Ambas tiradas do livro de A. P. D. G. "Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume and Character", publicado em Londres no ano de 1826.

Uma delas traz impressa a seguinte legenda: *Court-Day at Rio*, que se pode traduzir como *Dia de recepção na Côrte do Rio de Janeiro*. É a cerimônia do chamado *Beija-Mão* no nosso Paço da Cidade, ao tempo d'El-Rei D. João VI. A outra intitula-se: *Slave-chop at Rio. A Minas merchant bargaining*, e representa um armazem ou depósito de escravos africanos, onde um negociante mineiro examina a peça que deseja comprar.

São ambas litografias coloridas com as dimensões de 9,5 x 15 cm, primorosamente desenhadas, de composição agradável e com os pontos ridículos das figuras humanas e do próprio ambiente admiravelmente sublinhados. Há nelas um ar de ingenuidade disfarçando o amargor da causticidade e de certa brutalidade na crítica, característicos esses que as tornam exemplares altamente representativos do estilo caricatural inglês.

Sente-se nelas, ao mesmo tempo, um como *senso filosófico*, isto é, o alcance da crítica além das pessoas, ferindo a própria sociedade em geral, através das cenas e episódios em que as personagens se apresentam com sua aparência ridiculizada e se destacam num jogo habil de contrastes.

A caricatura inglesa, aliás, desde a origem se reveste com tais característicos, já manifestados como uma tendência clara nos desenhos caricaturais de Hogarth, considerado seu criador.

Estudando a caricatura na Inglaterra, Victor Champier diz : "Os caricaturistas ingleses gozam a reputação de cruéis e violentos".

No começo do século XIX, eles costumavam assim estigmatizar os costumes sociais e políticos, tanto de seu próprio país como dos países estrangeiros. Note-se bem : os costumes e não propriamente as pessoas. Para verificar isso, basta examinar os trabalhos dos mais notáveis caricaturistas ingleses que floresceram de fins do século XVIII, em plena Revolução Francesa, até o primeiro quartel do século seguinte, quase todos eles mobilizados para atacar impiedosamente tanto aquela Revolução como o seu sucessor, Bonaparte, o Ogre da Córsega : Seymour, Bunbury, Sayer e o terrível Gillray, que se encarniçou contra Napoleão, Sheridan, Fox e o próprio Rei Jorge III.

Das últimas décadas do século XVIII a 1830, a caricatura inglesa evoluiu no sentido de por sempre em relevo os caracteres, com verdadeira penetração psicológica e extraordinária facilidade em apanhar a feição ridícula das coisas, como, num verso famoso, preceituava Lord Byron : "Ríamos de todas as coisas, porque, afinal, tudo, se se verificar bem, não passa duma comédia".

Em verdade, de modo geral, salvo as exceções a fazer, *exceptis excipiendis*, a caricatura inglesa visou sempre mais a vida em si, do que a política e os políticos. Daí sua contínua especialização em cenas de costumes, como nesse livro de A.P.D.G. Dessa maneira de ver e sentir, se tornou padrão, após 1841, data da sua fundação, o famigerado jornal humorístico "Punch", o Polichinelo, no qual artistas do lapis, como Du Maurier, Keene e Sambourne, nos deram cenas de salão e episódios da vida mundana com um relevo cômico, às vezes um pouco brutal.

Pichot acha a caricatura inglesa inferior em graça à francesa, porem ingênua e, ao mesmo tempo, enérgica ; variada e, ao mesmo tempo, expressiva. Um tanto ou quanto paradoxal, sem dúvida. Philarète Chasles afirma que ela apresenta com verdadeira malícia os episódios da vida humana. Champfleury vê nela, sobretudo, um espírito de análise resultante do protestantismo ou, melhor, do puritanismo, com sua revolta contra o que é verdadeiramente ideal e belo. Essa análise é apimentada de grotesco e até, às vezes, dum pouco de grosseria. Vê-se, portanto, que o característico de brutalidade nos trabalhos iniciais do tempo de Hogarth, obser-

vado e anotado por Victor Champier, não desapareceu. Continua como uma filigrama, uma marca de água no mais fino papel, bastando pô-lo contra a luz para que se torne visível.

Esse característico reflete-se sobretudo naquilo que se pode denominar a *marca das singularidades humanas*, feita da aliança das parecenças e dos contrastes, do efeito das cabeças desmesuradas postas em corpos diminutos. Nessa arte foram mestres no meado do século XIX Doyle, Tenniel, Weir, Harrison, Leech e o escossês Cruishank, que teve em França um imitador em Henri Monnier.

As duas caricaturas existentes no Museu Histórico são espécimes típicos dessas tendências e desses característicos da arte caricatural britânica, tão bem analisados pelos críticos e especialistas no assunto, acima citados. Com o encanto peculiar e a leveza que os caricaturistas ingleses sabiam por como ninguém nas pequenas cenas, fazendo-os resultar da ingênua delicadeza do desenho, do colorido e da composição, elas trazem até nós, no seu sabor grotesco e ligeiramente brutal na confecção dos tipos humanos, duas cenas da vida brasileira ao tempo de D. João VI.

É curioso ainda notar que essas duas cenas de interior exprimem os dois vértices da sociedade daquela época: o depósito de negros e a sala do trono, a existência miserável do *malungo* importado da África e o fausto da Corte visto pelo lado ridículo, o escravo e o soberano. Como se vê, até nos assuntos tratados, o contraste é, assim, posto, afim de armar ao efeito.

Court day at Rio, o Beija-Mão, é uma cena em que sobressae, da ingenuidade aparente a veracidade dos pormenores. Não se esqueceram as largas flores do tapete, nem o brasão das Quinas no dossel do trono, nem os monogramas reais sob a coroa heráldica no espaldar das poltronas.

A sala é vasta e retangular, com cinco janelões envidraçados, de balcão, dando para a rua ou para um pátio interno, emoldurados de sanefas e cortinas presilhadas. Pelas proporções e pela forma, sente-se que esses janelões são do Paço da Cidade, edifício ainda existente, onde funcionam os Correios e Telégrafos, à praça Quinze de Novembro. No meio do tecto estucado e liso, um grande lustre com três ordens de bugias.

No primeiro plano, sob um dossel purpúreo, a Família Real. A Princesa D. Leopoldina e seu marido, o Príncipe Real, depois D. Pedro I, de pé, ao lado dos tronos, ela de vestido de côrte cor de rosa, ele de meias e calções brancos, fardão azul, faixa de grã-cruz, dragonas e condecorações. No trono menor, rigidamente sentada com seu vestido de côrte branco e bordado a ouro, diadema à cabeça, a Rainha D. Carlota Joaquina. Parece enfadada com o leque meio fechado a bater no queixo. Volta-se um pouco para os Príncipes como se quisesse evitar a cena semi-grutesca que se desenrola a dois passos.

No trono maior, acha-se sentado D. João VI, caricaturalmente representado na cabeça disforme em relação ao corpo. Vestido como o Príncipe Real, faz repousar a perna esquerda, certamente reumática, sobre um tamborete redondo, forrado de seda carmesim. Dá indiferentemente a polpuda mão a beijar a um oficial ajoelhado, em cujos cabelos e fisionomia evidentemente se vislumbram sinais de mestiçagem africana.

Segue-se em perspectiva a fila dos áulicos admitidos à honra do Beija-Mão : sete personagens maldosamente caricaturados. O primeiro, um militar careca, esboça os salamaleques com que se deve aproximar de Sua Majestade. O segundo, um fradalhão com uma grande cruz pátea azul e vermelha ao peito ; sua rotundidade avulta na sala, faz parecer mais magro o terceiro, um fidalgo de andar tabético, com um laço desconforme na peruca e o chapéu de pasta sob o braço, segurando desajeitadamente o espadim na mão esquerda. Em quarto lugar, outro fidalgo reconchudo e curvo. Enfim, entre dois frades capuchinhos, um deles mais volumoso e mais velho do que o companheiro, outro fidalgo de atitude displicente.

Ao fundo, a porta que comunica com a ante-sala do Trono, a chamada Sala dos Tudescos, reminiscência da antiga guarda de alabardeiros alemães, apinhada de gente, no meio da qual sobressaem mais um fradalhão bojudo e mais um fidalgo esquelético. Note-se em toda a maliciosa composição o contraste repetido entre gordos e magros. Fradaria cheia de unto. Nobreza famélica. Meio curvado para a frente, numa mesura formalista, o Camarista de dia estende as mãos para os postulantes da porta como a

fazer-lhes sinal de que devem deter-se e esperar com paciência a sua vez.

Slave shop at Rio, o Armazem de Escravos, rescende a um naturalismo cruel. A ingenuidade preconcebida da composição mal disfarça a maldade da crítica. O ambiente e os tipos estão retratados com verdade cheia de dureza.

Vasta e nua quadra. Chão de terra batida. Teto de pesados vigamentos. Aparência de desconforto. A luz entra da direita por uma janela cruzetada de grossos varões de ferro. Ao fundo, uma porta de entrada com um negro de guarda. É quase uma prisão. Escravos magros e nus, com uma tanga de algodão cobrindo as vergonhas. Três usam barretinhos vermelhos. No primeiro plano, destaca-se um doente, soerguendo-se duma esteira esfarrapada ou duma camada de palhas. Quatro comem acocorados mais alem, tomando com as mãos bocados de angú de milho posto em pequenos montões sobre o solo nũ. Dois aproximam-se dos que se alimentam como animais, com esgares e gestos de famintos.

No meio do quadro, o comerciante de Minas examina uma rapariguinha negra, na casa dos vinte anos, que deseja comprar, como se examina uma égua ou uma mula. Alisa-lhe a carapinha. A negrinha, timidamente entanguida, fita-o de esguelha com um olhar de cão que vai mudar de dono e procura adivinhar se este será bondoso ou mau. A figura do mineiro está admiravelmente traçada na indumentária e na expressão psicológica. Botas curtas. Esporas compridas. Chapelão desabado. Calções estreitos. Jaleco apertado, deixando aparecer a frente da camisa de algodão. Correias a tiracolo, cruzadas ao peito, sustentando dum lado o cantil de aguardente, do outro a bruaca de viagem. Lenço ao pescoço. Todo de caipira. Cara de fuinha, mostrando desconfiança e astúcia. Ao mesmo tempo, um quẽ de sensualidade.

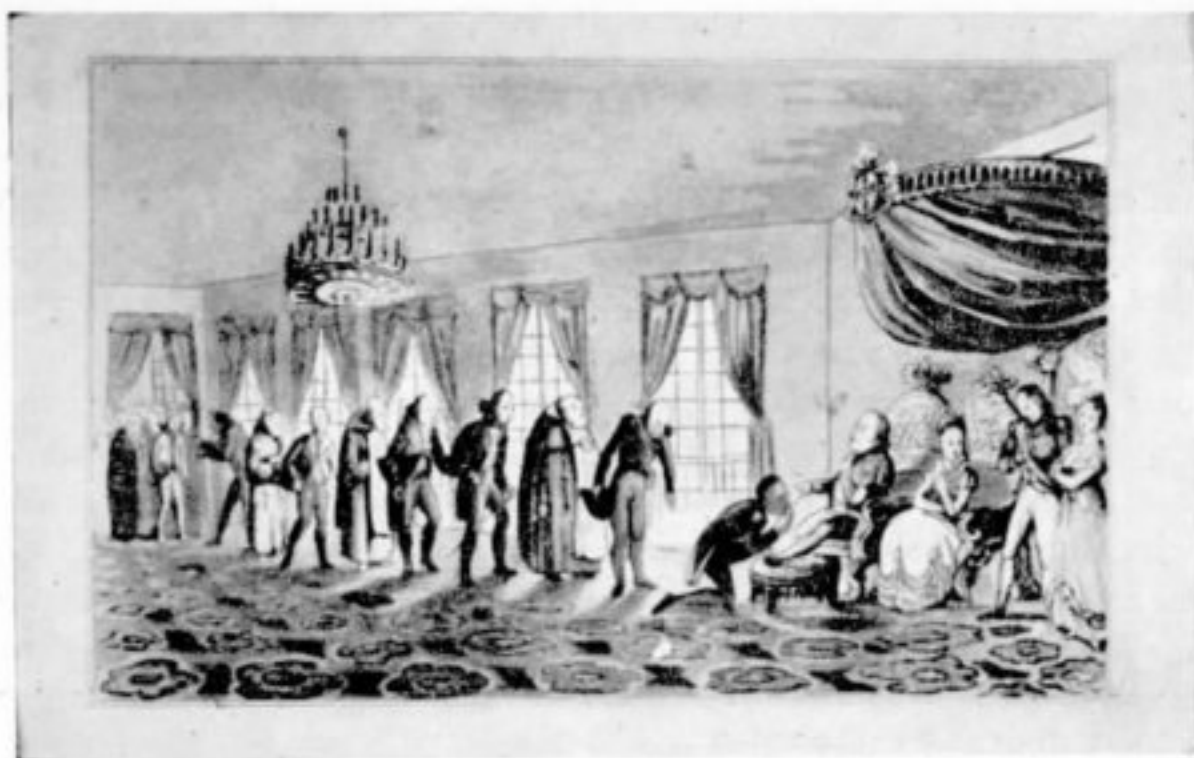
Diante dele, junto à mesa onde se veem os papéis de escrituração do vil negócio de carne humana, ao pé da cadeira de que acaba de levantar-se, o vendedor de escravos. Alto e meio careca, de longo sutambaque pardusco, com a pena de ganso da contabilidade atravessada na orelha, parece gabar a mercadoria com certo ar de superioridade.

Dois homens da cidade completam ao lado o grupo. São moços e mais ou menos elegantes com os escarpins e as peugas brancas saindo de pantalonas listradas, casacas azues, de briche, gravatas amplas e chapéus panamás de abas largas. Um, de pé, cruza os braços, apoiando-se na mesa e voltando o rosto para o ato de venda e compra. O outro, sentado de pernas cruzadas numa cadeira, descansa o queixo na mão e o cotovelo na mesa, contemplando a marcha do negócio sem interesse, como entediado de ouvir sempre a mesma coisa em idênticas ocasiões: gabos do vendedor, regatear do comprador.

Examinando-se esses dois *sketches* ingleses de nossa vida no início do século XIX, não é possível deixar de sentir a palpitante verdade que deles emana, mau grado o sentido de sátira cruel, de perversidade sutil e grosseira ao mesmo tempo, que poreja através do seu aspecto de pura realidade. De fato, há neles uma observação atilada e aguda que seria mais bem empregada e mais convincente se fosse menos maliciosa. Talvez o desejo de mostrar o real dum ponto de vista analítico exagerado e com pretensões a humorismo tenha levado o autor, influenciado pelos característicos e tendências peculiares à escola caricatural britânica, a essa crueza. Todavia o encanto à primeira vista dos dois pequeninos quadros é manifesto. E, para quem conhece na intimidade a origem e o processo da evolução da caricatura na Grã Bretanha, ambos tem o valor de peças altamente representativas dessa escola.

As coleções do Museu Histórico, fruto de vinte anos de trabalho e paciência de sua diretoria, encerram milhares de objetos — pode-se afirmar sem exagero — que, pelo seu valor histórico, artístico, retrospectivo, intrínseco ou documental, permitem a um estudioso trabalhos técnicos de classificação, divulgação, pesquisa ou crítica, dignos de enriquecer o nosso patrimônio cultural. É questão somente de gosto, boa vontade, estudo, curiosidade ou erudição; sobretudo de não olhar displicentemente o objeto, mas meditar sobre ele, senti-lo com amor, compreendê-lo com inteligência e procurar ver além do seu aparente significado o que ele em verdade representa, exprime, recorda e ensina. As relíquias falam na sua mudez aparente a quem tem ouvidos capazes de ouvi-las e entendê-las . . .

Essas duas pequenas litografias a cores, por exemplo, contam-nos, assim, não só o que era um Beija-Mão ou uma venda de escravos, embora caricaturados, mas o que é a arte caricatural inglesa no século passado e no mais alto sentido de sua expressão: análise puritana, fria e cruel da vida, dos episódios e cenas da vida, em que as pessoas entram, não como elemento primordial, sim como elementos conjugados ao todo, ambiente ou conjunto, em harmonia ou em contraste com ele, para a produção dos efeitos desejados. Arte maldosa, mas arte afinal.



Dia de Beija Mão na Côrte do Rio de Janeiro ao tempo de D. João VI. Gravura inglesa existente no Museu Histórico.

Uma lição de arte, de história dum ramo da arte se desdobra, portanto, do documento pictural que aos espíritos superficiais pode parecer simplesmente uma curiosa lembrança histórica, uma reprodução de costumes vagamente interessante, um quadro mais ou menos folclórico, ou um mero exemplar iconográfico.

À primeira vista, as duas litografias não passam de cenas humorísticas de costumes coloniais. No entanto, o conhecimento do estilo caricatural britânico mostra logo ao observador que ele se encontra na presença de duas caricaturas idênticas no sentido e na feitura às que tanta fama deram ao "Punch" e aos seus cola-

boradores. Estão, por conseguinte, enquadradas num período e numa escola determinados. As mesmas cabeças grandes com corpos exíguos, a mesma crueldade sutil no traço das fisionomias, a mesma maldade no contraste dos troncos esqueléticos ou corpulentos, dos ventres chupados ou bojudos, a mesma mescla quase paradoxal de verdade e sátira que se observam nos trabalhos de Bunbury, du Maurier e Sambourne. Basta, para se chegar a essa conclusão, comparar ambas com as cenas de interior e os esboços mundanos daqueles artistas para se compreender que pertencem ao mesmo filão, saíram do mesmo berço e oferecem a mesma interpretação psicológica.

São, afinal de contas, caricaturas da vida. Esse, aliás, é o espírito predominante nos dois interessantes desenhos litografados que o Museu Histórico expõe; espírito fundamental, como já se viu através desta crítica, de toda a arte caricatural inglesa desde seus primórdios, quando nasceu das mãos habéis de Hogarth.

Alem de grande pintor, William Hogarth foi gravador afamado e desenhista satírico. Estreou justamente com esta veia, expondo em 1724 "O grito da cidade". Dez anos mais tarde, dava à estampa a "Vida duma cortesã", que o tornou justamente célebre. Seguiram-se a esta composição satírica "O casamento da moda" ou "Atribulações da vida conjugal", "As quatro partes do dia", as "Eleições" e as admiráveis séries de gravuras: "Cenas de crueldade" sobre os animais maltratados, "As comediantes ambulantes" e "A conversação moderna".

Em todos esses trabalhos, a par de certa grosseria, que, aliás, lhe foi atribuída de início pela própria crítica inglesa, profunda ciência da fisionomia, sarcasmo palpitante, concepção bizarra, observação aguda e originalidade pessoal. Tais característicos legados à arte da caricatura na Grã Bretanha atravessaram os séculos. Eles admiravelmente se refletem nos dois engraçados, mordazes, raros e expressivos desenhos do Museu Histórico, sem a menor dúvida dois expoentes representativos da consumada arte britânica da pintura de costumes caricaturada.

Essa arte saiu diretamente da pintura pela mão dum de seus grandes mestres e justamente por isso tomou essa feição especialíssima de retratar a verdade da vida perversamente, sublinhando essa verdade com os contrastes cruéis, a mordacidade grosseira,

a perversidade sutil, o veneno da sátira, em traços críticos ora fortes, ora delicados, resultando dessas antinômias um efeito cruelmente zombeteiro sob a aparência inocente à primeira inspecção.

Nenhum espécime dessa arte caricatural se apresenta com qualidades representativas da mesma em muito maior grau do que os dois que o Museu Histórico conserva e expõe. Prova de seu valor é servirem de base a um estudo documentado da arte que lhes deu vida, aplicada a cenas e tipos peculiares ao Brasil do começo do século XIX.

*
* *
*

A nossa Biblioteca Nacional possui um exemplar bem conservado, com encadernação da época, do "Sketches of Portuguese Life", catalogado na 3.^a secção sob os ns. 54-5-21-. Segundo se depreende dum nome escrito a tinta negra na folha de rosto, deve ter pertencido a um senhor H. E. Head, decerto inglês. Tem 364 páginas de texto com numeração arábica e 25 de introdução com números romanos. As gravuras são duas pequeninas, em negro, no texto e vinte coloridas fora do texto. Edição de Geo B. Whittaker, em Ave-Maria Lane, Londres, 1826. Impressões de B. Gilbert, St. John's square.

A Introdução parece escrita pelo próprio autor. Começa por uma afirmação da qual se pode deduzir que, em verdade, a caricatura inglesa é o exagero satírico, grosseiro, grotesco ou cruel da própria vida, conforme já ficou visto: "The following sketches were all drawn from life", os seguintes esboços foram todos desenhados de cenas vivas (da vida). Declara mais ter entrado no serviço civil português em 1793 e o deixado em 1804 devido a intrigas, voltando para sua pátria. Em 1809, ofereceram-lhe um lugar no serviço de abastecimentos militares em Portugal. Aceitou-o. Era durante a Guerra Peninsular e seus conhecimentos da língua e costumes do país o tornavam precioso de vez que tropas inglesas combatiam no território português. Não diz até quando nem como serviu, mas confessa que, devido às injustiças sofridas no primeiro período, havia no seu espírito uma certa parcialidade.

O obra contem, no texto, vinte capítulos com os seguintes títulos: I — Costumes de Lisboa. II, III, IV, V e VI — Passeios

através de Lisboa. VII — Procissões religiosas de Lisboa. VIII — Equipagens portuguesas. IX — A Côrte portuguesa. X — Maneiras portuguesas, modas femininas. XI — Alguns costumes portugueses. XII — Diversões portuguesas. XIII — Enterros portugueses. XIV — O Exército português. XV — Arquitetura portuguesa, mobiliário e jardins. XVI — Negros de Lisboa. XVII — Negros do Brasil. XVIII — Saloios ou camponeses. XIX — Aldeias portuguesas, produtos do país. XX — A conspiração política de Lisboa em 1817.

Nesse longo texto escrito num inglês claro e simples, de envolta com observações curiosas e verdadeiras, anedotas e referências históricas, críticas maliciosas, perversidades a granel. Alguns capítulos fraquíssimos como o sobre a arquitetura e mobiliário.

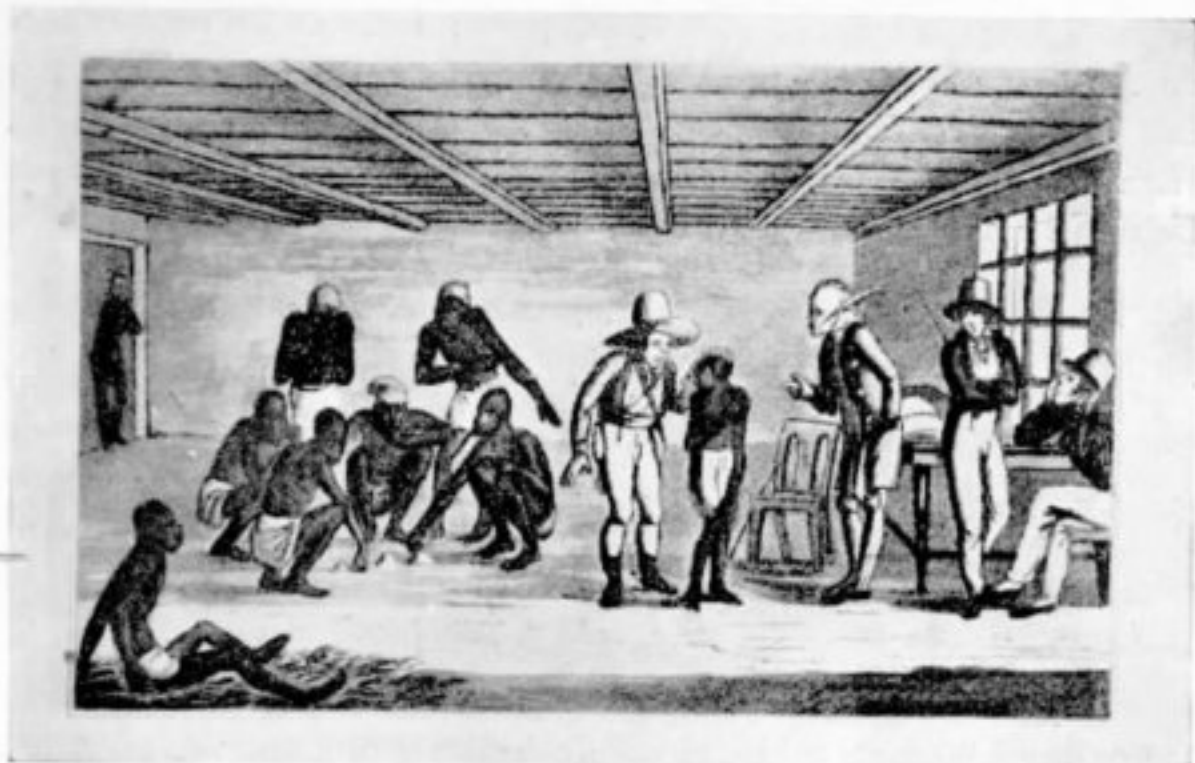
As duas gravuras em negro representam uma eça fúnebre rodeada de círios, conforme o costume dos enterros portugueses, e a cruz milagrosa trazida da Índia para D. Sebastião, em 1562, a qual, segundo a lenda corrente, fora gravada pelo apóstolo S. Tomé.

Ainda no texto se encontram a música e a letra duma modinha brasileira em grande voga na época, no Rio de Janeiro, a *Cruel Saudade*. Como fosse preferida pelo famoso Vidigal, intendente da polícia carioca, era também chamada Modinha do Vidigal. Seu título vem em inglês: *Vedegal's modinha*, e os versos na nossa língua :

“Cruel saudade
de meus amores,
que dissabores
me faz viver!
Melhor me fora
antes morrer!

Subo aos montes,
desço aos vales,
lá me persegue,
lá me vai ter!
Melhor me fora
antes morrer!

Mesmo dormindo
por entre sonhos,
casos medonhos
me vem trazer!
Melhor me fora
antes morrer!



Armazem de escravos no Rio, com um comerciante mineiro comprando. Gravura inglesa existente no Museu Histórico.

Tenho perdido
a doce esp'rança
de ver mudança
no meu padecer!
Melhor me fora
antes morrer!

Os dois últimos versos de cada estrofe eram bisados ao som plangente do violão. O inglês conservou assim até nossos dias um precioso documento do nosso folclore.

O título das ilustrações a cores diferem um pouco no índice e nas próprias estampas. O índice arrola: I — Costumes de Lisboa. II — O câis de Belem. III — Barcos descarregando

palha. IV — Banhos no Tejo. V — Dia de Finados. Exposição de santos no convento de S. João de Deus. VI — Procissão do Senhor dos Passos da Graça. VII — S. Francisco de Paula na procissão de Santo Antônio. VIII — Sege de Lisboa. IX — Recepção na Côrte do Rio. X — Serão no Rio. Modinha do famoso Vidigal. XI — Enterro português. XII — Execução militar em Portugal. XIII — Patrulha da cavalaria portuguesa. XIV — Negros fazendo uma coleta para a festa de Nossa Senhora da Atalaia. XV — Armazem de escravos no Rio. XVI — Saloia (camponesa) vendendo frutas. XVII — Saloios de volta da feira. XVIII — Camponeses da foz do Arouche, Província da Beira. XIX e XX — Execução de conspiradores de 1817.

As legendas sob as próprias gravuras são como se segue :

I — *Street-scene in Lisbon*, cena de rua em Lisboa. A notar como traços cruéis de caricatura a figura bojuda dum frade, de cruz pátrea bicolor ao peito, igual ao que se apresenta na cena do Beija-Mão, dizendo brejeirices a uma dama, e uma mulher cantando piolhos noutra num balcão. Isso será repetido adiante. O costume de fato existia e dele veio o nosso *cafuné*.

II — *Landing place at Belem*, desembarcadouro em Belem. Vê-se um barco de toldo, cheio de freiras e um soldado com um capotão azul de capuz caricatural pelo seu exagero.

III — *Straw boat unloading; Black women emptying their pots*, barco descarregando palha e negras esvaziando seus vasos. São duas as negras, uma lançando o conteúdo do vaso ao rio, a outra sentada sobre o vaso vazio.

IV — *Bathing in Tagus*, banhos no Tejo. Mulheres de camisolão banhando-se ou sendo recolhidas pelos banhistas a barcos de toldo com cortinas, onde deviam mudar de roupa.

V — *Day of all souls in the convent of St. João de Deus*, dia de finados no convento de São João de Deus. Corpos esqueléticos e mumificados ao longo das paredes duma espécie de cripta. Figuras caricaturais de clérigos, civis e militares visitando-os.

VI — *Procession of the Senhor dos Passos da Graça*, a procissão do Senhor dos Passos da Graça. A clássica procissão por-

tuguesa desenrolando-se rua afora com frades no mesmo estilo caricatural de sempre.

VII — *St. Francisco in the procession of St. Antonio*, São Francisco na procissão de Santo Antônio. No primeiro plano, o andor de São Francisco com as suas chagas ligadas por cordões vermelhos às do Cristo Crucificado.

VIII — *A Lisbon chaise (sege)*, uma sege de Lisboa. A pequena carruagem de rodas e caixa colorida desce uma ladeira. Fechada na frente por uma cortina, leva um casal talvez amoroso, que se vê por uma das pequenas vidraças laterais. O postilhão monta uma das mulas de Alter da parelha de tiro.

IX — *Court day at Rio (Days of the Beija-mão or kissing the hands)*, dia de recepção na Côrte do Rio ou Beija-mão. É a estampa que já analisamos e descrevemos neste trabalho.

X — *Party at Rio de Janeiro. A castrate singing*, serão no Rio de Janeiro, um castrado cantando. Um salão singelo com crucifixos à parede ladeando o Coração de Jesús. Num sofá e cadeiras ao pé dum tapete ralo, cinco damas sentadas. Algumas são horrivelmente caricaturadas. Outras trazem altas plumas no penteado. A mais moça aceita os galanteios dum oficial de fisionomia simpática. A do meio da fila, matrona gordalhufa que parece ser a dona da casa. Aos seus pés, senta-se um molequinho. Ao fundo, o piano com duas bugias no tampo e uma jovem tocando. Ao lado, um oficial de expressão entre irônica e zombeteira. O castrado senta-se numa cadeira, encolhendo as longas e esguias pernas. Sua cara é cruelmente grutesca.

No comentário que escreve sobre a cena, diz o autor que era moda no Rio de Janeiro, em todas as reuniões sociais, ter como cantores os famosos castrados italianos do coro da Capela Real, gente ridícula, de voz aflautada e regiamente paga. "I never attended a soirée at Rio without seeing at in one or two of these castrati", eu nunca fui a um serão no Rio que ali não visse um ou dois desses castrados. A frase revela que ele esteve no Rio de Janeiro. Aliás, os seus desenhos feitos sempre *d'après nature* e a segurança de seus pormenores demonstram que só podiam sair de quem tivesse assistido aos episódios e conhecido o ambiente. Mas quando, como e quanto tempo passou o autor no Brasil?

Ele não nos fornece nenhum elemento que nos habilite a responder a essas interrogações.

XI — *An interment*, um enterro. O caixão do defunto sobre a eça, rodeado de círios, numa igreja. Num primeiro plano sombrio, o coveiro abre a sepultura no chão do próprio templo, como era costume. Numa edícula, a imagem de Santo André na sua cruz em aspa. Um sacerdote paramentado encomenda o corpo. Em volta da eça, frades cantando. As figuras desses religiosos são caricaturais no mesmo estilo das anteriores e posteriores; mas nessas a crueldade e a grosseria atingem o ápice.

XII — Sem título em inglês. É uma execução militar nos fossos duma fortaleza, pelo aspecto presumivelmente a cidadela de Cascais. Tropas em formatura. Padres cantando. A vítima ajoelhada enquanto lhe vendam os olhos.

XIII — *Portuguese dragoons*, dragões portugueses. À porta dum albergue, no campo, alguns soldados de cavalaria desalteram-se.

XIV — *Begging for the festival of N. S. da Atalaya*, coleta para a festa de Nossa Senhora da Atalaia. Um grupo de negros de Lisboa canta e dança em plena rua, conduzindo uma imagem da Virgem, decerto sua padroeira. É uma dessas Madonas escuras como Nossa Senhora do Puy ou Nossa Senhora Aparecida, anunciadas no verso bíblico — *nigra sum sed formosa*. Um burguês dá a sua esmola. Algumas damas apreciam a cena dum balcão. Cães ladram.

XV — *Slave shop at Rio. Minas merchant bargaining*, armazem de escravos no Rio com um negociante mineiro fazendo a compra. É uma das estampas existentes no Museu Histórico e já anteriormente descrita e comentada.

XVI — *A saloia retailing fruit*, uma saloia vendendo fruta. Aspecto de rua. No primeiro plano, outra cena de cata-piolho em público. Cães e gatos remexendo o lixo em busca de alimento. Ao longe, passa uma procissão.

XVII — *Going home from the Lisbon market*, regresso da feira de Lisboa. É a estampa mais verdadeira de todas, sem traços caricaturais. Cena de costumes populares que ainda hoje dia-

riamente se pode observar pelas estradas de Portugal, nas imediações das aldeias e cidades. Saloias sentadas de lado nos seus burricos. Camponeses carregados de objetos ou armados de varapaus.

XVII — *Province of Beija. Inhabitants of Foz do Arouce.* Província de Beja, habitantes da foz do Arouce. Outra cena cheia de admirável naturalidade. Grupo de camponeses no pátio duma herdade, quinta ou montado. Ao fundo, uma torre de igreja aldeã onde pousam cegonhas.

O indice diz — Province de Beire, habitantes da Foz do Arouche. A legenda diz *Beija*, que parece mais certo, apesar do termo impróprio provincia. Beja e não Beija fica no Alentejo, que as cegonhas da torre identificam admiravelmente. Será Arouche ou Arouce?

XIX — *Execution of the conspirators. Plate 1st.*, execução dos conspiradores, estampa I. Corpos de executados empilham-se ao lado da forca, em cuja escada sobem o carrasco e seu ajudante, levando um réu desmaiado de medo. Outros, em baixo, esperam a sua vez entre frades caricaturais, um deles repellido por um condenado que certamente queria confessar. Tropas. Magistrados de negro e bastão alto.

XX — *Execution of the conspirators. Plate. 2nd.*, execução dos conspiradores, estampa II. A mesma cena com pequenas modificações. O carrasco cavalga os ombros duma das vítimas pendurada da corda. Outra está sendo enrolada na alva mortuária. As mesmas figuras. Idênticos fradalhões.

Ambos estes últimos desenhos referem-se às execuções dos conspiradores da célebre revolta de Gomes Freire em 1817. O autor assegura no texto que os fez copiando o episódio do natural. Testemunha de vista, quando acabou o primeiro escorço, a execução entrava noutra fase, a do trabalho do carrasco, e ele a esboçou logo. Essa confissão nos mostra que pelo menos até 1817 ele permaneceu em Portugal. Sua primeira demora, de 1793 a 1804, foi de onze anos. A segunda, de 1809 a 1817, no mínimo, oito anos, dos quais se terão de descontar os da viagem e permanência no Rio de Janeiro. Infelizmente, afora indicações circunstanciais dessa natureza, ele nada revela a respeito.

Não é possível deixar de apontar na série de esboços de A.P.D.G. a preocupação de caricaturar a religião católica. Em vinte desenhos, os de ns. V, VI, VII, XI e XIV representam cenas religiosas ou de costumes religiosos, portanto cinco, a quarta parte, o que corresponde a uma proporção de 25 % ; seis contêm pormenores em que a religião ou o clero sofrem suas alfinetadas, os de ns. I, IX, XII, XVI, XIX e XX. Reunindo uma e outras, teremos onze em que a religião tradicional é ferida, isto é, mais de 50 %. Some-se a essa proporção enorme a crueldade dos traços com que são figurados os frades e sentiremos nisso o espírito anti-católico, protestante do autor.

GUSTAVO BARROSO

(*Conservador Cl. L.*)

DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

*Professor de História do Brasil e Técnica
de Museus do Curso de Museologia)*

BIBLIOGRAFIA

- A. P. D. G. — "Sketches of Portuguese Life, Manners, Costume and Character".
- BARROSO (Gustavo) "Catálogo Geral do Museu Histórico", 1.^a parte.
"Catálogo descritivo e comentado da Exposição Histórica do Brasil nos Centenários de Portugal".
- CHAMPIER (VICTOR) — "La caricature anglaise".
- CRUIKSHANK (ISAAC) — "Scraps and Sketches".
"L'ART", vol. I — 1875.
"L'ART", vol. II — 1875.
- MONNIER (HENRI) — "Distractions".
- WRIGHT — "La caricature anglaise", com prefácio de A. Pichot.

O ESTADO DO MARANHÃO E O SEU MEIO CIRCULANTE

- Algodão em fio e em tecido, açúcar, cacau, cravo e tabaco.
- A moeda metálica de 1749, cunhada em Lisboa.

O Estado do Maranhão, por suas comunicações mais fáceis, mais diretas com a Metrópole, teve desde 1621 uma organização à parte, um governo distinto do do Brasil. Era constituído pelas Capitânicas do Ceará (1), Maranhão e Grão-Pará, perdurando esta organização até 1760. Assim sendo, é forçoso estudar-se separadamente o seu meio circulante, a sua história monetária, até meados do século XVIII.

A mais antiga referência que conhecemos em relação ao primitivo meio circulante do Maranhão, encontra-se em um sermão do eloquente Padre Antonio Vieira pronunciado na primeira domingo da quaresma do ano de 1653, na cidade de S. Luiz: "... Só resta saber qual será o preço destes (índios do Maranhão), que chamamos meio cativos ou meio livres, com que se lhes pagará o trabalho do seu serviço. É matéria, de que se rirá qualquer outra nação do mundo e só nesta terra se não admira. O dinheiro desta terra é pano de algodão (2); e o preço ordinário por que servem

(1) A Capitania do Ceará, embora anexada ao Estado do Maranhão, ficou, como diz Rocha Pombo, "sempre fora da ação administrativa do Governo de S. Luiz. Para isso, além da pouca importância que até o fim da guerra holandesa teve aquela Capitania, reduzida a simples presidio militar, concorria a circunstância de se ter posto mais em relações com o Governo da Baía, de onde lhe iam as providências indispensáveis, de acordo com as resoluções do Conselho Ultramarino" (*História do Brasil*, vol. V, págs. 18-19).

Em 1663, sob o Governo do Conde de Óbidos, vice-rei do Brasil, vemos a determinação de que as moedas circulantes no Ceará fossem contramarcadas em Pernambuco, o que comprova que a citada Capitania estava então sob a ação administrativa do Estado do Brasil.

(2) Prática semelhante usaram os Coreanos, cujos tecidos de cânhamo corriam como moeda, marcados com um carimbo oficial, instituído em 1357, para lhes dar um curso legal (*Babelon. Les origines de la monnaie*, pág. 13).

os Índios, e servirão cada mês, são duas varas deste pano que valem dois tostões. Donde se segue que por menos de sete réis de cobre servirá um índio cada dia. Coisa, que é indigna de se dizer, e muito mais indigna, de que por não pagar tão leve preço, haja homens de entendimento, e de cristandade, que queiram condenar suas almas, e ir ao inferno”.

Quando, em trabalho anterior, tratamos do levantamento do valor das moedas espanholas de prata por meio de contramarcas, de acordo com o Alvará de 26 de fevereiro de 1643, moedas essas introduzidas na circulação de Portugal e seus domínios durante a dominação castelhana, vimos que para aquele fim seriam abertas oficinas provisórias na Metrópole e nas conquistas, figurando entre estas nominalmente o Estado do Maranhão. Não encontramos, porem, nenhuma referência à abertura de semelhante *atelier* em terras maranhenses. E, diante do testemunho de Vieira em 1653, no citado sermão, de que o pano de algodão era a moeda corrente naquele Estado, somos levados a concluir que o aumento do valor extrínseco das patacas de Espanha, não teve lugar no Maranhão, ou caso por lá houvessem aparecido, não permaneceram no seu território.

Em 1670 vemos uma vereação dos procuradores do povo Francisco Dias Deiró e Ambrosio Rodrigues representando ao Senado: “que o maior dano que se seguia aos povos era deixar sair fora da cidade o pano de algodão, porque como é dinheiro sempre o dinheiro foi proibido não saísse da terra para outra. Todo esse dinheiro se remetia para o Pará por lá valer dobrado, e era certo que por isto se não proibir não se encontrava já em S. Luiz uma vara de pano ou para melhor dizer moeda”.

Depois de demonstrar a diferença de quotações, comparando uma série de aquisições de diversas mercadorias pelo pano-moeda no Pará e em S. Luiz dizia a citada vereação: “... Uma vez proibida a saída do pano do Pará mandariam cá vender o escravo por 150 varas e assim o tabaco, o cravo à proporção; e do pano fariam o que quisessem, ganhando cento por cento na moeda. Era duro que o dinheiro feito nesta cidade saísse dela todo, não o havendo para comércio, tudo em proveito de negociantes onzenários — À vista destas razões, a Câmara mandou por bandos,

proibindo a saída do pano sem sua licença". (João Francisco Lisboa, "Obras", T. III, págs. 416 e 417).

Verifica-se algum tempo depois a ordem para introdução de pequenas quantias de dinheiro do Reino no Maranhão. A Carta Régia de 2 de setembro de 1684, em vista dos "danos que experimentam os moradores desse Estado, e os forasteiros com a falta de moeda para a compra das coisas do seu uso, sendo forçados a comprar mais do que necessitam, ordenou que se remetessem todos os anos mil cruzados, a maior parte em cobre e a outra em prata de dinheiro miúdo do Reino, até duzentos réis, um e outro dinheiro de moeda nova, devendo, porém, o Governador não permitir senão dois ourives, um no Pará e outro no Maranhão, para evitar que o dinheiro seja fundido para obras de ourivesaria.

Essas pequenas remessas de moeda miúda atingiam anualmente a importância de 400\$000 (mil cruzados); esse valor elevou-se a 480\$000 com a reforma monetária de 4 de agosto de 1688, que criou o cruzado novo (480 réis).

É possível, porém, que se não tenham efetuado esses envios de numerários do Reino para o Maranhão, ou foram tão insignificantes que a Câmara de S. Luiz em 6 de abril de 1699 recomendava que se acautelasse o embarque do algodão, *única moeda da terra*, de que havia grande falta.

Em 10 de abril de 1700, apresentando vários cidadãos um parecer à Câmara de S. Luiz sobre os meios que se deviam empregar para o aumento do Estado declaram que em todo ele não corria naquele tempo moeda alguma de prata e cobre.

Não obstante a restrição da saída do tecido de algodão, posta em prática desde 1670, em 1701 os misteres do povo representam à Câmara de S. Luiz: "que a maior parte do algodão era exportada quando o pouco que havia mal bastava para suprir às necessidades da terra, pois além de os moradores vestirem geralmente algodão, também ele serve de moeda, e sem esta todo o comércio fica paralisado, crescendo que vinha também a faltar trabalho para os pobres escravos, que se ocupam em fiar e tecer. O açúcar que é pouco também se exporta, padecendo por isso o povo grandes necessidades. Delibera a Câmara proibir a exportação destes gêneros, sob pena de confiscação e multa de seis mil réis pagos

OURO



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

na cadeia sendo os senhores de engenho notificados afim de não alegarem ignorância". (*J. F. Lisboa. Obras, III, 417*).

A moeda provincial brasileira, algum tempo depois, começa a penetrar no Estado do Maranhão pelo dobro do seu valor, o que foi assunto ventilado na correspondência entre o Governador daquele Estado e o Governo da Metrópole.

Assim a C.R. de 30 de julho de 1706, em resposta à do Governador do Maranhão de 7 de março de 1705 e reportando-se à outra de D. Manuel Rolim de Moura sobre o mesmo fato diz : "... Me pareceu dizer-vos que não tem lugar diferir-se a introdução da moeda nesse Estado ; porque seria esta novidade muito prejudicial nele ; e assim vos ordeno proibais, absolutamente o correr esta moeda, que hoje se aceita nessas terras em dobro do que vale no Estado do Brasil ; cuja forma se não podia aí dar por ser esta matéria só do meu poder soberano, tendo entendido, que deve logo cessar o uso do tal dinheiro em dobro, e correr somente pelo que vale no Brasil". (*Apud S. Sombra — Hist. Monet. do Brasil Colonial, pág. 120*).

Essa pequena chegada de dinheiro provincial do Estado do Brasil não desafogou o meio circulante maranhense, sendo as dificuldades para a criação e movimentação das riquezas cada vez maiores com o tradicional sistema do pano-moeda. Em 1712 trataram de facilitar as trocas e pagamentos de soldos, conferindo a mesma função monetária a outros gêneros da terra. Assim, a C.R. de 15 de fevereiro desse ano declarou que o açúcar, cacau, cravo, tabaco e pano de algodão deviam correr como moeda e com eles se pagariam os soldos (*J. F. Lisboa, Obras, III, 407*).

No mesmo ano, em 6 de agosto, o Provedor do Pará escreve a El Rei dando conta do grande prejuízo resultante para o povo e a Fazenda Real, dos embarques de algodão para o Reino por ser este pano "o principal gênero com que se governa este Estado, e com que se fazem os negócios nos Sertões" chegando a valer o rolo vinte e oito mil réis".

A situação econômico-financeira do Maranhão continuou na mesma rotina durante muito tempo. Assim, onze anos mais tarde, em 1723, vemos ser ainda o mesmo o seu *sistema monetário*, originando as tradicionais dificuldades e dando lugar às mesmas

queixas e lamúrias por parte do povo e das autoridades. Nessa ocasião o Desembargador Francisco da Gama Pinto, ministro comissário de diligências representou do Pará a El-Rei contra os embaraços e prejuizos que provinham para os povos e à Fazenda Real da falta de moeda metálica naquelas terras. Depois de discorrer sobre os produtos que circulavam no Estado como dinheiro dizia : "Este uso é sem dúvida prejudicial a todos. A mim me parece se facilita esta introdução de moeda e se desfazem as dificuldades deste negócio se V. M. sendo servido mandá-lo ao Estado, ordenar : que 40 réis corram em lugar da vara de pano : 30 réis por libra de cravo, e 20 réis por libra de cacau, e que a este respeito se façam em moeda todos os pagamentos que se haviam de fazer nos ditos gêneros, fazendo-se as contas não por número de reais, ou cruzados, mas por varas ou rolos de pano, libras ou arrobas de cravo ou cacau que haviam de pagar, e pagando-se em moeda aquela quantidade que corresponde a esses pesos ou medidas. De maneira que aquilo que se havia de pagar com uma vara de pano, libra de cravo ou de cacau, se pague em moeda com 40, 30 ou 20 réis, em lugar deles ; proibindo-se juntamente toda mudança ou alteração de preços. Assim parece que se poderá satisfazer suavemente a moeda que se meter no Estado, sem perda alguma dos povos, nem da Fazenda Real ; porque as receberão em moedas as mesmas varas de pano, pesos de cravo ou de cacau que por ela derem. E a Fazenda Real recebendo estes gêneros pelos preços sobreditos, parece não terá perda. O valor da moeda assim não se aumenta porque 40 réis não sobe à exorbitância de 200 réis, valor de uma vara de pano ; mas correrá (a moeda de 40 réis) em lugar dela (vara de pano) conservando o seu valor de 40 réis. Os preços excessivos de mantimentos e mais coisas do Estado, também assim baixarão *insensivelmente*, sem a novidade, de inconveniente e dificuldades de uma taxa geral de tudo ; porque a coisa que vale uma vara de pano ficará valendo 40 réis, *não como preço novo mas como o mesmo que tinha na vara de pano, em lugar da qual correrão os tais 40 rs.* Os ordenados e soldos não terão perda, porque ainda reduzidos a moeda tinham grande diminuição a respeito do valor com que correm os ditos gêneros : contudo, na moeda que receber em pagamento, se receberá o *mesmo número de varas de pano,*

PRATA



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7

pesos de cravo ou de cacau que se havia de receber. E juntamente porque os ordenados e soldos em moedas se diminuem, tambem se diminuem proporcionalmente em moeda os preços de todas as coisas. E nestes termos não há prejuizo na diminuição, ou verdadeiramente não há diminuição. Pelo que, pela introdução da moeda não será necessário acrescentar ordenados e soldos se eles aliás forem suficientes. Por último: assim não terá perda o rendimento do Estado; porque, ainda que reduzida a moeda, e que diminua muito quanto ao número de dinheiro em que se reputavam os ditos gêneros, contudo não diminua quanto ao valor, pois em moeda chegará para as mesmas despesas que se faziam com os ditos gêneros, assim porque os pesos e medidas deles se substituem com a moeda, como porque as mesmas despesas proporcionalmente se diminuem sem prejuizo das partes, como fica dito" (Rocha Pombo, Op. cit. V, 459).

Eis aí o que informou e sugeriu o Desembargador Gama Pinto. A solução, porem, muito se fez esperar.

Um dos motivos das queixas contra o pano-moeda e os novelos era a falsificação dos mesmos.

Como quase sempre acontece em relação aos meios de permuta e à maior parte das medidas de valor, entraram a falsificar os novelos de algodão, uma das formas por que corria a preciosa fibra, introduzindo nos mesmos trapos, paus, etc. e a fabricar cada vez mais ralos os tecidos do mesmo fio, usando de dezoito a vinte cabrestilhos em vez de vinte e seis, o que os desvalorizava sobremodo, a ponto do pano ralo que no Maranhão corria por vinte mil réis o rolo, alcançar em Lisboa somente cinco ou seis mil réis.

Para coibir este abuso, verdadeiro crime de moeda falsa, pois que se tratava das espécies circulantes, o Edital de 18 de agosto de 1724, do Governador João da Maia da Gama, determinou que, sob pena de três meses de prisão, em vez de novelos, se usassem meadas de fios, e que o pano bem tapado e de vinte e seis cabrestilhos trouxesse o nome do tecelão.

D. João V, desejando resolver satisfatoriamente o problema da introdução da moeda metálica no Estado do Maranhão, em vista do que lhe informara e sugerira o Desembargador Gama Pinto, que ali estivera como sindicante, fez saber ao Governador

do mesmo Estado que : “sobre a forma e meios com que se podia introduzir a moeda nesse mesmo Estado, resolvera mandar que o Gov. ouvisse as Câmaras e as pessoas interessadas, declarando o que vale o arratel de cobre feito em caldeira ou em outra qualquer forma de obra e o valor que aí tem o marco de prata e da mesma forma o marco de ouro, e como será recebida uma real ordem minha em todo esse Estado em que mando que os gêneros que nele correm, assim cravo, cacau, algodão em pano e fio, e todos os mais gêneros em que foram estabelecidas as taxas sendo a avença das partes, e que só corra moeda enviando-se deste Reino a de cobre que houver de correr, fazendo nesta matéria toda a reflexão que ela pede pela sua importância”. (*Provisão de 28 de abril de 1724*).

No começo do ano seguinte, em consequência de um caso todo eventual, o naufrágio da charrúa “Na. Sa. do Loreto” que se destinava a Pernambuco, foi o erário maranhense beneficiado com a quantia de 977\$720 em moedas de cobre, salvas do desastre, havendo D. João V autorizado a sua circulação naquele Estado, “devendo, porem, o Governador remeter a Lisboa o ouro equivalente do muito que consta vir do Piauí”. (*Provisão de 12 de janeiro de 1725*).

Os estudos e consultas às Câmaras ordenados em 28 de abril de 1724 para a introdução da moeda metálica em substituição aos primitivos estalões de valor ainda em uso no Estado do Maranhão, devem ter sido muito demorados, pois só vinte e quatro anos depois vamos encontrar um decreto dando solução ao problema. Foi o mesmo datado de 12 de setembro de 1748 e mandava cunhar na Casa da Moeda de Lisboa 80:000\$000 em moedas provinciais destinadas ao Maranhão e Grão Pará, sendo de ouro, os valores 4\$000, 2\$000 e 1\$000 ; de prata 640, 320, 160 e 80 réis, e de cobre 20, 10 e 5 réis.

Essa emissão foi regulada pela Lei de 13 de setembro do mesmo ano, que estabelecia a relação a observar entre o valor dos impostos, ordenados e pagamentos em gêneros, cacau principalmente, e a moeda metálica que se introduzia.

Houve alguma dificuldade em se determinar uma equivalência de valores nos gastos e aquisições da vida ordinária, apreciadas por sistemas tão diversos.

Os oficiais da Fazenda e da Justiça, com os vencimentos reduzidos à metade, reclamaram um reajustamento. Informando a representação, dizia o Governador que a Alfândega de Belem "Até agora não teve forma ou método algum" paracendo-lhe pois que sendo El-Rei servido, "mandasse ordenar que nela se levassem a *dinheiro* os mesmos emolumentos que levavam a *cacau*, visto ainda ficarem mais diminutos do que os que se pagam no Brasil, porque assim mesmo foi V. Majestade servido mandar observar quanto aos ordenados, cõngruas, soldos e meios salários que se pagavam pela sua Real Fazenda, na Lei de 13 de setembro de 1748, da introdução da moeda. Iguualmente, parecia-me justo que desta mesma forma se regulassem os emolumentos dos oficiais da Justiça, em conformidade da sobredita Lei" (*Rocha Pombo. Op. cit. pág. 460,4*).

A cunhagem realizou-se em 1749, nas seguintes bases :

Ouro de 22 quilates, a 1\$777 77/100 a oitava

<i>Valores</i>	Peso	
	<i>Oitavas</i>	<i>Gramas</i>
4\$000	2,18	8,06
2\$000	1,08	4,03
1\$000	,40 1/2 %	2,01

Prata de 11 din. a \$128,9 a oitava

<i>Valores</i>	Peso	
	<i>Oitavas</i>	<i>Gramas</i>
640 rs.	5,28	19,32
320 rs.	2,50	4,83
160 rs.	1,25	2,41
80 rs.	,48 1/2 %	1,20

Cobre a 5 réis a oitava

<i>Valores</i>	Peso	
	<i>Oitavas</i>	<i>Gramas</i>
XX rs.	4	14,34
X rs.	2	7,17
V rs.	1	3,58

Tipos e Legendas

Os valores emitidos foram do mesmo peso, toque, tipos e legendas das moedas provinciais para o Estado do Brasil.

Ouro

4.000 réis. (Fig. 1)

IOANNES. V. D. G. PORTVG. REX — Armas de Portugal, tendo à esquerda o valor .4000., e à direita três florões entre pontos. Rev. ET.BRASILIÆ. DOMINVS.ANNO-1749. A cruz de São Jorge circundada por quatro arcos unidos nas extremidades por quatro trifolios internamente e outros quatro menores exteriormente, tudo dentro de um círculo de aspas.

2.000 réis (Fig. 2)

IOANNES. V. D. G. PORTVG. REX — Armas de Portugal, tendo à esquerda o valor .2000 precedido de um ponto, e à direita três florões, tendo por cima um ponto.

Rev. ET.BRASILIÆ.DOMINVS.ANNO.1749. Cruz de São Jorge circundada por quatro arcos unidos nas extremidades por quatro trifolios internamente e outros quatro menores exteriormente ; o todo dentro de um círculo de aspas.

1.000 réis. (Fig. 3)

IOANNES.V.D.G.PORT.REX — Armas de Portugal, tendo à esquerda o valor .1000. entre pontos, e à direita três florões entre pontos.

Rev. ET.BRASILIÆ.DOMINVS.ANNO.1749. Cruz de São Jorge circundada por quatro arcos unidos nas extremidades por quatro trifolios internamente e por quatro pontos externamente.

Prata

640 réis. (Fig. 4)

IOANNES.V.DG.PORT.REX.ET BRAS.D. Armas de Portugal entre os algarismos da data 17-49, tendo à esquerda o valor .640. entre dois pontos, e à direita três florões separados por pontos.

Rev. SVBQ - SIGN. - NATA - STAB Esfera armilar sobre a cruz da ordem de Cristo, que corta a legenda.

Há variedades de cunho nas duas patacas :

Florões desiguais entre 4 pontos e SVBQ

Florões iguais entre 2 pontos SVBQ

Florões iguais entre 2 pontos e SVBQ e sem o corte do A em IOANNES.

320 réis. (Fig. 5)

IOANNES.V.DG.PORT.REX.ET.BRAS.D. Armas de Portugal entre os algarismos da data 17-49, tendo à esquerda o valor entre pontos .320. e à direita dois florões entre três pontos.

Rev. SVBQ - SIGN. - NATA - STAB Esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo, que corta a legenda.

Variantes da pataca :

DG sem ponto

DG PORT sem pontos;

DG sem ponto e menor espaço entre a esfera e a legenda.

160 réis. (Fig. 6)

IOANNES.V.D.G.PORT.REX.E.B.D. Armas de Portugal entre os algarismos da data 17-49, tendo à esquerda o valor entre pontos .160. e à direita três florões igualmente entre pontos.

Rev. SVBQ - SIGN. - NATA - STAB Esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo, que corta a legenda.

Da meia pataca há uma variante com a cruz mais alta na coroa.

80 réis. (Fig. 7)

IOANNES.V.D.G.PORT.REX.E.B.D. Armas de Portugal entre os algarismos da data 17-49, tendo à esquerda o valor entre pontos .80. e à direita um florão igualmente entre pontos.

Rev. SVBQ - SIGN. - NATA - STAB Esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo, que intercepta a legenda. Na coroa a cruz é singela ou com pérolas.

COBRE



Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10

Cobre

XX, X e V réis. (Figs. 8-10)

IOANNES.V.D.G.P.ET.BRASIL.REX No campo o valor entre dois ou três florões, encimados pela coroa real, tendo por baixo a data entre pontos, dentro de um círculo de pérolas, interrompido pela coroa.

Rev. PECVNIA.TOTVM.CIRCVMIT.ORBEM No centro a esfera armilar.

Há igualmente variedades de cunho nos três valores em cobre: Nos XX réis o colar ou círculo de pérolas apresenta 46,47 ou 48 p. e nos arcos laterais externos e internos da coroa varia o número de pérolas;

Nos X réis há exemplares com 41,42, 44 e 46 pérolas no círculo.

O valor V réis foi também aplicado em Angola. Os cunhos foram abertos por Domingos Marques Quaresma e Bernardo Jorge.

Essa pequena emissão de moeda metálica vinha iniciar timidamente uma nova era na emperrada economia maranhense, abrindo-lhe novas perspectivas para o futuro de seu vasto território. Mas a rotina tem muita força e a proibição da saída do pano de algodão só foi suspensa oito anos depois. Em 6 de janeiro de 1757 um Bando do Governador Gonçalo Pereira de Souza Lobato "permitia a exportação do algodão, até então proibida, por ser donde se fazia a moeda e vestuário dos moradores".

EDGAR DE ARAUJO ROMERO

(*Conservador Cl. L., Chefe da Secção de Numismática do Museu Histórico, Professor de Numismática do Curso de Museologia*)

TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DOS BALANGANDANS

Em 1932, quando foi criado, no Museu Histórico Nacional, o Curso de Museus, coube-me a regência da cadeira de História da Arte Brasileira.

Procurei, desde logo, através das obras dos especializados no assunto, recolher os necessários dados para bem desempenhar-me do encargo recebido, incluindo, em seguida, na elaboração do programa de ensino, um ponto referente aos primeiros ensaios de arte no Brasil.

Intentei, com esforço sincero, estudar a evolução artística do Brasil, desde a arte pré-cabralina às artes aplicadas. Valeram-me de muito, dentre o melhor material coligido, as lições professadas por Araujo Viana, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há quase 30 anos, e, nas quais, falando de um modo geral sobre as artes plásticas brasileiras, era ele dos primeiros a chamar a atenção dos estudiosos para as artes menores ou artes aplicadas, que mais sobressaíam, entre nós, pela originalidade.

Excluindo, de início, os artefatos dos nossos aborígenes, mencionava o Mestre "a arte chamada catarinense, a joalheria e os tetos rústicos de Minas Gerais, as indumentárias riograndense e baiana, e, finalmente, o lindíssimo tecido que vulgarmente denominam de *"rendas do Norte"*.

Alem das artes citadas por Araujo Viana tenho estudado mais outras, que me não parecem destituídas de encanto e oportunidade. É assim que incluí, com melhores razões ainda, a par do traje dos gauchos, e dos vestuários das pretas baianas, a roupa de couro dos vaqueiros nordestinos, que, incontestavelmente, fornece copioso material para estudos de etnografia comparada e serve também para temas de quadros de costumes. Penso também,

que ao lado da joalheria mineira, cuja "originalidade está no emprego do coco estriado ou lapidado, como as antigas jóias inglesas, de carvão de pedra", deveríamos mencionar os barangandans ou berenguedens da Baía.

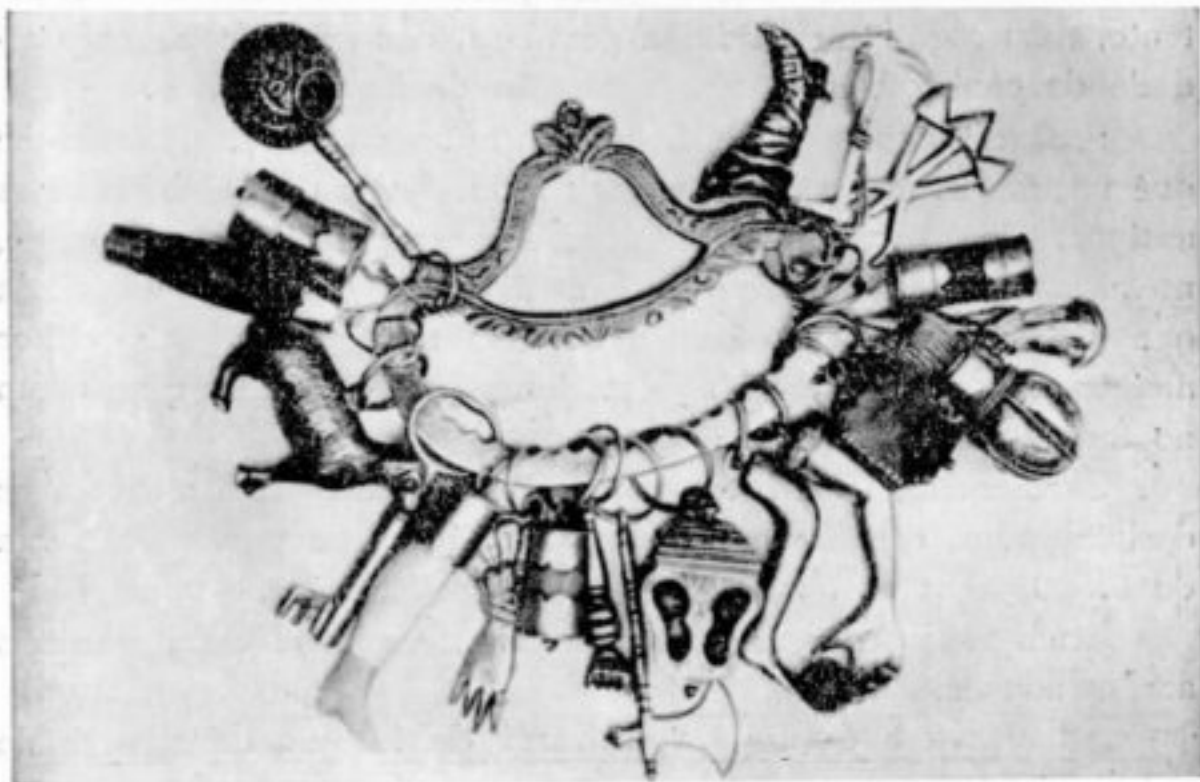
O assunto esteve no cartaz por muito tempo e mereceu, de poetas e prosadores, referências e comentários. A questão, apesar de muito versada, pode ainda ser objeto de cogitações, desde que, tentando classificar esses penduricalhos, procuremos explicar a razão por que apresentam tão grande variedade de forma e feitios.

Todos teem para suas possuidoras significado próprio, razões bem fortes de serem trazidos à cintura presos a um argola de prata toda denteada na parte inferior, mas de onde surgem, no alto, magnificamente cinzelados, os mais lindos motivos.

A palavra barangandan, balangandam, balanbangan ou berenguenden é onomatopaica e vem do som que produzem esses berloques quando em contacto uns com os outros. Basilio de Magalhães diz "que existiu a forma berenguendens, transformada em balangandans aqui no sul. Com a diferença das primeiras vogais, e ao norte, e a ao sul, a setentrional está mais de acordo com a forma que dá ao referido substantivo africano o Visconde de Beaupaire-Rohan, em seu *Dicionário de vocábulos brasileiros*, pág. 14: *Barangandan*, s. m. (Baía) — Coleção de ornamentos de prata, que as crioulas trazem prendentes da cintura nos dias de festa, principalmente na do Senhor do Bonfim". Manuel Quirino regista as formas barangandan ou balançamçam.

Não é possível afirmar com segurança, quando foram os barangandans primeiramente fabricados no Brasil, embora seja crença geral que tenha sido a cidade do Salvador o centro da sua maior produção. Primando pela ausência de ornatos barrocos, afastada assim a influência portuguesa, só podiam ter sido fabricados pelos negros islamizados do Daomei e de nações vizinhas, os Malês, que conheciam a fundição dos metais, e, que em levadas sucessivas, chegaram à Baía. Acredito, porém, que em Pernambuco, Minas Gerais, e Rio de Janeiro, tenha vivido também grande número de artistas peritos nesse ramo das artes menores brasileiras, embora não lhes conheçamos os nomes.

Debret menciona "um certo mulato chamado Manuel João, que fabricava jóias de ferro (por que só de ferro?) nos confins da Província de Minas Gerais e que eram disputadas às margens do Tejo". As lisboetas muito antes das nossas encantadoras patricias já se tinham deixado seduzir pela graça dos berenguendens, e, talvez, já os usassem no propósito de conjurar desgraças e atrair os bons fados.



Balangandans reunidos na sua argola típica. Exemplar da coleção do Sr. Marquês dos Santos. O Museu Histórico possui um ainda maior e mais completo, na Sala Miguel Calmon.

Que o seu uso estava muito espalhado entre a gente do povo, observa ainda o autor da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*: "é raro que uma vendedora negra ambulante se mostre na rua sem pequeno amuleto ao pescoço, o que não a impede de usar também dois outros à cintura, de cambulhada com cinco ou seis talismans de forma e de natureza diferentes".

Mas, além de usá-los para afastar o mau olhar, as negras os exibiam também para demonstrar uma preferência devota, o pagamento de uma promessa feita ou como simples recordação de um acontecimento feliz. Eram, em síntese, a história da sua vida e dos seus amores, concretizada em figurinhas de ouro e prata.

Um dia, porém, versando esse tema em aula, fui assediado pela curiosidade de vários alunos, que queriam saber a significação desta ou daquela tetéia. Surgiu assim a idéia deste trabalho. Fazia-se mister, portanto, estudar os barangandans em grande cópia, conhecê-los reunidos em coleções, afim de poder, com melhor conhecimento de causa, discorrer sobre o assunto.

Marques dos Santos, a quem primeiro comuniquei meu intento, num requinte de fidalga gentileza, deu-me a feliz oportunidade de conhecer sua valiosa coleção de barangandans.

Procurei depois o Prof. José Mariano (filho), pedindo-lhe que me mostrasse, quando possível, sua famosa coleção de jóias antigas. Ele, porém, que é a bondade em pessoa, prontificou-se, no mesmo instante, a satisfazer meus desejos, dizendo-me ainda que só assim poderiam conversar, com mais vagar, dois velhos amigos, que apenas, de longe em longe, se encontram e se falam no torvelinho das ruas...

Certa noite, tive, então, em sua residência, ante meus olhos deslumbrados, espalhadas numa grande mesa de jacarandá, cerca de 1.500 peças de ouro e prata, pesando mais de 30 quilos!

Eram penças e mais penças de barangandans! Coisa que não acabava mais!

Ali estava a documentação veraz do fastígio da riqueza de outras eras, quando o ouro, após ter invadido as camadas da elite, transbordava para as negras e mulatas, alforriadas ou não, muitas das quais, compartilhando o leito do senhor branco, viviam, regaladamente, vida de granfinas! Era tudo do bom e do melhor. Maciço e valioso, sólido e bonito! Peguei ao acaso uma pença de barangandans e, sentindo-lhe o peso, não pude deixar de louvar o grande sentimento decorativo. Eram cruces, figas, manipanços, cachos de uvas, romãs, cajús, tambores, miniaturas de casas e animais, dentes, garras de besouro, sementes vegetais, apetrechos de uso doméstico, moedas, corais, crisólitas e ametistas encastoadas com mestria... Cordões, braceletes e pulseiras... Mas, dentro em breve, foi o próprio José Mariano quem chamou minha atenção para alguns cilindros de prata abertos nas duas extremidades, verdadeiros canudos, medindo de 5 a 10 centímetros de comprimento, que se repetiam mui frequentemente na grande maioria das argolas dos berenguendens. Que significação teriam?

Eram bem diferentes, no entanto, daqueles que sabíamos reservados para guardar terra de cemitério, farófia de dendê, orações, guiné, arruda ou fragmento de outras madeiras tidas como preservadoras da má sorte. Foram aventadas várias hipóteses, logo, porém, desprezadas por se não coadunarem com a lógica dos fatos. Mas, a insistência da repetição ali estava a desafiar a argúcia dos estudiosos . . .

*
* *
*

De regresso a casa, deixei meu pensamento vagar à toa na retaguarda dos séculos, e, fui mentalmente recompondo, pelo que me fora dado observar, o esplendor de outras épocas . . . Dei mil razões a Frei Antonio Rosadas, quando, em 1629, o olhar incendiado em santo zelo, esbravejava do púlpito contra a corrupção de costumes e o luxo existentes em Pernambuco, profetizando que "Olinda havia de ser abrasada por Olanda" ! . . .

Achei justas as leis portuguesas que coibiram o luxo com prisões, confiscos, e degredos na África e na Índia . . . Louvei as medidas, de drásticos efeitos, tomadas pela Metrópole para evitar o descaminho do ouro de suas finalidades monetárias . . . E, assim, por associação de idéias, lembrei-me, então, de algumas ex-escravas que conheci em menino, na casa de meus avós, quando, em dias de procissão, vinham visitar Sinhá Velha, os braços cheios de pulseiras onde, não raro, se via a efígie de D. Pedro II, o pescoço a cair de cordões de ouro e na cintura, por baixo do pano da Costa de cores vivas, pencas e mais pencas de barangan-dans ! . . . Vieram-me à memória narrativas do cativoiro, e, recordei, como uma das páginas mais bonitas da minha infância, as histórias que me contara o tio David, aclamado *capitão do canto*, desfilando pelas ruas da velha capital baiana, montado numa grande pipa de aguardente vazia, suspensa por um caibro aos ombros de atléticos pareceros, para receber dos demais companheiros dos outros cantos da cidade, a segurança do agrado de sua eleição !

Ah ! . . . Que bom relembrá-lo agora ! . . . Era um preto angolense muito feio, de rosto todo lanhado, cabelos bem carapinha e bigodes quase brancos, com um riso feliz a espoucar-lhe

sempre da grande boca desdentada, que, durante muitos anos, fora o portador da caixa de almoço de meu avô, levando-a, diariamente, à cabeça, da Cidade Alta para a Travessa do Garapa, onde era estabelecido com escritório de miudezas. Estimadíssimo pela criançada, respeitado pelos outros negros, entrava em nossa casa tomando a benção aos *sinhôzinhos moços* . . . Mas, se por ventura, cruzava na saída com um patricio, tão velho quanto ele, parava, e, ante a saudação do antigo companheiro, deitava-lhe a benção em nome de Deus . . . Foi aí, então, que tive a visão perfeita do que significava o cilindro de prata aberto nas duas extremidades, que vira, momentos antes, tantas vezes repetido, na coleção de José Mariano.

*

* * *

No tempo da escravidão havia muita gente que empregava capitais na compra de escravos.

Mas, no intuito de obter melhores lucros, mandava ensinar-lhes um ofício (pintor, barbeiro, alfaiate, sapateiro, etc.).

“Esses escravos, observa Koster, trabalham para seus senhores e proporcionam-lhes grandes rendimentos, porque a mão de obra é geralmente cara e os trabalhos que dependem de uma certa habilidade e gosto são pagos mais liberalmente que os outros”.

Muitas vezes, porem, preferiam alugá-los para o comércio urbano de comidas feitas, especialmente dos preparados culinários africanos, de grande preferência da população, de frutas, doces, legumes, produtos da Costa, quando não os destinavam a fazer fretes.

O escravo trabalhava no ofício em que era mais habil. levava recados ou fazia carretos, como mariola ou ganhador, e o amo recebia o dinheiro.

Mas, para evitar que fizesse sabotagem, trabalhasse de má vontade ou não se empregasse a fundo no desempenho de suas funções, procurava o amo associá-lo ao lucro, dando-lhe pequena percentagem, e, quando mais não fosse, estipulando que seria sua, toda e qualquer quantia que ultrapassasse o mínimo da importância previamente ajustada para ser entregue no fim de cada dia.



Exemplar de romã ornamental em prata, nos balangandans.

Após alguns anos de labor fazia o escravo um pequeno pecúlio e se libertava.

Os negros carregadores reuniam-se de preferência, nas esquinas das ruas mais movimentadas, à espera de serem chamados para o transporte de volumes: cadeirinhas de arruar, pipas de vinho ou aguardente, pianos, moveis, etc. Esses pontos tinham o nome de *canto* e aí ficavam, sentados em tripeças, *trocando lingua*, na expectativa do primeiro chamado. Para não perder tempo, enquanto conversavam, incumbiam-se de outros trabalhos: consertavam guardas-chuvas, faziam rosários de coquilhos, correntes de arame para prender papagaios, vassouras de piaçava, esteiras e chapéus de palha de ouricori.

Dentre eles, então, elegiam um companheiro, preto forro na maioria das vezes, que tratava com a freguesia, respondia pelo bom desempenho do serviço, recebia a paga, descontava a parte devida ao senhor, e guardava o que cabia a cada escravo: era o *capitão do canto*.

Verdadeiramente curioso o processo de escrita usado para o registo das quantias recebidas! Como não existissem ainda as caixas econômicas, pois a primeira fundada na Baía, no tempo da Regência, data de 1834, todo escravo tinha em mãos do *capitão do canto* um gomo de bambú, no qual consignava, por meio de riscos, feitos com um objeto cortante qualquer, o dinheiro recebido. Interessa ainda saber que tudo era guardado numa cavidade, que se fazia pela retirada de uma pedra, quase sempre num muro existente nas imediações do local em que se reuniam, e, de onde nunca nenhum deles se queixou do desaparecimento de uma moeda sequer!

Muitas vezes, porem, o escravo reunia em mãos do *capitão do canto*, sem que o soubesse, tão grande era a confiança que havia entre eles, a quantia justa para a compra da sua liberdade! É bem facil imaginar a alegria do negro, quando o companheiro lhe certificava, que possuia o dinheiro suficiente para comprar a sua carta de alforria! Tantos riscos havia no pedaço de bambú, tantas tinham sido as moedas amealhadas!...

Estes cilindros de prata abertos nas duas extremidades, que tão frequentemente se repetem nos barangandans da coleção de

José Mariano, representam, na minha opinião, o presente que o negro alforriado logo fazia à mulher preferida, para testemunhar-lhe, na simbólica representação desse bastonete, onde escurturara, dia a dia, com uma perseverança digna dos melhores elogios, todos os seus anseios de liberdade, o desejo, bem forte, de mostrar que era livre e capaz ainda de querê-la sempre, com igual ou maior constância, pelos tempos em fora . . . Era a representação de um fato que a sua firmeza de propósitos conquistára.

*
* *
*

Os *barangandans* bem podem ser classificados, em consideração à forma que apresentam e que lhes determina a utilidade ou função, em cinco categorias :

- a) devocionais ;
- b) votivos ;
- c) propiciatórios;
- d) evocativos ;
- e) decorativos.

Dentre os *devocionais* incluiremos aqueles que particularizam marcante preferência por um determinado santo ou culto : cruces crucifixos, relicários, medalhas, pombinhas do Espírito Santo, S. Crispim e S. Crispiniano, S. Cosme e S. Damião, representados por dois bonecos presos numa argolinha, S. Braz, etc.

Votivos são todos aqueles que representam o pagamento de uma promessa feita : a exteriorização do fato inspirado na fé. Resultam do milagre de uma dor que sarou, de um animalzinho de estimação que ficou curado ou de um imóvel qualquer que escapou à fúria dos elementos, tais como: olhos de Santa Luzia, cabeças, costelas, seios, corações, braços, pernas, pés, dentes, cavalos, cachorros, aves, casas, embarcações, etc.

Os *propiciatórios* eram usados para atrair os bons fados, imunizando seu possuidor contra todas as desgraças, *fechando-lhe o corpo*, isto é, tornando-o invulneravel aos ardis da inveja, da maledicência ou da vingança.

São os mais numerosos e dentre eles figuram as figas, os signos de Salomão, moedas, manipanços, dentes e unhas de animais, sementes, vegetais, frutas, pedras finas, etc.

As moedas foram sempre usadas como amuletos. J. Soares da Silva, citado por Leite de Vasconcelos, escreve nas *Memórias d'El-Rei D. João I*: "... era tão grande o amor de todo o povo de Lisboa para com o Mestre, que os primeiros reais de prata, que ele fez bater, os traziam ao pescoço muitas pessoas como relíquias ou remédios para as suas queixas ou enfermidades".

Não admira, portanto, que à semelhança dos *vintens de S. Antônio*, simples vintens de prata de D. João V, usados como talismãs, no braço, à cintura, ou ao pescoço pelas crianças portuguesas, tivessem as crioulas baianas emprestado iguais virtudes às moedas de prata do 2.º Reinado.

A romã, que foi o símbolo monetário de Side, cidade marítima da Panfília, na Ásia Menor, é, segundo José Mariano, "o símbolo da fecundidade entre os semitas".

Para Gustavo Barroso, porém, representa "o mundo cristão: a esfera, o mundo; os inúmeros grãos, os fiéis".

Seja como for, no entanto, traduzindo fecundez ou representando a união do gênero humano, rara é a penca em que ela não aparece isolada ou em conjunto. É o mais comum dos berengendens. O cajú, que recorda o índio, é o símbolo da fartura, da abundância.

Evocativos são todos aqueles que trazem à lembrança um fato decorrido. O português, por exemplo, oferecia à companheira o cacho de uvas, que lhe recordava as festas da vindima na sua aldeia natal; o negro dava o tambor que embora fosse na África distante um poderoso elemento de guerra ou caça, era agora o instrumento musical, utilizado nos batuques e nos candomblés, e que lhe fazia sentir, pela cadência do ritmo, a miragem sonhada das danças da sua terra; o mulato, pretensioso e gabola, apresentava o violão em cujas cordas dedilhara, madrugada alta, a música dolente de uma modinha predileta.

Incluem-se aqui os cachos de cabelo, apetrechos domésticos, instrumentos de trabalho, instrumentos musicais, etc.

Há, no entanto, certos berloques, como fora a princípio o cilindro de prata aberto nas duas extremidades, que não traduzem, a simples exame, motivo apreciável da sua inclusão nas argolas dos berenguendens. Assim sendo, e, para maior facilidade de indagações futuras, chamaremos *decorativos*, não somente àqueles que trazem pendurados pedaços de ágata e cristais em forma de pingente ou bolas coloridas, mas também a todo e qualquer outro dixe, que não puder ser, desde logo, incluído nas quatro primeiras categorias desta nossa tentativa de classificação dos barangandans.

MENEZES DE OLIVA

(Conservador cl. K, chefe da Secção de História do Museu Histórico Nacional, Professor de História da Arte do Curso de Museologia).

- ARAUJO VIANA (Ernesto Cunha) — "Das artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVIII — 2.^a parte. Rio, 1916.
- BARROSO (Gustavo) — *História secreta do Brasil*, 2.^a parte, Rio, 1937.
- BRASIL (Padre Etieme Ignace) — *Os malês*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", tomo LXXII, Rio, 1910.
- CALMON (Pedro) — *Malês — a insurreição das senzalas*, Rio, 1933.
- CORRÊA (Viriato) — *Terra de Santa Cruz*, Rio, 1921.
- DEBRET (João Baptista) — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, S. Paulo 1940.
- LEITE DE VASCONCELOS (J) — "Elenco das lições de numismática dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889.
- MAGALHÃES (Basílio de) — *O povo brasileiro através do folclore*, in "Cultura Política", N. 7, Ano I, Setembro de 1941.
- MARIANO FILHO (José) — *Resumo dos debates em torno da conferência A outivessaria no Brasil antigo*, de Francisco Marques dos Santos. In "Revista de Estudos Brasileiros", ano I, n. 6.
- MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — *Balangandan*, in "Espelho", n. de abril de 1936.
- OLIVEIRA NETO (F) — *A penca e o balangandan*, in "Don Casmurro", Rio, 16,5,1942.
- QUERINO (Manoel) — *Costumes africanos no Brasil*, Rio, 1938.
- RAMOS (Artur) — *As culturas negras no novo mundo*, Rio, 1937.
- RAMOS (Artur) — *O negro brasileiro*, 2.^a edição, S. Paulo, 1940.
- RODRIGUES (Nina) — *Os africanos no Brasil*, 2.^a edição. S. Paulo, 1935.
- STERN (Leopold) — *Balangandans*, in "Jornal do Comércio", Rio, 22,2,942.

LADISLAU NETO

Por ANGIONE COSTA

Nasceu com a vocação de naturalista e com a inteligência seduzida por aspectos da cultura que os seus contemporâneos desconheciam. Foi um isolado na adolescência, na sua Alagoas de 1850, beata e inflamada pelas paixões políticas, agitada pelas lutas de partido, apaixonada pelas questões da divisão do poder, discutido de armas na mão entre as famílias remanescentes do feudalismo do açúcar, no nordeste brasileiro.

Ninguém compreendia aquela criança bem dotada, de inteligência muito fora do comum, que menoscabava dos estudos do direito e alarmava a família com a propensão revelada para o conhecimento das ciências naturais e para a pesquisa das coisas antigas. Dos estudos normais a que se entregavam os rapazes da sua idade, só as línguas o seduziam e sua preferência ia para o latim e para o grego, cujo domínio adquiriu com as lições do padre Joaquim, vigário, àquele tempo, na freguesia de Maceió.

A leitura dos primeiros clássicos levou-lhe ao espírito a curiosidade pelas civilizações mortas e, ao mesmo tempo que sua juventude sadia se entregava nas horas do dia a pesquisar os elementos da vida natural, que o cercavam, as horas da noite eram consumidas na meditação da história e no relato dos clássicos. A história das espécies, inclusive a humana, que ele pela antropologia, sua história natural, como pela arqueologia, remota história social, soube descobrir na juventude, traçou-lhe a paralela do destino.

Nascido a 27 de junho de 1838, de Francisco de Souza Neto e dona Maria da Conceição Melo e Neto, na cidade de Maceió, fugiu à orientação dos filhos latifundiários da província, recusando-se a conquistar a carta de bacharel com que se lhe abririam as

portas da pacata vida do Império, que iniciava, com o advento da maioridade, quarenta anos de paz fecunda às instituições do país.

Mas o menino tinha talento, tinha inventiva e flama. Entretanto, nele, essas qualidades tomavam rumo diferente dos meninos de sua idade e idêntica situação. Incompreendido, isolava-se. Não gostava de dizer versos, nem de se imiscuir nas questões provinciais que lhe agitaram os primeiros tempos da juventude. Ficava indiferente aos partidos e, o que é pior, não se tomava de admiração pelos governos que marcavam os compassos iniciais da vida do Império ao começar o segundo reinado. Em compensação, se aparecia por Alagoas um naturalista em excursão, o menino Ladislau criava um caso doméstico, ensaiava-se para abandonar a casa e segui-lo. Muito cedo veem os pais que as letras da província só um limitado interesse poderiam despertar no filho adolescente e encaminharam-no para a Corte onde dos 18 aos 20 anos faz o curso de matemática e história natural, na antiga Academia Imperial de Belas Artes.

Aos 22 anos já aprendera tudo o que no antigo estabelecimento se ensinava e, oferecendo-se uma oportunidade de realizar trabalhos de campo, segue para o norte, integrado na comissão astronômica e hidrográfica incumbida dos estudos da costa de Pernambuco, na qual teve a primeira ocasião de se sentir em contacto direto com o gênero de atividades a que suas mais íntimas vocações o impeliam. Três anos depois, trabalhava com um autêntico naturalista, o célebre geólogo Liais, sob cuja orientação explorou todo o vale do S. Francisco, penetrando pela província de Minas, incumbido o jovem naturalista brasileiro da parte botânica da expedição.

O conhecimento da região tão rica de elementos naturais, serviu a Ladislau Neto para facilitar-lhe o estudo e classificação de diversas espécies-botânicas e para que fosse anotando outras peculiaridades da natureza, datando dessa época suas primeiras pesquisas de cerâmica e de líticos, que mais tarde encheriam grande parte das suas atividades, voltadas para a questão do povoamento americano, questão que o levaria a estudar, organizar e classificar, o escasso material arqueológico do nosso país.

Pai da arqueologia brasileira, porque foi aquele que primeiro procurou reunir e estudar sob um critério de escola as atividades

da cerâmica de Marajó, avançando no seu tempo quanto era possível num território que começava a ser frequentado por alguns, mas sobre o qual não se fizera nenhum estudo definitivo, nem se tentara qualquer sistematização, Ladislau Neto, igualmente nunca mais abandonou os estudos naturais, incidissem eles sobre plantas, sobre animais, ou sobre o homem. Tinha vinte e seis anos quando o governo imperial, que procurava vocações para mandar à Europa, fê-lo seguir para Paris onde cursou as aulas da Sorbonne, fazendo, a seguir, um curso regular no Jardim das Plantas, que era o centro de cultura botânica mais famoso daquela época, em todo o mundo.

Vários anos consumiu o brasileiro ilustre enriquecendo seu cabedal de cultura nos campos para onde sua vocação o atraía. Na Europa conheceu e frequentou por aquela época as maiores figuras, de algumas das quais se conservou amigo, fazendo com que se voltassem para a jovem pátria distante atenções valiosas de homens de ciência, que antes não a conheciam.

No Jardim das Plantas tornou-se um botânico de nomeada, relacionado com as principais figuras do tempo. Notabilidades como o professor Duchartre, davam-lhe o tratamento de sábio e citavam-no em seus tratados. Decaisne estabelecia a mesma linha da igualdade entre seus títulos e os do jovem brasileiro. Seu velho professor, naquele famoso instituto, o célebre Brageviardt, decano da Academia de Altos Estudos e professor de botânica no Jardim das Plantas, chamou-o a trabalhar ao seu lado, reservando-lhe uma sala especial no seu laboratório e propondo-o depois para sócio da Sociedade de Botânica da França.

Ladisláu Neto era o moço americano visto em todas as escolas e museus, em todas as salas de conferências, em todos os lugares onde os espíritos iam atraídos pela sedução do estudo. Frequentava os melhores salões e acompanhava a marcha maravilhosa que o espírito humano realizava no terceiro quartel do século XIX, como que procurando redimir-se dos longos períodos de estagnação contemplativa em que a humanidade ~~por~~ tanto tempo mergulhara.

Na Faculdade de Medicina de Paris H. Baillon, professor da cadeira em que Ladislau se especializara, reconhecendo os merecimentos do jovem brasileiro, dedicava-lhe um gênero novo de

plantas da Nova Zelândia, por ele classificado e intitulado de "Nettea", da família das bixáceas. Por esse tempo era convidado a tomar parte num concurso de histologia vegetal, aberto pela Academia das Ciências e pelo ministério da Instrução Pública de França, sendo, com outros naturalistas, incumbido pelo governo francês de estudar a flora da Argélia.

A excursão pelo norte da África Marroquina prescreveu-lhe definitivamente o caminho. Em Argel, estendeu-se em pesquisas, estudou a flora, observou o homem, examinou raças, interpretou a história dos povos antigos, familiarizando-se com o uso de línguas orientais, cujos cursos seguira em Paris e, conduzido pelo rumor que as pesquisas de Mariette haviam produzido, rumou para o país dos faraós onde se deixou impregnar daquele amor pelas civilizações e pelos povos extintos, que o acompanhou sem nunca mais deixá-lo. De regresso a Paris, uma atração distante o chamava, a longínqua voz da pátria o atraía.

Quando, pouco tempo depois, regressa ao Brasil, no pleno apogeu dos seus talentos, aos trinta e poucos anos de idade, Ladislau Neto conduz consigo todas as vozes que agitavam a cultura e vem constituir-se no seu país uma mentalidade singular. Trazia a cabeça cheia das idéias que sobre linguística, arqueologia, antropologia, andavam em plena moda na Europa. Conhecia línguas asiáticas, era uma inteligência debruçada sobre as conquistas mais recentes que no território do pensamento a França derramava pelo mundo. Chegava ao Brasil no momento exato em que se cogitava de imprimir uma organização muito séria aos estudos de que ele era mestre. Ingressando imediatamente no Museu Nacional, na função de diretor da Secção de botânica, pouco depois era o diretor interino dessa grande casa, aguardando, para efetivar-se, a reforma feita pelo Conselheiro Tomaz Coelho, que imprimiu o ritmo definitivo a esse estabelecimento depositário de valiosa cultura.

À frente da orientação científica do Museu Nacional, Ladislau Neto imprimiu-lhe uma orientação que marcou esse estabelecimento como um centro de pesquisas que, ao tempo, poucos rivais possuía. Sua direção assinala um período em que o Museu Nacional é um ferredouro de atividades. Fazem-se pesquisas geológicas, botânicas, zoológicas. Estudam-se antropologia, etnogra-

fia, arqueologia. Todas as ciências que ainda eram novidade na Europa, Ladislau Netto, doutor em ciências naturais pela Universidade de Paris, procura divulgar aqui. Já faz parte do con-



Ladislau Netto. Retrato tirado da obra "Aux Etats Unis du Brésil", de M. F. J. de Santa Anna Nery, ed. Delagrave, Paris, s. d.

selho de S. M. o Imperador quando o Brasil o envia pela segunda vez à Europa, como seu representante ao Congresso de Antropologia de Berlim, que se reuniu em 1888 e foi o segundo realizado no mundo. Na Alemanha, o jovem imperador Guilherme II, elevado ao trono a 15 de junho daquele mesmo ano, gostava de cercar-se de sábios e o delegado brasileiro, vindo de país tão distante e conduzindo títulos tão bons, incidiu na sua estima, conquistou-lhe a amizade. Ladislau Netto foi mais tarde, de regresso

à pátria e quando já o novo regime aqui se instalara, condecorado com uma ordem honorífica alemã em 1890 e como o regime vedasse as veneras por serem contrárias ao espírito republicano, o imperador Guilherme ofertou-lhe um retrato a óleo. A tanto chegava a estima do jovem kaiser pelo jovem sábio brasileiro, escreve um dos seus biógrafos.

Ainda em 1890 coube ao Conselheiro Ladislau Neto retirar-se para o estrangeiro, afim de representar o Brasil na Exposição de Chicago. Embora a América do Norte daquele tempo não fosse realmente o modelo que seu espírito distinguia no campo espiritual, a viagem serviu-lhe para que as universidades americanas fizessem conhecimento com a cultura do Brasil que, àquele tempo, só aparecia aos nossos vizinhos do norte como país semi-esclavagista onde se plantava o café.

Dois anos depois a atividade e a capacidade de organização de Ladislau Neto davam ao nosso país a primeira e única exposição antropológica até hoje realizada na América do Sul, orientada pela sua capacidade científica e instalada no antigo edifício do Museu Nacional, que, naquele tempo, funcionava à praça da República, no mesmo edifício em que atualmente se instala o Arquivo Nacional.

Ladisláu Neto foi um dos poucos homens que recusou, no Brasil, função política eminente, para não se afastar do território científico. Eleito pelo seu Estado deputado à constituinte republicana de 1891 renunciou o mandato, preferindo permanecer na direção do Museu Nacional, que considerava sua maior realização. Era dono de um grande saber e de uma apreciável modestia, embora nunca abandonasse uma nobre linha de orgulho, perpendicular do seu espírito. Reuniu títulos e ordens honoríficas dos mais ilustres e desejados. Era membro da Antropological Society de Washington, da Societé Lineana de París, da Societé Botanique de France, da Academia das Ciências de Lisboa, das Sociedades de História Natural de Chérburgo e Ratisbona, do Instituto de Botânica do Luxemburgo e das principais instituições brasileiras. Possuía varias ordens honoríficas, inclusive o Officiato da Legião de Honra e da Instrução Pública de França.

Parece que a grande atividade mental concorreu para apressar-lhe a morte. Morreu muito cedo, com 56 anos, em 1894, já aposentado, por doença, no cargo de diretor do Museu Nacional.

Escreveu muito e aqui podemos dar-lhe a seguinte bibliografia, que não julgamos completa :

Hydrographie du Haut San Francisco et du Rio das Velhas ou resultats au point de vue hydrographique d'un voyage effectué dans la province de Minas Gerais par E. Liais : ouvrage accompagné de cartes levées par l'auteur avec la Collaboration de mrs. Eduardo J. de Moraes e Ladislau de Souza Melo Netto. Paris, 1865 in fol. com 20 cartas; *Organographie vegetale* : remarque sur des lactifères de plusieurs plantes du Brésil. Paris, 1865, 4 págs. in-4.º; *Remarques* sur les vaisseaux lactifères de quelques plantes du Brésil. Paris, 1865, 3 págs., in 4. *Remarques* sur la destruction des plantes indigenes du Brésil et sur le moyen de les en preserver, suivies d'une note sur le même sujet par Mr. Naudin. Paris, 1865, 16 pags. in 4.º. Esta memória foi lida na sociedade Botânica de França em sessão de 11 de fevereiro e publicada no "Correio Mercantil" a 26 de março de 1865; *Sur la structure* anormale des tiges des lianes, Paris, 1865, 20 págs. in-4.º. *Sur la structure* anormale des tiges des lianes, Paris, 1866, 5 pags. in-4.º. Extraído dos Comptes — rendus de l'Academie des sciences; *Addition* à la Flore bresilienne (Trembleya Pradosiana) Paris, 1866, 3 pags. in-4.º com estampas — Extraído dos Annales des Sciences Naturelles; *Addition* à la Flore bresilienne (Pisonia noxia, Pisonia laxa et Odina Francoana) Paris, 1866, 8 pags. in-4.º com estampas — É idem, idem, dos mesmos Anais; *Additions* à la Flore bresilienne Itineraire botanique dans la province de Minas Gerais, accompagné d'un aperçu des principales regions parcourues et considerations sur l'habitation, l'importance etc. de chaque plante remarquable. Paris, 1866, 42 págs. in-4.º; *Breve noticia* sobre a coleção de madeiras do Brasil apresentada na exposição internacional de 1867 pelos Srs. F. Freire Alemão, Custódio Alves Serrão, Ladislau Neto e J. Saldanha da Gama. Rio de Janeiro, 1867, 32 págs. in-4.º; *Apontamentos* sobre a coleção de plantas econômicas do Brasil para a exposição internacional de 1867. Paris, 1866, 47 págs. in-4.º; *Memória his-*

tórica do Museu Nacional, seguida de uma notícia sobre suas principais coleções. Rio de Janeiro, 1866; *Estudo sobre as florestas e a cultura do Brasil*; memória lida em sessão de 15 de março de 1867 da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional perante S. M. o Imperador. Impressa na revista desta Sociedade e no "Jornal do Comércio" de 26 do dito mês; Considerações sobre os vasos usados pelos indígenas do Brasil: relatório enviado ao respectivo Ministério, — No "Diário Oficial", no "Correio Mercantil" e no "Diário do Rio" de 13 de junho de 1867; *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, acompanhadas de uma breve notícia de suas coleções, etc. Rio de Janeiro, 1870, 328 págs. in-4.º; com a estampa do Museu; *Apontamentos relativos à botânica aplicada ao Brasil*, Rio de Janeiro, 1871, 83 págs. in-4.º, parte dos artigos deste volume saiu antes no "Correio Mercantil". *Relatório da companhia de minas de ouro e cobre ao sul do Brasil*, apresentado à assembléia geral extraordinária de 15 de outubro de 1874. Rio de Janeiro, 1874, in-8.º; *Relatório do Museu Nacional* apresentado ao Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior, ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Rio de Janeiro, 1874, in-fol. *Castas* relativamente à inscrição de uma pedra encontrada em terras pertencentes a J. Alves da Costa, em Pouso Alto, termo de Minas Gerais — "Na Reforma", de 2 de abril de 1873.

A este escrito e sobre o mesmo assunto, seguiu-se outro, inserto no "Jornal do Comércio" do dito mês. Ladislau Netto, para traduzir a inscrição, aperfeiçoou seus estudos das línguas fenícia e hebráica, (Veja-se o Novo Mundo, tomo 3.º pág. 154; *Observaciones sobre la teoría de la evolución*, leídas en la sociedad científica argentina, a invitación de la misma sociedad en la sesión que en honor del dr. Netto celebró el 12 de octubre de 1882. Buenos-Ayres, 1882, 21 págs. in-4.º — Precedendo uma carta explicativa do Dr. H. Baillon, professor de história natural da academia de medicina de Paris, foi publicado em francês este escrito, com o título: *Aperçu sur la théorie de l'évolution: Conférence faite a Buenos-Ayres dans la séance solennelle, célébrée en son honneur par la société scientifique argentine, le 25 octobre, 1882*

Rio de Janeiro, 1863, 23 págs. in-8.º; *Arqueologie. bresilienne* : conference faite au Museum National em presence de SS. MM. Imperiales le 4 novembre, 1884. Rio de Janeiro, 1884, 28 págs. in-8.º; *Archeologie nationale* : conference faite au Museum national en presence de SS. MM. Imperiales le 24 novembre, 1884. Rio de Janeiro, 1885, 25 págs. in-4.º; *La verité* sur l'inscription de la Parahyba avec le fac-simile des caracteres pheniciens, la traduction en hebreu et français : *Lettre á M. Ernest Renan* a propos de l'inscription phenicienne apocriphe, soumise á l'Institut Historique, Geographique et Etnographique du Brésil. Rio de Janeiro, 1885, 39 págs. in-4.º; *Le Museum National* de Rio de Janeiro et sa influence sur les sciences naturelles du Brésil. Rio de Janeiro, 1889, 93 págs. in-4.º; *Quelques verités* sur un diffamateur. Paris, 1889, 24 págs. in-8.º; *Instruções* sobre as preparações e remessa de coleções que forem destinadas ao Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1890, 12 págs. in-4.º; *Impressões de viagem* — No livro "A festa literária da associação dos de letras". Rio de Janeiro, 1883, in-8.º.

Ladislau Neto colaborou em várias revistas francesas, na Revista da Sociedade Philomática do Rio de Janeiro, no "Espelho" e em vários jornais do Império, desde 1856, nos quais publicou seus estudos astronômicos e hidrográficos da costa de Pernambuco.

Tambem redigiu os *Arquivos do Museu Nacional* do Rio de Janeiro, de 1878-1888, nos quais, entre outros trabalhos divulgou os seguintes : *Apontamentos sobre os tembetás* (adornos labiais de pedra) da coleção antropológica do Museu Nacional, no tomo 2.º, 1877, pág. 105 e seguintes e *Investigações* sobre a arqueologia brasileira, no tomo 6.º.

Escreveu ainda a *Introdução* e vários artigos da *Revista da Exposição Antropológica*, Rio de Janeiro, 1882, e *Planta* do porto de Pernambuco, no Ministério dos Negócios da Guerra, em 1861, trabalho redigido de colaboração com E. Liais.

Ainda em outras revistas e jornais, publicou Ladislau Neto os seguintes escritos : *Viagem* da comissão astronômica e hidrográfica ; série de artigos no "Correio Mercantil", 1860-1861 ; *A provincia de Alagoas* e a exposição de 1866, no "Progressista" de Alagoas, de 12 de fevereiro de 1867 ; *Descrição* da caverna do

Furado, na província de Alagoas, "Diário de Alagoas", 1865; *Nome científico* da butua, carta dirigida ao ministério, no "Diário Oficial" e no "Auxiliador da Indústria Nacional".

Ladislau Neto, que se dedicou aos estudos científicos num período em que ainda não estavam em moda as especializações, foi uma das figuras mais singulares do Brasil, em todos os tempos. Seu imenso labor, entretanto, não se apresenta hoje à crítica escoimado de imperfeição. Incidiu em erros, que passavam como verdades no seu tempo, mas que lhe não diminuem o grande valor. Nós mesmos no nosso curso de arqueologia brasileira, no Museu Histórico Nacional e em trabalhos já reunidos em livro, temos discordado de afirmações que podiam talvez ser feitas em seu tempo, mas que são atualmente condenadas, sem que esta nossa atitude em nada diminua a profunda admiração e o grande respeito que temos pela sua memória.

Presidindo à comissão de História do Congresso Americanista, reunido em setembro de 1939, na cidade de Lima, o nosso preito de carinho por Ladislau Neto nos levou a apresentar uma comunicação bio-bibliográfica sobre o grande brasileiro, comunicação que foi aprovada pelo Congresso e mandada inserir nos seus Anais.

Ladislau Neto tem o seu nome assinando vários trabalhos nas publicações da Academia das Ciências e no Instituto de França. Foi discípulo e amigo de Renan.

ANGYONE COSTA

(*Conservador cl. K., Professor de Arqueologia do Curso de Museologia*).

ORDENS HONORÍFICAS DO GOVERNO PROVISÓRIO (1890 - 1891)

Com a implantação da República foram "abolidos todos os títulos, foros de nobreza e ordens honoríficas estabelecidos pelo antigo regime" (Decreto n. 277 F, de 22 de março de 1890).

Nesse mesmo decreto, porém, abriu-se uma exceção para as Ordens de Aviz e do Cruzeiro, as quais deviam permanecer "com todas as honras, direitos e isenções indicados na legislação que as criou", e, mais, que as condecorações concedidas seriam usadas segundo o tipo até então adotado.

Compreende-se que assim fosse, porque a figura central do 15 de Novembro, tão ligada ao regime monárquico, não se deixara absorver de todo pelas idéias liberais de que se achavam possuídos os seus mais próximos auxiliares. Esse decreto pode ser mesmo considerado como índice do processo de transição que se operava no espírito do Marechal. Assim foi com efeito, pois, não satisfeito com a ressalva do decreto citado, instituiu em 6 de junho de 1890 uma nova Ordem Honorífica (a de Colombo); declarou subsistentes, na parte que não colidissem com o regime democrático, "as honras, direitos e isenções ligados aos títulos e condecorações de que trata o art. 5.º" do decreto 277 F; e, pelo de n. 671, de 18 de agosto do mesmo ano, regulou a concessão da Ordem Militar de Aviz, destinando-a exclusivamente a recompensas militares.

Deodoro era um dos homens mais condecorados do Império. Além de várias medalhas militares conquistadas nos campos de batalha durante sua longa vida militar, possuía a Dignitária do Cruzeiro, por decreto de 6 de setembro de 1870 (Cavaleiro e Oficial da mesma Ordem por decretos de 17 de agosto de 1866 e 11 de abril de 1868, respectivamente); Comendador de Aviz, por decre-

to de 2 de agosto de 1880 ; Grande Dignitário da Rosa por decreto de 23 de fevereiro de 1889 (Oficial a 13 de abril de 1867) .

Mas foram baldados os seus esforços para manter tais instituições, porque a Constituição de 24 de fevereiro derogou todas aquelas disposições legais, dando assim ganho de causa ao "espirito de renovação" vigente, e que erroneamente julgava as ordens honoríficas incompatíveis com a nova forma de governo. Eis a proibição constitucional :

Art. 72. — § 2.º Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos.

.....
§ 29 Os que aceitarem condecorações ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos.

Neste parágrafo, a Constituição Republicana repetiu mais ou menos o que, a respeito, já estipulava a do Império : "O que, *sem licença do Imperador*, aceitar Emprego, Pensão ou Condecoração de qualquer Governo estrangeiro", perde o direito de cidadão brasileiro.

A diferença estava em que, no Império, o legislador teve uma finalidade ao condicionar a recepção de distinções estrangeiras à licença do Chefe do Estado : a obtenção de renda, porque essa licença custava dinheiro. Com efeito, o decreto n. 7.540, de 15 de novembro de 1879, dando novo regulamento para a cobrança do imposto do selo, estabelecia para essas distinções as seguintes e pesadas taxas :

Qualquer distinção inferior ao título de	
Comendador	250\$000
De Comendador	500\$000
De Barão	2:000\$000
De Visconde	4:000\$000
De Conde	6:000\$000
De Marquês	8:000\$000



MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA

Criador e primeiro grão-mestre da Ordem Civil de Colombo. Aboliu as ordens honoríficas do Imperio, mantendo contudo as de Aviz e do Cruzeiro. Terceiro grão-mestre da última.

Óleo de Kronstrand, da galeria do Museu Histórico Nacional. Observe-se a banda de grão-cruz de Aviz, usada pelo Marechal como grão-mestre da Ordem, depois da implantação da República. O pintor, erradamente, colocou a insignia da Ordem de Cristo sobre a medalha da Campanha do Uruguai, sendo também de notar-se a impropriedade das cores das fitas das três medalhas militares que usava: além da já referida, as do Paraguai e da Bravura Militar.

Na República, o legislador proibiu . . . porque não gostava, ou era contrário às condecorações.

ORDEM DO CRUZEIRO

Entre o decreto n. 277 F e a Constituição de 24 de fevereiro, esteve em vigor no regime republicano a mais velha das Ordens Brasileiras, sob a denominação de "Ordem Civil do Cruzeiro". Nesse curto espaço de tempo, teve executados os modelos de suas insígnias, que em diversos graus foi conferida a nacionais e a estrangeiros. Até aqui, falava-se vagamente em pessoas que a haviam recebido. Dentre as condecorações colocadas pelo escultor Correia Lima sobre o peito do Almirante Custódio José de Melo, num busto em gesso datado de 1905, existente no Museu Histórico Nacional, há uma que corresponde ao modelo da insígnia de Dignitário do Cruzeiro republicano. Mas nenhum ato oficial autorizava afirmações, o que agora podemos fazer.

Documentos que consultamos, revelam que foram agraciados os seguintes :

Grão-cruzes:

- 1890 — General Andrés Avelino Cáceres, do Exército Argentino, por decreto de 18 de outubro ;
- 1891 — Alexandre Rébot e Charles de Saulces de Freycinet, Presidente do Conselho de Ministros da França, ambos por decretos de 10 de janeiro ;

Dignitários :

- 1890 — Almirante Custódio José de Melo, por decreto de 11 de janeiro ;
- D. Manuel Vilamil Blanco, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Chile no Rio de Janeiro, por decreto de 12 de abril ;

Oficiais :

- 1890 — Capm. de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, por decreto de 11 de janeiro ;

Capm. de Fragata Manuel Marques Mancebo, por ato da mesma data ;

General Fotheringam, do Exército Argentino, por decreto de 23 de março ;

Almirante Daniel de Solier, Adido Naval Argentino, por decreto de 8 de junho ;

Doutor Antonio Pacheco Mendes.

Cavaleiros :

1820 — Capm. Zenon Ariaga, do Exército Argentino, por decreto de 23 de abril ;

Bacharel João Severiano da Fonseca Hermes, em 13 de junho, “pelos serviços por ele prestados à causa pública durante o período de transformação social por que acaba de passar o país”.

1891 — Tertuliano Ramos, por decreto de 17 de janeiro.

Em suas insígnias, diferia da Imperial Ordem do Cruzeiro nos seguintes pontos : ao invés da coroa imperial, uma estrela de cinco pontas, em vermelho, encerrada em dois ramos, um de café outro de fumo. No lugar da cruz com dezenove estrelas, a Constelação do Cruzeiro do Sul. Onde antes existia o busto do Fundador da Nação, a efígie da República, circundada pela legenda : ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Quanto aos graus, foram mantidos na República (art. 3.º do decreto n. 277 F) os de cavaleiro, oficial, dignitário e Grão-cruz sem alusão às classes de *honorários*, que no Império se determinavam para os Grão-Cruzes, Dignitários e Oficiais.

Se compararmos os padrões oficiais publicados juntos ao referido ato com as insígnias executadas (de que o Museu Histórico Nacional possui exemplares), e os reproduzidos no catálogo inédito de Julius Meili, verificaremos que, neste, a estrela está *encerrada* na grinalda de fumo e café, enquanto que naqueles é muito menor, e maior a estrela, *assente* sobre a grinalda. Ademais, no padrão oficial a grinalda está feita de tal maneira que

não se pode distinguir o café do fumo pela uniformidade do desenho, cujas folhas mais se assemelham ao *louro*.

*

* * *

Se o "Cruzeiro", como condecoração, desapareceu na República, o mesmo não sucedeu na nossa Marinha de Guerra, onde foi adotado em 1847 na bandeira do *gurupês* — símbolo de soberania que há quase um século tremula nos mastros de nossas belonaves, perpetuando o signo sob o qual nasceu e se formou a Nação.

O decreto n. 544, de 18 de dezembro daquele ano, determinou que os navios de guerra da Armada Nacional usassem "de uma bandeira particular no gurupês" "a exemplo do que se pratica nos navios de guerra de outras nações", de forma retangular, tendo inscrita "uma cruz formada de dezoito estrelas brancas sobre campo azul celeste, simbolizando as Províncias do Império, *sob o emblema de sua primitiva denominação*". É quase a repetição das expressões do preâmbulo da lei que em 1822 criou a primeira das nossas Ordens Honoríficas. Dezoito estrelas, ao invés de dezenove pela perda da Cisplatina. (*)

A bandeira do gurupês, ou *jaque* também chamado na Marinha de bandeira-cruzeiro, formara-se, assim, dos elementos, cores e disposição do anverso da insígnia da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Clovis Ribeiro, em "Brasões e Bandeiras do Brasil", depois de transcrever aquele ato, explica que o decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1890, alterado pelo de n. 3.686, de 20 de junho de 1900, "manteve o jaque do Império, acrescentando-lhe mais duas estrelas".

Os decretos em questão, conquanto tratem apenas das "salvas e distintivos que competem aos oficiais da armada investidos de autoridade ou cargo especial", não incluindo no seu texto uma

(*) Em 27 de agosto de 1828. Pela criação das províncias do Amazonas e do Paraná, em 5 de setembro de 1850 e 19 de dezembro de 1853, respectivamente, foi a orla de estrelas das armas impriaes acrescida dos dois elementos correspondentes.

única referência à bandeira do gurupês, ou à flâmula, foi publicado em avulso, o qual insere, dentre outras, uma estampa (anexo n. 8) na forma descrita por aquele autor com a seguinte explicação :



O clichê reproduz as venéras e fitas das ordens honoríficas que pertenceram ao Fundador da República, oferecidas ao Museu Histórico pelo Marechal Clodoaldo da Fonseca ; 1, placa e insignia pendente da grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro ; 2, colar e insignia pendente de Comendador da Ordem de Aviz ; 3, placa e insignia pendente de Dignatário da Ordem Imperial do Cruzeiro ; 4, placa e insignia pendente de grande Dignatário da Ordem da Rosa, última condecoração conferida pelo Império a Deodoro, em 23 de fevereiro de 1889 ; banda e insignia pendente de grã-cruz da Ordem de Aviz, usada na República pelo Marechal como seu grão mestre e, abaixo desta, outra insignia pendente de Comendador da mesma Ordem.

“Bandeira do gurupês, será içada todos os dias no navio que tiver o distintivo de comando superior, na mesma ocasião em que içar a bandeira nacional na popa. Fora deste caso, os navios de guerra somente içarão a dita bandeira aos domingos e dias santificados ou de embandeiramento”.

Ai também encontramos a flâmula azul, com a faixa de vinte estrelas brancas, a qual, conforme provisão do Conselho Superior de Marinha, de 15 de dezembro de 1837, “era a insignia que um capitão de fragata comandando forças navais, devia trazer como

distintivo” e somente adotou a forma e cores aludidas em 1848 com o aviso de 15 de janeiro : que “seja a mesma cor e padrão da bandeira adotada para o gurupês dos navios e distintivos dos oficiais generais”.

A bandeira do gurupês, o Cruzeiro, passou à flâmula e ambas flutuaram em Riachuelo e Humaitá, chegando aos nossos dias.



O símbolo histórico da nossa emancipação deveria, também, figurar em nossa bandeira republicana. Por motivo que desconhecemos, porém, o decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, aprovou a bandeira atualmente em vigor, em flagrante divergência com o desejo do Marechal Deodoro de fazer perpetuar o Cruzeiro no novo símbolo nacional.

Um documento autógrafo, estampado no livro de Ernesto Senna, com uma anotação do General Jaques Ourique, torna patente essa idéia do Fundador da República, ao exarar o seguinte despacho num projeto de bandeira nacional, a 17 de novembro, ou seja dois dias antes da promulgação do decreto da bandeira atual :

“A Bandeira Nacional, já tão conhecida, e reconhecidamente bela, continua, *substituindo-se a coroa sobre o escudo pelo cruzeiro*”.

Aliás, houve numerosos projetos e até execuções isoladas de bandeiras nacionais, por essa época (*). Mas depreende-se daquele despacho que, pela vontade de Deodoro, não haveria nenhuma modificação substancial na bandeira, conservando-se o

(*) Existe no Ministério da Marinha uma bandeira que drapejou por mares estranhos simbolizando o Brasil Republicano, no mastro do “Almirante Barroso”, na sua viagem de circumnavegação, por essa época. Não é a que idealizou o Marechal Deodoro, nem a atual. Foi içada no porto de Nápoles, em face da ordem telegráfica de 17 de novembro ao Comandante Custódio José de Melo, na qual o Ministro da Marinha de então lhe recomendava a providência, com a observação de que a bandeira seria “a mesma nacional, substituindo-se a coroa por uma estrela vermelha”. A estrela vermelha, felizmente, não ficou, por ter sido outro o modelo adotado. Mas sempre se conseguiu um lugarzinho para ela na insígnia do Cruzeiro republicano.

escudo de armas criado por D. Pedro I no Império e do qual seria apenas retirado o elemento exterior da coroa, colocando-se, no seu lugar, o “Cruzeiro”.

ORDEM DE COLOMBO

O decreto n. 456, de 6 de junho de 1890, instituiu a Ordem Militar e Civil de Colombo, em homenagem à memória do descobrimento da América. Destinava-se tanto a nacionais como a estrangeiros. A proibição ampla da Carta de 24 de fevereiro do ano seguinte colheu-a quase ao nascer, e, conquanto não se conheça nenhum modelo oficial de suas insígnias, foi a Ordem distribuída a alguns estrangeiros.

Nas provas de gravura, inéditas, da 2.^a edição do Catálogo de Medalhas e Condecorações brasileiras do colecionador suíço Julius Meili, existentes na Secção de Numismática do Museu, encontramos, sem qualquer explicação, pois que o catálogo não foi terminado e não traz uma única palavra do texto, alguns desenhos que se supõe sejam o projeto das veneras da Ordem de Colombo. A data de um desses desenhos, aliás, coincide com a do decreto de criação da Ordem.

Eis como determina o decreto a forma das insígnias :

“Art. 8.^o — A medalha será : uma estrela como a do Cruzeiro, esmaltada de branco, assentada sobre raios de prata e encimada por uma estrela de ouro, tendo no centro, em campo azul-ferrete, as letras C C entrelaçadas”.

Não há indicação do reverso, mas facilmente se deduz que este seria o mesmo do Cruzeiro da República.

Um dos desenhos do catálogo de Meili confere com essa descrição, notando-se os C C entrelaçados e opostos. Essa é evidentemente, a característica principal da condecoração. Ao lado desse desenho, encontram-se outros dois — o reverso, tendo um deles, no campo central, um busto voltado à direita (presumivelmente o do descobridor, embora muito diferente da sua efígie clássica). O outro e último desenho apresenta uma nau, vista de popa e a três quartos, navegando. No espaço do primeiro quartel do campo circular, cinco estrelas, mais ou menos na posição das da Constelação do Cruzeiro, tudo circundado pela

legenda : 6 DE JUNHO DE 1890. E.U.B. — Tratar-se-á talvez, de um estudo do reverso, de vez que o anverso não poderia fugir ao que estabeleceria o decreto.

É quase de afirmar-se que as insígnias da Ordem de Colombo nunca foram executadas, pelo menos oficialmente. Nenhum documento encontramos com qualquer referência em tal sentido, embora circulem versões de que o joalheiro Farani teria fabricado algumas.

Sem embargo, houve agraciados. Podemos anunciá-lo baseados nos registos oficiais e nos próprios decretos originais de "nomeação", que compulsamos na coleção de papéis do Marechal Deodoro, no Arquivo do Palácio Itamarati.

E, fato curioso, a Ordem de Colombo não foi concedida a qualquer personalidade americana. Sete ilustres cidadãos franceses seriam os únicos a gabarem-se da rara e efêmera distinção. Os decretos trazem, todos, a data de 10 de janeiro de 1891:

Grão-Cruzes Honorários:

— Armand Nisard, Diretor Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França ;

— George Cogordan, Diretor do Gabinete do mesmo Ministério.

Dignitários:

Camilo Blondel, Encarregado dos Negócios da França no Rio de Janeiro ;

— Philippe Crozier, Chefe Adjunto do Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

Cavaleiros:

— Renucoli, Consul Francês em Pernambuco ;

— Visconde Georges de Quichen, Adido à Legação da França no Rio de Janeiro ; e

— Joseph Bélin, Gerente do Consulado no Rio de Janeiro.

Os decretos são assinados pelo Marechal, não como grão-mestre da Ordem, mas como Chefe do Governo Provisório, e referendados pelo Ministro José Cesario de Faria Alvim.

Na correspondência do Itamarati não consta nenhum documento dirigido à Legação Francesa no Rio de Janeiro, nem à nossa em Paris sobre o assunto. Teriam esses decretos sido levados ao conhecimento de seus beneficiários, na sua maioria residentes fora do Brasil?

Já nas vésperas da Revolução de 1930 o Presidente Washington Luiz mandou um de seus ajudantes de ordem falar ao Comandante Gastão Penalva — a quem devemos a gentil informação — a respeito do seu intento de restabelecer a ordem republicana. Dias após, saía no *Jornal do Brasil* um pequeno artigo, da lavra daquele escritor, e que depois foi reproduzido na Revista Numismática. E dessa tentativa, foi a única coisa que resultou. Passara a oportunidade...

Uma das joalheiras desta Capital, por ocasião das comemorações do cinquentenário da República, executou por encomenda do Ministério das Relações Exteriores uma condecoração como sendo a insígnia da Ordem de Colombo.

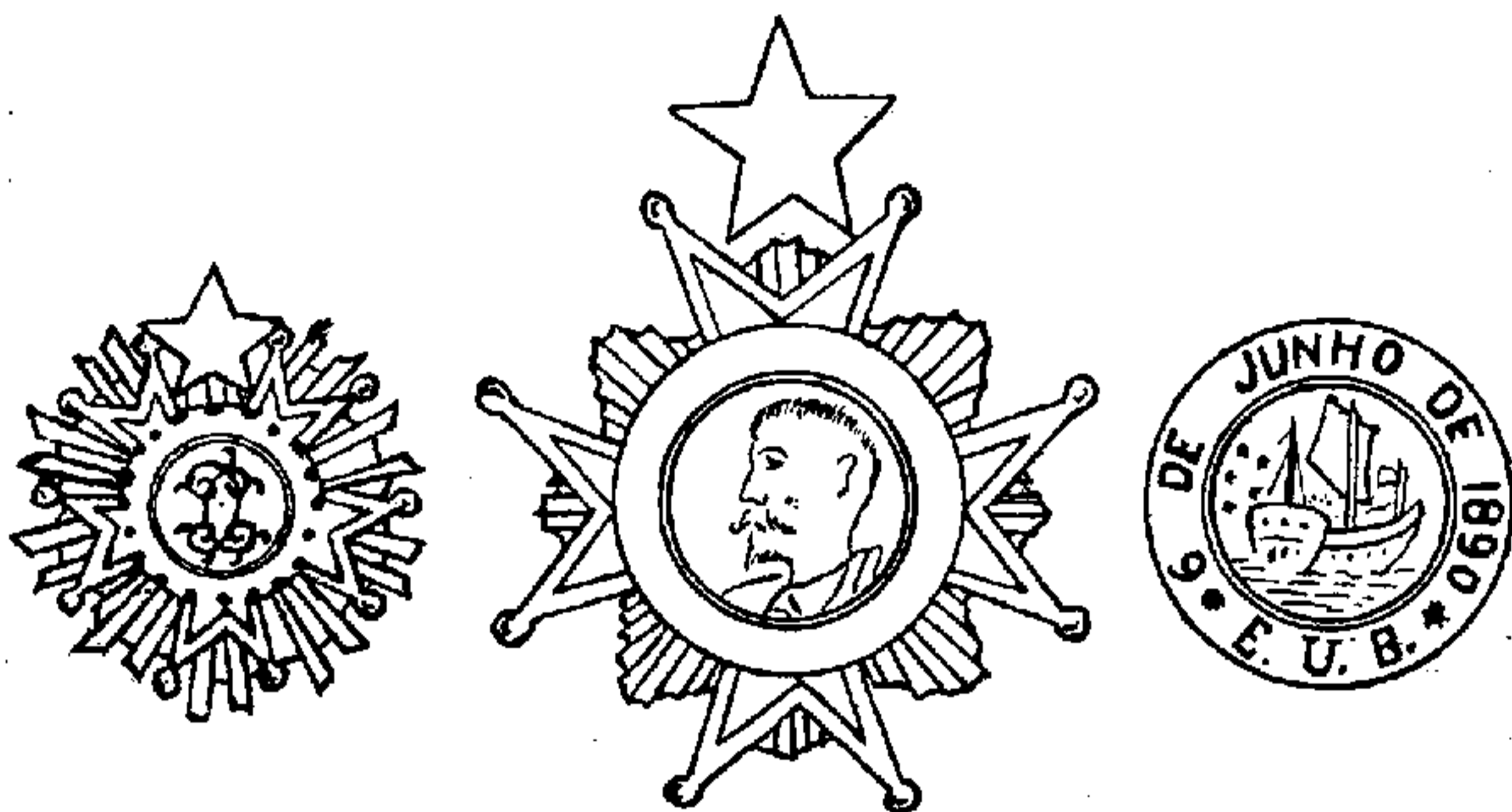
O reverso é o mesmo da Ordem do Cruzeiro da República e os C C do anverso não estão na posição dos da gravura de Meili. É preciso dizer-se que o desenho apresentado pelo notável colecionador denota, pelo seu traço grosseiro e mal feita composição, imperícia e falta de conhecimentos da parte do seu anônimo autor.

Não se poderia, pois, deixar de aceitar como boa a orientação seguida na execução da encomenda do Itamarati. Objetam que os C C não estão opostos. Mas, o decreto não determina essa posição para as iniciais do navegador a cuja memória a República prestara tão grande e merecido preito. A estrela de ouro, que encima o conjunto, seria desse metal com toda a certeza para diferenciá-la à primeira vista da insígnia da Ordem do Cruzeiro.

ORDEM DE AVIZ

Mantida, como a do Cruzeiro, pelo Governo Provisório, que a destinou a prêmio exclusivo de serviços militares, pelo decreto n. 671, de 18 de agosto de 1890. Mesmo antes desse decreto, e até 24 de fevereiro do ano seguinte, quando foi abolida com as

demaís, a distribuição foi muito grande, como veremos. O grau de comendador foi substituído pelo de oficial, mas as insígnias continuaram como dantes, inclusive quanto ao Coração inflamado, introduzido por D. Maria I nas Ordens Portuguesas, quando da reforma de 1789 (*).



Reprodução do desenho das provas do catalogo inédito de Julius Meili, referido no texto. Em uma reprodução fotomecânica de um manuscrito do consagrado mestre da numismática brasileira, transferido da Biblioteca Nacional em 1922 juntamente com a coleção Antonio Pedro de Andrade, encontramos a seguinte referência a essa gravura, do punho do colecionador suíço: "Ns. 6/7 — s/d. Ouro e esmalte. Insigne Ordem Militar e Civil de Colombo; ficou projeto. Tenho desenhos. N. 6, cavaleiro, N. 7, Dignatário".

No antigo livro que serviu de registo aos decretos das Ordens do Cruzeiro e de Aviz, do Império, com o seu termo de abertura formado pelo Visconde de Monte Alegre, datado de 1849, e paralisado em 1876, foram lançados os da Ordem de Aviz republicana. Por ele, levantamos a estatística inserta em outro local, tendo os lançamentos cessado em agosto de 1890. Em outros livros, porem, encontramos os assentos de condecorações de Aviz até 18 de fevereiro de 1891, e com esses elementos completamos o quadro geral das mercês do Marechal Deodoro no curto período

(*) Pretendem alguns que a condecoração de Aviz da República se destaca da do Império pela ausência desse elemento. Mas é o próprio padrão oficial publicado junto aos "Decretos do Governo Provisório", e as insígnias usadas pelo Marechal Deodoro — que estampamos — que desautorizam a afirmativa.

de menos de um ano, no qual sem embargo se mostrou mais pródigo do que qualquer outro chefe de governo no Brasil.

Chama a atenção o crescido número de grão-cruzes, cuja relação, a seguir, nos evoca nomes que, pela época, ocupavam posição de primeira plana no cenário político-militar do Brasil, entre os quais alguns titulares do antigo regime :

Tte. General José Miranda da Silva Reis (Barão de Miranda Reis) ; Marechais Floriano Peixoto e Hermes Ernesto da Fonseca ; Generais de Divisão Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça (Barão de Batoví), Carlos Resin, José de Almeida Barreto, Antonio Nicoláo Falcão da Frota, José Simeão de Oliveira, Antonio Maria Couto (Barão de Anhambá), Julio Anacleto da Frota e Candido José da Costa ; Generais de Brigada Izidoro Fernandes de Oliveira, José Clarindo de Queiróz, Conrado Jacob de Niemeyer, Tude Soares Neiva, Carlos Frederico da Rocha, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Antonio Joaquim Bacelar, João José de Bruce, Luiz Hende Oliveira Ewbanck, Carlos Machado de Bittencourt, Antonio Germano de Andrade Pinto, Francisco Carlos da Luz, José Cerqueira Aguiar Lima e Carlos José da Costa Pimentel ; Vice-Almirante Elisario José Barbosa, Joaquim Francisco de Abreu, Eduardo Vandenkolk, João Mendes Salgado (Barão de Corumbá) ; Contra-Almirantes Luiz Maria Piquet (Barão de Santa Marta), Manoel Carneiro da Rocha, Fortunato Foster Vidal, Antonio Luiz von Hoonholtz (Barão de Teffé), Manoel Ricardo da Cunha Couto, José Marques Guimarães, Francisco José Coelho Neto, Custodio José de Melo, José Manoel de Araujo Cavalcanti de Albuquerque Lins, D. Carlos Baltazar da Silveira ; Almirante Delfim Carlos de Carvalho (Barão da Passagem) ; Contra-almirante Dionisio Manhães Barreto, General Antonio Enéas Gustavo Galvão (Barão do Rio Apa) e General de Brigada Bernardo Vasques.

Ao todo, 45 grão-cruzes.

Nos 49 anos do seu longo reinado, D. Pedro II criou apenas *menos um* grão-cruz de Aviz do que o Fundador da República! D. Pedro I em um decênio fez 33 grão-cruzes nas 5 ordens vigentes e D. João VI, de 1808 a 1821, nas Ordens de Cristo, Aviz e

S. Tiago da Espada, elevou somente 21 pessoas àquela alta dignidade.

A primeira distribuição verificou-se em 19 de abril de 1890, ou seja alguns dias depois do decreto n. 277 F. A última mercê foi concedida a 18 de fevereiro de 1891, também alguns dias antes da Carta de 91, que tornou insubsistentes aquelas concessões.

O Marechal Deodoro, como se vê, necessitando dedicações novas e cumprindo-lhe, por outro lado, pagar serviços prestados ao novo regime, não pôde ser parcimonioso. Em apenas oito meses distribuiu 710 condecorações só na Ordem de Aviz.

Demos em primeira mão a relação dos grão-cruzes de Aviz, como também os agraciados com as duas outras ordens honoríficas sob o curto grão-mestrado de Deodoro.

Impõe-se, assim, por ser até aqui desconhecida, a lista dos oficiais e cavaleiros da Ordem privativa das classes armadas no mesmo período, com o que fica definitivamente solucionada a dúvida em que se encontraram os poucos que escreveram sobre o assunto, à falta de afirmativas e de documentos que comprovassem a distribuição, pelo Marechal Deodoro, das Ordens que manteve e criou.

Oficiais :

Antonio de Abreu-Correia de Carvalho, Antonio Alves Pereira Salgado, Antonio Americo Pereira da Silva, Antonio Bernardo Figueiredo, Antonio Carlos da Silva Piragibe, Antonio Calmon du Pin e Almeida, Antonio Carlos Freire de Carvalho, Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, Antonio Clemente dos Santos, Antonio Ernesto Gomes Carneiro, Antonio Francisco Duarte, Antonio Ferreira de Oliveira, Antonio Francisco Velho Junior, Antonio Faustino da Silva, Antonio Fernandes Barbosa, Antonio Joaquim Moreira Marques, Antonio Joaquim da Costa Guimarães, Antonio José de Araujo, Antonio Luiz Cavalcanti de Oliveira, Antonio Nicolão Consul, Antonio Olimpio da Silveira, Antonio Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Antônio Pinto do Amaral, Antonio Pereira da Silva Guimarães, Antonio Rocha Bezerra Cavalcanti, Antonio Severiano Nunes, Antonio de Souza Dantas, Antonio Virgilio de Carvalho, Afonso

de Alencastro Graça, Arthur de Azevedo Thompson, Aureliano Augusto de Azevedo Pedra, Alexandrino Faria de Alencar, Augusto Fausto de Souza, Alexandre Galdino da Veiga, Arquimínio José Correia, Alexandre Marcelino Bayma, Alvaro Nunes Ribeiro Belfort, Artur Oscar de Andrade Guimarães, Amaro da Rocha Cristalina, Anacleto Ramon de Abreu Carvalho Contreira, Americo Rodrigues Vasconcelos.

Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, Braz Abrantes, Major, Bento de Carvalho e Souza, Braz Ferreira da França Veloso, Bernardino José de Queiroz, Bento José Fernandes Junior, Benjamin Pereira Monteiro, Cel., Barão Ribeiro de Almeida, Dr., Barão de São Marcos, Bebiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Bento Tomaz Gonçalves, Major, Bernardo Vasques ;

Carlos Baltazar da Silveira, Padre Cassiano Coriolano Colonia, Major, Cornelio Carneiro de Barros, Capitulino da Cunha, Carlos Eduardo Saulnier de Pierre Levée, Carlos Eugenio de Andrade Guimarães, Carlos Frederico de Noronha, Carlos Frederico dos Santos Xavier Azeredo, Carlos Luiz de Andrade Neves, Major, Carlos Magno da Silva, Cel., Carlos Maria da Silva Teles, Major, Carlos Manoel Ferreira de Araujo, Carlos de Oliveira Soares, Cecinio Pacheco, Major.

Donaciano de Araujo Pantoja, Dionisio Evangelista de Castro Cerqueira, Dionisio Manhães Barreto ;

Ernesto Augusto da Cunha Matos, Eduardo de Barros Gonda, Eliezer Coutinho Tavares, Emidio Cavalcanti de Melo, Estevam José Ferraz, Cel., Eduardo José de Moraes, Eduardo José Barbosa, Eduardo Lamelle, Eusebio de Paiva Legey ;

Francisco Antonio de Moura, Francisco Antonio Rodrigues Sales, Francisco Agostinho de Melo Souza Menezes, Francisco Afonso do Rego Barros, Francisco Calheiros da Graça, Francisco Carlton Othon da Silva, Francisco Forjaz de Lacerda, Francisco Flaviano de Cantalice, Francisco Félix de Araujo, Major, Francisco Goulart Rollin, Francisco Golçalves Souza, Francisco Inácio Pereira da Cunha, Francisco José Teixeira Junior, Francisco Joaquim Pereira Caldas, Francisco Lino Soares de Andrade, Francisco de Lima e Silva, Cel., Francisco Maria Ribeiro, Francisco Maria Pinheiro Bitencourt, Francisco de Paula Argolo, Francis-

co de Paulo Teixeira, Francisco Raimundo Ewerton Quadros, Francisco da Rocha Calado, Francisco Sergio de Oliveira Porto, Francisco Xavier de Godoy, Fernando Augusto da Silva Veiga, Major, Frederico Cavalcanti de Albuquerque, Frederico Cristiano Buys, Feliciano Galiope Monteiro de Melo, Floriano Florambel da Conceição, Felipe Firmino Roiz Chaves, Frederico Guilhermé Souza Serrano, Filinto Perry, Firmino Pires Ferreira, Franklin do Rego Cavalcanti de Albuquerque Barros, Fernando da Silva Chaves, Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, Frederico Victor da Fonseca e Silva, Fernando Xavier de Castro ;

Guilherme Carlos Lassance, Gaspar da Silva Rodrigues ;

Horácio César, Dr., Henrique Messeder da Rocha Freire, Henrique Pinheiro Guedes ;

Inocencio Galvão de Queiróz ;

José Antonio Alvarim Costa, José Antonio Tupinambá, José Antonio Noronha e Silva, José Bernardino Borman, José Carlos Palmeira, José Carlos Lobo Botelho, José Candido Guilhobel, José Caetano da Costa, José Candido dos Reis Montenegro, José Cristino Pinheiro Bitencourt, José Correia Teles, José Félix Barbosa de Oliveira, José Florencio de Toledo Ribas, José Gonçalves Duarte, José Inácio Borges Machado, José Inácio Xavier de Brito, José Jardim, José Joaquim de Andrade Neves, José Joaquim de Aguiar Correia, Tte. Cel., José Luiz Teixeira, José Manoel de Araujo Cavalcanti de Albuquerque Lins, José Pinto da Luz, José Porfirio de Souza Lobo, José Pedro Alves de Barros, José Pereira Guimarães, José Pereira da Graça Junior, José Pedro de Oliveira Galvão, José Porfirio de Melo Matos, Tte. Cel., José Sebastiano Fernandes dos Reis, José Victor de Lamare, João Antonio de Miranda Nelson, João Antonio Davila, João Batista da Silva Teles, João Justino da Proença, João Justiniano da Rocha, Major, João Lins de Andrade Vasconcelos, João Lino de Bittencourt Costa, Major, João Maciel da Costa, Tte. Cel., João Pedro Xavier da Camara, João Soares Neiva, João Severiano da Fonseca, Gen. de Brigada, Dr., João de Souza Castelo, João Tomaz de Cantuaria, João Vicente Leite de Castro, Joaquim Antonio Cordovil Maurity, Joaquim Alves da Costa Matos, Joaquim Francisco Coelho, Joaquim Fernandes de Andrade Silva, Joaquim Leovi-

gildo de Souza Coelho, Joaquim Marques Batista de Leão, Joaquim Manoel de Medeiros, Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, Joaquim Sabino Pires Salgado, Julião Augusto da Serra Martins, Julio Cesar de Noronha, Jaime da Costa Antunes, Jorge Diniz de Santiago, Juvencio Nogueira de Moraes, Capm. Tte., Jeronimo Rodrigues de Moraes Jardim ;

Luis Augusto Pinto, Luiz Augusto Soares Wolf, Luiz Antonio Ferraz, Lopo de Almeida Henriques Botelho Melo, Major, Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Tte, Cel., Luiz Carlos da Costa Pimentel, Luiz Carneiro da Rocha, Dr., Luiz Celestino de Castro, Major, Luiz Felipe Saldanha da Gama, Leopoldino José dos Passos, Capm. Tte., Leonardo José da Fonseca Lessa, Luiz Manoel das Chagas Doria, Luiz Pedro de Carvalho Junior, Leopoldo Pinheiro Nunes, Luiz Rebelo de Vasconcelos, Leoncio Rosa;

Manoel Augusto de Castro Menezes, Manoel Climaco dos Santos Souza, Major, Manoel Dias Cardoso, Manoel Eufrasio dos Santos Dias, Manoel Francisco Soares, Tte. Cel., Manoel Gomes Borges, Tte. Cel., Manoel José Alves Barbosa, Capm. Frag., Manoel Luiz da Rocha Osorio, Gen. Brig., Manoel Lopes da Cruz, Manoel Lourenço de Castro Rocha, Manoel de Moura Cirne, Manoel Marques Mancebo, Capm. Frag., Manoel Presciliano de Oliveira Valadão, Manoel da Silva Rosa Junior, Miguel Antonio Pestana, Marciano Augusto Botelho de Magalhães, Marcos Antonio Rodrigues, Major, Marcos Bricio Portilho Bentes, Miguel Maria Girar, Tte. Cel.

Napoleão Augusto Moniz Freire, Tte. Cel. ;

Pedro Abrilino de Oliveira, Major, Pedro Benjamin de Cerqueira Lima, Capm., Pedro Borges Leitão, Tte. Cel. Med., Pedro Lopes da Conceição, Pedro Nolasco Pereira da Cunha, Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo, Paulino Pais Ribeiro, Cel. ;

Quintino Francisco da Costa ;

Rodrigo Antonio De Lamare, Rafael Fernandes Lima, Cel., Roberto Ferreira, Cel., Rodrigo José da Rocha, Rogaciano Monteiro de Lima, Rafael Tobias ;

Severiano Braulio Monteiro, Dr., Sebastião Bandeira, Major, Severiano Carneiro da Silva Rego, Major, Sinfronio Olimpio Alvares Coelho, Dr., Sebastião Raimundo Ewerton, Saturnino Ri-

beiro da Costa Junior, Cel., Sergio Tertuliano Castelo Branco, Major ;

Tomaz Alves, Teotonio Coelho Cerqueira de Carvalho ;
Zeferino José Teixeira Campos, Tte. Cel.

Cavaleiros :

Antonio Augusto da Cunha, Antonio Alves Teixeira, Antonio Afonso Faustino, Antonio Augusto Santiago, Antonio Benedito de Araujo, Antonio Bastos Figueiredo, Antonio Caetano da Silva Junior, Antonio Constantino Nery, Antonio Ferreira de Carvalho, Antonio Fernandes de Souza Couceiro, Antonio Falcundo de Castro Menezes, Antonio Francisco Xavier, Antonio de Souza Aguiar, Antonio Gabriel de Moraes Rego, Antonio Inácio Albernaz, Antonio Inácio de Albuquerque Xavier, Antonio José de Faria, Antonio Joaquim da Silva, Antonio José de Souza Gouvêa, Antonio Joaquim de Andrade Leite, Antonio Leite Bastos, Antonio Leopoldino da Silva, Antonio Luiz Fagundes de Souza, Antonio Madeira Shaw, Antonio Mariano de Azevedo, Antonio Maria de Albuquerque O'Connell Jersey, Antonio Mariano de Azevedo Marques, Antonio Neto de Oliveira Silva Faro, Antonio Pinto Guedes, Antonio de Siqueira Lopes, Antonio Sebastião Basilio Pirro, Antonio dos Santos Mendonça, Antonio da Silva Matoso, Antonio da Silva Paraguassú, Antonio Tertuliano da Silva Melo, Antonio Vicente de Carvalho, Antonio Vieira de Arêas Junior, Antonio Valerio dos Santos Neves, Albino de Araujo Guimarães, Alfredo de Avila Menezes, Alexandre Augusto de Frias Vilar, Americo de Albuquerque Portocarrero, Alexandre Batista Franco, Alfredo Barbosa, Alfredo Bernardino Dutra, Afonso Cavalcanti do Livramento, Augusto Cesar Diogo, Alfredo Candido de Moraes Rego, Argemiro da Costa Sampaio, Agricola Ewerton Pinto, Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, Augusto Fernando de Almeida Brandão, Augusto Frederico Caldwell do Couto, Augusto Francisco Xavier Acioli, Amancio Francisco José da Costa, Alberto Ferreira de Abreu, Augusto Guedes de Carvalho, Alberto Gavião Pereira Pinto, Alvaro Guimarães dos Reis Mota, Agricola Guanabara, Afonso Henrique Vieira, Arthur Henrique Freire de Carvalho, Arthur José dos Reis Lisboa, Adolfo Joaquim Pena, Alexandre José de Menezes, Agnelo Lopes Pereira,

Aristides Monteiro de Pinho, Alfredo Mac Guines, Alfredo O. da Silva Morais, Agnelo Petra de Almeida, Afonso Pedra da Fonseca Lessa, Alfredo de Simas Enéas, Arthur da Serra Pinto, Albino da Silva Maia, Alfredo Saldanha ;

Belo Augusto Brandão, Benedito Hemeterio Valente, Bento José Manso Saião, Bartolomeu José Lobão, Beatrício João Bemée, Tte., Benjamin Ribeiro de Melo ;

Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Carlos Augusto de Campos, Capm., Carlos Augusto de Souza, Tte., Cicero de Brito Galvão, Capm., Carlos Delfim de Carvalho, Cesar Furtado de Mendonça, Capm., Casimiro Francisco Borges, Major Médico, Cicero Franklin de Vasconcelos Monteiro, Alferes, Claudio Joaquim de Faria Matos, Alferes, Caetano Manoel de Farias Albuquerque, Major, Carlos Oceano da Silva Santiago, Alferes ;

Domingos Antonio Francisco, Damião da Costa Leitão, Capm., Digno Elisio da Silva Freire, Diogo Fernandes Alvares Fortuna, Major, Domingos Pereira da Silva, Tte. ;

Euclides Alves Ferreira da Rocha, Eduardo Augusto Verissimo de Matos, Eduardo Augusto da Silva, Emilio Carvalhais Gomes, Eduardo Ernesto Midosi, Elpidio da Gama Bentes, Eduardo Jorge Mois, Epifanio José da Silveira, Alferes, Edmundo Leopoldo Miller, Enéas Oscar de Faria Ramos, Eugenio Rodrigues Jardim, Tte., Eutiquio Soledade, Major Médico, Emilio dos Santos Cabral, Tte., Estevam Teixeira Junior, Ernesto Victorino Jeolac ;

Francisco de Assis Camelier, Francisco de Albuquerque Pajuaba, Alferes, Francisco Antonio de Figueiredo e Silva, Francisco Borges da Silva, Francisco de Cerqueira e Souza, Francisco Cordeiro Pizarro Gabizo, Francisco Cândido de Brito Maciel, Francisco Fleryn da Cruz, Alferes, Francisco Gonçalves Lopes de Souza, Francisco Gonçalves Oliveira, Francisco Godran da França, Francisco José Fernandes Panema, Francisco Muniz Ferrão de Aragão, Francisco Marques Pereira de Souza, Francisco Mariani Wanderley, Francisco de Melo Pimentel, Francisco de Paula Castro, Francisco de Paula Ourique, Francisco de Paula Oliveira Guimarães, Francisco de Paula Rodrigues Barcelos, Francisco Ribeiro da Silva, Francisco dos Santos Mata, Francisco Tomaz Alves Nogueira, Francisco Xavier Tinoco Junior,

beiro da Costa Junior, Cel., Sergio Tertuliano Castelo Branco, Major ;

Tomaz Alves, Teotonio Coelho Cerqueira de Carvalho ;
Zeferino José Teixeira Campos, Tte. Cel.

Cavaleiros :

Antonio Augusto da Cunha, Antonio Alves Teixeira, Antonio Afonso Faustino, Antonio Augusto Santiago, Antonio Benedito de Araujo, Antonio Bastos Figueiredo, Antonio Caetano da Silva Junior, Antonio Constantino Nery, Antonio Ferreira de Carvalho, Antonio Fernandes de Souza Couceiro, Antonio Facundo de Castro Menezes, Antonio Francisco Xavier, Antonio de Souza Aguiar, Antonio Gabriel de Moraes Rego, Antonio Inácio Albernaz, Antonio Inácio de Albuquerque Xavier, Antonio José de Faria, Antonio Joaquim da Silva, Antonio José de Souza Gouvêa, Antonio Joaquim de Andrade Leite, Antonio Leite Bastos, Antonio Leopoldino da Silva, Antonio Luiz Fagundes de Souza, Antonio Madeira Shaw, Antonio Mariano de Azevedo, Antonio Maria de Albuquerque O'Connell Jersey, Antonio Mariano de Azevedo Marques, Antonio Neto de Oliveira Silva Faro, Antonio Pinto Guedes, Antonio de Siqueira Lopes, Antonio Sebastião Basilio Pirro, Antonio dos Santos Mendonça, Antonio da Silva Matoso, Antonio da Silva Paraguassú, Antonio Tertuliano da Silva Melo, Antonio Vicente de Carvalho, Antonio Vieira de Arêas Junior, Antonio Valerio dos Santos Neves, Albino de Araujo Guimarães, Alfredo de Avila Menezes, Alexandre Augusto de Frias Vilar, Americo de Albuquerque Portocarrero, Alexandre Batista Franco, Alfredo Barbosa, Alfredo Bernardino Dutra, Afonso Cavalcanti do Livramento, Augusto Cesar Diogo, Alfredo Candido de Moraes Rego, Argemiro da Costa Sampaio, Agricola Ewerton Pinto, Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, Augusto Fernando de Almeida Brandão, Augusto Frederico Caldwell do Couto, Augusto Francisco Xavier Acioli, Amancio Francisco José da Costa, Alberto Ferreira de Abreu, Augusto Guedes de Carvalho, Alberto Gavião Pereira Pinto, Alvaro Guimarães dos Reis Mota, Agricola Guanabara, Afonso Henrique Vieira, Arthur Henrique Freire de Carvalho, Arthur José dos Reis Lisboa, Adolfo Joaquim Pena, Alexandre José de Menezes, Agnelo Lopes Pereira,

Francisco Xavier Batista, Flavio Augusto Falcão, Major Médico, Fabricio Batista de Oliveira Pilar, Flaviano de Castro Labor, Capm., Frederico Correia da Camara, Firmino João de Magalhães, Felipe José Correia de Melo, Franklin de Menezes Doria, Frederico Marinho de Azevedo, Frederico Teixeira de Carvalho, Frederico Victor da Fonseca e Silva ;

Gustavo Alvaro da Costa, Capm., Guilherme Aurelio do Carmo, Guilherme de Barros e Vasconcelos, Galdino Cicero de Magalhães, Gabino Bezouro, Gabriel Eloi de Figueiredo, Capm., Guilherme Ferreira de Abreu, Guilherme Rondot d'Avila, Capm., Gustavo Ramalho Borba, Capm. ;

Herculano Alfredo de Sampaio, Capm., Henrique Afonso de Araujo Macedo, Capm., Henrique Ferreira dos Santos Reis, Henrique Alberto Carlos, Major, Henrique Justino José Alves Jatinga, Capm., Henrique Maria de Oliveira Bezerra, Hermes Rodrigues da Fonseca, Horacio de Vasconcelos, Alferes ;

Irenio Americo da Costa, Inocencio Benedito Ferraz de Oliveira, Inocencio Fabricio Ferreira de Matos, Inocencio José de Carvalho, Inacio Luiz de Azeredo Costa, Inocencio Marques de Lemos Bastos, Inocencio Serzedelo Correia, Ildefonso Theodoro Martins, Isaias Tavares Dias Pessoa ;

José Augusto Damasio, José de Almeida Bessa, José Augusto Assnelin (ou Annelin), José Agostinho Marques Porto, José de

CONDECORAÇÕES CONCEDIDAS PELO GOVERNO PROVISORIO DO
MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA

ORDENS												
ANOS	AVIZ			CRUZEIRO				COLOMBO				Total
	Ca-va-leiro	Ofi-cial	Grão-cruz	Ca-va-leiro	Ofi-cial	Dig-ni-tário	Grão-cruz	Ca-va-leiro	Ofi-cial	Dig-ni-tário	Grão-cruz	
1890.....	349	329	45	2	6	2	1	—	—	—	—	644
1891.....	55	22	—	1	—	—	2	3	—	2	(1) 2	87
	404	261	45	3	6	2	3	3	—	2	2	731

(1) Um honorário

Alencar Araripe, José Alipio Macedo da Fontoura Costallat, José Augusto Cromwell, José Baker, José Carlos Pinto Junior, José Carneiro Maciel da Silva, José Caetano de Faria, José Elias de Paiva Junior, José Freire Bezerril Fontenele, José Frutuoso Monteiro da Silva, José Ferreira Dias Junior, José Francisco de Araujo Costa, José Faustino da Silva, José Gonçalves do Paço, Dr., José Gonçalves Leite, José Soares de Melo, José João Machado da Cunha, José Joaquim do Sacramento, José Joaquim dos Santos Ferreira, Cônego José Joaquim Aires do Nascimento, Capm., José Leoncio de Lima, Capm., José Leoncio de Medeiros, José Lopes da Silva Junior, Major Médico, José Laureano da Costa, Capm., José Martins de Toledo, José de Matos, José Maria Marinho da Silva, José Mariano de Araujo, Major, José Nunes Belfort Guimarães, José Nicoláo Florentino de Lemos, José de Oliveira Gomes Junior, José Pinheiro Lobo, Capelão Capm., José Patricio Moreira de Almeida, José Rodrigues de Abreu, José da Silva Pessôa, Tte., José da Silva Gomes, José Soares de Melo, Alferes, José de Siqueira Menezes, Major, José Xavier Figueiredo de Brito, Capm., José Zenobio de Deus e Costa, Capm., João Alves Borges, João Antonio Soares Dutra, João Augusto Delfim Pereira, João Antonio da Costa Bastos, João Augusto Viegas da Silva, João Antonio de Carvalho, João de Almeida Santos Velho, João Baptista de Azevedo Marques, João Batista das Neves, João Batista Gonçalves Tinoco, João Brun Pereira Gonçalves, João Batista de Moura, João Candido Jaques, João Carlos de Vasconcelos, João Carneiro de Almeida, João Cristiano Ferreira de Carvalho, João Cañcio Nunes de Matos, João Candido Domience Ferreira, João de Deus Moreira de Carvalho, João de Deus Guimarães, João Francisco Menna Barreto, João de Figueiredo Rocha, João Frederico Stackman, João Gomes de Paiva, João Germano Pereira Gomes, João José da Costa Figueiredo, João José Antunes, João José de Santana, João Leocadio Pereira de Melo, João Ludgero dos Santos de Aguiar Cony, Tte., João Maria de Paiva, João de Miranda Ribeiro Sobrinho, João Maximiliano Algerson Sydney Schiffer, João Maria Rodrigues, João Nascimento Guedes Junior, Major Médico, João Pereira Leite, João de Perouse Pontes, João Pereira de Oliveira, João Pedro do Rosario, Capm., João do Rego Barros, Capm., João de Souza Carvalho, João da Silva Retumba,

João Soares da Silva, João de Souza França, Capm., João Ximenes de Gouvêa Cabral, Joaquim Alves da Silva Pena, Joaquim Alexandrino Vila Forte, Joaquim Cesario, Joaquim Candido de Oliveira Marques, Joaquim de Laranjeira, Joaquim Euclides de Freitas, Joaquim Francisco Cunha Leal, Joaquim Francisco Lessa de Vasconcelos, Joaquim Ferreira da Silva, Joaquim Gonçalves Gomide, Joaquim José Pinheiro Vasconcelos, Joaquim José Rodrigues Torres Sobrinho, Joaquim Justiniano da Silva Carvalho, Capm., Joaquim José Pereira Junior, Tte., Joaquim Martins de Melo, Joaquim Pinto Dias, Joaquim Pantaleão Teles de Queiróz, Major, Joaquim Quirino Villarin, Tte., Joaquim Ribeiro da Costa, Joaquim da Silva Ferreira Filho, Tte., Julio Alves de Brito, Jorge Augusto Correia, Jeronimo Augusto Rodrigues de Moraes, Juvenal Antonio de Souza, Jacinto Coelho Borges, Jaime Benévolo, Julio Fernandes de Almeida, Justino José de Macedo Coimbra, Januario José de Oliveira, Capm., Julião Moniz Tavares, Jacinto Madeira, Justiniano de Oliveira Souza e Melo, Jeronimo Rebelo De Lamare, Juvencio de Souza Medeiros, Alferes ;

Luiz Azevedo Cordovil, Leopoldo Antonio Luiz de Miranda, Tte., Luiz Antonio Murtinho, Capm., Liberato Augusto da Silva Ribeiro, Tte., Luiz Barbedo, Luiz Bezerra dos Santos, Alferes, Luiz Ferreira de Carvalho, Ludgero José da Cruz, Tte., Leonardo João Grego, Capelão Capm., Luiz José de Santana, Tte., Lino Jorge da Cunha, Alferes, Leopoldo Libanio Moreira César, Capm., Leencio Luiz Pinto Ribeiro, Capm., Lindolfo Malveiro da Mota, Luiz Pinto de Magalhães Siqueira, Luiz Pinto de Sá, Luiz Pereira Arantes, Ludgero Pereira da Luz, Leopoldo Rodolfo Pinheiro Bittencourt, Major ;

Manoel Antonio Mafra, Manoel Albuquerque Lima, Tte., Manoel Belmiro da Silva, Tte., Manoel Ernestino da Costa Moura, Manoel Ferreira das Neves Junior, Manoel Gomes Argolo Ferrão, Dr., Manoel Gonçalves Campelo França, Manoel Inácio Belfort Vieira, Manoel Inocencio Pires Camargo, Manoel Inácio de Oliveira Leitão, Capm., Manoel Inácio de Vasconcelos, Manoel Jorge da Paixão, Manoel Joaquim Nóbrega de Vasconcelos, Manoel José Gonçalves, Manoel José Ferreira Batista, Manoel Joaquim Pereira, Manoel Joaquim de Santana, Manoel José de Faria Albuquerque, Capm., Manoel José Alves Rodrigues, Tte., Ma-

noel José de Freitas, Capm., Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, Capm., Manoel de Melo Braga, Major Médico, Manoel Pereira Vaz, Manoel Pereira de Mesquita, Major Médico, Manoel Raimundo de Souza, Tte., Manoel Rodrigues Bernardes de Oliveira, Capelão Capm., Manoel Rodrigues de Campos, Major, Manoel da Silva Neto, Manoel Tomé Cordeiro, Major, Manoel Vicente Ferreira de Melo, Capm., Miguel Antonio Fiuza Junior, Misael Francisco Bandeira de Melo, Marcolino Ferreira da Costa, Miguel Gonçalves de Castro Mascarenhas, Alferes, Martiniano José Alves Ferreira, Capm., Modestino Augusto de Assis Martins, Marcos da Silva Paranhos, Miguel Teixeira da Costa, Capm., Minervino Tomé Rodrigues, Capm., Militão Tomaz Gonçalves, Capm., Manrique Victor de Lima, Tte. ;

Norberto de Amorim Bezerra, Nicanor Gonçalves da Silva, Nicolão José Marques, Norberto da Silva Ferraz, Capm. ;

Othon de Carvalho Bulhões, Olimpio de Carvalho Fonseca, Olegario Herculano da Silveira Pinto, Capm., Odorico Pinto da Silva Leal, Tte. ;

Pedro de Alcantara Cesar Burlamaqui, Comp., Primo Antonio Paraizo de Castro, Pedro de Alcantara Fonseca, Capm., Pedro Augusto de Mendonça, Capm., Pedro Augusto Borges, Major Médico, Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, Capm., Percilio de Carvalho Fonseca, Paulino Caetano da Silva Santiago, Alferes, Pedro de Castro Araujo, Major, Paulo Gomes da Mata, Pedro Guilherme Alves da Silva, Pedro Nolasco de Souza, Alferes, Pedro Paulo de Oliveira Santos, Pedro Paulo da Fonseca Galvão, Pedro Pinto Peixoto Velho, Tte., Paulo Paquet, Pantaleão Teles de Queiróz, Major ;

Raimundo de Castro, Major Médico, Raimundo Frederico Kiappe Rubin, Rodolfo Gustavo da Paixão, Romualdo Martins Alves, Dr., Raimundo Penafort de Araujo, Alferes, Rodolfo Rodrigues Vilares, Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, Major ;

Sebastião Jorge da Silva, Salvador Pires de Carvalho Aragão Junior, Capm., Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, Major ;

Tito Augusto Portocarrero, Capm., Tito Antonio da Fonseca Amaral, Capm., Tranquilino Borborema, Capm., Tomaz Cavalcanti de Albuquerque, Targino José dos Anjos, Tertuliano José da Silva Tinoco, Tte., Teodorio Mauricio Wanderley, Capm.,

Tomaz Rudd, Targino de Sena Ferreira da Cunha, Telemaco de Souza Velho, Capelão Capm., Tude Soares Neiva de Lima Alferes ;

Urbano Coelho de Correia, Major, Urbano Duarte de Oliveira ;

Vicente Antonio do Espirito Santo, Victor Marcolino da Silva Brito, Vicente Osorio de Paiva, Major, Virgílio Tavares de Oliveira, Capm.

Em muitos casos, os agraciados no antigo regime — alguns, dias antes do 15 de Novembro — recebiam a mercê republicana no grau imediatamente superior, como a significar injustiças reparadas. Outros eram agraciados e promovidos dentro daqueles curtos meses, como o Almirante D. Carlos Baltazar da Silveira, que foi oficial de Aviz em 12 de maio e grão-cruz em 24 do mesmo mês.

Coincidência interessante é a de ter o *último* sobrevivente da retirada da Laguna, General Rafael Tobias, recentemente falecido naquele posto, sido o *último* a receber, em 18 de fevereiro de 1891, o oficialato da tradicional Ordem Militar.

LUIZ MARQUES POLIANO

(*Conservador cl. J. do Museu Histórico*)

ESTUDO CRÍTICO E DOCTRINÁRIO SOBRE "MEDALHAS MILITARES BRASILEIRAS" (*)

Medalha de Campanha exprime a guerra ...
Sintetiza o valor do herói — soldado;
Aponta à Pátria o filho muito amado,
Ostentando o laurel que a glória encerra!...

A. SOLANO DE BARROS

O fato de se não haver definido até hoje o verdadeiro conceito da medalha militar como atributo da Numismática muito tempo levou os investigadores desse ramo de ciência a colocar como matéria à parte tudo quanto se referisse à chamada medalhística *propriamente dita*; mas desde que esta, pelo encarecimento natural, se integrou na vida do homem como prêmio e galardão que passou a ser pelos seus feitos, principalmente na guerra, — aí então, tudo como que se transmudou.

Pode-se dizer que se fez um estudo especializado e se obrigou o técnico-numismata a dirigir-se a novos rumos, a esquadrihar e analisar pormenores novos sob os quais a Numismática não houvera até então esclarecido nada de interessante.

Em se tratando, por exemplo, de medalhas e condecorações militares, o que se havia feito no Brasil, não ia além de dois ou três trabalhos *especializados*; mas de certo ponto incipientes ainda.

Nem por isto esmoreceram os que se comprazem em estudar a medalhística; e essa é talvez a razão máxima por que podemos assinalar "MEDALHAS MILITARES BRASILEIRAS" (Da época da Colônia ao fim do Primeiro Reinado) da autoria do Sr. Francisco Marques dos Santos como um trabalho digno de apreço e citação.

(*) Obra especializada, impressa nas Oficinas Gráficas da "A NOITE", de autoria do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Quantos já estudaram a medalha militar na acepção legítima do vocábulo, sabem que ela tem finalidade própria, *oriunda da legislação que a criou*, e que a medalha *simplesmente comemorativa* faz, de ordinário, exceção à regra.

Mas exercer censura sobre trabalho de outrem, em que as idéias expendidas concretizam o pensamento, estabelecendo, no caso, como que uma nova Escola, implica numa das modalidades da crítica, que é, sem dúvida, um "método", um "controle", que se deve aplicar às criações do espírito, em todos os ramos de sua atividade (1).

Ademais :

Se não fora um certo amor que ainda votamos à Numismática procurando servir à técnica, como perito, mas tão somente quando impellido a esse *desideratum*, de modo algum teríamos tido ânimo para examinar um trabalho sério, *especializado*.

De certo tempo a esta data permanecemos como que afastados da arena numismática, vendo, no entanto, as inovações de certos mestres . . .

Bem sabemos que "les maîtres d'autrefois" escreveram de acordo com a mentalidade do meio . . . Para estes, é claro, a crítica será suave, dada a deficiência da legislação conhecida na época em que procuraram tratar do assunto : e desta maneira somente devíamos ser, "através das idéias e dos fatos, um homem que passa, infinitamente curioso e atento" (2).

A obra do autor de quem nos ocupamos estuda a medalha militar, pondo de parte a medalha *propriamente* dita, que é a *comemorativa de atos ou fatos sociais e políticos*.

No estudo da Medalhística, as gerações aprendem verdadeiras lições de civismo, uma vez que a medalha outra coisa não é senão o próprio monumento metálico que, resistindo à ação do tempo e do espaço, rememora fatos e feitos que ficariam esquecidos, se a História Metálica, por assim dizer, não os tivesse perpetuado.

(1) SYLVIO ROMERO — *Da crítica e sua exata definição*, pág. 28, 2.^a edição melhorada — Rio, 1909.

(2) EÇA DE QUEIROZ — *Correspondência de Fradique Mendes*.

O mesmo fenômeno ocorre com a própria moeda lavrada para o meio circulante.

O ilustre publicista Antônio Delgado, na sua obra *Medallas Autônomas de España*, definiu bem o verdadeiro conceito da medalha comemorativa :

“... porque de las medallas no solamente se deducen los hechos históricos dudosos, sino que también manifiestan el culto de los pueblos antiguos, sus costumbres; el progreso de las bellas artes y sobre todo nos familiarizan con la cronología, siendo el mejor medio para dejar impresas en la imaginación las épocas notables de la história” (3).

O distinto escritor, seguindo a opinião dos primeiros numógrafos dá uma acepção lata à palavra *medalha* que, na antiguidade, era confundida com a própria moeda, peça destinada ao meio circulante e, para a qual, são exigidos os seguintes requisitos básicos :

- a) Sistema monetário que a criou, estabelecendo os valores para a circulação.
- b) Título.
- c) Peso.

É claro que estes requisitos não pertencem ao domínio da medalhística, pouco interessando à Cronologia, ciência auxiliar da Numismática, a data da emissão da peça comemorativa, que é, no caso, a medalha.

Sabemos que, na antiguidade, os fatos históricos eram comemorados na moeda.

Daí a emissão de peças excepcionais para rememorar qualquer acontecimento, ou para presentear príncipes estrangeiros. E peças excepcionais também as teve o velho Portugal, que emitiu moedas de ouro de 16 e de 24 escudos ao tempo do governo de D. João V; e o Brasil não fez exceção à regra, emitindo, em 1900, a série de moedas comemorativas do 4.º centenário do descobrimento (1500-1900), com os quatro seguintes valores 4:000, 2:000, 1:000 e

(3) D. ANTONIO DELGADO — Obr. cit., Tomo I, pags. I e II — Sevilla, año MDCCCLXXI.

400 réis (4) e, em cuja série figura a peça excepcional de 4:000 réis, com o peso de mais de 51 gramas!

E ainda :

Para Ernest Babelon os medalhões romanos de ouro, de prata e de cobre eram múltiplos *excepcionais* da moeda corrente, emitidos para fins comemorativos.

BABELON apóia o seu argumento na lição professada por LAMPRIDA.

Vejamo-la :

"1.º — De leurs types, de leurs légendes, de leur technique qui sont, sauf de bien rares exceptions, identiques aux types, légendes et technique des *aurei* et des *deniers* ;

"2.º — De leur titre qui est celui des monnaies contemporaines ; l'or est toujours pur comme celui des *aurei* ou des *solidi*.

Quant à l'argent, il suit pour les médaillons, l'altération graduelle du titre de la monnaie ordinaire, phénomène absurde dans l'hypothèse ou ces grandes pièces d'argent seraient exclusivement des monuments commémoratifs ;

"3.º — Des noms même que leur donnent les Anciens qui ne les apprécient qu'au poids et ne les nomment que comme multiples de l'unité monétaire notamment dans ce passage de Lampride que nous avons déjà cité : *formas binarias, ternarias et quaternarias et denarias, etiam atque amplius usque ad bilibras quoque et centenarias*" (5).

De acordo com a opinião de Babelon, vemos uma plêiade de numismatógrafos que abraçaram o mesmo ponto de vista ; — convido notar que, já, anteriormente, o ilustrado numólogo Sabatier

(4) AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Catálogo da Coleção Numismática Brasileira*, ns. 12, 13, 14 e 15, Est. CXVII — Rio, 1908.

(5) ERNEST BABELON — *Traité des monnaies grecques et romaines* — Première partie. Tome premier, pag. 655 — *Les Médaillons* — Paris, 1901.

(6), da Escola antiga, chamava de medalha a toda moeda romana, grega . . . , pelo fato de, *a priori*, comemorar qualquer acontecimento.

Esse erro de apreciação que incide contra as regras ditadas pela boa técnica encontra apoio no fato único de, na antiguidade, não ser conhecida a palavra *medalha* : e aliada essa circunstância ao desuso da moeda antiga, que, fora da circulação, era guardada como objeto de arte servindo de mera fonte subsidiária para a História. Mas os técnicos divergem . . .

Lenormant, por exemplo, acha que a dúvida não deve existir. Mostra o insigne técnico o inconveniente de se chamar a moeda antiga de medalha :

“La medaglia ou médaille — pontifica o mestre, étant ainsi devenue dans les habitudes du langage une pièce monétaire étrangère à la circulation, envisagée seulement au point de vue de l'art ou de la curiosité, les mêmes mots prirent naturellement un nouveau sens ; ils s'appliquèrent, par apposition au terme de monnaies, aux pièces que l'on commençait précisément dans le XV^{me}. siècle à fabriquer (comme on a continué depuis lors, mais comme ne faisait pas le moyen âge) sous une forme analogue à celle des monnaies et avec les mêmes procédés, à titre d'objets d'ornement ou comme moyen de perpétuer le souvenir des événements, mais sans les destiner à circuler avec une valeur légale (7)”.

E continua o douto argumentador :

“C'est dans cette acception que je prends le mot, quand je pose la question de savoir si les anciens, à côté de leur monnaie courante ont eu des médailles sans caractère proprement monétaire (8)”.

Pondo de parte a opinião de Babelon, que é esposada no conceito radical de Lamprida, preferimos ficar com a orientação

(6) J. SABATIER — *Iconographie d'une collection choisie de Cinq mille médailles* — romaines, bysantines et celtibériennes — Paris, MDCCCXLVII.

(7) FR. LENORMANT — *Monnaies et Médailles*, págs., 166 e 167 — Chapitre X, *Le médaillons impériaux romains*. Nouvelle édition — Paris.

(8) FR. LENORMANT — *Obr. cit.*, pág. 167, referida.

dada pelo não menos douto Lenormant que mostra a inconveniência de se chamar a moeda em desuso de medalha pelo fato de comemorar qualquer acontecimento *social* ou *político*.

Do mesmo modo é o erro professado por Sabatier tomando a moeda por medalha.

A finalidade de uma é bem diversa da outra. Confundí-la, seria laborarmos na mais flagrante *contradictio in adjecto*. É na mais flagrante contradição nos termos, porque, na técnica hodierna, a palavra medalha não mais implica espécie *circulante*, ou seja a unidade do troco, em *Economia Política*. De acordo com a nossa asserção, vemos a maneira clara com que o próprio Larousse define a palavra medalha, oriunda do italiano, — *medaglia*.

“Le mot médaille, en français — pontifica Larousse —
“ne remonte pas plus haut que le XVme. siècle. Il a
“été emprunté à l’italien *medaglia* qui, dans le cours du
“moyen âge, était synonyme d’obole ou *demi-denier*.”

“Après que les *medaglie* italiennes ou demi oboles eu-
“rent été monétisées, leur nom s’appliqua, en fait
“à des pièces anciennes et sans valeur monétaire. Plus
“tard, par une extension toute naturelle, on se servit
“de la même appellation pour toutes sortes de vieilles
“pièces, particulièrement celles qui restaient de l’anti-
“quité.”

“Phillippe de Commines, le premier dans la littérature fran-
“çaise, emploie le mot — *médaille* — dans le sens de
“pièce n’ayant qu’un intérêt historique ou de curiosité.
“La *medaglia* ou *médaille* étant donc un monument bien
“distinct des espèces circulantes, on en vint à appliquer le
“mot “*médaille*” par opposition au mot monnaie, aux
“pièces monétaires qu’on commença à fabriquer au XVme.
“siècle pour commémorer des événements, perpétuer le
“souvenir ou les traits de personnages divers, sans que
“ces pièces fussent destinées à la circulation commer-
“ciale avec une valeur légale”.

E mais :

“Ainsi se forma lentement la conception de la médaille
“moderne proprement dite, monétiforme, mais distincte

“de la monnaie, et dont le métal, les types, le poids et les dimensions sont occasionels et arbitraires”.

“Les Grecs et les Romains, en dehors de quelques exceptions, n'ont, en général, pas distingué la médaille de la monnaie. Pour eux, médaille et monnaie, c'est un tout, car leurs monnaies sont à la fois des signes d'échanges et des pièces commémoratives”.

“Si elles remplissent en tous points le rôle de nos espèces circulantes, en même temps, leurs types, des plus variées, sont souvent inspirés, comme ceux de nos médailles, par un événement dont elles ont pour but de consacrer le souvenir”.

“Voilà pour quelles raisons, lorsqu'il s'agit de l'antiquité, il est indifférent et également juste d'employer le mot “*médaille*” (pièce commémorative) ou le mot “monnaie” (espèce circulant) : les deux caractères se trouvent confondus sans qu'on les puisse disjoindre. C'est parce qu'on envisageait surtout, dans les monnaies anciennes, le caractère historique et commémoratif, que, dans le dernier siècle, les antiquaires adonnés à la numismatique furent désignés par l'appellation de *médailleurs* ou de “curieux de médailles (9)”.

Bouillet, por sua vez, estudando o conceito da palavra medalha para melhor defini-la, assim se exprime :

“Pièce de métal fabriquée soit en l'honneur d'une personne illustre, soit en souvenir d'un événement important, d'une action mémorable, d'une grande entreprise (10)”.

De fato, a medalha não deixa de ser uma peça fabricada em honra de uma pessoa ilustre, em recordação de um acontecimento importante, de um feito memorável, de um grande acontecimento, etc.

(9) NOUVEAU LAROUSSE ILLUSTRÉ — Tome cinquième, pag. 1.018 — Paris.

(10) M. N. BOUILLET — *Dictionnaire Universel des Sciences, des lettres et des Arts* (Dixième édition), pag. 1.056 — Paris, 1872.

Vemos, portanto, que a lição dada por Bouillet não destoava da verdadeira finalidade que tem a medalha de perpetuar qualquer fato de natureza social ou política.

Antigamente, a ciência que se ocupava do estudo da medalha e da sua consequente classificação recebia o nome de Numismática : — da mesma forma que as moedas antigas eram encaradas como ~~medalhas~~ porque, “em geral, elas eram, como as verdadeiras medalhas, essencialmente comemorativas” (11).

Mas, esse erro de interpretação que desvirtuava o verdadeiro conceito da Numismática — ciência que trata do estudo da moeda — já está, felizmente, desfeito ; e desde o século XVI vemos a Numismática bem definida e, hodiernamente, essa ciência apresenta um desenvolvimento bem notável.

Com referência à medalha, que tira a sua origem da palavra italiana *medaglia*, vemos que :

A medalha *propriamente* dita, começa na velha Itália, no tempo do Renascimento.

Pisano (Antonio) foi o autor da primeira medalha com o retrato do imperador João VII, o Paleólogo. Mas, pondo de parte a Escola do famoso Pisanello (como era mais conhecido), que floresceu no decurso dos séculos XV e XVI, com os trabalhos de Matteo dei Pasti, Sperandio, cujos discípulos jamais desmentiram a glória da famosa Escola, da qual foi precursor o gênio inventivo de Pisanello, chegamos à convicção iniludível que, da Itália, a arte da medalhística passa à França que nos lega um Guillaume Dupré como cultivador da Escola de Pisanello.

Na Alemanha, ela floresce com êxito, dando-lhe Friedrich Hagenauer um certo cunho de originalidade.

Não desconhecemos que o fabrico da medalha se generalizou em várias nações cultas. Porém o que é inconteste é que a arte da medalhística somente adquire certo esplendor na Holanda e na Inglaterra. Depois, vemo-la na França moderna, onde é renovada com brilhantismo ; e os famosos Daniel Dupuis, Oudine, Roty e tantos outros são os precursores da nova Escola. Haja vista, por exemplo, a medalha comemorativa dos funerais de

(11) ARTUR LAMAS — *Medalhas Portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Vol. I. Parte I — *Introdução*, “Nota”, *in fine*, à pág. XIII.

Carnot, da lavra de Roty, cujo trabalho de fino labor estiliza a época áurea da nova Escola francesa.

Quanto a Portugal, sabemos que as medalhas, *propriamente* ditas, só começaram no século XVIII, no reinado de D. João V.

É bem verdade que, no reinado de D. João IV, o "Restaurador" foi cunhada a medalha reverenciando Nossa Senhora da Conceição, peça mais conhecida pela denominação de "Conceição". Cunhada, como simples medalha, em honra da Imaculada, deu-lhe o Monarcha, por último, valor *extrinseco* para a circulação, *ex-vi* dos termos do Alvará (Artur Lamas fala em Decreto, — simples lapso, de sua parte) de 9 de outubro de 1651. Nesse Alvará, com força de lei, a medalha perde sua finalidade comemorativa — *devocional* e, passa, para o meio circulante de Portugal e dos seus Senhorios (o Brasil inclusive, como Colônia que era da velha metrópole), em ouro com o valor de *doze mil réis* (equivalente ao valor dado, posteriormente, à famosa moeda de ouro — "Português", emitida nos reinados de D. Manuel e de D. João III) e, em prata, com o valor de *seiscentos réis*.

Vejamos o referido Alvará, como prova convincente de nossa afirmativa, no caso em apreço. Ei-lo, de acordo com a grafia do original :

"Dec. n. 142 — 1651 — Outubro 9".

"Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que Eu
"hei por bem e me praz que as moedas (sic) de imagem
"de nossa senhora da conceipção, que ora ouve por meu
"serviço mandar se lavrassem, *tenhão de vallor extrin-*
"*seco as que forem de ouro doze mil reis cada huã, tendo*
"*de pezo doze oitavas, e as que forem de prata seis tos-*
"*tois pondoce pello molde mais grosso, e tendo cada*
"*huã de pezo huã onça e que nesta forma poção correr*
"*em meus Reinos e Senhorios, como a mais moeda uzual,*
"vista a informação do Juis e thesoureiro da caza da
"moeda desta cidade; pelo que mando aos vedores de
"minha fazenda que na forma acima dita fação cumprir
"e guardar o contheudo neste Alvará, paçando pera ese
"efeito as ordens que necessarias forem, com todas as

“clasulas, condissõis, pennas e obrigaõis, como se de
“cada huã dellas se fizera expreça menção e declaração.
“As quoais hei aqui por expreças e declaradas, e pera
“milhor cumprimento deste se farão publicar em minha
“chancelaria e registrar nos livros das cazas de moeda,
“para a todo o tempo se saber de como assy o hei por
“bem, o quoyal quero que valha, tenha força e vigor,
“posto que o seu efeito dure mais de hum ano, sem em-
“bargo da ordenação do liv. 2.º tit. 40 em contrario.
“Luiz da costa correia o fez em Lix.ª nove de outubro
“de seis sentos sincoenta e hum annos.
“E eu francisco gedes pereira o fiz escrever. Rey. o
“conde catanhede” (12).

Mas, doutrina Artur Lamas, “muitas das medalhas referentes ao nosso País teem sido fabricadas por estrangeiros, quer residentes lá fora, quer no Reino; que alguns destes últimos que tiveram a seu cargo o ensino da gravura na Casa da Moeda, não conseguiram, ou não quizeram formar Escola, nem sequer incutir nos seus discípulos o gosto pela medalha; e que dentre os raros portugueses (já falecidos), que a esta se dedicaram, houve apenas três, João de Figueiredo, Francisco de Borja Freire e José Arnaldo Nogueira Molarinho, cujo mérito relativo se pode salientar, se se atender à pobreza do nosso meio (13)”.

Conclue, portanto, o arguto argumentador :

“Que a arte da medalha tem sido *cultivada em Portugal com a desorientação e desleixo que caracteriza os*

(12) A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Tomo II, pág. 282 — Lisboa, 1877: — sendo a moeda da Conceição descrita sob o n. 13 (pág. 11), e ilustrada pela Estampa XXX, ut número 13, referido.

Conf., ainda, Arthur Engel e Raymond Serrure — *Traité de Numismatique moderne et contemporaine* (Chapitre dixième, Le Portugal depuis le commencement du XVIe siècle jusqu'à la fin du XVIIIe), pág. 513 — “Les types de conceptions . . .” — Paris, 1897.

Obs: Para estes técnicos, a medalha da Conceição foi lavrada em 1651, como moeda. Essa afirmativa, errônea, que nos dão Engel e Serrure, é prova patente de que ambos bem desconheciam, na época, a finalidade da medalha da Conceição, — pois esta somente em fins de 1651, é que foi admitida (como moeda) na circulação, — Solano.

(13) ARTUR LAMAS — Obr. cit., pág. XVI.

nossos costumes, não sendo por isso possível dividir a sua história ..." (14).

Referindo-se Artur Lamas às medalhas-insígnias dos Escravos do Santíssimo Sacramento, mais conhecidas por *medalhas do desacato de Santa Engrácia*, ele próprio confessa desconhecer se alguns dos espécimes são "*anteriores ao reinado de D. João V*" (15). De fato, para tal afirmativa mister seria o conhecimento exato da época em que se emitiu a primeira medalha — *devocional*. É desse ponto de vista que a Cronologia, ciência auxiliar não só da Numismática como da própria Medalhística, esclarece pela data ou, ainda, pela época da cunhagem, qual o governo exato que emitiu o exemplar em apreço.

E mais :

Sobreleva notar que nos reinados de D. João IV, de D. Afonso VI e, mesmo, no de D. Pedro II, foram feitos alguns "*jetons*" com *visus* de medalhas. O próprio Artur Lamas referindo-se a esses "*jetons*", assim os define : — "*enigmáticas peças com certo aspecto de medalhas*" (16).

Vejamos alguns deste "*jetons*", sem dúvida interessantes, os quais corroboram a nossa prova arguida :

"Esta Medalha mandou bater El-Rey D. João IV, a qual vi de ouro, e a tinha o Marquês de Abrantes D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes, com o retrato do mesmo Rey, e a letra : *Joannes II. Dei Gratia Rex Portugalia, 1641* : e no reverso, "*Vici mes fata superstes*".

Tambem dela faz menção o referido autor (17).

O outro "*jeton*", com aspecto de medalha, e alusivo a D. Afonso VI, vem assim referido :

"Esta Medalha mandou bater El Rey D. Afonso VI, e "*parece a tinha o Marquês de Abrantes, porque não vi, "senão esta mesma chapa, que mandey tirar, em que se*

(14) ARTUR LAMAS — Obr. cit., pág. XVI, referida, — *Parte final do título II. "A Medalha em Portugal"*.

(15) ARTUR LAMAS — Obr. cit., pág. XIX.

(16) ARTUR LAMAS — Obr. cit., pág. XVII.

(17) D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA — *História Genealógica da Casa Real ...*, Tomo IV, pág. 490, *in principio* — Lisboa, 1738.

“vê o retrato do dito Monarca com a letra : *Alphon-*
“*sus VI. Rex. Portugaliae* ; e no reverso a costumada
“Inscrição usada nas Moedas Portuguezas : *In hoc*
“*signo vinces 1659*” (18).

E o “jeton” que diz respeito a D. Pedro II, como Regente do Reino, assim o descreve o próprio D. Caetano :

“Vi esta Medalha de ouro, e foy parar ao poder do
“Marquez de Abrantes a qual El Rey Dom Pedro II,
“sendo Principe Regente do Reyno, mandou fazer com o
“seu retrato, como se vê estampada, com a letra : *Petrus*
“*Portugaliae e algarbiorum Princeps* ; e no reverso :
“*In hoc signo vinces, Respiciam e videbo*” (19).

E ainda : “As medalhas portuguezas — pontifica Manuel Bernardo Lopes Fernandes (20) feitas para comemorar alguns casamentos reais, fundações de monumentos e estabelecimentos públicos, tratados de paz, acontecimentos notaveis, e algumas dedicadas a homens distintos ; e sendo feitas parte destas fora de Portugal as admitimos, assim como as estrangeiras, cujos assuntos nos pertencem”. (Lopes Fernandes, obr., cit., p. 1).

O mesmo ocorre com a medalha da Senhora D. Leonor, filha de El Rey o Senhor D. Duarte, a qual vem inserta na referida “História Genealógica da Casa Real”, Tomo IV, Tab. *BB* n. 1 : e cuja peça vem descrita pelo próprio Manuel Bernardo Lopes Fernandes.

Eis a descrição da referida medalha :

“A Senhora Infanta D. Leonor nasceu em Torres
“Vedras a 18 de Setembro de 1434, casou com Frede-
“rico III Imperador d’Austria, e morreu em Neustadt em
“13 de Setembro de 1467. Foram cunhadas fora de
“Portugal tres medalhas de ouro alusivas a esta Se-
“nhora” (21).

(18) D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA — Obr. cit., pág. 490, referida.

(19) D. ANTÔNIO CAETANO DE SOUSA — Obr. cit., pág. 490, *in fine*, à pág. 491, *in principio*.

(20) MANUEL BERNARDO LOPES FERNANDES — *Memória das Medalhas e Condecorações Portuguezas e das estrangeiras, com relação a Portugal*, pág. I — Lisboa, 1861.

(21) MANUEL BERNARDO LOPES FERNANDES, obr. cit., pág. 3.

Cunhadas fora de Portugal temos ainda medalhas da Infanta D. Isabel, filha de D. Manuel. Daí a introdução de semelhantes medalhas, que, não sendo propriamente nacionais e cunhadas, como foram, no estrangeiro, figuram nas coleções, como peças referentes a assuntos que interessam à história social ou política de um Povo.

A medalhística brasileira não faz excepção à regra. Como prova desta nossa asserção, basta citarmos, por exemplo, a seguinte peça comemorativa :

— Medalha da Archiduquesa de Áustria, D. Leopoldina, consorte do Príncipe Real D. Pedro, que foi nosso primeiro Imperador.

Julius Meili tratando desta peça, a inclui no título — “Em memória de pessoas e sucessos” (*Erinnerungen an Personen und Ereignisse*); e a descreve sob o n. 1, Est. 1 (22), como alusiva ao casamento, em 1817, da Arquiduquesa D. Leopoldina com o Príncipe Real D. Pedro. Mero equívoco. Esta medalha comemora apenas a chegada, no Rio de Janeiro (em 5 de novembro de 1817), da Arquiduquesa, após seu casamento, realizado na Áustria com o Príncipe D. Pedro.

A prova enunciada está na figura alegórica (do ferro de “Reverso”) que sintetiza a viagem da recém-casada em demanda do porto do Rio de Janeiro, para unir-se ao seu legítimo esposo : tanto que, na gravura, o navio que a conduziu era dirigido por Cupido, — simbolizando o amor, em face dos sponsais celebrados por via diplomática.

Lopes Fernandes também havia classificado, *erroneamente*, a medalha comemorativa da chegada da referida Arquiduquesa à Corte do Rio em 5 de novembro de 1817.

Vejamos a descrição por ele feita :

“Casamento do Sr. D. Pedro IV (sic), em 1817.

“N. 130 — Leopoldina. Carol. Jos. Archidux.

“Austriae, Busto da Snra. D. Leopoldina, e por baixo o

“nome do gravador — J. Lang. F. Rev. :

“Navio com um genio pegando com a mão direita no

(22) “Numismatische Sammlung von Julius Meili — Die auf das Kaiserreich Brasilien Bezuglichen Medaillen” (1822 bis. 1889) — 1890.

“leme, e tendo na esquerda um facho acceso, e na vela “se acha a legenda — “FELICITAS”. No exergo — “MDCCCXVII”. É o citado n. 130, da Estampa “43 (23).

Em face da descrição feita, — verificamos o duplo engano em que incorreu o ilustre numismatógrafo, quando afirma ser a medalha do “casamento do Sr. D. Pedro IV, em 1817” (erro classificativo), aliado ao equívoco, cronológico, pois em 1817 D. Pedro I era simplesmente Príncipe e não Pedro IV, título que somente tomou em 1826 com o falecimento de seu pai, o Rei D. João VI; o que implica num erro de ordem histórica, que nos cumpre reparar de acordo com os ensinamentos da *Cronologia*, a qual fixa as datas dos fatos históricos. A demais :

A medalha do casamento do Príncipe Real, D. Pedro, com a Arquiduquesa da Áustria, D. Leopoldina, tem os bustos conjugados, à esquerda, e a legenda :

D. PEDRO PORT. BRAS. ALG. R. H. P. ET LECI. AVST., — na orla e no “Reverso” NUPT. CELEB. — VIENNAE — D. XIII. MAII. — MDCCCXVII. AR. 12 m/m. (24). Esta medalha é de extrema raridade; e não se deve confundir com o outro espécime que, simplesmente, comemora a chegada da Arquiduquesa, D. Leopoldina ao Rio de Janeiro, citado em Meili e Lopes Fernandes, segundo já documentamos linhas acima.

É dever assinalar que o estudo metódico da medalhística em Portugal nasce, por assim dizer, da Academia Real da História Portuguesa.

Verificamos, para tal, que os *jetons*, ou as “enigmáticas peças, com certo aspecto de medalhas”, na opinião de Artur Lamas, e alusivos aos reis D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, como Príncipe Regente, eram de propriedade do Marquês de Abrantes, que foi o pioneiro do estudo da medalhística no seio da referida Academia, inaugurada a 8 de dezembro de 1720 sob os auspícios do monarca D. João V.

(23) MANUEL BERNARDO LOPES FERNANDES, obr. cit. pág. 176.

(24) J. SCHULMAN — Catálogo de venda das *Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva à Ponta-Delgada, de Mr. le Dr. Jur. M. V. Calmon Viana à Rio de Janeiro*, pág. 114, n. 2.381 — Amsterdam, Avril, 1911.

Se o fim da Academia era descrever a História Portuguesa em todas as suas minúcias, é claro que os monumentos antigos não deviam ser destruídos : entrando no número dos monumentos metálicos as moedas e as medalhas, porque, de fato, prestam relevantes serviços à História. E foi, por esse motivo, que D. João V, tomando interesse pela guarda dos monumentos antigos, fez baixar o decreto de 14 de agosto de 1721, pondo os arquivos do Reino à disposição da Academia, com a dotação anual de um conto de réis.

Até então, era esse estudo esteril, pois se cuidava somente da Numismática. Existia outra indicação avulsa (25), porem nenhum escritor tinha feito estudos especializados sobre a medalhística.

“Infelizmente, o Marquês de Abrantes não chegou a publicar a sua obra (seria em dois volumes, de moedas e de medalhas) que, segundo parece, estava bastante adiantada ; mas, graças a um sinal que D. Antonio Caetano de Sousa adotou, podemos hoje apreciá-la.

“As estampas das medalhas, que no tomo IV da *História Genealógica da Casa Real* aparecem com ausência de filete, foram mandadas gravar pelo Marquês, que as destinava ao seu trabalho”.

“São apenas sete ; nisto se resume a sua obra sobre medalhística”.

“Quem há, porem, que lhe negue o devido valor ? Se à primeira vista o número parece diminuto, não se deve esquecer que nada mais poderia fazer-se numa época em que as medalhas não abundavam”.

“Demais, uma delas, a de D. Afonso VI (26), teria ficado esquecida, pois que nem mesmo D. Antonio Caetano de Sousa a viu”.

(25) ARTUR LAMAS — Medalha Comemorativa da Instituição da Academia Real da História Portuguesa (Coleção organizada por José Lamas), — Lisboa, 1907 — A pág. 6, vê-se, “Nota 1” : Por exemplo : Manuel Severim de Farias descreve uma medalha nas suas *Notícias de Portugal*, discurso VIII, no final da biografia do Cardeal D. Jorje da Costa, pág. 262, da edição de 1740, que temos à mão. A 1.^a é de 1655”.

(26) *História Genealógica* — Obr. cit., Tomo IV, fl. EE n. 2. — Lopes Fernandes — Obr. cit., n. 16.

“Porem, todo o trabalho do Marquês de Abrantes acerca
“da Medalhística ter-se-ia irremediavelmente perdido se,
“dentro da Academia, não ouvesse outro homem, não
“menos ilustre, que o aproveitasse, D. Antonio Caetano
“de Sousa. O célebre autor da *História Genealógica da*
“*Casa Real* querendo continuar o trabalho encetado pelo
“seu colega, dedicou um capítulo especial às medalhas
“portuguesas no tomo IV desta sua monumental obra, e,
“muito honradamente, como era próprio do seu carater,
“declarou que publicamente confessava, no grande teatro
“do mundo, que lhe haviam servido de base os trabalhos
“do primeiro” (27).

No Brasil, a medalhística somente se desenvolve no século XIX. Os prêmios escolares ao lado das Ordens honoríficas criadas atestam essa afirmativa.

Porque as duas medalhas, batidas a martelo, ou mesmo cunhadas pelos holandeses em Recife de Pernambuco (28) para premiar os comandantes dos pequenos barcos “Falcão” e “Isabel”, tal a alegria reinante na praça sitiada (pois a guarnição do Recife e a fortaleza Maurícia estavam com as horas contadas para a rendição, se não fosse o socorro trazido à praça sitiada, e, ainda, a noticia de que novas provisões viriam), são espécimes puramente estrangeiros, e de inscrições desconhecidas: tanto que Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, 2.^a edição, Vol. II, pág. 643, não descreve a gravura das referidas medalhas e, sim afirma que foram, de fato, feitas:

— “Para perpetuar memória, fizeram depois os Holandeses cunhar uma medalha, cuja inscrição dizia: —
“O Recife foi salvo pelo Falcão e Isabel”.

(27) *História Genealógica* — Obr. cit., Tomo IV, págs. 103 e 104.

(28) *Apud* Viscondessa de Cavalcanti — *Catálogo das Medalhas Brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil*, pág. 18 — “Nota 1”, 2.^a edição — Paris, 1910. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, pág. 206.

— “Enfin arrivèrent au Recife deux navires le *Valck* et *Elizabeth*, qui apportèrent la nouvelle qu’à leur départ de la Hollande les renforts étaient prêts à être expédiés. La joie fut si grande dans la place assiégée que l’on fit présent aux capitaines de ces deux vaisseaux, porteurs de si bones nouvelles, d’une médaille à chacun avec l’inscription:” Le Recife sauvé par le *Valck* et l’*Elizabeth*”.

O próprio Netscher, que é boa fonte de informação, assegura a *cunhagem de uma medalha para cada comandante*.

Logo, foram duas medalhas feitas, *embora a gravura continue desconhecida para a classificação descritiva dos espécimes holandeses*, lavrados em 1646, os quais seriam as primeiras medalhas *premiaes* referentes à coleção do Brasil, no caso de serem conhecidas em espécie e as aceitarmos, dada a finalidade com que foram lavradas para premiar estrangeiros a serviço do próprio estrangeiro-invasor! O que ocorre com as duas referidas medalhas holandesas, que não tem legendas e gravuras conhecidas, é claro que nenhum medalhista as pode incluir na respectiva parte-classificativa. Verificamos a mesma coisa com as pseudas medalhas fundidas na Vila da Capitania do Espírito Santo com o ouro achado em 1693 por Antônio Rodrigues Arzão, de Taubaté, segundo narrativa de Monsenhor Pizarro e Araujo (29).

Assim, a primeira medalha com finalidade histórica, cunhada no Brasil, é a que serviu de "ensaio" para a medalha n. 19, do "Catálogo das Medalhas Brasileiras ..." da Viscondessa de Cavalcanti: — Medalha comemorativa da Aclamação de D. João VI como rei.

Eis a descrição da referida medalha, constante do n. 18, da obra da Viscondessa de Cavalcanti:

"— 1820. D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Grav. Z. Ferrez.

"50 m/m — AE — (Reprodução).

"1re. MEDAILLE FRAPPÉE — A RIO DE JANEIRO PRESEN-

"TÉE A. S. M. F. D. JOÃO VI / PAR ZEPHIRIN FERREZ/

"AN 1820" (30).

Esta medalha, raríssima, teve o ferro de "Anverso" com o busto de D. João VI, aproveitado para a medalha comemorativa da Aclamação, como vimos acima, em 1818, e na qual só foi modificado o ferro do "Reverso", o que é conhecido de todos os estudiosos no assunto.

(29) *Apud* Viscondessa de Cavalcanti — Obr. cit., "Nota 1", — Pizarro e Araujo, "Memórias Históricas" Tit., VIII, part. II, pág. 4.

(30) O Catálogo da Exposição de História do Brasil, n. 16.504, faz referência à aludida medalha.

É que a produção de Zeferino Ferrez, como gravador de *medalhas comemorativas*, e premiaias . . . , bem sintetiza o início sem dúvida áureo da Medalhística Brasileira.

Cumpre-nos, porem, não apreciar a obra desse famoso medalhista que nos legou a Missão Francesa, porque, de momento, a nossa finalidade é bem diversa . . .

Afirmamos, entretanto, que ele bem a iniciou com “engenho e arte” : sendo, por isso, Zeferino Ferrez a *estrela de maior brilho na Constelação da Medalhística Brasileira*.

Passando ao objetivo de nossa *Apreciação crítica*, que é a análise do trabalho *Medalhas Militares Brasileiras*, não é demais acrescentarmos o seguinte princípio doutrinário :

— A medalha pode ser encarada sob os dois seguintes pontos de vista técnicos :

- a) Medalha simplesmente comemorativa.
- b) Medalha puramente militar.

A medalha comemorativa perpetua qualquer fato de ordem *social* ou *política* : podendo ainda ser incluídas nesta classe as medalhas *humanitárias* (31), que, embora verdadeiros prêmios, de ordem *meramente* filantrópica, são dadas às “*peçoas que se tornarem notaveis por serviços prestados à humanidade*” (Decreto n. 1.579, de 14 de março de 1855 ; e etc).

A medalha militar, pela *especialidade* de sua função, apresenta as três seguintes modalidades :

- a) Comemorativa de Campanha, quando lembra um fato guerreiro, servindo de estímulo ao agraciado pelo serviço militar prestado durante a expedição do Exército (A medalha — “Cayenna tomada aos Franceses em 14 de janeiro de 1809”, é exemplo frisante dessa nossa asserção no caso) — ou ainda a medalha comemorativa de Campanha homenageia um herói ;

(31) GENERAL ARISTIDES PINHO — *Medalhas Humanitárias Brasileiras* — Rio, 1937.

- b) Condecorações de Campanha, que são prêmios militares destinados a agraciar serviços de guerra pondo em relevo a bravura no militar;
- c) Medalha de "Bons Serviços", que é prêmio concedido ao militar pelos bons serviços prestados em tempo de paz: não encerrando esta medalha nenhum mérito de bravura. É prêmio de reconhecimento aos serviços prestados à carreira das armas durante dez, vinte e trinta anos, sendo necessário para a obtenção de semelhante prêmio requerimento do interessado e condição *primordial* possuir o mesmo boa *fé de ofício*.

Esse é o espírito do decreto n. 4.238, de 15 de novembro de 1901 (32) que criou a referida medalha como prêmio aos bons serviços prestados pelo militar.

Não se confunde com as medalhas de "Instrução Militar", que entram, com *prêmios*, do governo, para galardoar o estudo, a conduta do agraciado, em face de um decreto, de um aviso, de uma portaria que concede a distinção honrosa.

De um modo geral, as medalhas podem ser *profanas*, *religiosas*, *premiais*, de pura arte e desportivas: entrando as medalhas militares e civis na classe das medalhas *profanas*, porque as medalhas religiosas também podem ser *comemorativas*, *devocionais* e *premiais*. A medalha *simplesmente* comemorativa encerra, na generalidade, um fato e homenageia um indivíduo. A medalha de retrato ou *iconica*, pode ser de prêmio, de homenagem. A medalha de pura arte (33) é destituída de um fim comemorativo ou *premiar*, realiza uma simples criação artística.

Conhecida a medalha em suas várias finalidades ou aplicações, é de nosso dever analisar o trabalho de Francisco Marques dos Santos,^a que trata da medalha militar brasileira; essa é a es-

(32) CORONEL LAURENIO LAGO — *Medalhas e Condecorações Brasileiras* (Collectanea de Actos Officiaes, 1808-1934), pág. 41 — Rio de Janeiro, 1935.

(33) Vide "Les Médailleurs Contemporains", de Victor Peter Henri Classens — Obr. cit., Paris, MCMXXVIII.

pecialidade de sua obra. Mas como a medalha militar — de Campanha é privativa do soldado, cumpre-me rememorar o seguinte :

A formação dos exércitos data da mais remota antiguidade, embora eles tivessem uma existência toda efêmera, isto é, *transitória*. Por esse fato não havia necessidade de uma legislação própria para punir todos os delitos, de ordem *puramente* militar. Nem tão pouco havia soldo em caracter definitivo . . . A proporção que se faziam sentir as necessidades bélicas, o exército era constituído em feição temporária: e o saque e a pilhagem serviam para o pagamento do próprio soldo.

Dissolvido o Corpo ou a Milícia, cada um voltava à sua ocupação anterior; de forma que a única diferença que havia entre o soldado e o paisano era que aquele usava cinturão, atributo que o distinguia ou o diferenciava deste no momento da arregimentação. Passaram-se os tempos . . .

A natural evolução do direito fez com que, originariamente, fossem estabelecidos os critérios para a definição nos crimes militares em *ratione materiae e ratione personae* "parecendo filiar-se aquele ao Direito Romano primitivo e este, ao Direito Germânico inicial. A aplicação de um e de outro dos referidos critérios entre os respecticos povos assentava na razão política de que na Roma primitiva o critério sobrelevava ao soldado, ao passo que na velha Germânia o soldado sobrelevava ao cidadão" (34).

Posteriormente, surge o *critério ratione loci* que empresta carater militar a certos crimes comuns praticados por paisanos, em praças de guerra (quartéis, navios de guerra, acampamentos, e etc.). É o atestado *latente* da formação permanente do Exército que, já, com organização própria, baseada em férrea disciplina ao lado da legislação militar codificada, estabelece para a vida da caserna o crime militar que se amolda em qualquer dos

(34) ESMERALDINO O. T. BANDEIRA — *Estudos de Política Criminal*, pág. 175 — Rio, 1912.

dois critérios *primários* estabelecidos : *ratione materiae* e *ratione personae*.

Dai ser crime militar aquele que só o militar pode cometer e, já bem esclarecido, na velha definição da L. 2.^a XLIX, Tit. XVI, do digesto-*Dere militari : Proprium militare est delictum, quod quis uti miles admittit* (35).

ESTAMPA I
CAYENNA TOMADA AOS FRANCEZES



Foi, portanto para essa classe armada, com funções determinadas nas leis e regulamentos, que o governo criou a *medalha militar de campanha* e os *distintivos* para premiar a bravura ou o heroísmo do combatente : tanto que a medalha militar, criada por um decreto que estabelece a sua *finalidade e de ordinário a regulamentação*, é sempre portatil, isto é, o agraciado a traz pendente ao peito, um dos característico básicos que a diferencia da medalha comemorativa, *propriamente dita*. Os generais podiam trazê-la pendente ao pescoço nos dias de gala : distinção peculiar à alta hierarquia tanto que o decreto de 20 de outubro de 1824 — por exemplo — concedendo

(35) ESMERALDINO O. T. BANDEIRA — Obr. cit., pág. 176.

uma medalha de distinção ao Exército Cooperador da Boa Ordem, na antiga Província de Pernambuco, lhes facultava essa regalia.

Uma vez conhecida a finalidade da medalha militar de Campanha, é de nosso dever analisar a obra do autor, que compreende a seguinte sùmula :

- a) Medalha Comemorativa da Tomada de Caiena ;
- b) Distintivo concedido aos militares que foram à Conquista de Caiena ;
- c) Distintivo da Campanha Cisplatina, 1811-1812 ;
- d) O mesmo Distintivo já *transformado em condecoração ou medalha militar*, em razão da Segunda Campanha Cisplatina ;
- e) Medalha comemorativa da criação da Guarda Cívica, — 1822 ;
- f) Medalha militar concedida aos do Exército e Esquadra do Barão da Laguna, que aderiram à Independência ;
- g) Medalha militar concedida ao Exército Cooperador da Boa Ordem, e à Armada (Pacificação de Pernambuco, — 1824) ;
- h) Medalha militar concedida "Aos Mais Bravos" do mesmo Exército e Armada ; e
- i) Medalha militar da Independência da Baía .

O autor, em ligeiro esboço histórico, traça *breve retrospecto das Medalhas Militares no Brasil antigo* — para, concluir, pela existência, mesmo, na última fase colonial, de certos distintivos usados pelos oficiais e praças que fizeram as Campanhas do Rosilhão e da Catalunha, os quais acompanharam a Família Real para o Brasil em consequência da invasão francesa de Portugal, em 30 de novembro de 1807, pelo General Junot ; e cuja situação é *inda mais agravada pela guerra peninsular ocorrida no periodo de 1807 a 1814, que origina a criação de insignia*.

Efetivamente, o exército português, sob o comando do Tenente General João Forbes Skelater, auxiliou os espanhóis contra

a República Francesa e se distinguiu nas Campanhas do Rosilhão e da Catalunha, de 1793 e 1795.

Regressando a Portugal uma vez concluída a paz entre a França e a Espanha, aos 20 de agosto de 1797, a Rainha D. Maria I recompensa os oficiais, *promovendo-os aos postos superiores*; e a eles e às praças de pret concede a *honrosa insignia*, que consistia em *uma granada de metal branco, e em uma peça de artilheria para os artilheiros* (36).

O autor termina o esboço histórico, dando notícia de que a Guerra Peninsular ainda deixou vestígios de sua existência no Brasil já independente, pelo fato incontestado dos militares usarem *medalhas conferidas por Portugal ou pela Gra-Bretanha, em contemplação de serviços na Guerra Peninsular*.

E mais :

No fim do Primeiro Reinado, — *era comum ver-se nos soldados de corpos mercenários, irlandeses, alemães e de outras nacionalidades, medalhas e condecorações de diversos países*.

Ao lado do esboço histórico, o autor descreve, com clareza e técnica, *todas as medalhas comemorativas, condecorações e distintivos conferidos da chegada de Dom João (como Príncipe Regente) ao fim do 1.º Reinado de Dom Pedro I*.

E como "Instrução" ;

Ainda esclarece o autor os dois seguintes pontos de vista mais que necessários à aprendizagem dos estudiosos :

"a) Todas as medalhas e condecorações brasileiras eram usadas pendentes, isto é, pendiam do lado esquerdo do peito, *norma estabelecida para os oficiais e praças de pret* : exceção feita para a medalha "Aos Mais Bravos", que era pendente do lado direito. Os generais lançavam-nas ao pescoço (em grande gala), *"pendentes de fitas mais largas, presas atrás da gola dos fardões por colchetes ou fechos, de ouro"* ; e

"b) As datas dos decretos que criavam as medalhas militares não coincidiam com os feitos d'armas . . . , e a deliberação de conferi-las, era posterior. Basta

(36) MANUEL BERNARDO LOPES FERNANDES — Obr., cit., págs. 56 e 57.

vermos que a medalha de distinção ao Exército Libertador sendo "gerada" na tumultuosa Assembléia Geral Constituinte e Legislativa de 1823 (*) — e o autor nos fornece em primeira mão a prova arguida, — somente muito mais tarde, em 2 de julho de 1825, é que D. Pedro I resolveu premiar a *bravura* de todos aqueles que, sob a chefia de Lord Cochrane, 1.º Almirante da Armada e Comandante em Chefe da Esquadra e do Brigadeiro Labatut, Comandante do Exército do Recôncavo, levaram de vencida para *glória das Armas Nacionais e Imperiais* o Brigadeiro Madeira, Comandante da tropa lusitana.

Completando o "esboço histórico", o autor é, de uma minúcia a toda prova, dando até as cores exatas das fitas pendentes das medalhas relativas ao Reinado de D. Pedro I.

Todas as medalhas do Primeiro Reinado — escreve o autor — pendiam de fitas com as cores nacionais. Amarela, verde e amarela orlada de verde, verde orlada de amarelo e listada de verde e amarelo.

Enfim, tudo de jalne (amarelo) e de sinopla (verde); cores que predominam nas fitas, na feliz expressão do autor, que vai beber inspiração na Heráldica, para, com esses ensinamentos preliminares, fechar o referido esboço histórico (o autor chama de *breve retrospecto das Medalhas Militares no Brasil antigo*).

Francisco Marques dos Santos, estudando em obra *especializada* as medalhas e os distintivos militares de Campanha e as medalhas militares comemorativas ao lado da competente legislação criadora, se nos afigura um verdadeiro conhecedor do assunto que versa.

(*) O decreto de 12 de novembro de 1823, dissolve a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte "por ter a *Assembléia perjurado ao tão solene juramento, que prestou à Nação, de defender a integridade do Império, sua Independência, e a minha dinastia...*".

A "Proclamação" de 13 de novembro, referido, dá os motivos sobre a dissolução da Assembléia Constituinte; e, finalmente, D. Pedro I procurando separar "o joio do trigo, baixa o "Manifesto" de 16 de novembro (ainda, de 1823), no qual justifica a dissolução da Assembléia — SOLANO;

Pesquisando sempre a medalhística, procurando evoluir, tem o autor várias monografias, destacando-se dentre elas, as seguintes:

A Guerra do Paraguai na Medalhística Brasileira, memória apresentada ao Primeiro Congresso de Numismática Brasileira, unanimemente aprovada em Sessão de 1 de abril de 1936 ;

Medalhistas Brasileiros, conferência realizada em 27 de março de 1936, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, por ocasião do Primeiro Congresso de Numismática, acima referido ; e

As Condecorações do Duque de Caxias, trabalho solicitado pelo Estado Maior do Exército e, publicado, na Revista Militar Brasileira, número de agosto de 1936.

A demais :

A bagagem do autor, já está enriquecida de trabalhos outros, de certo tempo a esta parte : porem, em verdade, esses trabalhos escapam à nossa atual análise.

Dentre as medalhas militares que valorizam a parte descritiva de sua obra, há dois espécimes que jamais foram reproduzidos em trabalhos do gênero.

— Vejamo-los :

— Medalhas "Aos Mais Bravos" (*) ; e "Medalha Comemorativa da Criação da Guarda Cívica", milícia organizada na Capital de São Paulo, em 1822.

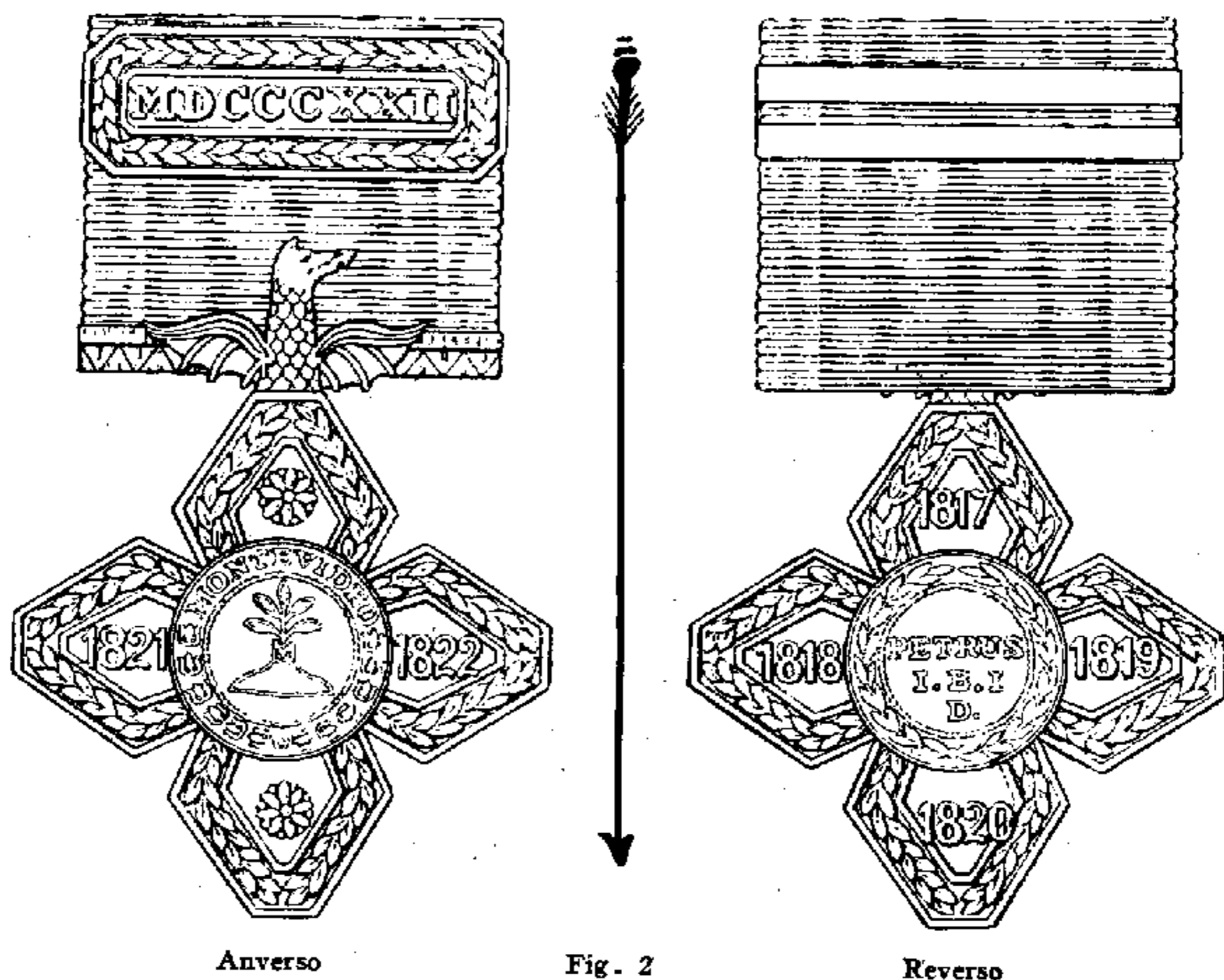
Assim nos assegura o autor, documentando uma peça, inédita, da referida Guarda Cívica, que se dispunha a defender a Independência do Brasil, sua tranquilidade interna e a pessoa de Sua Alteza Real, como seu Defensor Perpétuo, seu Pai seu Amigo e seu Restaurador. A legenda do "Anverso" confirma a descrição feita pelo autor que apresenta ao cenário da Medalhística um exemplar em ouro, extraordinariamente raro, pois é até a presente data o único conhecido, graças às investigações procedidas pelo notavel escritor da Medalhística Militar que, em obra pen-

(*) JULIUS MEILI somente nos daria essa reprodução, caso levasse avante a 2.^a edição de sua obra calcada nas provas existentes na Secção de Numismática do Museu Histórico Nacional.

sada e honesta, procurou estabelecer a *identidade* da peça jamais conhecida ou, mesmo, de leve, tratada por muitos que se presumem eruditos (embora ignorantes de detalhes comezinhos sobre o que possuem de real valor em suas coleções, na maioria das vezes sem

ESTAMPA II

**MEDALHA CONFERIDA AOS DO EXÉRCITO E ESQUADRA DO
BARÃO DA LAGUNA (CARLOS FREDERICO LECOR)
QUE ADERIRAM À INDEPENDÊNCIA**



catálogos descritivos), quanto mais referidos em obras que reproduzissem minuciosamente os espécimes, prestando assim o concurso cultural para o engrandecimento da História da Medalhística Brasileira, inclusive da parte referente às medalhas militares.

É, que, sem cultura de ordem técnica; sem o completo conhecimento dos decretos e, enfim, da própria legislação criadora dos monumentos metálicos que, no caso vertente, são as medalhas militares, — jamais pode o indivíduo fazer uma obra que sirva de ensinamento aos próprios colecionadores, desde os mais graduados aos incipientes.

Porque, em verdade, mesmo na Numismática, o *simples* conhecimento dos “ferros dela” — !? —, aliado ao método empírico, estilizado, na frase pueril — “só se conhece o meu exemplar” e, ainda, endossado esse método com a chapa irrisória do clássico — “Nós temos” ! para demonstrar ao colecionador novato, incipiente, que o espécime questionado já era conhecido ; — ou, então, acoimar de *falso* ou de *suspeito* determinado exemplar quando o mesmo não interesse à mercância, — é estarmos diante do velho fraseado da Escola antiga que nada deixou de útil para o meio numismático — felizmente, agora, em franca evolução cultural com o Curso de Museologia criado desde 1932.

Dai, confessarmos, embora a contragosto, que a Escola antiga pouco deixou, de útil, à aprendizagem dos colecionadores incipientes ; quanto mais para servir de bússola ao novo horizonte da Numismática Brasileira que, mau grado a evolução hodierna, ainda exige o aclaramento de certos pontos controvertidos, de ordem técnica, para o completo desenvolvimento de uma ciência positiva — como é a Numismática, que não admite interpretações dúbias visando classificações à *outrance* !...

Voltando à análise da obra de Francisco Marques dos Santos, vemos que ele não se limita à simples descrição dos espécimes ao lado da legislação criadora.

Não ! Procura resolver controvérsias e fere, a fundo, certas questões de ordem histórica ...

Na medalha, por exemplo, da Independência (Restauração da Baía — 1823), prova que a idéia *premiat* no louvavel intuito de condecorar os defensores da Pátria, nasceu do seio da própria Constituinte de 1823. E prova, de maneira exuberante, essa sua descoberta.

“A idéia da criação da Medalha da Independência — assegura o autor — nasceu na Assembléia Constituinte em 1823.” E continua: — “Em sessão de 6 de agosto, o deputado Rodrigues de Carvalho propôs que se estabelecesse uma medalha afim de condecorar os defensores da Pátria, seus honrosos feitos ...”.

Pouco interessa que somente mais tarde, em 2 de julho de 1825, tivesse o governo resolvido a concessão da medalha de dis-

tinção ao Exército Libertador. O que é incontestável é que a idéia *premia*l originou-se na tumultuosa Assembléia Constituinte, fato ignorado, *desconhecido dos escritores do assunto*.

Smith de Vasconcelos, por exemplo, não faz a menor alusão a esse respeito (37).

Para completar a vitória, o autor descreve (como colecionador dedicado) a medalha da Restauração da Baía, em cobre (AE), *variante que era desconhecida neste metal: embora o decreto mandasse fazê-la para as praças de prét, — na prática, entretanto, nenhum colecionador tivera até então tido o prazer de vê-la de perto!...*

Tanto o nosso Imperador D. Pedro I se sentiu satisfeito com a expulsão das tropas portuguesas que *ainda queriam como que recolonizar o Brasil* — que, em 12 de outubro de 1823, concede a insígnia dos Cavaleiros da Ordem Imperial do Cruzeiro aos Corpos da 1.^a e 2.^a linhas e aos que os auxiliassem no rechassamento das tropas portuguesas da Capital da Baía, podendo usar da insígnia nas respectivas bandeiras:

“e em desafronta dos direitos do Império do Brasil, rechassaram os porçiosos assaltos lusitanos, que dolosamente se haviam apoderado da capital daquela antiga Província, até que os obrigaram a evacuar com vergonhosa fuga...” (*).

O autor, refere-se à concessão da insígnia aos Corpos que rechassaram as tropas lusitanas na Baía.

E foi mais longe. Como verdadeiro historiador das nossas medalhas militares, traz à baila um pormenor bem importante, provando que a Medalha da Independência foi executada nas Casas da Moeda do Rio e da Baía. Para este *desideratum*, esta-

(37) BARÃO SMITH DE VASCONCELLOS — *Medalhas Militares Instituídas no Brasil (1809-1918)*, pág. 12 — Rio, 1919.

(*) O decreto de 21 de março de 1823 nomeia Lord Cochrane, 1.^o Almirante da Armada Nacional e Imperial, “*mas sem direito a julgar-se vitalício neste posto, o qual foi criado excepcionalmente*”.

O decreto de 12 de outubro de 1823 concede ao mesmo Almirante o título de Marquês do Maranhão, pelo fato de ter ajudado a libertar a Baía do jugo lusitano, e facultado os meios aos habitantes do Maranhão para se livrarem do mesmo jugo português.

belece as características *diferenciais* entre ambas : — a medalha feita na Casa do Rio é uniface, enquanto que a proveniente da Casa da Baía tem ferros de anverso e de reverso.

Esse ponto de vista de ordem técnica, pois é *diferencial*, já-mais foi abordado pelos escritores da nossa Medalhística.

Tratando de *Caiena tomada aos Franceses*, que é medalha militar, mas de natureza comemorativa, criada pela Carta Régia de 16 de agosto de 1809 do Príncipe D. João, como Regente, e, cunhada, na Inglaterra (**), com a *finalidade única de patentear a gratidão de S. A. Real aos expedicionários que foram à Conquista de Caiena* — o autor, tece elogios à obra do ilustrado Coronel Laurenio Lago (38) pelo fato de encerrar um documento preciosíssimo do Príncipe Regente ou seja, no caso, a referida Carta Régia de 16 de agosto pela qual *foi, de fato, criada a aludida medalha comemorativa*.

Vemos que Francisco Marques dos Santos, tão honesto na elaboração da sua proveitosa obra, nos dá a fonte informativa de onde houve a Carta Régia que criou a medalha em apreço, documento jamais divulgado, anteriormente. A afirmativa do autor é mais do que verídica.

A Coletânea de Atos Oficiais que sintetiza a obra do ilustre Diretor aposentado da Secretaria da Guerra, Coronel Laurenio Lago, não deixou de prestar valioso serviço instrutivo a todos aqueles que procuram conhecer a origem das medalhas militares e premiaias, a par do corpo da legislação que as criou.

Aberto este parêntesis, resta-nos dizer que nada mais nos é permitido analisar na excelente obra citada. É que ela descreve todas as medalhas e distintivos militares inclusive o constante da

(**) Os cunhos foram abertos pelo gravador PIGEON. Foi este gravador o encarregado da abrição das mutras para a moeda de 960 réis, ou *três patacas*, — novo valor criado para a circulação, de acordo com os termos do alvará de 20 de novembro de 1809. Na prática, o cunho, habilmente feito, não logrou ser *aprovado* pelo Real Erário. Daí a sua existência no monetário brasileiro, como simples Ensaio, lavrado em prata e cobre ao tempo do príncipe D. João, como Regente.

(Conf. Augusto de Sousa Lobo — *Catálogo da Coleção Numismática Brasileira*, Obr. cit., n. 26 da Est. XLVII, — Título — Ensaio Monetário).

(38) CORONEL LAURENIO LAGO — *Medalhas e Condecorações Brasileiras*, Obr., cit., pág. 8.

Resolução de 11 de setembro de 1810, do Príncipe Regente — “CAYENNA” —, que era primeiramente usado pelos soldados que fizeram parte da expedição militar até que a citada *Resolução* de 26 de setembro, calcando o “Parecer” do Conselho Supremo Militar de 1 de setembro de 1810, referido, tornou extensivo o uso do distintivo a todos os combatentes, e, não mais, *simplesmente*, às praças de pret. A obra é mais do que completa.

A publicação de Julius Meili (39) é, como toda obra de conjunto, de pouco valor para a descrição dos distintivos e das medalhas militares, desde o governo de D. Maria I ao fim do Reinado de D. Pedro I. É bem verdade que, no título “*Militar-Decorationen*”, Meili descreve os ns. 11 e 12 referentes às medalhas da *Restauração da Baía* e da *Pacificação de Pernambuco* (Medalha da Boa Ordem) — Tafel II, números citados.

Mas estes títulos não são bem expressivos em face das descrições técnicas das medalhas de distinção concedidas aos Exércitos : Libertador, da Baía e, Pacificador, de Pernambuco.

O *Catálogo das Medalhas Brasileiras* da Viscondessa de Cavalcanti, (40) que é, como o de Julius Meili, obra de conjunto, descreve não só as medalhas comemorativas como as militares e silencia, entretanto, sobre as medalhas de campanha da fase do Governo de D. Pedro I.

Referindo-se, todavia, a *Caiena tomada aos Franceses* (Dominio Português) que é o n. 16 — Est. IV, alude à cunhagem em prata, quando ela foi feita em ouro, prata e cobre : minúcias que a obra *especializada* do autor aclara, a bem do conhecimento técnico das variantes de metal.

E mais :

Cavalcanti descreve a medalha n. 20 — Est. V, “*Voluntários Reais de El-Rey*” e, a inclui, erroneamente, no número das medalhas do Brasil-Colonial, “1822-1823”.

Mero equívoco da ilustrada escritora da Medalhística Brasileira. Jamais esta medalha militar pertenceu à Coleção do Brasil.

(39) JULIUS MEILI — *Die auf das Kaiserreich Brasilien Bezuglichen Medaillen* (1822 bis 1889) — 1890.

(40) VISCONDESSA DE CAVALCANTI — *Catálogo das Medalhas Brasileiras* ..., 2.^a edição, 1910 — Obr. cit., n. 16, Est. IV — referida.

Criou-a D. João VI pelo decreto de 25 de junho de 1824, para premiar àqueles que ficaram fiéis à causa de Portugal e, por esse motivo, regressaram à Metrópole.

Carlos Frederico Lecor, Barão da Laguna, tomou parte na Guerra Peninsular. Em 1815, nomeado Tenente-General, conduz

ESTAMPA III

TRÊS VARIANTES DA MEDALHA GERAL DA PACIFICAÇÃO DE PERNAMBUCO. A PRIMEIRA OSTENTANDO O PASSADOR DE "CONSTANCIA".

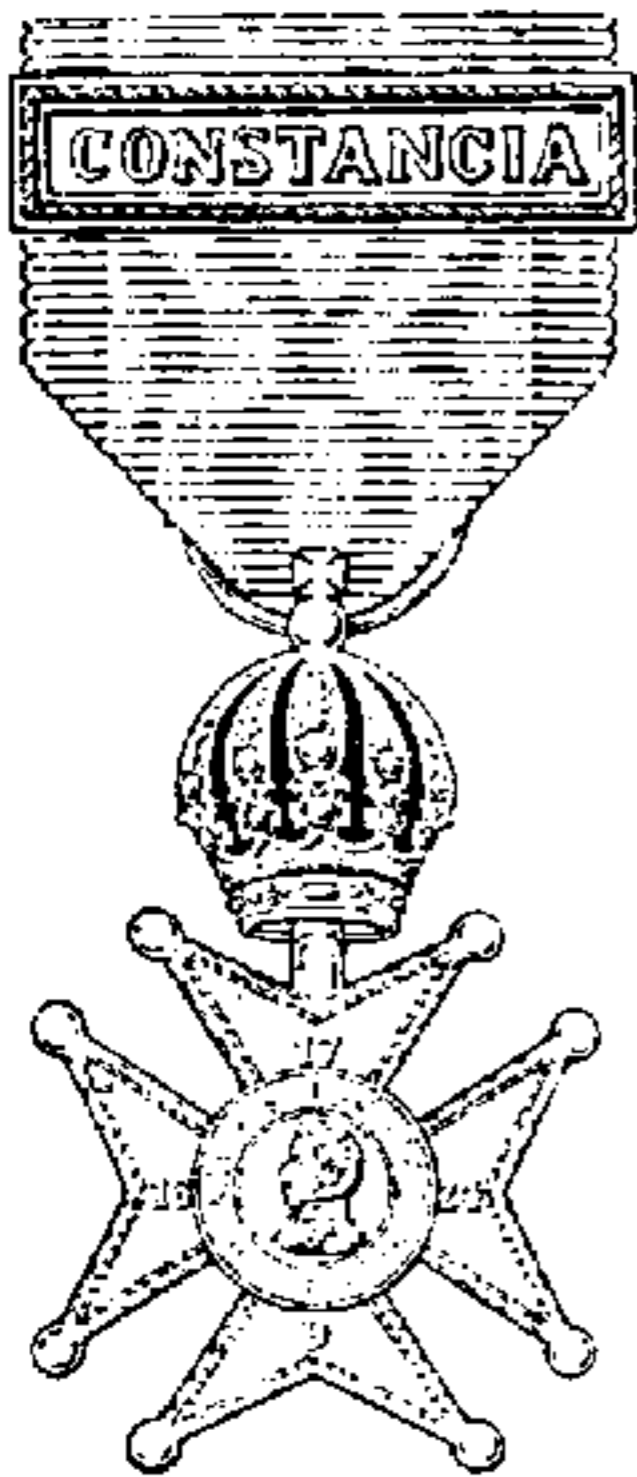


Fig. 3

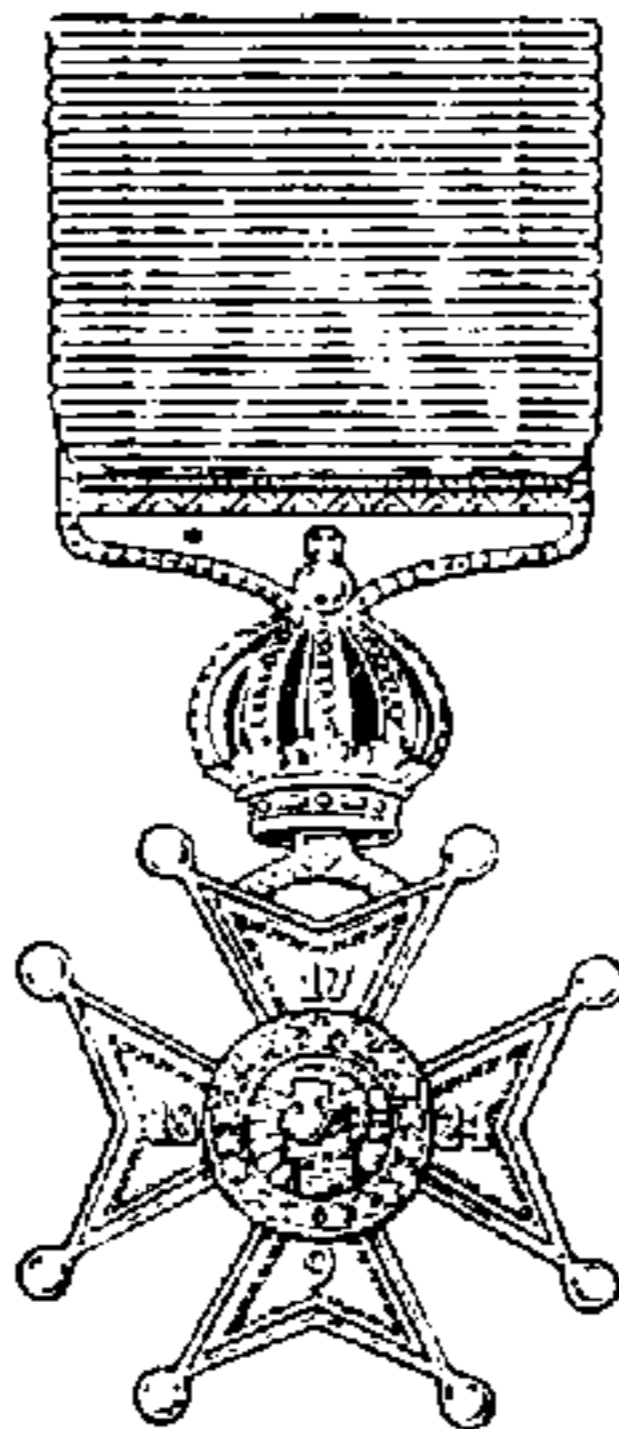


Fig. 3-A

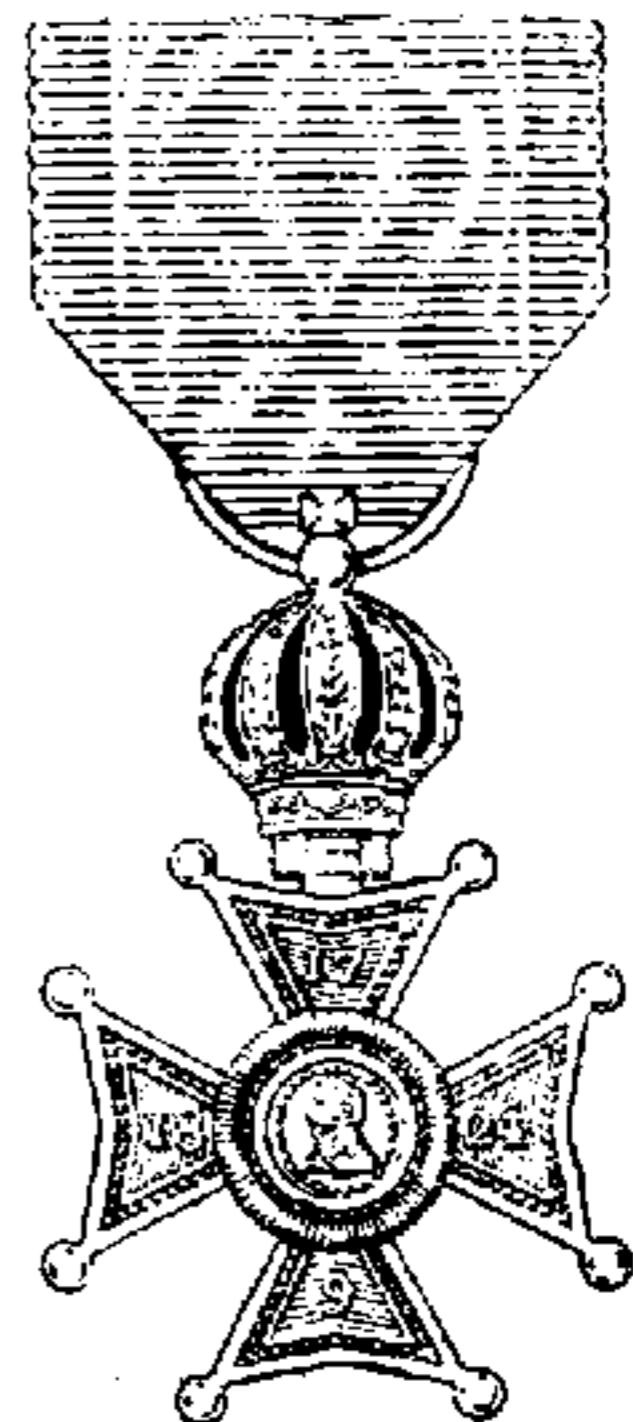


Fig. 3-B

ao Brasil a Divisão de *Voluntários Reais*. Em 1817, apodera-se de Montevideu e do Uruguai, Província Cisplatina que governou até 1828 pelo fato de ter abraçado a causa da Independência do Brasil.

Logo: em fins de 1822 e em 1823, o Brasil não era mais Colônia da velha Metrópole, como diz a descrição feita no referido Catálogo de Cavalcanti; a medalha só foi criada, em 1824, para testemunhar a gratidão do Rei aos Voluntários que ficaram fiéis à causa portuguesa e regressaram a Portugal e, assim, é medalha puramente portuguesa.

Alem disso:

A ilustrada escritora — *data venia* — também inclui no título — "Condecorações Militares" (Est. XIX e XXI —) o jeton

de 1835, em cobre, da República Rio Grandense (com dois S S), como sendo medalha de Campanha do Brasil (Vide — “Campanhas”, Est. XVIII), quando esse espécime nada exprime no tocante à sua inclusão no meio das medalhas militares de Campanha.

Daí a vantagem da obra especializada que esclarece certos erros notados nas obras de conjunto.

Artidoro Augusto Xavier Pinheiro (41) limita a sua obra às Ordens Honoríficas Brasileiras.

É a sua especialidade e, assim, nada de assunto que nos possa servir de auxílio ao estudo da medalha militar.

Mas a matéria é de interesse *instrutivo* e não destoa da finalidade militar, portanto procuramos analisar o trabalho desse autor.

Verificaremos que as ordens militares, além de concedidas a indivíduos o foram a Bandeira de Corpos e a navios, como é o caso da Ordem do Cruzeiro.

Com a fundação do Império Brasileiro foram mantidas as velhas ordens honoríficas, e instituídas novas para premiar serviços relevantes.

Assim, foram mantidas, como Nacionais, as Ordens Militares Portuguesas de Cavalaria com natureza e caráter de religiosas, excetuada a da Conceição de Vila Viçosa, Padroeira do Reino de Portugal, e a da Torre e Espada.

Tal é o caso das Ordens de São Bento de Aviz, São Tiago da Espada, Nosso Senhor Jesus Cristo, de acordo com a ampla disposição da lei de 20 de outubro de 1823, que estatue no seu Artigo 1.º o seguinte :

“As ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e re-
“soluções promulgadas pelos Reis de Portugal e pelas
“quais o Brasil se governou até o dia 25 de abril de 1821.
“em que S. M. F., actual Rei de Portugal e Algarves,
“se ausentou desta Côrte, e todas as que foram promul-
“gadas daquela data em diante pelo Snr. D. Pedro de
“Alcantara, como Regente do Brasil, enquanto Reino, e

(41) ARTIDORO AUGUSTO XAVIER PINHEIRO — *Ordens Honoríficas do Império do Brasil*, págs. 3 e 4 — São Paulo, 1884.

“como Imperador Constitucional dele, desde que se erigiu
“em Império, ficam em inteiro vigor na parte em que não
“tiverem sido revogados, para por eles se regularem os
“negócios do interior deste Império, enquanto se não
“organizar um novo Código ou não forem especialmente
“alterados” (4.).

Pela Bula do Papa Leão XII, de 30 de maio de 1827 —
PRAECLARA PORTUGALLIAE ET ALGARBIORUMQUE
REGNUM, foram as Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de
São Bento de Aviz e de São Tiago da Espada separadas de Por-
tugal, concedendo-se o Grão-Mestrado perpétuo delas aos Impe-
radores do Brasil.

Devido à Assembléia Geral, os Imperadores brasileiros não
aceitaram o referido Grão-Mestrado.

O decreto n. 321, de 9 de setembro de 1843, declarou que as
referidas Ordens *deviam ser consideradas meramente civis e po-
líticas*.

Daí, com a resolução dada pelo decreto n. 321 em apreço,
as tais Ordens se tornaram, pela nova *finalidade* dada, definiti-
vamente diversas das do Reino de Portugal.

Mais tarde, o decreto n. 4.144, de 5 de abril de 1868 regu-
lamentando a concessão da Ordem de São Bento de Aviz, assim
se expressa no seu art. 1.º :

A Ordem de São Bento de Aviz é exclusivamente des-
tinada a remunerar serviços militares”.

E o art. 8.º do citado decreto torna extensiva a condecoração
de Aviz aos “oficiais honorários”, que tiverem prestado serviços
de Campanha nos Corpos de Polícia ou nos Corpos destacados da
Guarda Nacional”, ou ainda “em postos de Comissão no Exér-
cito” : — e cuja Condecoração era facultada às próprias classes
anexas, tais como :

Oficiais do Corpo de Saude (médicos, farmacêuticos) e até
aos Capelães (Art. 9.º do citado decreto n. 4.144), uma vez sa-
tisfeitas as exigências regulamentares.

(42) ARTIDORO AUGUSTO XAVIER PINHEIRO — *Ordens Honoríficas do
Império do Brasil*, págs. 3 e 4 — São Paulo, 1884.

Posteriormente, o decreto n. 4.203, de 13 de junho do referido ano (1868) querendo reparar a injustiça cometida no decreto n. 4.144, de 5 de abril, que havia esquecido a gloriosa Marinha que tantos louros trouxe para a Pátria, regula a concessão da Ordem de São Bento de Aviz aos Oficiais da Armada e classes anexas.

Não é, entretanto, a Ordem de São Bento de Aviz uma medalha militar na acepção do vocábulo, prêmio de campanha, embora o art. 8.º do decreto n. 4.145, faculte a sua concessão aos que tivessem “prestado serviços de campanha”. Era portanto, uma condecoração sem o caráter do prêmio de campanha como recompensa da bravura militar.

A história das Ordens Militares ou de Cavalaria está intimamente ligada à história de Portugal, datando do tempo das Cruzadas (43). O que convem conhecer na História das Ordens de Cavalaria que são atualmente conferidas na Europa ou extintas, não é a forma da cruz, a cor da fita ou as dimensões da placa; informações que se encontram por todo o lugar mas o que é preciso é saber o seguinte :

- 1) a data exata da fundação da Ordem;
- 2) o nome de seu fundador;
- 3) o motivo de sua criação;
- 4) as diversas fases de sua existência;
- 5) sua situação atual, se ela é ainda conferida; e
- 6) as causas que concorreram para sua extinção, uma vez que não seja mais conferida.

Esta é a lição do douto H. Gourdon de Genouillac (44) que, vertida, para o nosso vernáculo, bem ministra aos estudiosos o verdadeiro conceito em que deve ser conhecida a História das Ordens de Cavalaria. E ainda continua o abalísado técnico.

..., “quant aux médailles et aux croix destinées á récompenser les personnes qui ont pris part á une guerre ou

(43) ALEIXO TAVANO E JOSÉ AUGUSTO DA SILVA — *Ordens Militares e Civis Portuguesas* (Notícias Históricas das ...) — pág. 7 — Lisboa, 1881.

(44) H. GOURDON DE GENOUILLAC — (Auteur de la grammaire héraldique) — *Dictionnaire historique des Ordres de Chevalerie*, págs. 10 a 12 — Paris, 1860.

“à un événement extraordinaire, ce sont des distinctions
“purement individuelles, qui ne peuvent prendre place
“dans ce volume consacré à l’histoire des ordres de
“chevalerie civiles, religieuses, et militaires”.

E mais :

“La plûpart des ordres de chevalerie furent en même
temps religieux et militaires” (45).

Jacques Bresson (46) e Licurgo Cappelletti (47) são doutos na História das Ordens de Cavalaria : porem não nos convem alongar o assunto demasiado sério, e, por assim dizer, quase que estranho ao nosso objetivo.

A bem da verdade, podemos assegurar que até a presente data não conhecíamos uma obra que descrevesse as *Medalhas Militares Brasileiras*, com melhor erudição e maiores minúcias instrutivas, como a que fez o Sr. Francisco Marques dos Santos.

É sabido ter o Marquês de Abrantes levado para o seio da Academia Real da História Portuguesa o estudo sério, analítico, da “Medalhística”.

Marques dos Santos remodela, em obra *especializada*, o estudo dos *Distintivos e das Medalhas Militares Brasileiras* : e o entrega ao cenário da Medalhística Brasileira para que, orientando os estudiosos do assunto, possa, conseqüentemente, servir de guia e estímulo a novas monografias que ainda mais concorram para o engrandecimento da História das Medalhas Militares do Brasil.

Porque, em verdade, a crítica sensata a trabalho de ordem técnica e doutrinária ou seja, no caso, a obra, *especializada* — só deve ser proferida pelos doutos no assunto.

Estes, queremos crer, nada poderão encontrar no trabalho do autor que possa alterar a parte descritiva das peças premiaes, nem tão pouco apontar falhas ou lacunas que necessitem ser escoimadas em uma segunda edição.

(45) H. GOURDON DE GENOUILLAC — Obr. cit., pág. 12 — (*Des Ordres de Chevalerie*).

(46) JACQUES BRESSON — Précis Historique des Ordres de Chevalerie (Décorations Militaires et Civiles) — Paris, 1844.

(47) LICURGO CAPPELLETTI — *Storia degli Ordini Cavallereschi* — Livorno, 1904.

O simples fato do autor não ter, de momento, apresentado os diplomas das medalhas militares, o que traria evidentemente esplendor à obra, em nada prejudica a parte técnica da mesma; pois que a fez amoldada à legislação criadora dos distintivos e das medalhas militares, à exceção, porém, da medalha da Guarda Cívica, que, como peça comemorativa, ainda se encontra na ignorância do decreto ou Resolução que a criou. Aliás, o próprio autor, não-lo confessa.

A alma brasileira, em 1822, num movimento de reação cívica não mais tolerava o jugo português, nascendo daí a formação da Guarda Cívica, que foi a milícia organizada, em São Paulo, com a finalidade única de ser o sustentáculo da Independência do Brasil. Eis a medalhística servindo de fonte auxiliar à essa nossa asserção.

Não é demais dizer que a Iconografia empresta à obra grande realce. O opulento trabalho é ilustrado com finos desenhos dos distintivos e das medalhas premiaes.

Como ilustração de nossa *Apreciação Crítica* à obra especializada do Sr. Francisco Marques dos Santos, julgamos de bom alvitre descrever alguns exemplares constitutivos de "Medalhas Militares Brasileiras".

É claro que o espécime "CAIENA TOMADA AOS FRANCESES" embora com feição militar de origem, agrupa-se no número dos monumentos metálicos que teem *finalidade* bem diversa da medalha militar de Campanha *propriamente* dita. Não encerra prêmio à bravura do agraciado, mas sim rememora uma expedição militar, filiando-se, portanto, às peças *meramente comemorativas*.

Vejamos, para o caso, a descrição das seis seguintes medalhas.

Fig. 1 : "ANVERSO" : D : JOAM P : G : D : PRINC :
REGEN: PORTUGAL & C., Cabeça do Príncipe Regente laureada, à esquerda, tendo, abaixo o nome do gravador, PIDGEON F.

No exergo, a data com pontos somente no final, 1809.

"REVERSO" : Na orla, disposta em semi-círculo, a legenda CAYENNA TOMADA A : OS FRANCEZES". Ao centro, dentro de uma coroa de louro, em duas linhas, — 14/ 1809, tendo abaixo da data um travessão.

Fig. 2 : "ANVERSO" : Em campo de esmalte azul, um ramo de oliveira posto sobre o serro de Montevideu (emblema da Banda Oriental do Uruguai), simbolizando a pacificação concluída pelas armas nacionais.

Na orla, de esmalte verde, parte superior a palavra "MONTEVIDEO", tendo na parte inferior, isto é, abaixo, doze tulipas apedunculadas, ficando seis tulipas à direita, e seis ditas à esquerda.

"REVERSO" : Dentro de um círculo de esmalte verde, em três linhas, a legenda "PETRUS/I. B. I./D."

Na orla, de esmalte verde claro, uma coroa formada de dois ramos de louro.

OBS. : Esta medalha foi conferida aos do Exército do Barão da Laguna (Carlos Frederico Lecor) que aderiram à Independência. Nos braços da cruz eram assinalados os anos de serviço na antiga província Cisplatina.

Fig. 3 : "ANVERSO" : No centro de uma Cruz de Malta de prata com as pontas maçonetadas (*) uma placa circular de ouro, de fundo raiado, sobre a qual está o meio busto de D. Pedro I., fardado, à esquerda.

Na orla, de esmalte azul escuro, a legenda PETRUS. I. BRAS. IMPERATOR. D. (estrela no final) em letras douradas, notando-se que as letras SS são invertidas. Encimando a cruz está uma coroa imperial de ouro sobre a qual se encontra uma argola. A fita era amarela orlada de verde, ostentando o passador a palavra CONSTANCIA.

No braço superior da cruz os algarismos 17, no inferior

(*) A expressão *maçonetada* é usada pelo autor, conforme se vê da "NOTA 4", inserta, à pág. 23, — descrevendo *medalha da segunda Campanha Cisplatina*, a qual podia ser trazida pendente ao peito em face dos termos do decreto de 25 de setembro de 1822. Eis o texto da referida "NOTA" em apreço :

— "O autor convencionou chamar de Cruz de Malta *maçonetada*, visto como os ângulos da mesma cruz são embolados de pequenas esferas em forma de maçonetas, isto é, procurando corresponder à designação francesa "pommetée" comumente usada em medalhística".

(Conf. Obra cit., "NOTA 4", *in fine*, à pág. 23, referida).

9, no lateral esquerdo 18 e, no direito, 24, significando a data 17/9/1824.

OBS. : A medalha descrita é *uniface*, sendo que o modelo mais comum é o esmaltado.

A demais :

A nossa descrição está certa, ficando a palavra "BRASIL" abreviada em BRAS ; ao passo que na legenda da medalha representada pela fig. 3, da obra do autor (Conf. Obra, referida, à pág. 35, — legenda com BRASIL), há falhas de desenho, dando motivo que a palavra BRAZIL (com Z) ficasse gravada por extenso ao invés de permanecer abreviada "BRAS", que seria o certo. Prova esse erro que o desenho constante da obra do autor não foi obtido por fotografia *direta* da medalha em apreço.

Por esse lamentavel equívoco, ficou predominando o erro *resultante* do desenho, adrede preparado para a confecção do respectivo *cliché*.

As figs. 3a e 3b representam *variantes de cunho*, raras, são peças *anepígrafes*, visto não trazerem legenda na orla da placa tendo esta ferros de "Anverso" e de "Reverso", predominando em ambas o meio busto de D. Pedro I, fardado, voltado à esquerda. São variantes da *Medalha Geral da Pacificação de Pernambuco*.

Fig. 4 : "ANVERSO" : Medalha *uniface* da Casa Monetária do Rio. O ferro de "Anverso" é ligeiramente côncavo encimado por uma coroa imperial movel. No centro estão uma espada e um ramo de louro cruzados em santor, tudo encimado pela sigla "P. I.", que, por sua vez é também encimada pela coroa imperial.

Tudo está envolvido pela legenda RESTAURAÇÃO DA BAHIA 1823, cercado internamente por uma elipse de pontos e externamente por uma elipse em linha cheia.

A orla, raiada, aparenta um resplendor.

"REVERSO" : Iiso, isto é, sem nenhuma inscrição ou gravura.

OBS. :Foi cunhada em cobre, para as praças de *pret*; em prata para os oficiais até o posto de coronel e, finalmente, em prata dourada para os oficiais-generais : — mau grado o decreto falar em ouro, na prática, jamais é conhecido o resplendor nesse metal nobre. Há variantes

ESTAMPA IV

MEDALHA EXECUTADA NA CASA DA MOEDA DO RIO

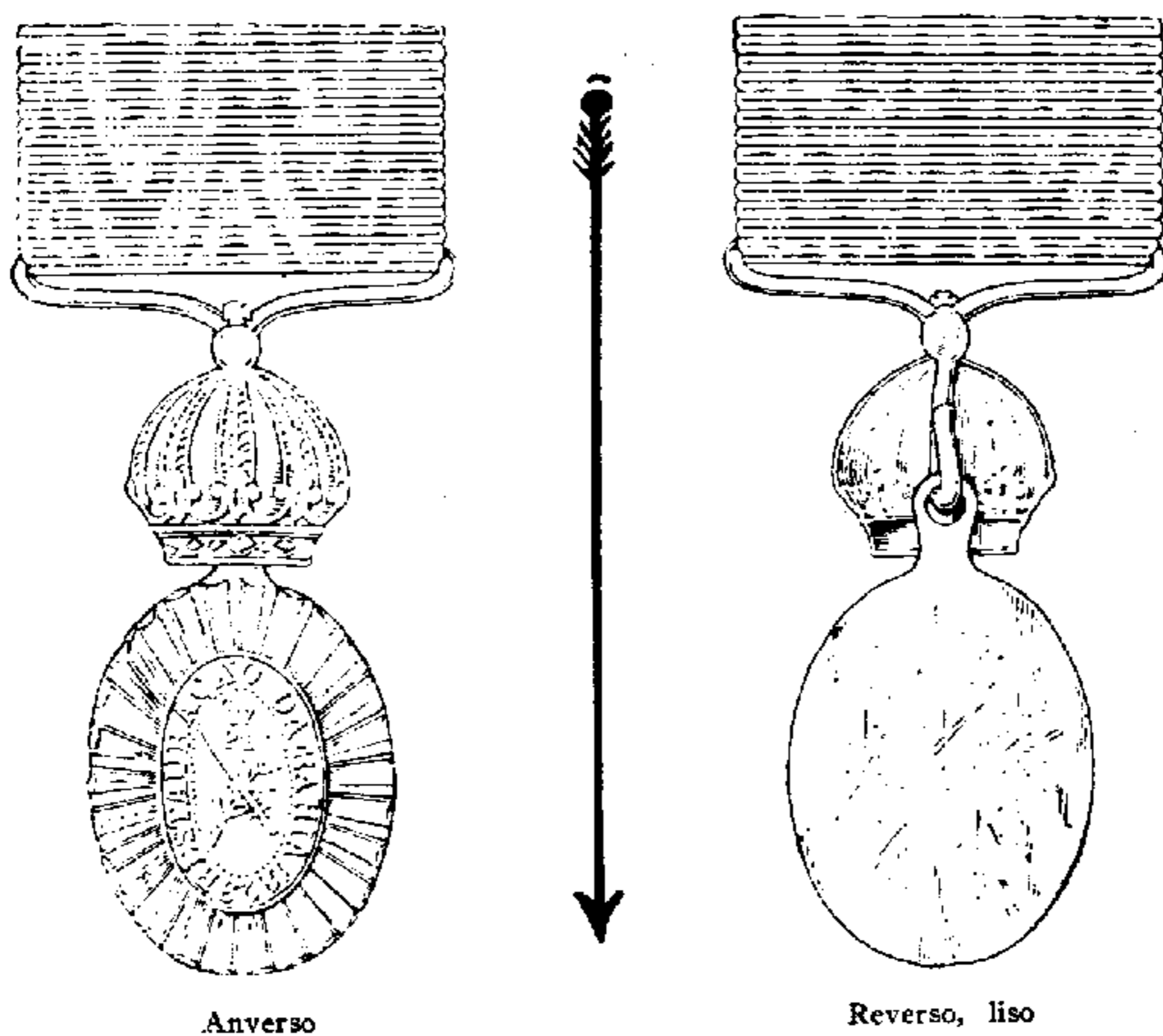


Fig. 4

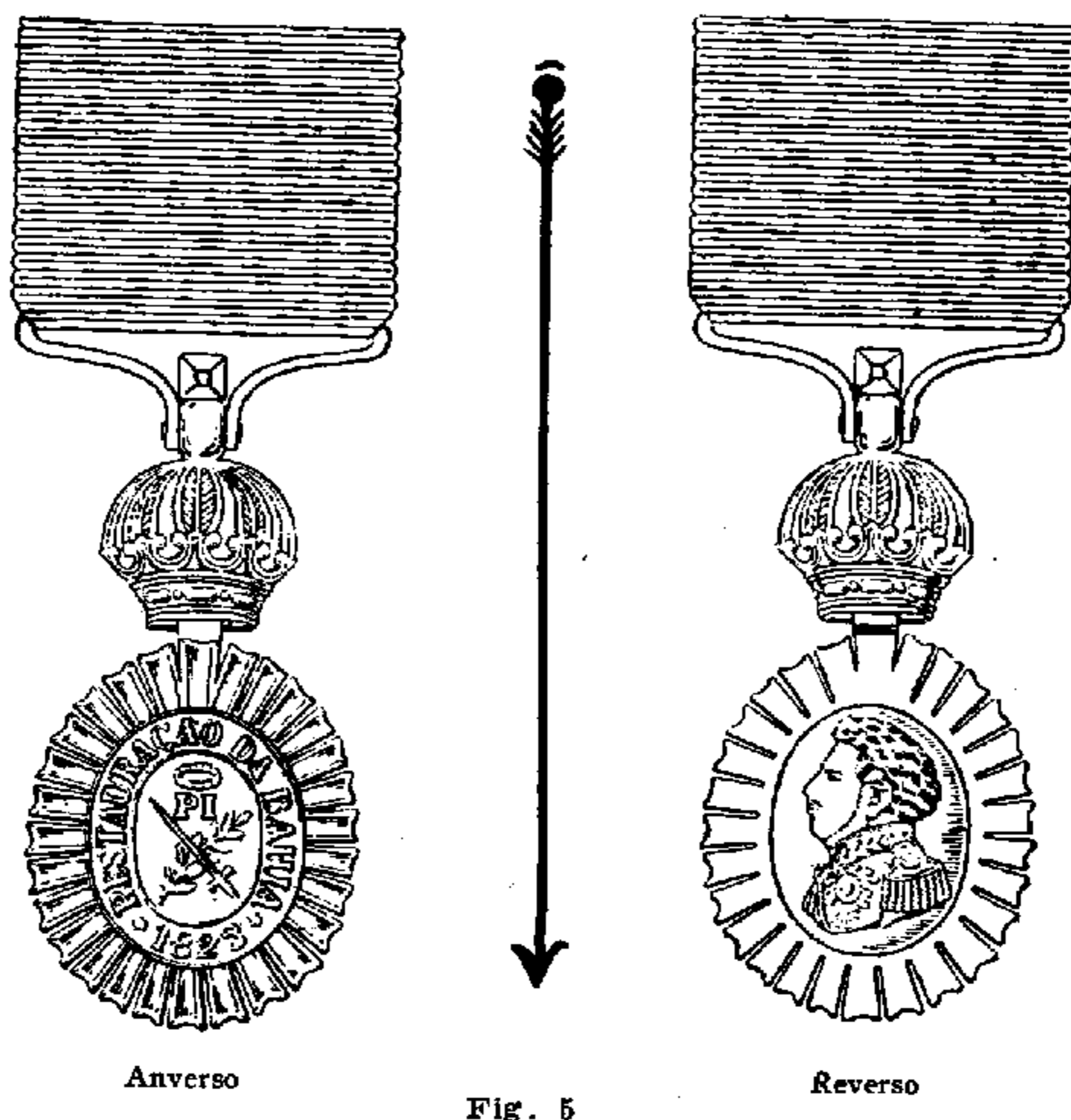
de gravura: havendo o emprego de esmalte nas peças confeccionadas para os oficiais. . . . A figura n. 4 representa, como vimos, a medalha *uniface* da Restauração da Baía, confecção da Casa Monetária do Rio, não apresentando a efígie ou busto do imperador D. Pedro I, — característica diferencial do fabrico feito pela Casa da Moeda da Baía que as fez com o busto do imperante.

Fig. 5 : "ANVERSO" Ligeiramente côncavo, encimado por uma coroa imperial movel. No centro estão uma espada e um ramo de louro cruzados em santor, encimados pela sigla

P I que, por sua vez, é também encimada por uma coroinha de louro, tudo envolvido pela legenda RESTAURAÇÃO DA BAHIA * 1823 * estando a data entre estrelas. A orla, de raios vazados, apresenta a forma de um resplendor.

ESTAMPA V

MEDALHA FEITA NA CASA DA MOEDA DA BAHIA



“REVERSO” Convexo, também apresenta raios vazados. Ao centro o busto de D. Pedro I, fardado de general, voltado à esquerda.

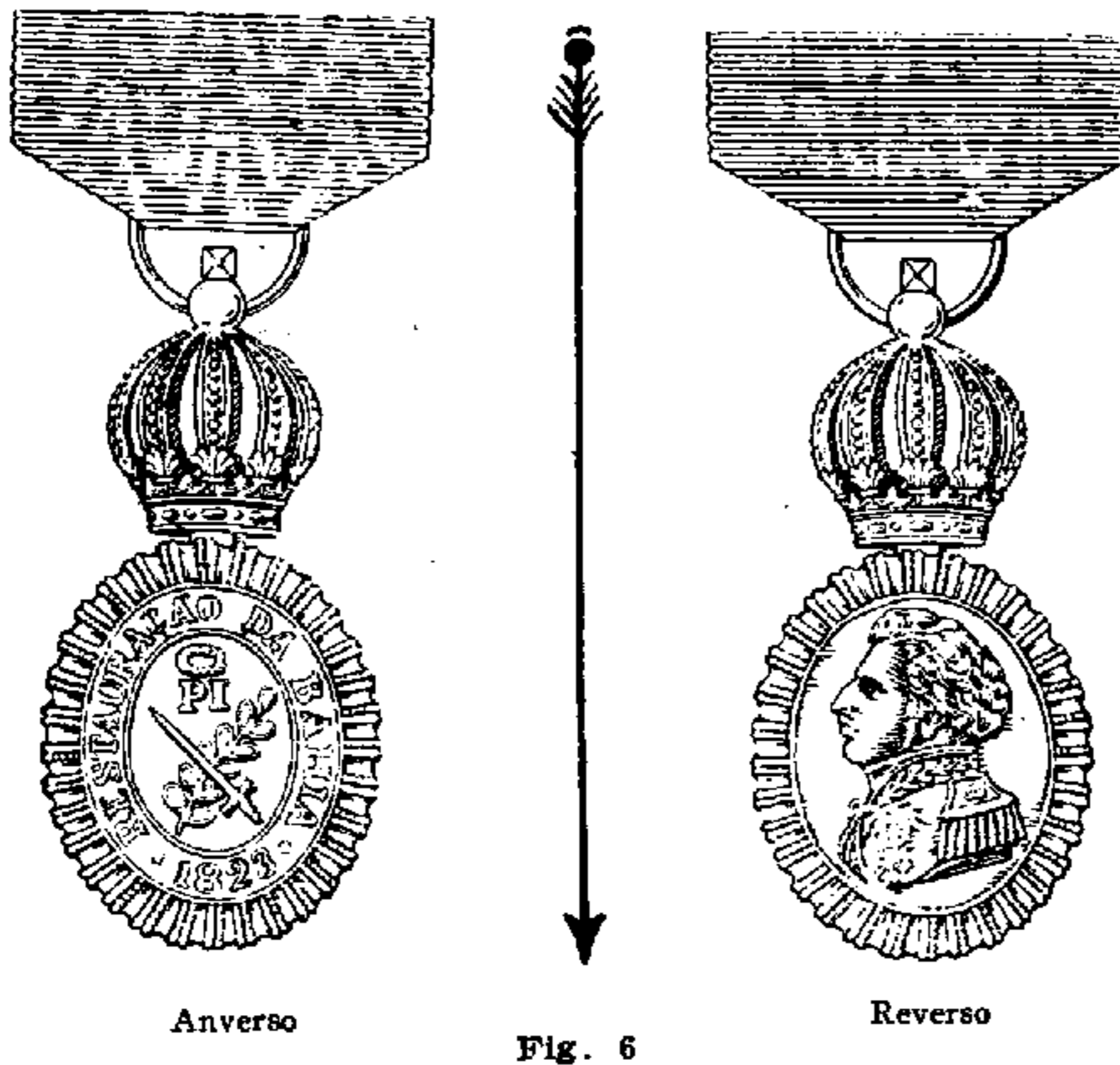
OBS. : A coroa imperial que é movel apresenta duas faces, característica diferencial da medalha fabricada pela Casa Monetária do Rio, que a fez *uni*face.

Fig 6 : “ANVERSO” Chapa elíptica de ouro, tendo no círculo de esmalte azul a legenda RESTAURAÇÃO DA BAHIA * 1823 *, estando a data entre estrelas.

No campo de ouro um ramo de louro e uma espada, postos em santor, encimados pela sigla P. I. que, por sua vez, é encimada por uma coroinha de louro. No mais, é em tudo igual à descrição constante do n. 5, com a diferença dos metais que são de ouro e prata, conforme relata o próprio autor, à pág. 45, de sua referida obra.

ESTAMPA VI

MEDALHA FEITA NA CASA DA MOEDA DA BAIÁ



“REVERSO” : Ao centro o busto de D. Pedro I, fardado de general. Voltado à esquerda

OBS. : Esta medalha (da Restauração da Baía) destinada aos oficiais, de alferes a coronel, apresenta o esplendor em ambas as faces.

A coroa imperial é substituída pela coroa de louro.

Como vimos, é desnecessária a descrição de todas as medalhas constantes da obra do autor : mesmo, porque, a nossa apreciação crítica não implica na parte *classificativa* de todos os espécimes, tratados pelo autor.

É este o matiz da obra que apreciamos neste trabalho, de diversos pontos de vista.

Devemos dar cada vez maior valor ao estudo e às obras de Medalhística, pois não há dúvida que ela não deixa de constituir uma ciência, *propriamente dita*, conforme conceito já expendido pelo erudito D. Tomaz Caetano do Bem.

Ouçamo-lo :

“Nem se pode duvidar que a *Sciência das medalhas* isto
“he, o seu perfeito conhecimento he verdadeira sciencia,
“porque he huma collecção de regras e preceitos certos
“e infalliveis, que nos dão a conhecer certas verdades, e
“toda a sua doutrina he colhida de huma perspicaz e
“judiciosa observação, segundo os princípios de investigar
“a verdade, e bem ordenada,” — D. Thomás Caetano
“do Bem, Mem. hist., II, pág. XVII (48).

É claro que a utilidade e o interesse da Medalhística, através das boas obras, estão sendo compreendidos por todos nos últimos tempos.

A obra “Medalhas Militares Brasileiras” (da época Colonial ao fim do Primeiro Reinado) do Sr. Francisco Marques dos Santos não deixou de levar o nome do autor aos países da América, havendo, ainda, por último, a Imprensa Militar do Uruguai, publicado em ótima tradução a parte referente às Medalhas das Campanhas Cisplatinas.

Senão, vejamos o intróito dessa tradução :

“Medalhas de las Campañas Cisplatinas por Francisco
“Marques das Santos — De la “Sociedad de Numis-
“mática Brasileña” — Con expresa autorización de su
“distinguido autor, el erudito y eminente numismático
“brasileño, señor Francisco Marques dos Santos, tene-
“mos el agrado de reproducir de su interesante y do-
“cumentado estudio titulado Medalhas Militares Bra-
“sileiras, (Da época Colonial, ao fim do Primeiro Rei-
“nado), y en forma estrictamente literal, los capítulos
“que se refieren a sucesos ocurridos en nuestra tierra y

“que tienen por título : “Medalhas das Campanhas Cis-
“platinas,”

“Distinctivo da Campanha Cisplatina de 1811-1812”.
“Medalha da Segunda Campanha Cisplatina” y “Me-
“dalha conferida aos do Exercito e Esquadra do Barão
“da Laguna (Carlos Frederico Lecór) que aderiram à
“Independencia” (48).

ALFREDO SOLANO DE BARROS

(*Conservador cl. J. do Museu Histórico*)

(48) “*Medalhas de las Campañas Cisplatinas según la obra “Medalhas Militares Brasileiras” de Francisco Marques dos Santos (de la Sociedad Numismática Brasileira), pág. 3, Montevidéo — R. Oriental del Uruguay — Imprensa Militar, — 1938.*”

UMA JÓIA DA ARMARIA

Entre as mais valiosas peças da coleção de armas do Museu Histórico, distingue-se pela raridade e maravilhosa feitura uma arma de fogo portatil que pertenceu a D. João VI. Verdadeira jóia da armaria, o Rei a ofertou em 1818 ao Museu Real, atualmente Museu Nacional, donde, mais de um século depois, foi transferida para o Museu Histórico. Ultimamente figurou nos mostruários do Brasil durante a Exposição dos Centenários de Portugal, em Lisboa.

Trata-se de um mosquete (1) de luxo, provavelmente feito por um armeiro da cidade de Nurembérgia, em princípios do século XVII. Torna-se necessário lembrar que Nurembérgia foi o centro do Renascimento alemão e a cidade natal de Dürer, para melhor se compreender a intenção e a preocupação do armeiro, ou dos

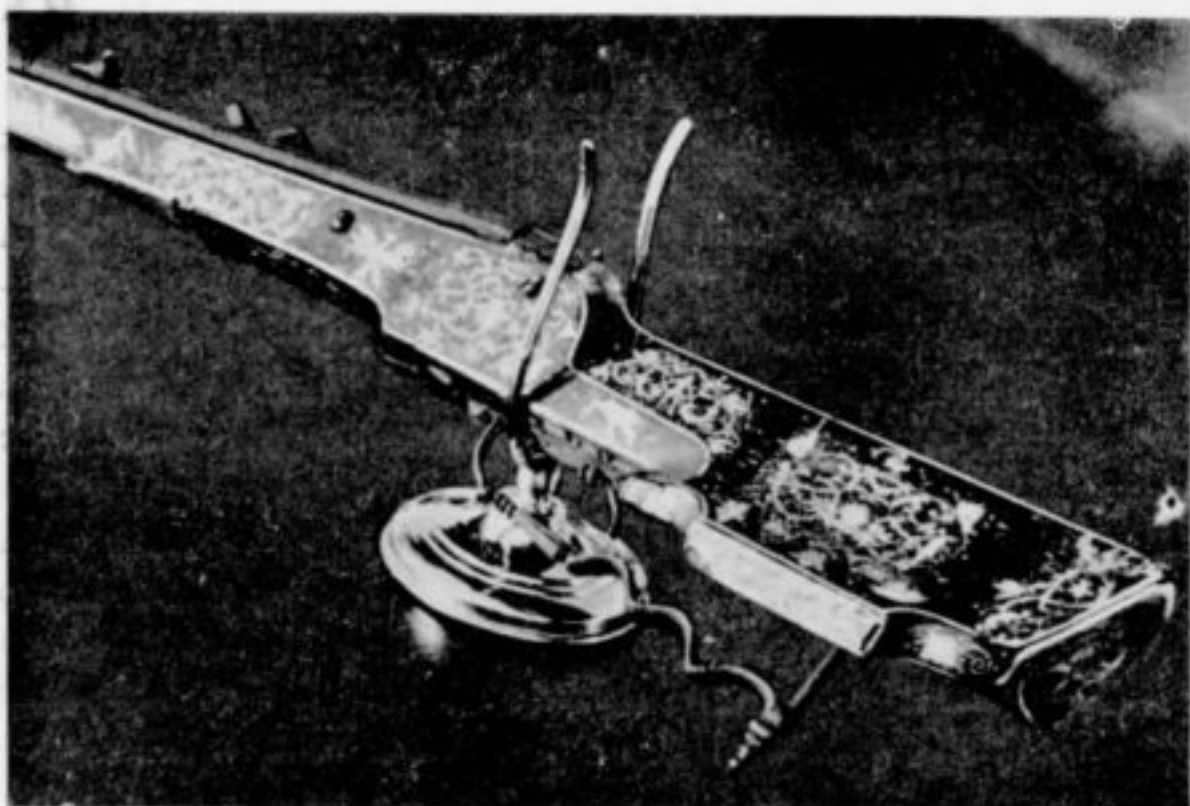
(1) Hesitamos a princípio em dar a essa arma a denominação de mosquete. Alguns autores que consultamos afirmam ser o mesmo mais pesado que o arcabuz e, por isso, usado com forquilha. Não somos, porém, dessa opinião. Arcabuz, do neerlandês *Haakbus*, em alemão *Hakenbuechse*, significa caixa de gancho, ou melhor, arma de gancho. A denominação proveio, sem dúvida, do gancho preso na parte inferior da coronha, destinado a firmar a arma, muito primitiva e pesada, na amurada das fortalezas, ou, quando portatil, apoiá-la sobre um cavalete, mais tarde substituído pela forquilha.

O arcabuz, entretanto, evoluiu, tornando-se mais aligeirado e dispensando a forquilha. Passou a ser denominado mosquete, segundo uns — observa J. Schoen, por ter o cão em forma de cabeça de gavião — *muchetus*; segundo outros, por ter aparecido pela primeira vez no lugarejo *Mocheta*, perto de Feltri, na guerra entre venezianos e genoveses (1508). O mosquete foi usado em larga escala pelo exército espanhol desde 1519, motivo pelo qual outros autores atribuem a invenção a estes — conclue Schoen. O que não há dúvida é que ao arcabuz sucedeu o mosquete, a princípio usado com forquilha e depois sem ela.

É interessante observar como o termo em francês, primitivamente, *hacquebutte* transformou-se em *arquebute*, depois *arquebuse*, tornando-se palavra híbrida e pleonástica, pois *arque* (arca ou caixa) significa o mesmo que *buse* — *Bus* — *Buechse* (caixa ou arma).

Os próprios alemães, posteriormente, por influência francesa, modificaram o termo adequado *Hakenbuechse* em *Arkebuse*.

artifices que nele trabalharam, em transformar uma simples arma de caça num objeto de arte. Pois ali, na arma, vê-se uma riqueza de ornamentação extraordinária, onde aparecem figuras humanas, animais, aves, insetos, flores, frutos, carrancas, tudo, aliás, tão característico daquela época. Sente-se, todavia, uma nítida in-



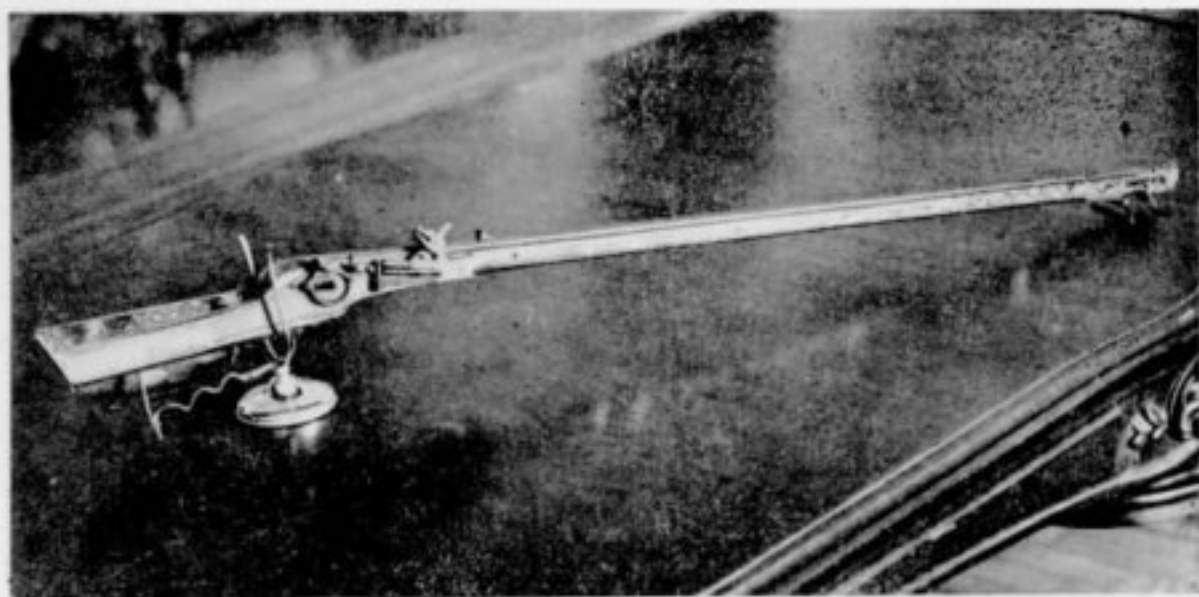
Mosquete existente no Museu Histórico e já classificado no "Catálogo Geral da 1.ª Secção", ed. de 1924, na *Sala dos Capacetes*, sob o n. 146 da seguinte maneira : "Mosquete do século XVII, com incrustações de marfim e madreperola, que pertenceu a D. João VI. Proceência : Museu Nacional".

fluência italiana, que não é de admirar, sabendo-se quanto foi o sul da Alemanha influenciado pelos artistas florentinos.

Foi, talvez, contemplando uma arma assim tão bela, que Domenico Scarlatti, professor de cravo da infanta D. Maria Bárbara (2), compôs a sua admirável "Pastoral". Ao ouvirmos essa música deliciosa, é como se desfilassem ante nossos olhos encantados, à luz matinal, por montes e vales, em alegre calvagada damas e gentishomens montados em fogosos ginetes : uma caçada real. E quem sabe se o próprio Scarlatti não teria visto na sala

(2) Filha primogênita de D. João V, de Portugal, que, pelo casamento com o príncipe das Astúrias, D. Fernando, depois Fernando VI, filho de Filipe V e Isabel Farnesio, tornou-se rainha de Espanha.

d'armas do paço da Ribeira aquela jóia de armaria, ora sob a guarda do Museu Histórico? Muito provavel que o Rei Magnanimo a possuísse por herança de seus avós, entrelaçados que eram com as casas de Habsburgo e de Neuburgo, ou por herança de sua mulher a Rainha D. Maria Ana, arquiduquesa d'Austria, irmã dos Imperadores da Alemanha Carlos VI e José I, tambem da Casa de Habsburgo. Aliás, na própria arma, vê-se, bastante



O mesmo mosquete visto do lado da fecharia de rodete.

apagado, um escudo gravado no fecho, parecendo ser o primitivo dessa Casa (3). Nada de positivo, apenas uma sugestão.

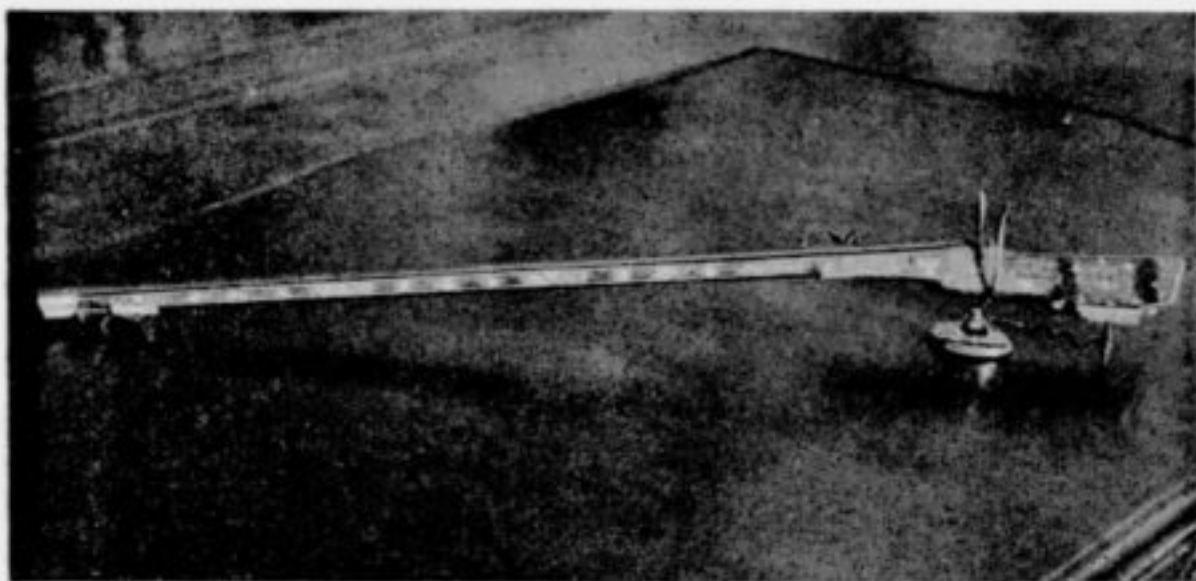
Examinando-a mais detalhadamente, verificamos que é um mosquete do sistema de rodete (4). O cano é oitavado exteriormente e raiado interiormente (5), isto é, tendo sete raias paralelas ao eixo do cano. Sobre a coronha, uma riqueza extraordinária

(3) Escudo primitivo dos Habsburgo: de ouro com um leão de goles coroado (Marquis de Magny).

(4) O fecho de roda ou rodete, tambem chamado fecho alemão (*Deutsches Schloss*), foi inventado por um relojoeiro de Nurembérgia, cujo nome é desconhecido, em 1515, e aperfeiçoado em 1517.

(5) Se bem que Gelli afirme caber à Itália a primasia das armas raiadas, cuja invenção se teria dado no ano de 1476, são unânimes os outros autores em apontar Gaspar Zellner, de Viena, pertencente à célebre família de arcabuzeiros de Salzburgo, como o inventor das estrias no interior do cano. O próprio Gelli diz, entretanto, que no ano de 1498 apresentou Zellner num torneio de tiro ao alvo em Leipzig, o primeiro cano raiado no sentido paralelo ao eixo. As estrias em espiral, invenção mais aperfeiçoada, foram introduzidas por Augusto Kotter, em 1620, como veremos, depois.

de ornamentação, conforme já acentuamos. Quatro figuras humanas gravadas a ponta seca em marfim, assim distribuídas : na tampa da caixa que servia para guardar a chave do mecanismo — um personagem de alta nobreza e, ao fundo, as torres góticas de uma cidade ; na chapa do couce — um *Freiherr* ou nobre senhor empunhando um lançaõ em atitude de quem ameaça e, em segundo plano, à direita, um soldado com arcabuz ao ombro ; na braça-



O mesmo mosquete visto do lado contrário ao dos fechos.

deira do canudo da vareta — um turco de turbante, talvez, mesmo, a representação de Solimão II, o Magnífico, e que o armeiro, ou melhor, o artista que desenhou as figuras, por tradição, teria evocado ; na mortagem do fuste que o separa do delgado — um *Landsknecht* ou lansquené (6) de arcabuz ao ombro e a respectiva forquilha na mão. São ainda de marfim os embutidos representando os animais de caça ; e de madrepérola e marfim as aves e os animais fantásticos, as flores, as borboletas, as frutas, as carancas, os grutescos, espalhados com profusão por toda coronha.

Vê-se na parte superior do cano, um pouco apagadas, as letras A e K ladeando uma estrela. Não seriam essas as iniciais do célebre armeiro alemão Augusto Kotter, que foi o inventor, segundo afirma J. Schoen, das estrias em espiral em 1620 ? Na

(6) Lansquené (fr. *lansquenét*), do alemão *Landsknecht*, soldado mercenário dos séculos XVI e XVII, sobretudo proveniente da Alemanha e da Suíça.

obra desse autor, que consultamos na Biblioteca Nacional, lá está o desenho de uma arma de fogo portatil tendo as mesmas iniciais sob a data 1591.

Ao sistema de estrias em espiral denominou-se na Alemanha, a princípio, *Sternzuege* (raias em forma de estrela), porque os sulcos eram alternadamente fundos e razos. Havia armas com 5, 6, 7, 11 e mais, indo, às vezes, além de 100 estrias; às últimas cabia a denominação de *Haarzuege* (filiforme, ou em forma de cabelos).

A arma das coleções do Museu Histórico tem, conforme já dissemos, uma estrela entre as iniciais, o que faz supor tivesse Kotter usado esse sinal como alusão ao sistema de sua invenção. Nada, porém, afirmamos.

Um pouco acima das referidas iniciais, outra letra: N, que presumimos ser a inicial da cidade Nurembérgia, de onde Kotter era originário. Assim não é difícil imaginar que esse mosquete de caça, verdadeira jóia de armaria, tenha provindo da oficina de Augusto Kotter, em Nurembérgia, no início do Século XVII.

PAULO OLINTO

(Conservador, cl. J. do Museu Histórico)

NOTA EXPLICATIVA

No "Catálogo descritivo e comentado da Exposição do Museu Histórico Nacional nos Centenários de Portugal, organizado em fins de 1939 pelo seu diretor Gustavo Barroso, leem-se estes verbetes sobre as duas principais armas de rodete existentes na coleção de armas do Museu, toda ela já classificada pelo referido diretor :

11 — ARCABUZ DE RODA OU DE RODETE. SÉCULO XVII. F. WERZ IN WURZACH.

Os fechos de roda desta arma representam considerável aperfeiçoamento das armas de fogo, destinado a remediar os inconvenientes das mechas e serpentinas anteriores que as chuvas molhavam. O arcabuz de mecha é de invenção espanhola. Os fechos de roda, inventados em 1517 por um relojoeiro de Nurenbérgia, constam duma peça chamada cão, que tem entre dois dentes uma pirite destinada a produzir faíscas por meio de fricções contra pequena roda de aço canelada e apertada por uma mola. Dava-se corda por meio duma chave.

Este arcabuz é anterior a 1641. Em 1549, o rei de Portugal D. João III encomendava três mil arcabuzes aos melhores armeiros da Boêmia, segundo conta Frei Luiz de Souza nos *Anais de D. João III*, e exigia que os homens possuidores de renda superior a cem mil réis tivessem cada um seu arcabuz, como os antigos proprietários ingleses eram obrigados a ter cada qual seu arco.

Sendo Wurzach, localidade da antiga Boêmia, e Werz, armeiro conhecido do século XVI, é provável ter sido

este arcabuz parte da famosa encomenda de D. João III referida por Frei Luiz de Souza.

É curioso, no entanto, que, na primeira fase das lutas contra os holandeses em Pernambuco, as tropas invasoras ainda não usassem mosquetes de roda ou rodete, visto como, a 14 de maio de 1630, a escolta do almirante Adrianzoon, atacada de surpresa no istmo de Olinda pelo capitão João Mendes Flores, não pôde fazer fogo por ter um aguaceiro inutilizado as mechas de suas armas (V. Duarte de Albuquerque — *Memórias diárias*, 23, e Rodolfo Garcia, nota à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, II, 285). Somente em 1634 os holandeses aparecem com escopetas de roda (Tavares de Lira — *Notas sobre a história do Rio Grande do Norte*, I, 195). Como se vê, os portugueses andavam mais adiantados que outros povos em matéria de armamento e daí a fama de seus arcabuzeiros e mosqueteiros, tanto no Brasil como no Oriente. Dez ou doze soldados lusos, conforme documentos coevos, bastavam para impor respeito a grandes populações indígenas e o fogo dos mosqueteiros de Cristovam da Gama derrotou exércitos numerosos nas célebres campanhas da Etiópia.

41 — MOSQUETE DE CAÇA. SÉCULO XVII. PERTENCEU A D. JOÃO VI.

Peça rara, com inscrustações de marfim e madrepérola em estilo do Renascimento alemão. Sistema de rodete. D. João VI ofereceu-a ao Museu Nacional, em 1818, quando se criou esse estabelecimento ainda hoje existente, segundo conta Ladisláu Neto nas *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial Nacional*, página 22.

ARMARIA

- DEMMIN (A.) — *Guide des amateurs d'armes*, 1869.
FIGUIER (Louis) — *Les Armes à feu portatives*, vol 3.
GELLI (Jacopo) — *Guida del Raccoglitore e dell'Amatore di armi antiche* (Manuali Hoepli).
MARDEL (Luiz) — *História da arma de fogo*, 1887.
PAULIN-DESORMEAUX — *Manuel de l'armurier*, 1832.
SCHÖN (J.) — *Geschichte der Handfeuerwaffen*, 1858. (Coleção D. Maria Teresa Cristina).
VALENCIA DE DON JUAN (Conde Vdo.) — *Catálogo Histórico-descriptivo de la Real Armeria de Madrid*, 1898.
WASTH RODRIGUES (J.) — Debate à conferência do Sr. Mario Barata: *Contribuição ao Estudo da Armaria no Brasil in Estudos Brasileiros*, 1941.

HISTÓRIA

- BARROSO (Gustavo) — *Catálogo descritivo e comentado da Exposição histórica do Brasil nos centenários de Portugal*, 1940.
MALET (Albert) — *Les Temps Modernes*, 1917.
MOREIRA DE AZEVEDO — *O Rio de Janeiro*, 1877.
NETTO (Ladislau) — *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional*, 1870.
RAFFARD (Henri) — *Pessoas e Cousas do Brasil*, 1899.
TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores*, vol. 2.º, 1877.

ARTE

- HARTMANN (K. D.) — *História de los Estilos Artísticos* (Tradução de Domingo Miral, 1932).
LACROIX (Paul) — *Les arts au moyen âge . . .*, 1874.
RACINET (M. A.) — *Le Costume historique*.
RIEMANN (Hugo) — *Dictionnaire de Musique*, 1899.
VON BOEHN (Max) — *La Moda* (História del traje en Europa), Ed. espanhola, 1928.

HERALDICA

- DE MAGNY (Marquis) — *Science des Armoiries*, 1856.

OS PAINÉIS DOS ANTIGOS PASSOS DA BAÍA

O Museu Histórico possui nove curiosos painéis representando os Passos da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo: seis pintados sobre madeira, com antigas molduras douradas, de estilo barroco, e três pintados sobre tela com molduras singelas, envernizadas, postas modernamente. Esses painéis foram oferecidos pelo Dr. José Mariano, que os trouxe da Baía, onde os adquiriu num antiquário. Nas costas de alguns deles, lê-se, escrita à tinta, a indicação do lugar onde deviam ser colocados: *Largo do Arcebispo, Portas do Carmo, Terreiro, Saldanha, Atrás da Sé e Praça do Terreiro*. Nada mais se sabe a respeito de tão interessantes documentos. Não trazem assinatura do pintor, nem indicações que possam facilitar o estudo dos mesmos.

Os pintados em madeira revelam grande ingenuidade no desenho e no colorido. A composição dos grupos é primitiva e as figuras grosseiras, chegando algumas a ser verdadeiramente caricaturais, com grande exagero de narizes curvos. Os pintados em tela, apesar de descoloridos e bastante danificados pelo tempo, apresentam desenho melhor, de feição mais clássica e devem certamente ser muito mais modernos.

É impossível dizer se tais pinturas se devem a um artista local, brasileiro ou português, ou se vieram da metrópole para a Baía.

Na igreja de Santo Antonio dos Olivais, nos arredores de Coimbra, construída no século XVIII, existem alguns painéis dos Passos do Calvário, cuja inspiração e técnica são as mesmas dos pintados em madeira, da Baía, guardados no nosso Museu Histórico. Parecem até obra do mesmo pintor, segundo afirma em notas para o Catálogo Geral do Museu, seu diretor, o Dr. Gustavo Barroso, que também visitou aquela igreja e os observou demoradamente.

Aos painéis baianos existentes no Museu Histórico pode-se atribuir esta data : fins do século XVII a começo do XVIII.

Os em madeira, conforme as indicações no verso, eram para uso externo das procissões tradicionais dos Passos. Os em tela decerto seriam do interior de qualquer templo.

Desde que os jesuitas começaram a catequese dos índios, instituíram as procissões com caráter penitencial ou votivo, comemorando as nossas vitórias militares, as grandes datas e as festas religiosas. Grande era o número de fiéis que tomavam parte nelas, sendo a maior das distrações para o povo, naquele tempo.

Para o nosso estudo interessa sobretudo a procissão dos Passos da Paixão de Cristo, introduzida no Brasil pelos frades carmelitas calçados, que durante o período colonial tiveram o privilégio da realização dessa cerimônia.

Em quase todas as cidades do Brasil, faziam-se sete procissões quaresmais, uma em cada sexta-feira. Na quinta sexta-feira da quaresma, a dos "Passos da Paixão de Cristo", também chamada do Encontro, era notável. A chamada propriamente dos Passos saía da Matriz ou de outra igreja. A de Nossa Senhora das Dores, saindo de outro templo, seguindo itinerários diferentes, as duas se encontravam em uma praça determinada para isso, onde, dum púlpito previamente colocado ou duma sacada, um sacerdote pronunciava o chamado sermão do Encontro.

A imagem do Bom Jesús parava nas estações da Via-Sacra onde se punham retábulos ou pinturas representando os Passos da Paixão de Cristo. Aí se cantavam motetos e o *O' vos omnes*.

O préstito tinha grande imponência. As mulheres exibiam seus melhores vestidos e as mais ricas joias. No trajecto da procissão, à passagem das imagens, queimava-se incenso nas ruas e os moradores punham mangas de vidro com velas acesas nas janelas enfeitadas com colchas de seda e damasco. Juncava-se o chão com palmas, ramos e flores.

De várias igrejas da Baía saía essa procissão, tornando-se um tanto difícil afirmar a qual delas pertenceram os painéis que estudamos. Lendo o precioso trabalho do Sr. João da Silva Campos, "Procissões tradicionais da Baía", publicado pelo Museu da Baía, encontramos na descrição da tradicional Procissão do



Painéis dos antigos Passos da Baía, existentes no Museu Histórico. Pintura sobre madeira.



Senhor dos Martírios, a indicação do seu trajeto, que transcrevemos: "o trajeto da procissão fazia-se de porta a porta da cidade. Assim. Galgava a Ladeira de São Bento, indo até o portão da Piedade quando ali existia realmente uma daquelas portas. Cruzava a praça da Piedade. Tornava pelo Duarte, Cabeça e rua de Baixo. Subia o largo do Teatro, ganhando as ruas do Pão-de-Ló e do Saldanha. Atravessava o Terreiro, descia o Maciel, dando a volta ao largo do Pelourinho, e pela rua das Portas do Carmo, Terreiro, outra vez, ruas do Colégio, Atrás da Sé e da Misericórdia, praça e rua Direita de Palácio, ia por fim recolher-se. Nos últimos tempos, porém, reduzira-se de muito e muito o seu giro".

Entre os locais apontados nesse itinerário são de notar os seguintes: *Saldanha, Terreiro, Portas do Carmo, Terreiro e Atrás da Sé*, que correspondem a cinco dos indicados nas costas dos velhos painéis de madeira existentes no Museu Histórico.

A essa nota que nos dá um meio de identificar tais painéis como tendo servido nas procissões baianas, acrescenta-se a afirmação do citado autor de que a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios já existia em 1764 na Capela de Nossa Senhora do Rosário, na Baixa dos Sapateiros. Isto nos permite verificar que os painéis estudados só podem ser anteriores a essa data.

Na citada obra, sobre a Irmandade dos Passos da Ajuda, na Baía, diz João da Silva Campos que era costume por nos nichos dos Passos da cidade telas ou retábulos. Algumas dessas pinturas recolhidas ao Museu do Estado eram de autoria do pintor baiano José Rodrigues Nunes, discípulo de Franco Velasco. E acrescenta: "Os primitivos eram devidos ao pincel do grande artista José Teófilo de Jesús".

Diante disso, é possível indagar: não serão as três telas dos Passos expostas no Museu Histórico, absolutamente diversas dos painéis em madeira, pela feitura correta, pela composição artística, pela expressão clássica obra de José Teófilo de Jesús, que nasceu no século XVIII e morreu quase octogenário em 1847?

Sobre a autoria dos Passos pintados em madeira é impossível qualquer indagação dessa natureza diante dos poucos elementos de prova de que dispomos.



Painéis dos antigos Passos da Bala, existentes no Museu Histórico. Pintura sobre madeira.



Os nove Passos do Museu Histórico envolvem-se em mistério quanto à sua origem, mas são veneráveis testemunhas do costume das antigas procissões nas nossas cidades e os pincéis que os debuxaram nas telas e nas madeiras deixaram nas primeiras impressa uma afirmação de arte, nas segundas um sentimento ingênuo e profundo : a dor na figura do Cristo, a monstruosidade e a frieza na dos seus algozes.

A palavra *procissão* vem do latim *processio* e significa um *desfile* de carater civil ou religioso. Havia na Roma antiga a *procissão consular*. Da Idade Média até nossos dias a palavra *procissão* é empregada exclusivamente no sentido religioso.

Todas as religiões do mundo, menos a judaica, fizeram ou fazem ainda uso das procissões. As cerimônias dessa natureza realizadas pelos antigos colégios sacerdotais do Egito, da Grécia, da Assíria, da Pérsia e da Índia exibiam um fausto verdadeiramente espetacular. Os gregos chamavam-lhes *teorias*. Em Roma, tiveram fama as denominadas *procissões triunfais*.

As procissões foram postas em uso pela Igreja Católica desde os primeiros séculos do Cristianismo. Elas obedecem à liturgia e se dividem em :

- a) *procissões de benção*, para abençoar lugares e populações, algumas com data pre-determinada como a do Domingo de Ramos ;
- b) *procissões votivas*, feitas em obediência a um voto ou promessa, instituídas por altas personalidades ;
- c) *procissões de transladação*, com que se transladam relíquias ou imagens dum templo para outro ;
- d) *procissões rogatórias* ou *de preces*, pedindo graças.
- e) *procissões de peregrinação*, as feitas pelos romeiros ou peregrinos em torno do objeto da sua romagem ou peregrinação ;
- f) *procissões comemorativas*, as que relembram aos fiéis as grandes datas ou os grandes acontecimentos da História Sagrada.

A organização de qualquer uma dessas procissões obedece a preceitos litúrgicos. À frente, abrindo o préstito, vai uma cruz alçada, levada por um sacerdote entre dois acólitos ; depois, as



Painel dos antigos Passos da Baía, existente no Museu Histórico. Pintura sobre madeira.

irmandades, corporações, cantores, anjos e demais figurantes; enfim, o clero e, fechando a marcha, sob o pãlio, o oficiante. O povo acompanha a este.

★

★ ★

No Brasil, faziam-se, ainda, as *procissões de preces*, pedindo clemência para as calamidades que assolam as terras, os gados e os homens: secas, inundações, epizootias, pestes, etc. Em geral, eram feitas exclusivamente pelo povo e despidas de qualquer imponência.

Segundo Melo Moraes Filho, no livro "Festas e tradições populares", se havia diversas igrejas na localidade assolada, as procissões que delas saíam se encontravam com seu acompanhamento de fiéis; trocavam-se então as imagens nos templos, só voltando aos seus respectivos altares depois que caía a primeira chuva.

Durante o percurso, cantavam as seguintes rogações:

Virgem Santa dos Remédios
Que a todos remediais,
Nós, que somos pecadores,
Cada vez pecamos mais.
Rainha de eterna glória,
Mãe de Deus, doce e clemente,
Dai-nos água que nos molhe,
Dai-nos pão que nos sustente.

E, mais adiante, continuavam:

Compedeei-vos, Senhora
De nossos prantos e dores,
Morremos todos de sede
Porque somos pecadores.
Pedimos a vós, Senhora,
Dona da terra e do mar,
Refrigério para o corpo.
Graça para vos amar.

★

★ ★



Painel dos antigos Pas-
sos da Baía, existente
no Museu Histórico. Pin-
tura sobre madeira.



Painel dos antigos Pas-
sos da Baía, existente
no Museu Histórico. Pin-
tura sobre tela.

A procissão denominada de Passos é simplesmente o Caminho do Calvário. Dentro de todas as igrejas se veem pelas paredes os retábulos em que estão figuradas as quatorze estações desse percurso. As primitivas procissões eram feitas dentro das igrejas, onde se rezava ao pé de cada um desses retábulos. Ainda hoje se pratica esse ato da liturgia.

A procissão levou-o para o exterior do templo. Em geral, as cerimônias comemorativas do Caminho do Calvário constam nas nossas velhas cidades, de acordo com a tradição que vem dos tempos coloniais, de três procissões que se combinam para um efeito único.

A primeira é a chamada Procissão do Depósito. Realiza-se na quinta-feira, véspera da sexta-feira de Passos, à noite. É uma procissão rápida, discreta, pouco numerosa, feita à luz de círios e archotes. Destina-se a levar da Matriz ou Sé-Catedral a imagem de Nosso Senhor para outra igreja ou para uma capela, de onde ela sairá no dia seguinte a percorrer os Passos e a ser recolhida ao templo de onde saiu.

A segunda é a denominada Procissão do Encontro, composta mais por elementos femininos do que masculinos. Ela conduz a imagem de Nossa Senhora das Dores ao encontro previamente marcado num logradouro público, onde se encontrará com a de seu Filho a caminho da Crucificação. Prega-se nesse local, por essa ocasião, o *sermão do encontro*. A cerimônia lembra o doloroso encontro da Virgem Mãe e de seu Divino Filho.

A terceira é a Procissão de Passos, propriamente dita. Precedida pelo Farricoco, que toca a matraca, e pelo grande estandarte com as iniciais S.P.Q.R., que representa Roma, compõem-na as longas filas dos seminaristas e das irmandades, ao fim das quais entre os Irmãos do Santíssimo Sacramento e da Misericórdia, vem o andor com o Bom Jesús carregando o lenho. Depois, o pálio e debaixo do mesmo as autoridades eclesiásticas e seculares. Fechando o préstito, a banda de música e as ondas de povo.

As irmandades usam opas com cores tradicionais: vermelhas as do Santíssimo, roxas as de Nossa Senhora das Dores, pretas



Painéis dos antigos Pas-
sos da Baía, existentes
no Museu Histórico. Pin-
tura sobre Tela.



as da Misericórdia, brancas orladas de azul as do Rosário, verdes as das Almas.

*
* *
*

Ainda na Baía perdura a tradição dos Passos que se faziam pelas ruas na chamada *rua do Passo*. Alguns teem querido chamá-la *rua do Paço* e afirmam que num de seus sobradões se hospedou o Príncipe Regente D. João, quando veio de Portugal. A propósito, o sr. João da Silva Campos escreve em "Tempo Antigo": "Ora, tal história é falsa. O futuro dom João VI, no curto espaço de tempo, trinta e dois dias, que permaneceu na Baía, albergou-se no casarão da praça de Palácio, residência, até então, desde 1549, dos vice-reis e governadores gerais do Estado do Brasil, e, depois, dos capitães-generais da Capitania Geral da Baía.

Mas, suponhamos que estou enganado. Que, o Príncipe Regente se aposentou realmente, ou no largo do Carmo, ou ao lado da igreja paroquial da rua do Passo.

Pois, ainda assim, provarei de maneira irrefragavel, insofismavel, irretorquivel, que a residência do adiposo rebento da estirpe de Bragança no local, nenhuma influência exerceu na adoção do topônimo em lide.

Querem ver? Abram o livro 3.º de termos dos irmãos da Misericórdia, que se encontra no arquivo da Santa Casa, e nele, às folhas 166 verso, inteirar-se-ão de que no ano de 1703 já se denominava aquela via pública *rua do Passo do Carmo*. Que argumento poderá prevalecer contra tão robusta prova documental?

Aliás, não me era preciso ir tão longe. Os advogados da denominação de *rua do Paço* jamais folhearam o *Novo Orbe Seráfico*, de frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, falta em que não tem o direito de incorrer quem quer que verse assuntos da história baiana. Assim, às páginas 295 do volume I, parte 2.ª, estão as seguintes linhas referentes à matriz da rua do Passo: "Fica esta igreja na rua que chamam do Passo". Note-se isto: a volumosa obra do frade pernambucano ficou pronta em 1760.

Em um maço de documentos existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, contendo informações das freguesias do arcebispado da Baía, prestadas pelos respectivos vigários

no ano de 1756, em virtude de determinação régia, lê-se, na parte referente á freguesia do "Sacramento da Rua do Passo da Baía", que a sua matriz se elevava na "rua do Passo". Encontra-se isso no livro de Braz do Amaral, *Recordações Históricas*. Tais informações foram também incluídas nas anotações do citado historiógrafo às *Memórias históricas*, de Acioli, e veem no *Inventário*, de Eduardo de Castro e Almeida.

Desnecessário é acumular mais provas.

Afinal, por que "rua do Passo?" Por que, segundo aquele velho livro do arquivo da Santa Casa de Misericórdia, "rua do Passo do Carmo?"

Simple a resposta. A procissão do Senhor dos Passos, que ora sai da igreja da Ajuda, saía outrora, provavelmente desde antes de 1619 até 1823, da igreja do Convento do Carmo, visitando no seu giro sete passos, como até agora acontece, embora localizados estes em pontos na maioria diferentes dos d'antanho. Um deles, certamente o primeiro, seria na rua em apreço.

Eis as razões que me assistem para grafar "rua do Passo", e não "rua do Paço".

Assim a existência da famosa rua do Passo do Carmo recorda a velha procissão baiana, cujos painéis dos Passos, sendo um das Portas do Carmo, se acham no Museu Histórico.

NAIR DE MORAES CARVALHO
(Conservador cl. H. do Museu Histórico)

BIBLIOGRAFIA

BOCCANERA JUNIOR, SÍLIO — *Baía Histórica*.

CALMON, PEDRO — *Espirito da Sociedade Colonial*.

DEBRET, JEAN BAPTISTE — *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

JABOATÃO, ANTÔNIO DE SANTA MARIA, frei — *Novo Orbè Seráfico Brasilico*.

MELO MORAIS — *Brasil Histórico*.

MELO MORAIS FILHO — *Festas e tradições populares*.

MULLER, CRISTIANO, cônego — *Memória histórica sobre a Religião na Baía*.

QUERINO, MANUEL — *A Baía de outrora*.

Artistas Baianos.

SILVA CAMPOS, João da — *Procissões tradicionais da Baía*.

Tempo Antigo.

TAUNAY, AFONSO D'E — *Na Baía colonial*, in *Revista do Instituto Histórico*,
tomo 90.



A CERÂMICA NA NUMISMÁTICA

A cerâmica que nos tem oferecido os mais variados e belos objetos para prazer de nossos olhos, satisfação artística de nosso espírito, conforto e ornamento de nossas casas, tem também sua importância na numismática. É este um aspecto interessante e ainda pouco conhecido da mais antiga arte da terra.

A aplicação da cerâmica na numismática foi, através da história, bastante restrita quanto às moedas. Mal se pode conceber que de material tão frágil e tão delicado se fabricassem moedas, instrumento de troca destinado à circulação. Mais interessantes são as medalhas, os medalhões, as plaquetas e os camafeus que, pela delicadeza do trabalho, qualidade da pasta, arte da concepção e elegância das formas, constituem o orgulho das coleções a que pertencem.

Em Portugal e no Brasil, estas peças se destacam não somente como preciosidades artísticas, mas também como peças históricas, porque foram as suas primeiras amostras de porcelana.

Desde que o homem descobriu nos metais preciosos qualidades próprias de densidade e de durabilidade, adotou-os nas suas transações comerciais como meio de troca o mais cômodo e o mais seguro (1). É um uso muito antigo que vem desde as florescentes civilizações do Egito, da Caldéia, da Assíria.

Nessa fase primitiva, o metal não foi amoedado, isto é, não foi empregado em forma de moeda tal como nós a conhecemos. Era uma mercadoria que se pesava no momento da transação e que afetava as mais variadas formas: a de barras, que era a mais comum; a de anéis, como se vê nas antigas pinturas egípcias; a de jóias; a de utensílios; a de tãmaras, como se usava na

(1) Lenormant — "Monnaies et Médailles".

Pérsia, repetindo em metal o produto mais abundante da terra e que constituía o seu estalão comercial.

A medida que se foram ampliando as permutas comerciais foram-se tornando mais uniformes os feitios do metal com preferência pelas barras de diferentes tamanhos. O trabalho de recorrer à balança cada vez que se efetuava uma compra fez com que se dessem às barrinhas um peso certo e determinado, de acordo com a escala ponderal de cada povo.

É do princípio do VII século A.C. a genial invenção da moeda, peça de metal marcada pelo governo com a sua marca, o qual lhe garante a pureza do título e a justeza do peso, e cuja circulação impõe, reservando penalidades a quem a repudia.

Esta instituição magnífica irradiou da Grécia (1) para o mundo conhecido da antiguidade através das caravanas comerciais, das frotas mercantes e das conquistas armadas.

Não obstante a reconhecida excelência dos metais para o uso monetário, outros materiais foram também amoedados, ora representando um valor fiduciário, ora traduzindo um período de crise como moeda de emergência ou de necessidade.

No Egito, desde o Alto Império até o domínio árabe, usaram-se moedas de vidro. Na Sicília, os árabes, à imitação daqueles, também fizeram moedas desse material.

O couro teve igual aplicação entre espartanos, cartagineses e romanos. A madeira serviu amoedada na antiguidade pelos romanos e modernamente em certa localidade dos Estados Unidos.

Finalmente a cerâmica. O emprego da moeda de cerâmica é tão antigo quanto a civilização assíria, em que aparece como primeira moeda fiduciária da história, no barro cozido de seus tijolos. Há também notícia de moedas em terra-cota na Grécia no V século A.C., réplica em barro dos estateros, de ouro da Císica e de outras regiões, às quais se atribue também o caráter de valor fiduciário, ou de vale particular representando uma promessa de pagamento em metal.

Da mesma forma, em Roma, há referência de haver existido, em época muito remota, moedas de cerâmica. Conquanto seja

(1) Disputam a glória da criação da moeda gregos e lídios. Assunto debatido pelos escritores antigos não logrou solução até nossos dias.

esta indicação duvidosa não é de todo impossível que tenham existido, uma vez que as encontramos na Grécia, onde se abeberou o mundo antigo no modelo de seu numerário.

O país por excelência da moeda de porcelana é o Sião. Invadindo a pátria dos khmers, dominando a região onde floresceu essa tão sugestiva civilização, destruindo Angkor, a misteriosa Angkor, o povo Tai trouxe com os seus costumes peculiares as suas moedas das mais esquisitas formas, dos mais variados materiais, chumbo, vidro, pedra, porcelana.

Encontramos no Sião, (1) circulando como moeda particular nos *hong* chineses, peças de porcelana com variados tipos e belos coloridos. São redondas, octogonais, hexagonais, lobadas, onduladas, ovais e de outras formas, tendo no anverso uma sugestiva figura em relevo, pássaro, flor, leque, peixe, carangueijo e a poética designação do *hong* em inscrição chinesa ou siamesa — pedra preciosa, união pacífica, paz favorável, resultado magnífico, nobreza originária, fonte de riqueza, as flores naturais não igualam a riqueza do colorido das tapeçarias, etc., e no reverso, em relevo ou em cavo o valor — *phai salung, fuang*.

O Museu Histórico possui apenas dois exemplares de moeda-porcelana do Sião, de diferentes valores. A de um *fuang* tem no anverso um perfil de homem enchapelado à esquerda, em branco sobre fundo da mesma cor, dentro de dois círculos lineares rosa.

No reverso, em fundo azul, caracteres chineses reintrantes, igualmente dentro de um duplo círculo.

De forma hexagonal. Bordo verde festonado. Módulo 19 m/m. *Est. I, n. 1.*

A outra moeda, recentemente doada pela Sra. D. Carolina Calado Fortes, branca, com caracteres chineses em relevo, dentro de um círculo. Traz no reverso o valor em inscrição azul.

Redonda — Módulo 22 m/m.

A China, berço da porcelana, não a empregou na moedagem. Seu numerário, de estalão metálico desde os mais antigos tempos, não sofreu a influência irradiada da Grécia clássica. Criada dentro de suas muralhas, no seu longínquo isolamento, imitou em

(1) Faltaram-nos as melhores fontes de informação sobre moedas do Sião como sejam os trabalhos de Ramsdèn e de Marques Pereira.

metal o primitivo cauri (1) que era moeda e era amuleto, deu-lhe depois formas bizarras de pequena peça oval perfurada na extremidade com caracteres gravados, depois forma de peixe, de pá, de faca, e finalmente amoedou-o em moeda circular com legendas de um lado ou dos dois, e uma perfuração quadrada ou redonda no centro servindo para enfiar-lhe um cordel.

São de bronze, chamam-se *tsien, li* ou *zin* em chinês, *sapeca* em português, *sapèque* em francês, *cash* em inglês e *pitje* em alemão.

Do Oriente passamos para o Ocidente e deparamos na Alemanha moderna, nos anos de crise de após guerra — 1920-1921 — moedas de porcelana de Meissen, brancas, vermelhas, douradas e de terra-cota.

O Museu Histórico possui alguns exemplares dessas peças, em biscuit bronzeado, marcadas com as espadas cruzadas da fábrica de Saxe. Desta cidade há os valores de um e dois marcos, de 50 e 20 pfennige.

DOIS MARCOS — No campo uma águia de vôo abaixado em seu ninho, e sob este as espadas cruzadas de Meissen. Na orla superior a data 19-21 separada por uma estrela.

Reverso) O valor — 2 — no campo dentro de linhas curvas ornamentais. No exergo MC (Marcos) em caracteres góticos. A volta SACHSEN. Rebordo granitado. Módulo 27 mm. *Est. I, n. 2.*

(1) Concha marinha. O uso primitivo dos cauris como meio de permuta, diz E. Babelon, deixou traços na língua chinesa, conforme afirmam os sinólogos, no símbolo *pei* (concha), que ficou sendo radical de todas as palavras que significam riqueza, compra e venda.

A concha-moeda foi empregada entre povos primitivos da Ásia, da África e da América do Norte. No século XVI foi esse uso introduzido no Brasil pelos negros provenientes de Angola e do Congo. Chamavam-lhe gimbo, zimbo ou gimbongo. Havendo grande quantidade de gimbo na Baía, os traficantes, segundo Frei Vicente do Salvador, levavam pipas cheias deles para os portos africanos com o que efetuavam a compra dos escravos.

Franceses e holandeses também compravam escravos com essa original moeda. Refere o autor anônimo do Dicionário das moedas que, nas feitorias francesas da África, em 1768, "com 12.000 a 14.000 arrateis de peso dessas mesmas Conchas se fazia huma carregação de escravatura de quinhentas até seiscentas pessoas ou cabeças..." Já em 1783 havia o preço dos mesmos subido para 25.000 a 28.000 arrateis. O arratel valia 200, 240 até 250, réis, valorizando-se a concha à medida que se distanciava a costa.



1



2



3



4



5



6



7



8

UM MARCO — Veleiro singrando mares, visto de proa, sob o qual a marca de Saxe. A data 19-21, na orla.

Rev.) O valor no campo como na precedente. Na orla superior SACHSEN. 25 mm. *Est. I, n. 3.*

CINQUENTA PFENNIGE — Um cacho de uvas e uma pá no campo. Inferiormente, a marca de Meissen. A data 1921.

Rev.) Em duas linhas, 50/PF. Na orla SACHSEN. 22 mm. *Est. I, n. 4.*

VINTE PFENNIGE — Uma espiga de trigo e uma foice de segar sob as quais as espadas cruzadas. Na orla superior 1921.

Rev.) SACHSEN, na orla. No campo 20 PF. 19 mm. *Est. I, n. 5.*

VINTE E CINCO PFENNIGE — Torre ladeada de duas estrelas de oito raios. No listel as datas 1421, à esquerda, e 1921, à direita. No exergo, as espadas.

Rev.) No campo em 4 linhas: 25/PF/AMBERG/1921. Peça comemorativa.

24 mm. *Est. I, n. 6.*

CINCO MARCOS — Figura de mulher no campo, em pé, com uma criança no colo e duas outras no chão que choram e lhe atiram os bracinhos. Na orla, a legenda: DEM WER UNS VOM DEUTSCHEN HERD BLEIBT SCHMACH IST KEINER LIEBE WERT.

Rev.) Mão divina saindo das nuvens abaixo das quais um bosque com cinco árvores. Na orla superior a data 19-21 separada pela mão divina.

Na orla inferior: OBERSCHLESIEN'S DANK. No exergo, 5 M.

40 mm. *Est. I, n. 7.*

Em PORTUGAL também houve moedas de porcelana. Foram emitidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 1921 (1). São redondas, de biscuit branco.

(1) Não encontramos informações precisa acerca dessas peças. Trata-se naturalmente de moeda particular ou vale emitido por uma repartição pública de que há vários exemplos na história monetária portuguesa e alguns exemplares no Museu Histórico.

Teem no campo do anverso a coroa mural das armas da vila, do centro da qual sai um guerreiro armado, embocando uma buzina.

Rev.) No campo, o valor — 10 — ; na orla inferior, CENTAVOS ; na orla superior, C M G (Câmara Municipal de Gaia).

Rebordo liso e bastante saliente. *Est. I, n. 8.*

O braço de armas de Vila Nova de Gaia, apesar da antiguidade da vila, só lhe foi concedido em 1850, depois da respectiva Câmara Municipal ter instado muito por ele. O timbre deste que serve de tipo às moedas simboliza o rei Ramiro, herói de "um sucesso militar do século X, que uma qualquer desconhecida circunstância e o tempo envolveram poeticamente no véu prateado de uma lenda de amor" (2).

Duas vezes narrada no Fragmento II do "Livro Velho de Linhagens", a lenda do rei Ramiro (3) tem servido de tema literário a vários autores desde o século XVII.

Em 1601, o poeta João Vaz, de Évora imprimia em Lisboa, na casa de Antônio Álvarez o poema "O Castelo de Gaia", reedi-

(2) Armando de Matos — "A Lenda do Rei Ramiro e as armas de Viseu e Gaia".

(3) "A Lenda de Ramiro anda tão desfigurada que não sabemos extrair dela a parte histórica. O que sabemos, sobre a margem esquerda do Douro e quase a prumo sobre ele, em frente de *Miragaia* e do Porto se ergue um grande morro de forma cônica hoje denominado *Castelo de Gaia*, com um vistoso *platô*, onde em tempos remotíssimos pompeou um castro ou castelo romano, depois castelo árabe, — e por último ainda em nossos dias, durante o *cercos do Porto* (1832-1833), ali teve D. Miguel uma medonha bateria da qual fez parte a peça *Paulo Cordeiro*, dada pelo capitalista deste nome e que ao tempo era a peça de maior calibre que tinha Portugal.

O dito morro denomina-se *Castelo de Gaia*, mas na minha humilde opinião, e na comum dos autores, tomou o nome — não de *Gaia da lenda*, mas do castro romano da povoação de *Cale*, indicada no roteiro de Antonino Pio.

"Supomos que o dito castro romano estava no sítio do *Castelo de Gaia* ao sul ou na margem esquerda do Douro, e que a povoação de *Cale* núcleo do Porto, estava no sítio hoje denominado *Miragaia* em frente do castelo na margem N. do Douro; julgo porem fora de dúvida que por ali, no castelo de Gaia e suas imediações, andou e viveu um dos reis de Leão com o nome de Ramiro, talvez o da lenda, — porque assim o afirma ainda hoje a tradição e porque lá se conserva ainda uma rua com o nome de *D. Ramiro* e nela a *Fonte de D. Ramiro* e uma bela quinta com arvoredos seculares e um palacete com torre muito antiga, denominados *Paço do Rei Ramiro*, ou quinta de *Campo Belo* (Dr. Pedro Augusto Ferreira, *apud* Armando de Matos, *op. cit.*).

tado várias vezes. Em 1618, D. Bernarda Ferreira de Lacerda inclui a lenda na primeira parte de seu romance histórico "Espanña Libertada". Finalmente em 1845 Almeida Garret publica o romance em versos "Miragaia" no "Jornal das Belas Artes", em Lisboa, recolhido mais tarde no seu livro "Adozinha", traduzido para o inglês e para o francês por Zanoletti, que serviu em 1848-49 como adido na legação na China, para o espanhol por Isidoro Gil.

Conta a lenda que o príncipe Ramiro (3) enamorado da formosa Zahara, irmã do régulo Alboazar, raptou-a. Este, sequioso de vingança, por sua vez rouba Gaia esposa de Ramiro e leva-a para o seu castelo. Ramiro enciumado vai Douro acima retomar Gaia. Disfarçado em peregrino ora cantando, ora rezando, encontra-se, perto de uma fonte, com Peronela, criada de Gaia, que enche uma bilha. Pede-lhe de beber e encarrega-a de levar um recado a Gaia, lançando um anel à bilha para que sua mulher ao ve-lo, quando beber, não hesite em recebê-lo. Assim acontece: Gaia vê as pedras do anel a brilhar no fundo da água e resolve prontamente:

*Venha já esse romeiro
Que lhe quero já falar,
Embaixador deve ser
Quem traz presente real.*

Ramiro, ainda disfarçado em romeiro, lança-se aos pés de sua mulher, beijando-lhe as mãos e falando-lhe no passado. Finalmente denuncia-se, arranca as barbas brancas do disfarce e pede a Gaia que o mande castigar na esperança de ser perdoado.

Gaia guarda no coração rancor ao marido e amor ao mouro. Ouve-se o som de uma busina. É Alboazar que vem da caça. Gaia entrega-lhe as chaves do aposento onde escondera o marido, abandonando-o à cólera do rival. Alboazar poupa a vida a Ramiro, contentando-se com sua humilhação. Ramiro não aceita tal mercê. Ansiando tirar uma desforra declara que são grandes os seus pecados e por isso deve receber a morte. Pede ao mouro que mande reunir na praça d'armas toda a sua gente para o ver morrer. Assim acontece e Ramiro no meio deles toca a bom tocar

(4) Perdura dúvida na identidade do Ramiro da lenda: se o primeiro do nome rei de Leão que viveu no século X, ou se o terceiro neto deste, Ramiro II já do século XI.

a busina, cujo som chega às suas galés. Ouvindo-o, seus soldados leoneses atacam o castelo, tomando-o de surpresa. Alboazar cai aos golpes do rei cristão. De posse de Gaia, acompanhado de sua gente torna para as terras de Leão. Gaia vendo arder o alcaçar de Alboazar chora de pesar. Ramiro, iludido com suas lágrimas, procura animá-la com palavras de ternura. Mas ela repele-o, acusando de ter morto traiçoeiramente o garboso mouro :

"Mataste o mais belo moiro
Mais gentil, mais para amar
Que entre moiros e cristãos
Nunca mais não terá par.
Perguntas-me porque choro!
Traidor rei, que hei de eu chorar?
Que o não tenho nos meus braços,
Que a teu poder vim parar.
Perguntas-me o que miro!
Traidor rei, que hei de eu mirar?
As torres daquele alcaçar,
Que ainda estão a fumegar.
Se eu fui ali tão ditosa.
Se ali soube o que era amar,
Se ali me fica alma e vida...
Traidor rei, que hei de eu mirar!

Pois *mira, Gaia!* E dizendo
Da espada foi arrancar:
Mira, Gaia, que esses olhos
Não terão mais que mirar.
Foi-lhe a cabeça de um talho!
E com o pé, sem olhar,
Borda fora empuxa o corpo...
O Doiro que os leve ao mar.
Do estranho caso inda agora
Memória está a durar:
Gaia é o nome do castelo
Que ali Gaia fez queimar;
E d'alem Doiro, essa praia
A onde o barco ia aproar
Quando bradou — *Mira, Gaia!*
O rei que a vai degolar,

Ainda hoje está dizendo
Na tradição popular,
Que o nome tem MIRAGAIA
Daquele fatal mirar".

Há dessas moedas no Museu Histórico quatro exemplares em diferentes valores, todos com os mesmos tipos. Estes são, além do de 10 centavos já mencionado, de 4, de 2, e de 1, e medem respectivamente 21 mm, 19 mm, 18 mm. e 17 mm.

Não sabemos onde foram fabricados. É, porem, provavel que o tenham sido na própria cidade que as emitiu, nas oficinas de porcelana da Electro Cerâmica de Gaia.

A parte mais rica da numismática de porcelana é a que se refere às medalhas. Não só porque teve aplicação muito maior

nestas do que nas moedas como pelo caráter diverso de cada uma dessas peças de que tratamos.

A moeda, em virtude de sua função oficial, não pode oferecer ao artista senão um campo muito restrito à expansão de seu talento. Há moedas que, pelo labor e beleza, constituem verdadeiras obras de arte. Mas são excepcionais e só encontradas na antiguidade clássica, na Grécia sobretudo, onde eram tão belas, que foram modernamente classificadas pela perfeição e pela arte de sua gravura na ausência de data ou de outro dado para classificação cronológica.

A medalhística oferece mais amplidão ao artista, e por isso neste ramo de numismática vamos encontrar as peças mais belas e mais interessantes de cerâmica.

A medalha é uma criação do Renascimento. Surgiu da busca das antiguidades monetárias gregas e romanas como uma atividade espiritual e artística da época. Floresceu na Itália de onde irradiou para o resto da Europa, e brilhou como todas as artes nesse fecundo período da história. Teve artistas eméritos e, entre os mais célebres pintores e escultores desse momento de renovação, muitos se orgulhavam de moldar as suas medalhas e de marcá-las com o próprio nome.

A palavra *medalha* tem origem no termo da Baixa Latindade *medallia* equivalente do italiano *medaglia*, do francês *maille*, do português *mealha*, pequena moeda que correspondia ao meio dinheiro. Caindo em desuso esta peça, o vocábulo *medaglia* serviu para designar as moedas antigas muito procuradas pela beleza de sua gravura mas que não circulavam no numerário da época e valiam tão somente como objeto de arte. Por extensão, passou-se a denominar *medaglia* (*médaille*, medalha) as peças que se começaram a fazer pela primeira vez no século XV, semelhantes às moedas antigas pela arte da gravura metálica, e inteiramente separadas da circulação monetária do momento.

As primeiras medalhas foram de retrato e moldadas em bronze. Foi seu criador genial Vitorio (ou Antônio) Pisano, mais conhecido como Pisanelo. O número um desta brilhante série representa João Paleólogo, penúltimo Imperador de Constantinopla. Foi feita na Itália quando da sua permanência nesse país para assistir ao Concílio eucumênico (1437-39). Reproduz

os traços fisionômicos do Imperador, sua curiosa indumentária e, fato inteiramente novo para quem saía de um período de artistas anônimos, o autor assina a sua medalha : OPVS PISANO PICTORIS.

Tornou-se moda a medalha-retrato. Apareceram novos artistas. Multiplicaram-se os discípulos de Pisanelo. Fizeram-se retratar todos os que para tanto tinham riqueza, poder e gosto. Todas as mulheres belas com seus caprichosos penteados, suas jóias, seus vestidos elegantes.

Estando no favor do momento as medalhas de retrato foi aproveitado também na sua confecção um material mais maleável do que o metal : a cera colorida. Trabalhada com maravilhosa habilidade mesmo pelos mais ilustres como Miguel Ângelo, foi tão procurada a medalha de cera quanto a medalha metálica. Cortezãos gabavam-se de possuí-las nos seus longínquos castelos como recordação de amizades e elegâncias de que se viam separados por muito tempo.

Menos severas do que os medalhões de bronze, as medalhas de cêra faziam melhor sobressair a indumentária da côrte. A sua aceitação foi até o século XVII. Em França, esta arte brilhou com inegualável fulgor na côrte de Luis XIV.

Outra arte que como a cera policroma teve posteriormente influência na porcelana, pelos tons suaves do colorido e graciosidade das formas, foi a da gravura em pedras semi-preciosas.

A glíptica brilhou sempre através da história com maior ou menor esplendor. Arte das mais antigas, conhecida desde as velhas civilizações asiáticas, com passagem resplendente na Grécia e em Roma, tratada com carinho pelos árabes, cultivada até na Idade Média, abrigou-se à sombra inviolável dos claustros, sob a guarda dos monges artistas, à espera de tempos mais favoráveis a uma nova eclosão no Renascimento, quando refloriu, abeberando-se nas expressões da antiguidade clássica.

Como todas as artes da Renascença, reviveu na Itália de onde partiu para outros países europeus. Teve um cunho peculiar na França onde foi cultivada com carinho. Atingiu o apogeu no reinado de Luis XIV e no de seu sucessor. São dessa época o grande artista Jacques Guay e outro, Barrier, de menor renome, que se tornou célebre pelo reduzido tamanho de suas gravuras. Foi autor de um camafeu com o retrato de uma joven formosa

engastado num anel que mereceu de um poeta contemporâneo os seguintes versos :

*Barrier grava ces traits destinés pour vos yeux ;
Avec quelque plaisir daignez les reconnaître.
Les vôtres dans mon coeur furent gravés bien mieux,
Mais ce fut par un plus grand maître. (1)*

Artes queridas e praticadas com carinho e desvelo pelos mais talentosos, a medalhística e a glíptica encontram-se na Europa no século XV com a porcelana recém-vinda do oriente. Não demorou que umas influenciassem as outras. Influência de forma, de colorido, troca de materiais.

A numismática emprestou à porcelana a forma das suas medalhas para ornamento de seus vasos e de seus serviços de mesa ; o camafeu, o seu colorido, o seu relevo em tons diversos ; e a porcelana, com a sua pasta muito fina, moldou medalhas e camafeus.

A introdução da porcelana chinesa na Europa constituiu um acontecimento artístico e comercial de grande importância. Cabe aos portugueses a prioridade da divulgação dos primores da louça chinesa e no continente europeu, transportando juntamente com os holandeses e ingleses, quantidade suficiente para abarrotar os mercados, se não fosse a procura espantosa de tudo que saía do oriente no século XVI.

Um pensamento então preocupou o espírito empreendedor, industrial e artístico da Europa : descobrir o segredo da fabricação da porcelana semelhante à chinesa e o caulim para a sua manipulação.

Tentativas e malogros ocorreram aqui e ali sem resultados industriais positivos, até 1706 quando em Saxe se iniciou a sua indústria, que foi seguida, em intervalos mais ou menos longos, por Sèvres, Furstenberg e outras fábricas.

A porcelana européia, tal como a cerâmica, imitou no princípio a louça oriental. Adquiriu, depois, expressão própria, e, além da fabricação de objetos de mesa, que se foram multiplicando com a introdução do uso do chá, do café e do chocolate, fez outros puramente ornamentais como figuras, flores, bustos, grupos artísticos de alegre ironia e delicada elegância, concebidos nos moldes

do ideal barroco, traduzindo o espirito frívolo, gracioso e artístico do século XVIII.

O colorido foi-se enriquecendo com as mais variadas tonalidades do rosa, do amarelo, do verde, do azul, etc., à medida que progredia a química.

Material excessivamente plástico e relativamente de fácil manipulação, prestando-se aos mais caprichosos e delicados labores não tardou que se procurasse applicá-lo a outras artes. Reproduziram-se sobre porcelana quadros dos pintores mais queridos, fizeram-se baixos relevos, relógios e até peças de mobiliário.

A porcelana invadiu também a joalheria. Houve época em que era requinte de elegância usá-la em botões, broches e outras joias, conforme dá noticia o livro-jornal de Lazare Duveaux, comerciante joalheiro do rei de 1748 a 1758.

A medalha e o camafeu (1) tiveram na porcelana dois grandes artistas : João Batista Nini e Josiah Wedgwood.

JOÃO BATISTA NINI era italiano de origem, nasceu em Urbino em 1717, mas viveu em França e aí trabalhou. Primeiramente em gravura sobre vidro por volta de 1762 em Charité-sur-Loire, e depois em medalhões de cêra e de argila em Chaumont-sur-Loire de 1780 até sua morte. Modelava-os e moldava-os abrindo moldes em cobre, e empregava uma argila muito fina. Assinava NINI F. ou J. B. NINI F. ou J. NINI.

Seus medalhões geralmente de retrato de soberanos reinantes, entre os quais Luís XV, Luís XVI, Maria Antonieta, Catarina da Rússia, ou de amigos seus, Mme. de La Reynière, Conde Caylus e muitos outros que formam um total de 75 a 80 peças.

João Batista Nini foi um grande artista, um verdadeiro artista. É um nome que figura em destaque nos principais tratados sobre gravadores e dois livros foram dedicados à interpretação de sua vida e de seus trabalhos : de M. A. Villiers, conservador do Museu de Blois, acompanhado do catálogo de 64 de seus medalhões, e de A. Storelli, intitulado "Jean Baptiste Nine, sa vie, son oeuvre".

(1) O vocábulo *camafeu* appareceu no começo do século XIII para designar qualquer pedra gravada fosse em relevo ou em cavo. Hoje designa somente as pedras gravadas em relevo.

JOSIAH WEDGWOOD nasceu numa família de ceramistas em Burslem, na Inglaterra, no ano de 1730. Era dotado de inteligência rara, grande energia e encontrou no sócio Bentley iguais qualidades a par de vasta vultura. Abraçou com entusiasmo o movimento que, na sua época, atraía os espíritos para as formas da antiguidade outra vez em foco, em virtude das descobertas dos arqueólogos. Foi um imitador de talento ou, melhor, o criador de um gênero novo em porcelana, inspirado na arte antiga. Imitou a cerâmica etrusca e copiou vasos gregos. Empregou um preto mais intenso na sua porcelana "basalte", tão intenso e de tão ricos reflexos metálicos que mais parecia saído dos moldes de um fundidor do que dos fornos de um ceramista. Criou uma tonalidade nova cor de ambar, que se chamou "cream-colour", depois "queen's ware". Porém sua maior glória é a fabricação de baixos relevos, medalhões e camafeus, sobretudo camafeus, que alcançaram extraordinário êxito na Europa no século XVIII.

As criações Wedgwood tiveram grande influência na fabricação da cerâmica e seus imitadores foram tão numerosos que um livro lhes foi dedicado (1). Até ao Brasil colonial do tempo de D. Maria I chegou a fama de Wedgwood. Nos fins do século XVIII fizeram-se camafeus imitação daqueles, com a primeira porcelana que se fabricou com a argila de nossa terra.

Confeccionados com uma pasta muito fina, destacando-se as figuras brancas em relevo sobre fundo colorido, azul, castanho, verde acinzentado, preto, mas sobretudo azul, um azul suave e indefinido, os seus medalhões e camafeus tiveram projeção também na joalheria. Delicadamente trabalhados em ouro e prata com pedras preciosas apareceram em broches, anéis, pendentos de colar e alfinetes de gravata.

Tiveram aplicação decorativa no mobiliário e em peças de porcelana. O maravilhoso serviço de porcelana de Catarina da Rússia, fabricado em Sèvres, é todo trabalhado em incrustações de camafeus, sob influência de Wedgwood.

O belo período de seus ateliers se estende de 1759 a 1795. Os produtos são marcados *Josiah Wedgood*, *Wedwood Bentley*, *Etruria*, *Wedgood Etruria*, *W. & B. Wedgwood & Bentley*, e etc.

(1) J. H. CHURCH — "Wedgwood and his imitators".

Medalhas e medalhões foram objeto de fabricação das principais manufaturas de porcelana da Alemanha, Itália e França.

Sèvres comemorava o monarca reinante com medalhões de retrato, muitos dos quais figuram no seu museu. A partir da Restauração, Luis XVIII, Carlos X, Luiz Filipe, os medalhões têm o busto branco sobre fundo azul.

Limoges, Luneville, Locre, Nast, Porcelaine-à-la-Reine e muitas mais dessas pequenas fábricas parisienses fizeram medalhas e medalhões de biscuit que são o orgulho das coleções nas quais figuram.

O inventor da pasta dura em França, o Conde de Brancas-Lauraguais experimentou seus trabalhos em medalhões. O Museu de Sèvres possui dois exemplares destes, um com o busto de Alexandre e outro representando o Conde de Caylus. O primeiro tem no reverso o monograma de Brancas-Lauraguais — LB — e consta do catalogo desse museu... "*médaille de biscuit lustré spécimen de porcelaine façon de Chine, fait en 1759 par le comte de Brancas Lauraguais dont il porte le monogramme L B.*" O outro está assinado por J. NINI e no catálogo figura como: "*Médaille camée du comte de Caylus modelé par Nini, portant la date 1768.*" No reverso, o mesmo monograma L B.

Em Nymphenburgo, Johann Peter Melchior, um dos mais eminentes artistas da porcelana da segunda metade do século XVIII, modelou belos medalhões com os retratos de Dr. Karl Joseph e sua esposa.

Onde porem esta arte foi executada com mais graça e mais naturalidade foi em Furstenberg, formando uma série de medalhas ovais com os retratos dos professores de Helmstedt.

*

* * *

Em PORTUGAL, os primeiros ensaios de porcelana ocorreram tardiamente em relação à fabricação da mesma em outros países da Europa, especialmente na França e na Alemanha, cuja produção atingia, nessa época, a sua idade de ouro.

"Entre nós, diz José Queiroz, apesar das tentativas feitas para descobrir a matéria prima da porcelana — o caulim — esta só

apareceu em 1773, constituindo objecto devido a um puro acaso, segundo se depreende dos documentos que adiante transcreverei. Este descobrimento coincide com dois fatos notaveis da arte e indústriã portugueza : a obra prima de Joaquim Machado Castro, a estátua equestre de D. José I e a fundição de um só jacto do imponente cavaleiro e do seu garboso cavallo, executada pelo Tenente-Coronel Bartolomeu da Costa." (1)

Entre os documentos de que faz menção José Queiroz está um escrito pelo próprio Bartolomeu da Costa no qual faz referências às suas experiências. Diz que, procurando barro refratário para construção do forno em que se devia fundir a estátua, encontrou alguns que eram mais duros, donde lhe veio a idéia de fabricar porcelana. Depois de ano e meio de experiências, conseguiu, afinal, algumas amostras, que, diz ele, eram de pasta tão fina como a melhor da Índia, França e Saxônia; de brancura superior á de Sèvres; de resistência ao fogo igual senão maior que a da China; de vitrificação superior a todas.

Os seus ensaios não foram alem de reduzido número de medalhas e camafeus gênero Wedgwood. Não se deteve no exame da manufatura da porcelana e da sua decoração por se tratar de trabalho laborioso e de aceitação incerta.

As medalhas de porcelana de Bartolomeu da Costa, das quais o Museu Histórico possui dois exemplares e uma reprodução em gesso, são raríssimas em virtude do reduzido número de exemplares fabricados.

São de três cunhos diferentes, abertos pelo gravador de armas do Arsenal do Exército, João de Figueiredo e foram feitas na fábrica do Rato, informa José Pessanha.

Uma das medalhas comemora a fabricação da primeira porcelana, a fundição da estátua equestre de D. José I e o aparelho que serviu para retirar a mesma do forno, também produto do gênio inventivo de Bartolomeu da Costa. Outra medalha a inauguração da estátua. E a terceira, a descoberta da porcelana.

Mais comum do que os medalhões são os camafeus de retrato com os bustos de D. Maria I e D. Pedro III conjugados, de D. Maria I e do príncipe D. José, as figuras brancas sobre fundo azul ou acastanhado. Os de D. Maria I são muito vulgares, e

se encontram em diferentes tamanhos correspondendo a cunhos diferentes feitos de um mesmo desenho.

Wedgwood também fabricou desses camafeus, os quais trazem no reverso WEDGWOOD (o H em cavo) ou Q. OF PORTUGAL, em caracteres reentrantes no corte do busto. As características de cada uma dessas peças estão enumeradas no catálogo anexo a este, das peças de numismática de cerâmica das coleções do Museu Histórico Nacional.



1

Aparecem nas coleções portuguesas ainda medalhas de Bartolomeu da Costa e mais algumas que são possivelmente fruto de outras tentativas. Estas peças de que dá referência José Pessanha em "A Porcelana em Portugal" são de retrato de D. Maria I, de Pio VI, e mais duas, uma de assunto religioso, e outra assinada por Augustin Dupré com alegoria ao auxilio dispensado pela França aos Estados Unidos na sua independência.

No Brasil, a porcelana não teve a feição ocasional dos primeiros ensaios portugueses. Foi resultado de pesquisa científica de um brasileiro ilustre do século XVIII: João Manso Pereira.

Pouco se sabe a respeito de sua origem e de sua família, senão que nasceu no Rio de Janeiro, afirma J. M. de Macedo, que estudou latim e mais disciplinas no Seminário da Lapa, que

foi um grande estudioso das ciências naturais, e se dedicou especialmente à mineralogia e à química, donde lhe veio o apelido de o *Químico*.

As notícias das suas atividades científicas são mais do que suficientes para destacá-lo no acanhado Brasil colonial do século XVIII, em que teve algum prestígio, embora muito aquém do que merecia, sendo mesmo mal compreendido como são todos os que se adiantam um pouco ao seu tempo e ao seu meio. Ele próprio se queixa, não sem um pouco de amargor, de que "se via rodeado de homens que consideravam bagatelas os seus trabalhos e julgavam tempo perdido o tempo consagrado ao estudo da natureza, confundindo química moderna com a velha alquimia".

Através dos documentos, sabemos que, em 1778 e 1779, era professor substituto de gramática latina e retórica na Baía, com vencimento mensal de 20\$000. Em 1797, já se encontrava no Rio de Janeiro, ocupando cadeira de professor régio de gramática latina e "tão afamado que seus discipulos tinham por glória nomear seu mestre".

Deve ter sido o período que decorre de 1790 a 1797 o mais ativo do ilustre químico, porque são então frequentes as consultas à Junta de Comércio sobre o resultado de suas investigações, sendo a pedido da mesma dispensado do cargo de professor, enquanto durassem as suas experiências. Estas dizem respeito à fabricação de aguardente (semelhante à da Jamáica : rum), vinho de açúcar, álcalis extraídos da bananeira, e cerâmica. Descobriu em certa argila branca, que os indígenas chamam *tabatinga* o legítimo caolim e, entre as suas variedades, encontrou uma que os chineses chamam *ho ache*, muito preciosa e própria para obras de relevo, com a qual fabricou alguns camafeus, que diz ele, "alguma aceitação teem merecido ao público".

Donde provinha a argila com que João Manso manipulava a sua porcelana? Teria ele fabricado apenas camafeus, ou teria feito também serviços de jantar, de chá e de café?

Diz J.M. de Macedo que "... alguns dos mais considerados habitantes do Rio de Janeiro se desvaneciam de possuir louça do país fabricada pelo célebre João Manso". E Moreira de Azevedo afirma que "... ao rei D. João VI ofertou (João Manso) um

aparelho de porcelana e uma caixinha de sabão de barba que fabricara com a argila encontrada na ilha do Governador” .

Nas consultas à Junta do Comércio, há referência somente aos camafeus, cadinhos e outros vasos “ . . . fabricados com diferentes caolins e argilas transparentes e opacos . . . ”

Não é lícito duvidar da palavra de dois historiadores probos como são Joaquim Manuel de Macedo e Moreira de Azevedo . Indiscutivelmente João Manso fabricou também aparelhos de mesa. Porem uma grande dificuldade se encontra na identificação dessa louça, porque até hoje não se conhece alguma que tenha marca.

Existem nos Museus e em coleções particulares dois aparelhos geralmente atribuidos a João Manso. Um de porcelana fina e transparente traz no centro em letras douradas os versinhos:

*Passar de Reino à Colônia
He desar e humilhação
Que soffrer jamais podia
Brazileiro Coração*

e na borda : Vivão os Brasileiros — Vivão os Fluminenses —
Vivão os Paulistas — Vivão os Mineiros.

O outro, de louça mais grosseira, tem as armas imperiais do Brasil entre ramos de café e tabaco sob as quais, em uma fita, a legenda : *Independência ou Morte*.

Nenhum desses pratos, porem, tem marca. Já o mesmo não acontece com as medalhas e camafeus. A identificação destes é muito simples pelo nome de seu fabricante gravado no reverso.

Quanto à argila, afirmam os dois historiadores brasileiros que provinha da ilha do Governador. José Pessanha, no seu consciencioso estudo sobre a nossa primeira porcelana, refere-se à Ilha Grande.

É, como se vê, uma questão também obscura.

As medalhas de João Manso Pereira são raríssimas e se encontram em coleções portuguezas.

O autor acima citado, José Pessanha, documentando as experiências de João Manso, dá descrição dessas peças com reprodução fotográfica das mesmas.

Transcrevemos aqui do seu livro o seguinte trecho :

“Medalha oval, com 6 centímetros no diâmetro maior e 51 milímetros no menor. O busto que representa D. João VI de perfil para a direita é branco, o fundo cinzento. Na parte inferior do reverso lê-se em caracteres itálicos, gravados na massa :
NA ILHA GRANDE.

“De uma fazenda denominada da Pedra que pertencia aos carmelitas do Rio de Janeiro e ficava na enseada da Ilha Grande, recebeu João Manso Pereira, segundo declara na sua memória uma porção de argila *ho-ache*. Parece pois fora de dúvida que essa valiosa peça é resultado dos ensaios do ativo e inteligente naturalista brasileiro”.

Refere, em seguida, a outra medalha de forma oval com o busto de D. Carlota Joaquina, de perfil, em branco com bastante relevo sobre fundo cinzento.

No reverso gravado :

R. JAN MANSO

Módulo 20 x 27 m/m. Da marca 9 x 5 m/m. Da coleção do Sr. Conde de Almarjão.

E outra “com o busto de D. Pedro III (ao que se me afigura) em relevo e de côr branca sobre fundo acinzentado. Mede no diâmetro maior 22 mm e 19 no menor. Ne secção do braço as iniciais J.M.

Exemplar da Academia das Ciências, onde também se guarda outro espécime, de menores dimensões apenas *enchacotado*, segundo parece”.

Existe ainda um exemplar desta última na coleção Artur Lamas, o qual vem citado em “Medalhas Portuguesas”, n. 54, est. 17.

Finalmente, menciona J. Pessanha, mais uma que, embora sem marca, tem evidente afinidade com a de D. Carlota Joaquina. Com o busto do príncipe D. João de perfil para a esquerda, em relevo bastante acentuado com a figura branca sobre fundo azul claro. 18 x 25 m/m. Da coleção do Sr. Conde de Almarjão.

Resta-nos mais uma pergunta para a qual também não encontramos resposta satisfatória : Quem abriu os moldes das medalhas e camafeus de João Manso ?

Diz Moreira de Azevedo que o Mestre Valentim deu modelo de dois aparelhos de porcelana fabricados por João Manso, os quais foram muito admirados em Lisboa. É, pois, provável seja o mesmo artista autor dos cunhos das peças de numismáticas fabricadas com a primeira porcelana brasileira.

Talvez encontrássemos respostas a todas estas perguntas na memória de João Manso Pereira publicada no "Palladio Português" (Lisboa, 1796).

Infelizmente não tivemos oportunidade de manusear o jornal português. Aqui fica a indicação para quem possa interessar a História da Porcelana no Brasil.

CATÁLOGO DAS PEÇAS NUMISMÁTICAS DE CERÂMICA DO MUSEU HISTÓRICO

1 — *Medalha comemorativa da inauguração da estátua equestre de D. José I e da fabricação da primeira porcelana em Portugal.*

De forma retangular em biscuit branco ligeiramente acinzentado encimado de um ornato em estilo português do século XVIII.

No campo, a estátua equestre de D. José I, voltada à esquerda, tendo por cima o complicado aparelho inventado pelo Brigadeiro Bartolomeu da Costa, espécie de guindaste com o qual foi retirada a mesma do forno de fundição, cujos tijolos se veem por trás. À esquerda da estátua, aparece uma figurinha alada tocando uma tuba ornamentada com um pano estampado com as quinas. No ângulo inferior do lado esquerdo, num papel desenrolado, aparece a legenda em 5 linhas verticais : **FUNDIDA EM 15/ DE OUTUBRO DE/ 1774 COLOCA/DA EM 26 DE/ MAYO DE 1775.** Sob a estátua, em 2 linhas quebradas e interrompidas pelas patas do cavalo a inscrição : **ABERTA COM A ASSISTENCIA E DESE/NHO DO INVENTOR EM 1775.**

Ao alto, por cima do aparelho, numa tira de papel que tem as extremidades enroladas : *Suspendida em 20 de Mayo de 1775.* Aparecem letras gravadas em vários pontos : E e L sobre duas alavancas à direita ; C junto de uma corrente de ferro ; L ao alto por cima do guindaste ; E, do lado direito, perto das cordas. Cercadura ornamental na orla. Rev) Em 20 linhas horizontais a seguinte legenda dentro de uma cercadura feita de ornamentos no mesmo estilo e ramos de rosa : **MAQUINA, COM QUE SE SUSPENDEO,/ ELEVOU POR HUM ANGULO RECTO/ FORA DA CAZA DA FUNDIÇÃO,/ PARA SE POR NO CARRO DE TRANS/PORTE, A REAL ESTATUA EQUES/**

TRE DE S. MAGESTADE FIDELISSI/MA O SENHOR D. IOZE PRIMEIRO/ FUNDIDA DE HUMA SÓ VES SEM/ A MENOR FENDA EM A REAL FUN/DIÇÃO DE ARTRA NA INTENDENCIA/ DO THEN^{TE} GENERAL DA ARTRA DO/ REINO MANOEL GOMES DE CARV.º/ E SILVA. INVENTADA PELLO BRI/GADEIRO BARTHOLOMEU/ DA COSTA, O PRIMEIRO, QUE EM POR/TUGAL ACHOU PORCELANA, E DES/COBRIÓ ESTA NO MESMO TEMPO/ EM QUE IDEAVA, E CONTINUAVA/ O TRABALHO DE FUNDIR/ A REAL ESTATUA. No exergo, em duas linhas horizontais, entre a cercadura da orla e a da legenda do campo : LIS-BOA / GRAVADA NO ; ARSENAL R. DO EXERCITO — POR IOAO DE FIGUEIREDO.

Biscuit de porcelana — 110 mm de altura e 67 de largura. Muito bem conservada, porem torcida pela ação do calor da cozedura. Rara. *Est. II, n. 1*. O exemplar descrito pertence ao Museu Histórico. Encontra-se igual no Museu de Belas Artes e no Museu Mariano Procópio em Juiz de Fora. *Bibliografia*: Lopes Fernandes — “Memória das moedas correntes em Portugal”, n. 54; José Pessanha — “A porcelana em Portugal”, n. 90, est. I e II n. 1; José Queiroz — “Cerâmica portuguesa”, grav. 139-140; Artur Lamas — “Medalhas portuguesas” n. 44, est. 14; J. Schulman — “Catálogo”, Out. 1927, n. 168 pl. IX.

A estátua equestre de D. José I, solenemente inaugurada em 6 de julho de 1775 é no gênero um dos monumentos mais notáveis que existem no mundo. O trabalho de escultura foi executado por Joaquim Machado de Castro; o desenho do projeto pelo arquiteto Eugênio dos Santos, encarregado das obras da reconstrução da cidade de Lisboa; os trabalhos da fundição, pelo Brigadeiro Bartolomeu da Costa. As festas que se realizaram na sua inauguração revestiram feição excepcionalmente solene e grandiosa. Artur Lamas relata-as minuciosamente no seu livro de “Medalhas Portuguesas”, do qual transcrevemos o seguinte trecho:

“Ao romper da alvorada do dia 6 (1), salvaram as fortalezas e os navios de guerra, e à tarde realizou-se a cerimônia da inauguração, estando a majestosa Praça (2) repleta de povo,

(1) 6 de julho era dia natalício de D. José.

(2) Praça do Comércio em Lisboa.

e de tropa, e as janelas do edificio que a circunda, occupadas por altos personagens, muitas senhoras, embaixadores estrangeiros, prelados etc. A Família Real tambem assistiu à festa na varanda do torreão do lado occidental, mas oculta por uma cortina, por não lhe ser permitido pela etiqueta o assistir oficialmente. O descerramento da estátua foi feito pelo Marquês de Pombal, que chegou à praça do Comércio pelas 4 horas da tarde, acompanhado de um magnífico cortejo de 200 dignitários, vistosamente entrajados com casacas de seda e veludo. Descerrada a estátua, fez-lhe o Marquês profunda reverência e ao mesmo tempo o Rei de Armas "Portugal" ergueu o primeiro viva. Caminhou o Marquês cinco passos, fez nova reverência e o Rei de Armas "Algarves" levantou segundo viva; por fim ainda o Marquês avançou outros tantos passos, para fazer terceira reverência, tendo sido então o viva entoado pelo Rei de Armas "Goa". Enquanto os vivas eram calorosamente repetidos em coro pela multidão, tocavam-se os clarins e oboés da Casa Real, troavam os canhões em terra e no mar, estalavam muitas girândolas de foguetes, e das janelas lançavam-se centenaes de impressos com poesias alusivas ao acontecimento".

Em uma nota relata o mesmo autor a estranha profusão de escritos-versos, discursos, elogios, a que deu motivo a inauguração da estátua. Transcrevemo-la integralmente: "É muito curiosa a série de poesias, elogios e discursos que nessa ocasião se escreveram em português, francês, espanhol, latim e hebraico. Apareceram versos de Filinto Elisio, de Antônio Diniz da Cruz e Silva, e de outros poetas e escritores de fama, juntamente com trabalhos anônimos sem valor, entre os quais se podem citar para exemplo, um soneto *acróstico-cêntrico*, dedicado ao Monarca pela companhia cômica espanhola, e o seguinte epigrama:

Quando na idade futura
Ao caminhante estrangeiro,
Se disser que esta Figura
He retrato verdadeiro
Do Maior e Melhor Rey,
Dirá elle: Então já sei
Ser o Rey José Primeiro.

Machado de Castro, o notavel escultor da estátua, tambem compôs uma ode; mas quem mais se salientou foi talvez o padre Antônio Pereira de Figueiredo, que, alem de outros trabalhos, escreveu um discurso dedicado ao Conde de Oeiras, outro dedicado ao Marquês de Pombal, e um "Paralelo de Augusto Cesar e de D. José o Magnânimo Rei de Portugal," trabalho de pesado estilo, que ocupa 35 paginas impressas. Nicolau Tolentino, apesar de ridicularizar essa abundância de versos na sua sátira: "O Bilhar - todos os versos leu da estátua equestre - não resistiu tambem a publicar o seu soneto: "Ao faustissimo dia da Inauguração da Estatua Equestre D' El-Rey Fidelissimo o Senhor D. José I."

"O entusiasmo pela inauguração da estátua não era porem geral, pois que houve alguem que, ocultamente, lá foi colocar alguns pasquins. Um deles, aludindo ao facto de ter sido aproveitado para a estátua o bronze de um sino quebrado, dizia o seguinte: "Já fui sino e fui badalo, agora sou rei e cavalo".

2 — Medalha comemorativa da primeira porcelana Portuguesa.

Armas reais portuguesas ornamentadas sob as quais em uma fita a legenda:

LISBOA — 1773.

Rev) DESCUBER/TO PELO THEN. COR/ONEL BARTHOLOMEU/DA COSTA, em 7 linhas horizontais dentro de uma espécie de pendão franjado suspenso a uma carranca ornamentada. Em baixo, dois ramos de roseira entrelaçados e floridos. Nas duas faces, cercaduras simples na orla com ângulos truncados e ornamentados de florões. De forma retangular.

Biscuit de porcelana — 54 mm de altura e 40 mm de largura. Com algumas fendas. Muito rara. *Est. III.*

Exemplar do Museu Histórico. Existe igual no Museu Mariano Procópio em perfeito estado de conservação.

Bibliografia: José Pessanha, est. I, ns. 2 e 3; José Queiroz, pág. 178, grvs. 137 e 138; A. Lamas, n. 46, est. 16.



3



3



2



2



4

5

3 — Reprodução em gesso da medalha comemorativa da estátua equestre de D. José I e da primeira porcelana fabricada em Portugal.

Rev.) Dentro de um cartucho ornamentado no estilo da época, a inscrição em 10 linhas horizontais PRIMEIRA PORCELANA/ACHADA EM PORTUGAL/ EM 1773. DESCUBERTA /PELO BRIGADEIRO / BARTHOLOMEU DA/COSTA NO MESMO /TEMPO EM QUE CONTINUAVA O TRABA/LHO DE FUNDIR A RE/AL ESTATUA.

Na orla em baixo : (GRAVADA NO ARCENAL) REAL DO EXERCITO — JOAO DE FIG.^{DO} Gesso — 78 mm — Bem conservada. *Est. III.*

Bibliografia : José Pessanha, pág. 171, n. IV, est. IV ; n. 6 ; José Queiroz, pg. 183 n. 149 ; Artur Lamas, n. 54, est. 16 n. 47 ; J. Schulman, n. 169.

Do Museu Histórico. Há no Museu Mariano Procópio um exemplar em porcelana com a figura branca sobre fundo cinzento.

4 — Medalha oval ou pseudo camafeu

Busto laureado de D. Maria I de 3/4 para à esquerda, com a cruz da Ordem de Cristo ao peito, em relevo branco sobre fundo acastanhado.

Reverso liso.

Biscuit de porcelana — 23 mm na parte maior e 18 mm na menor. Muito bem conservada. Do Museu Histórico. *Est. III.*

Bibliografia : José Pessanha, pg. 92, n. IV, est. II, n. 2 ; José Queiroz, pág. 182 n. 145 ; A. Lamas, n. 49, est. 17 ; J. Schulman, 183 e 420 pl. IX.

De todas as medalhas que se fizeram com a porcelana de Bartolomeu da Costa estas são as mais comuns. Diz Cirillo Volkmar Machado que eram destinadas a anéis e afirma que os cunhos foram abertos por João de Figueiredo em 1782. Um dos exemplares citados por Artur Lamas traz no reverso a inscrição : JOAO DE FIGUEIREDO FECIT LISBOA ARCENAL REAL

DO EXERCITO 1782. Igualmente o exemplar estampado no Catálogo de J. Schulman (420 d) traz no reverso : (FIGUEIRE) DO FECIT 1782.

Como muito bem observou José Pessanha, o desenho do busto da Rainha é sempre igual em todos os exemplares embora varie o seu tamanho e a coloração do fundo. Alguns foram fabricados na manufatura inglesa de Wedgwood. Schulman reproduz dois exemplares destes, dos quais um tem no reverso a marca WEDGWOOD, o H reintrante e outro com o busto branco sobre fundo preto e no corte deste Q. OF PORTUGAL. (ns. 185 e 186).

5 — *Medalha oval, par da precedente.*

De forma oval, com o busto laureado do Príncipe D. José de 3/4 para a esquerda, com casaca da época e manto, a figura branca sobre fundo azul acinzentado.

Rev.) LISBOA 1783, gravado na parte superior.

Biscuit de porcelana — 24 mm na parte maior e 10 na menor. Mais rara do que a precedente. *Est. III.*

Bibliografia : J. Pessanha, pág. 124, n. 1, est. III, n. 4.º; José Queiroz, pág., 182, n. 144; A. Lamas, n. 52, est. 17; J. Schulman, n. 184 e 420 F pl. IX.

Persiste até hoje divergência na identificação do retrato que aparece nesta medalha, sendo apontado como pertencendo a D. José I, D. Pedro III e o Príncipe D. José. Parece fora de dúvida que é deste último, "não só porque, diz José Pessanha, assim o indica o inventário do Museu da Academia, mas porque entre esse busto primorosamente modelado e o retrato que conheço do filho primogênito de D. Maria, como por exemplo o retrato a óleo que existe na Biblioteca Nacional e o gravado por Joaquim Carneiro da Silva para o Tomo II da obra "Os estrangeiros no Lima", há, sem dúvida alguma semelhança. D. José, príncipe da Beira e do Brasil, era filho primogênito de D. Maria I e de D. Pedro. Casou em 1777 com sua tia, a infanta D. Maria Francisca Benedita. Por sua morte, ocorrida em 1788, ficou herdeiro do trono seu irmão, que foi mais tarde D. João VI.

6 — *Medalha comemorativa do IV Centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.*

De forma ovóide superposta a uma âncora da qual se vê no anverso o anete, a amarra, a ponta e as patas. Tem no centro o busto de Vasco da Gama de 3/4 para a direita circulado da legenda: VASCO DA GAMA NASCEU EM SINES NO ANO DE 1469. Acima, em uma faixa: IV CENTENAIRE DES INDES.



6



7

Por cima, a esfera armilar entre duas cruzes da Ordem de Cristo inclinadas. Sob o busto, na ponta da âncora, a mesma cruz encimada por uma coroa real antiga, entre uma âncora e uma bóia.

Rev.) Ao alto, em duas linhas, a legenda que interrompe a amarra da âncora: PRIMEIRA VIAGEM Á INDIA/ A 8 DE JULHO DE 1497. Abaixo, numa faixa: QUARTO CENTENARIO DA INDIA. No campo, à esquerda a nau "S. Gabriel", de velas ferradas, e, à direita, a torre de Belem, separadas pela haste da âncora, cuja amarra termina na pata, à direita. O brasão

de armas de Vasco da Gama, na ponta, ladeado pelas datas 1498-1898. No bordo, a inscrição gravada na pasta : C.H.A. A.B.B. DEPOSITADO. Terra cota — 88 mm na parte maior e 72, na menor. Exemplar do Museu Histórico. Muito bem conservado. *Est. IV.*

Vasco da Gama nascido em Sines em 1469 foi investido por D. Manuel I no comando da frota que em 1497 largou o Tejo em demanda da Índia.

Ilustra a medalha no reverso a nau S. Gabriel, uma das quatro componentes da frota e a Torre de Belem, belo monumento arquitetônico do século XVI, colocado à beira do Tejo, de onde partiram os valorosos navegadores para a grande viagem de descobrimento. Em Belem, localidade hoje anexada a Lisboa, eleva-se o mosteiro dos Jerônimos mandado construir por D. Manuel I em memória do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

7 — *Medalha comemorativa do sétimo centenário de Santo Antônio*

No campo, S. Antônio de corpo inteiro segurando com a mão direita uma cruz e com a esquerda um livro em que está sentado o Menino Jesus. Na orla superior : SANTO ANTONIO e em baixo : DE LISBOA. A medalha é oval e tem uma cercadura ornamentada de ramos de açucena. Na parte inferior, sobre um ornato, a data 1895.

Rev.) Uma fragata de velas caçadas. Na orla superior : VII CENTENARIO. Num ornato em baixo as armas portuguesas em escudo redondo. Terra cota — 68 na parte maior e 39 mm na menor. Do Museu Histórico. *Est. IV.*

Santo Antônio nasceu em Lisboa a 15 de agosto de 1195 e morreu em Pádua em 1231. Iguamente venerado nessas duas cidades vem daí às vezes a confusão de que existem dois santos do mesmo nome, o de Lisboa e o de Pádua. Chamava-se Fernando de Bulhões antes de ingressar na vida religiosa e era de ascendência ilustre. O pai, Martim Bulhões, descendia de Godofredo de Bouillon, chefe da primeira cruzada, e a mãe, Teresa Taveira, pertencia a uma antiga família fidalga que havia reinado nas Astúrias no século VIII. Quando nasceu o glorioso Santo.

governava Lisboa seu avô paterno como primeiro governador depois que a cidade foi retomada aos mouros. Aos 15 anos, ingressou no convento de S. Vicente da ordem de S. Agostinho, trocando pouco depois o branco hábito destes pelo burel cinzento de S. Francisco de Assís, e o nome Fernando pelo de Antônio. Percorreu a França e a Itália, pregando, ensinando, combatendo heresias, socorrendo os pobres. Morreu em Capodimonte, perto de Pádua, para onde foi seu corpo transportado e sepultado. No lugar onde jaz, foi edificada uma igreja que se consagrou a S. Maria Mãe de Deus. A construção, iniciada no século XIII (1232), só foi terminada no século XV (1424). É por isso uma mistura de estilo ogival e estilo bizantino. Mede 280 pés de comprimento por 131 de largura e 110 de altura.

A representação do santo nesta medalha, com o Menino Jesus nos braços evoca um dos milagres ocorrido com o mesmo e que teve por teatro uma aldeia de França. Presenciou a tocante cena um rico proprietário que o recebera carinhosamente em sua casa, vendo-a repetir-se todas as noites de sua estada na mesma.

8 — *Outra medalha que se refere ao mesmo Santo.*

Igualmente de terra cota, encimada por uma coroa mural, circundada pelo cordão de S. Francisco formando nós nos ângulos superiores, ornamentada de açucenas. No campo, S. Antônio nimbado, de frente, com uma cruz na mão direita e na esquerda um livro em que está sentado o Menino Jesus. LEMBRANÇADO, à esquerda, e CENTENARIO, à direita. Em baixo, em fita: SANTO ANTONIO.

Reverso liso.

Terra cota — 62 mm por 31 mm. Exemplar do Museu Histórico.

9 — *Medalha dedicada à memória de José Estevão*

De cor branca circundada de um filete azul com o busto do tribuno de perfil para a direita.

Reverso liso.

Biscuit de porcelana — 47 mm. Muito bem conservada. Rara. Do Museu Histórico.

Bibliografia : Artur Lamas, n. 249, est. 64.

Diz Artur Lamas, em referência a esta medalha, que foi feita em 1889 na fábrica Vista Alegre, quando se inaugurou o monumento de José Estevão Coelho de Magalhães, em Aveiro. Ignorase quem foi o seu autor.



10



11

O ilustre orador português, nascido em Aveiro (1809-1862), foi "o príncipe incontestado da eloquência parlamentar portuguesa". Além de extraordinário talento da palavra, possuía todos os dotes físicos de um perfeito orador.

10 — *Medalhão de biscuit de porcelana* representando o Gênio da Arquitetura na figura de um jovem alado em pé, apoiado a uma coluna, segurando com a mão direita um compasso e com a esquerda um fio de prumo.

À direita da figura há um capitel jônico sobre o qual descança um mocho. À esquerda, um esquadro e a planta de um templo grego. No rebordo, cercadura ornamental de folhas e frutos de carvalho.

Gravado no reverso em caracteres reítrantes : ENERET.

Biscuit de porcelana — 132 mm — Muito bem conservado. Do Museu Histórico, procedente da coleção de S. A. o Sr. Conde d'Eu. *Est. V, n. 10.*

Os gênios, na mitologia grega, eram divindades protetoras. A cada homem era dado um gênio tutelar que o acompanhava através da vida. Havia também os gênios protetores dos impérios, das cidades, dos campos, das virtudes, das paixões, das artes, da história e etc. os quais se distinguem pelos atributos que os acompanham.

11 — *Par da precedente*, representando o Gênio da Escultura.

No campo, um jovem alado, sentado sobre um falcão, com o escopro e o camartelo, esculpindo uma estátua, da qual se vê a parte posterior.

No reverso a mesma assinatura. Cercadura ornamental como na precedente.

Biscuit de porcelana — 133 mm. — Muito bem conservado — Exemplar do Museu Histórico. *Est. V, n. 11.*

12 — *Medalhão de biscuit de Porcelana policromo* representando em cavo a "Virgem da cadeira" de Rafael. No reverso os algarismos 53 e 70 incusos.

Bem conservado, porem com algumas fendas. — Do Museu Histórico; procedente da Casa Imperial.

A Virgem da cadeira, um dos painéis mais admirados e conhecidos do pintor das Madonas, foi feito por encomenda de Fernando III. Representa um trabalho admiravel em razão da dificuldade técnica no agrupamento de três personagens num quadro circular. É, ao mesmo tempo, uma obra prima incomparavel de composição, de desenho e de colorido, embora muito se tenha criticado a riqueza do trajo e a faceitice do olhar da Virgem que nada tem de comum com a humilde e singela filha de Judá.

YOLANDA MARCONDES PORTUGAL
(Conservador classe H do Museu
Histórico)

BIBLIOGRAFIA

- ANTONIO AT C. S. C. PE. — "História de Santo Antônio de Pádua". (Traduzido por Mons. Dr. J. Basilio Pereira.
- AUSCHER (E S) — "Comment reconnaître les porcelaines et les faiences", Paris — Librairie Garnier Frères.
- BABELON (Ernest) — "Histoire de la gravure sur gemmes en France", Paris, Societé de propagation des livre d'art, 1902.
- BABELON (Ernest) — "Les origines de la monnaie", Paris, Librairie de Firmin-Didot et C, 1897.
- BASQUIN (O. S. B.), Dom André — "Les peintres de Marie", Paris, Pierre Téqui, 1912.
- CHAUVELOT (Robert) — "L'Inde Mistérieuse", Paris, Librarie Chapelot, 1920.
- COMMELIN (P) — "Nova mitologia grega e romana", Rio de Janeiro, H. Garnier.
- DE UJFALVY-BOURBON (M. Ch. E.) — "Les biscuits de porcelaine", Paris, J. Rouam et Cie., 1893.
- "Dicionário Universal das moedas assim metálicas como fictícias, imaginárias ou de conta e das frutas, conchas etc.", Lisboa, Off. de Simão Thaddeo Ferreira, M.DCC.XCIII.
- HAVAQD (Henry) — "La céramique (Fabrication — Histoire)" Paris, Société Anonyme d'imprimerie de Villefranche de Roergue.
- LAMAS (José) — "Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal", Lisboa, Tip. de Adolpho de Mendonça, 1916.
- LEITE DE VASCONCELOS — "Elenco das lições de numismática", Lisboa, Tipografia do jornal "O Dia", 1889.
- LEMONS (Maximiliano) — "Enciclopédia portuguesa ilustrada", Vol. 7, Porto, Lemos e Cia. Sucessor.
- LENORMANT (François) — "Monnaies et Médailles", Paris, A. Quentin Editeur.
- LOPES FERNANDES (Manuel Bertaróc) — "Memória das medalhas e condecorações portuguesas e das estrangeiras com relação a Portugal", Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1856.
- LUETKENS (Dra. Charlotte) — A Medicina na porcelana artistica, in Actas Ciba. Rio de Janeiro, 1940.
- MACEDO (Joaquim Manoel de) — "Ano Biográfico brasileiro", Rio de Janeiro, Tip. do Imp. Instituto Artístico, 1876.
- MOREIRA DE AZEVEDO — "O Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, B. L. Garnier, 1877.

- MATTOS (Armando de) — "A Lenda do rei Ramiro e as armas de Viseu e Gaia", Porto, MCMXXXIII.
- MENDES DOS REMÉDIOS — "História da Literatura portuguesa", "Atlântida", Livraria editora, Coimbra, 1930.
- NISHIMURA (SHINJI) — "Ancient chinese coinage and its origin, in Canton", vol. I, n. 4 (August-September) 1939.
- PENALVA (Gastão) — "Corpo e alma do passado", Rio de Janeiro, Schmidt-Editor, 1938.
- PESSANHA (D. José) — "A porcelana em Portugal — A Fábrica da Vista Alegre", Conferência ..., Lisboa — Porto. Livr. Chardon, 1924.
- PESSANHA (D. José) — "A porcelana em Portugal", in Arquivo Histórico Português", Lisboa, 1903.
- QUEIROZ (José) — "Cerâmica portuguesa", Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1907.
- RAPOSO BOTELHO (José Nicolau) — "Dicionário das moedas, pesos, medidas e informações comerciais de todos os países", Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1895.
- RENÉ JEAN — "Les arts de la terre", Paris, 1911.
- "Revista do Instituto Histórico" — Tomo 37 — Rio de Janeiro, 1874.
- ROMERO (Edgar de Araujo) — "Apostilas datilografadas do Curso de Numismática".
- RONDOT (Natalis) — "Les médailleurs et les graveurs de monnaie, jetons et médailles en France", Paris, Ernest Leroux, Editeur, MDCCCIV.
- SCHULMAN (J.) — "Catalogues", Amsterdam, 1914.
- SCHULMAN (J.) — "Catalogues", Amsterdam, 1926.
- TEIXEIRA DE ARAGÃO (A. C.) — "Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal", vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- VISTA ALEGRE — "O livro do centenário da fábrica de ..."
- VOGT (Georges) — "La Porcelaine", Paris, Ancienne maison Quantin.
- NOTAS tomadas no Curso de *Palestras sobre cerâmica* realizado por GASTÃO PENALVA em sua residência para um grupo de amigos, no ano de 1941.

A SIGILOGRAFIA NO MUSEU HISTÓRICO

A sigilografia, foi por longo tempo desprezada tanto pelos historiadores quanto pelos antiquários e, somente pelo alvorecer do século XVII, alguns estudiosos sentiram interesse por aqueles caracteres, às vezes quase hieroglíficos, e deles se utilizaram como de verdadeiros documentos para os estudos históricos.

Aos beneditinos são atribuídos os primeiros grandes estudos sobre os selos da Idade Média, mas, apesar de toda a divulgação feita por aqueles frades, ainda no século XIX, as coleções sigilográficas eram em muito pequeno número. Damos, como testemunho dessa asserção, as palavras do antiquário Millin (1), que em 1811, assim se expressava em seu "Magasin Encyclopédique" *"É para admirar que a esfragística seja ainda hoje tão desprezada e que ninguém pense em formar grandes coleções de selos"*.

E, no entanto, na sigilografia vamos encontrar uma auxiliar poderosíssima para a decifração de muitos pontos obscuros tanto em história quanto em genealogia, bem assim em relação aos usos e costumes não só da Idade Média como da era hagiológica.

SELO

Na acepção da palavra, selo (*sigillum*) é um instrumento de face gravada, redondo, oval ou mesmo em outra forma, cuja finalidade é a de imprimir na cera, ou em outra massa qualquer (*) uma determinada marca convencionada por seu possuidor.

(1) MILLIN "Magasin Encyclopédique" op. cit. por Chassant et Delbarre, em Dictionnaire de Sigilographie Pratique.

(*) A farinha foi usada como massa de selos. Dizem que até os reis selaram suas cartas com pura massa de farinha; a chancelaria de França a empregou até o momento em que começou a usar a cera.

Com o correr do tempo esta palavra estendeu-se também à estampa gravada na cera e a toda e qualquer reprodução em relevo desta última.

À primeira, deram o nome de *matriz*, à segunda de *carimbo* ou *sinete* e à terceira de *moldagem*, palavra usada nas oficinas.

Segundo Lecoy de la Marche (2) a origem do selo é anterior à Escritura Sagrada e podemos acrescentar que, durante largo tempo, serviu de testemunho não só aos direitos como à presença individual.

Em poucas palavras diremos, se nos permitem a expressão, a *carteira de identidade da época*.

Mabillon (3) nos diz que o anel dado a José por Faraó, conferindo-lhe autoridade suprema, era um anel sigilar e é esse, talvez, o exemplo mais remoto que aparece na história.

Os egípcios usaram do selo como garantia de seus tesouros e de seus papiros e a mesma precaução é encontrada em época quase tão remota, entre os assírios e babilônicos e em outras civilizações asiáticas.

O Museu do Louvre possui vários exemplares encontrados em Korsabad, os quais, além da efígie de um rei assírio, apresentam inscrições cuneiformes incusas.

Na Bíblia Sagrada, capítulo 12 de Daniel, vers. 4, encontramos textualmente: "*Tu, porém, Daniel, tem fechadas estas palavras, e põe o selo no livro até o tempo determinado*

No vers. 9 — "*E ele me respondeu: Vai, Daniel, porque estas palavras estão fechadas e seladas até o tempo predefinido*".

Vemos também Jezabel servindo-se do selo de Achab, assinando as cartas supostamente escritas em nome de Israel:

"*Scrispsit itaque litteras nominæ Achab, et signavit eas annulo ejus et misit ad majores natu et opimates qui erant in civitate ejus et habitant cum Naboth*". (Reg. lib. III, cap. XXI vers. 8).

Do oriente passa à Grécia o hábito de selar, e aí, como já era de esperar, transformam esse instrumento util em verdadeira obra

(2) LECOY DE LA MARCHE, "Les sceaux".

(3) MABILLON — "De re diplomatica", pág. 127. — op. cit. "L. de la Marche".

de arte. Assim sendo, não tiveram propriamente o selo anelar conhecido dos povos anteriores; encaixaram no engaste dos anéis pedras delicadamente lavradas e gravadas, servindo de cunhos. Era uma verdadeira jóia sigilográfica.

Da Grécia vai a Roma, e esta, como em tudo que fez, procurou imitar a arte daquela, ficando, porém, muito aquém da perfeição helênica. Em pouco tempo, todos os grandes homens de Roma obtiveram permissão para selar suas missivas, fazendo-o com anéis exatamente como os gregos.

À proporção que o hábito se foi espalhando, o selo foi adquirindo maior dimensão, não podendo mais se limitar à pedra preciosa. Apareceram, então, os selos em chapas de metal. Este metal variou muito; houve selos em ouro, prata, ferro, chumbo, etc.

O aumento do disco sigilográfico tinha por finalidade aumentar o campo da gravura, pois a ambição era possuir o selo com a efígie inteira.

Embora já houvesse o selo de grandes dimensões, o hábito do anel sigilar não havia desaparecido. Os romanos trouxeram o selo para os gauleses.

Os reis merovíngios preferiram o anel de ouro, os príncipes dessa mesma dinastia ainda ostentaram os selos gravados sobre pedras preciosas, sendo entre essas preferida a cornalina (**).

Há um exemplar interessante dessa época, gravado sobre uma dessas gemas, dando a impressão de se tratar de uma jóia soberana. Feito o seu estudo por M. M. Deloche (4), este concluiu tratar-se de um selo pertencente a um médico, que, no século VII, assinava as receitas fornecidas aos pacientes (***) .

(**) As pedras usadas foram a ágata, a ametista, a cornalina, o cristal de rocha, a esmeralda, a granada, o rubi e muitas imitações delas.

(4) M. M. DELOCHE — "Étude Hist. et Archéol. sur les anneaux sigillaires" ...

(***) Depois de concluído este estudo, chegou-nos às mãos a notícia de um exemplar muito mais remoto. Trata-se de um selo gravado em incavo sobre safira, que pertenceu a Alarico rei dos Visigodos, morto em 410. É, portanto, um selo do alvorecer do século V.

Esta bela gema representa o busto real de frente tendo como indumentária, a mesma que aparece nas moedas dos sucessores de Teodósio. Circundando o busto a legenda: "*Alaricus Rex Gothorum*".

Pelo seu feitio, técnica, material, disposição da figura e da legenda, sente-se que é trabalho de um artista romano.

Em pedras preciosas, deixou-nos também vários exemplares a antiguidade cristã, aproximadamente dos séculos IV ao VI. Como gravura, trazem a efigie de Cristo, da Virgem, de S. Pedro, de S. Paulo, ou então símbolos representativos de Cristo, tais como a lebre, a ovelha, a pomba, o peixe etc. Aparecem exemplares com animais mitológicos ou fantásticos e com desenhos geométricos.

Quanto aos Capetos, usaram para os atos oficiais os grandes selos de metal. Com estes últimos a sigilografia sofreu uma grande transformação. Pelo ano de 997, deixa de aparecer pela primeira vez, em um documento, o "annulus" para dar entrada ao "sigillum", termo do antigo vocabulário romano que se refere ao selo independente do anel. Este foi o verdadeiro selo, composto de uma grande matriz e gravado em incavo.

A partir do ano 1008 somente o *sigillum* foi apostado aos atos soberanos.

Até o fim do século XII, apenas usavam do selo, em atos públicos e oficiais, os altos personagens. Porém, no século XIII, com o surgimento das pequenas jurisdições feudais, qualquer barão se achou com o direito de possuir o seu.

A sigilografia, que até aquela data era quase uma exclusividade da nobreza passa ao domínio de qualquer pessoa, de qualquer instituição ou estabelecimento.

Ao lado dos selos reais, surgem os dos grandes dignitários, grandes feudatários, vidamas, cavaleiros, membros de ordens militares, religiosas e, assim, num decrescendo, chegando às classes dos artesãos e mesmo às proletárias.

Presume-se que esta avalanche de selo tenha surgido tanto para facilitar a aposição da assinatura em documentos (pois somente aos privilegiados era dado o conhecimento da grafia), quanto à finalidade de evitar a contrafação da assinatura, dado que, para imitar uma gravura sobre metal, era exigido conhecimento e talento especial de seu autor.

O exagero do seu emprego foi tal, que necessário se tornou um controle especial sendo então criada a guarda do selo. De início essa guarda era apenas para o selo real e a pessoa nomeada recebia o título de grande chanceler. Sua função consistia em

colocar o selo somente com ordem expressa do soberano e diante dos grandes oficiais da coroa ou da corte plenária.

Perdurando o abuso, necessário foi estender essa guarda aos demais selos, exigindo, além da autoridade judiciária, outras garantias. Não só a aposição era feita diante de vários eclesiásticos ou senhores e publicamente, como era exigida a colocação de qualquer coisa de pessoal sobre a cera ainda morna. Daí aparecerem fios de cabelo ou de barba presos à cera, como verdadeira prova de identidade. O exemplo mais interessante que podemos citar sobre esse gênero de autenticação é o que se refere a Joana d'Arc. Ao selar a carta que dirigiu aos habitantes de Riom, atravessou um fio de cabelo negro na cera. *Esta é portanto a única prova existente de que a jovem de Orléans tivesse cabelos negros.* Este selo se acha guardado no arquivo municipal daquela cidade e conserva até hoje aquele fio autenticador.

Outro modo interessantíssimo de autenticar os selos é o que foi aplicado geralmente ao reverso (contra-selo). Ao ficar a cera quente, calcavam um dos dedos da mão, particularmente o polegar, dando ao cunho a marca desejada. Desse tipo há um precioso exemplar: é o de *Thomas Bourlemont*, bispo de Toul em 1331, o qual trazia no contra-selo cinco marcas desse gênero.

O interessante aí é a maneira de autenticar. Todos nós sabemos que a datiloscopia, processo para descobrir com uma precisão absoluta a que mão pertence a marca é hoje usada como prova de identidade individual em todos os atos públicos, é uma descoberta do fim do século XIX. *Esse processo, iniciado brilhantemente por Galton, é recentíssimo e, no entanto, através da sigilografia, vamos encontrar o seu emprego antecipado de cinco séculos!*

Como foi dito anteriormente, o primeiro processo de selar foi o anel sigilar (*annuli signatori*); um anel em cujo engaste havia uma placa ou uma pedra gravada em incavo, destinada a cunhar.

Segundo M. M. Deloche (op. cit.), a idade do anel sigilar se acha colocada entre os anos 312, data da conversão de Constantino, encerrando a antiguidade clássica, conforme alguns historiadores, e o ano 752, que viu o começo da dinastia carolingia.

A este meio de selar, sucederam os selos de placa de maior dimensão, isto já na Idade Média. O grande selo (*Sigillum Magnum*) destinado aos atos dos soberanos, dos grandes feudatários, dos bispos, das cidades, enfim, de todo ato que se revestia de uma certa importância, era preso ao documento por um fio de cânhamo, de pergaminho, de seda etc., e era chamado *selo pendente*. O uso desta espécie de selo data aproximadamente do século XI, sendo que os papas o empregaram a partir do VIII século (**).

O desaparecimento do grande selo pendente teve seu início em meados do século XVI e conseqüentemente a arte da gravura sobre metal se inclina para outro lado.

A propagação universal da escrita e da assinatura autógrafa, a substituição do papel ao pergaminho e o da carta missiva ao documento, muito contribuíram para o seu desaparecimento.

O papel negava-se a suportar o peso de um carimbo de cera de espessura e tamanho por demais consideráveis e, ainda mais, a necessidade de fixar a carta missiva, trouxe um selo muito menor aplicado à dobra da carta. Deu-se assim o surgimento do *sinete*, pequeno selo secreto ou carimbo.

Do século XV em diante, o hábito de carimbar com o sinete se fixa e como em toda a época surge a vaidade dando o ensejo ao aparecimento de verdadeiras jóias nesse gênero de instrumento.

A gravação de sinetes se tornou mesmo uma profissão especial. Nessa época desaparecem os pequenos selos em anéis e em berloques presos à cintura, surgindo, então, as pequeninas chapas adaptadas a cabos de madeira ou marfim. A princípio eram estes cabos muito toscos, adquirindo aos poucos várias formas e, desenhos, chegando com o correr do tempo a verdadeiras obras de arte.

(***) Os antigos selos tiveram vários formatos, entre eles, redondos, ovais, ogivais, em escudo e além dessas formas vulgares, algumas mais raras como as quadrangulares, triangulares, poligonais, em pera, em estrela, em trevo etc. ...

A forma redonda ou orbicular, foi usada particularmente pelos reis, duques, condes e cavaleiros, bem assim como nos antigos selos eclesiásticos e de cidades.

No século XII, época em que a ogiva entra vitoriosamente na arquitetura religiosa, foi então, adotada esta forma para os selos eclesiásticos e para uma determinada categoria de selos femininos nobres, aqueles que apresentavam a imagem feminina de pé.

Daremos, a seguir, três exemplos de sinetes, em que veremos perfeitamente a evolução do cabo. Pertencem, os mesmos, às coleções do Museu Histórico Nacional.

Pertenceu o primeiro ao *Conde de Passé* (Antonio da Rocha Pita Argollo).



Sinete do Conde de Passé, das coleções do Museu Histórico.

Sinete oval, pequeno módulo, (29 mm x 24 1/2 mm). Prata. Dentro de um círculo de folhas, um escudo com as armas daquele titular, que são :

Esquartelado ; no 1.º, de ouro com duas chaves de azul acostadas, seus palhetões ao alto, bordadura de vermelho, carregada

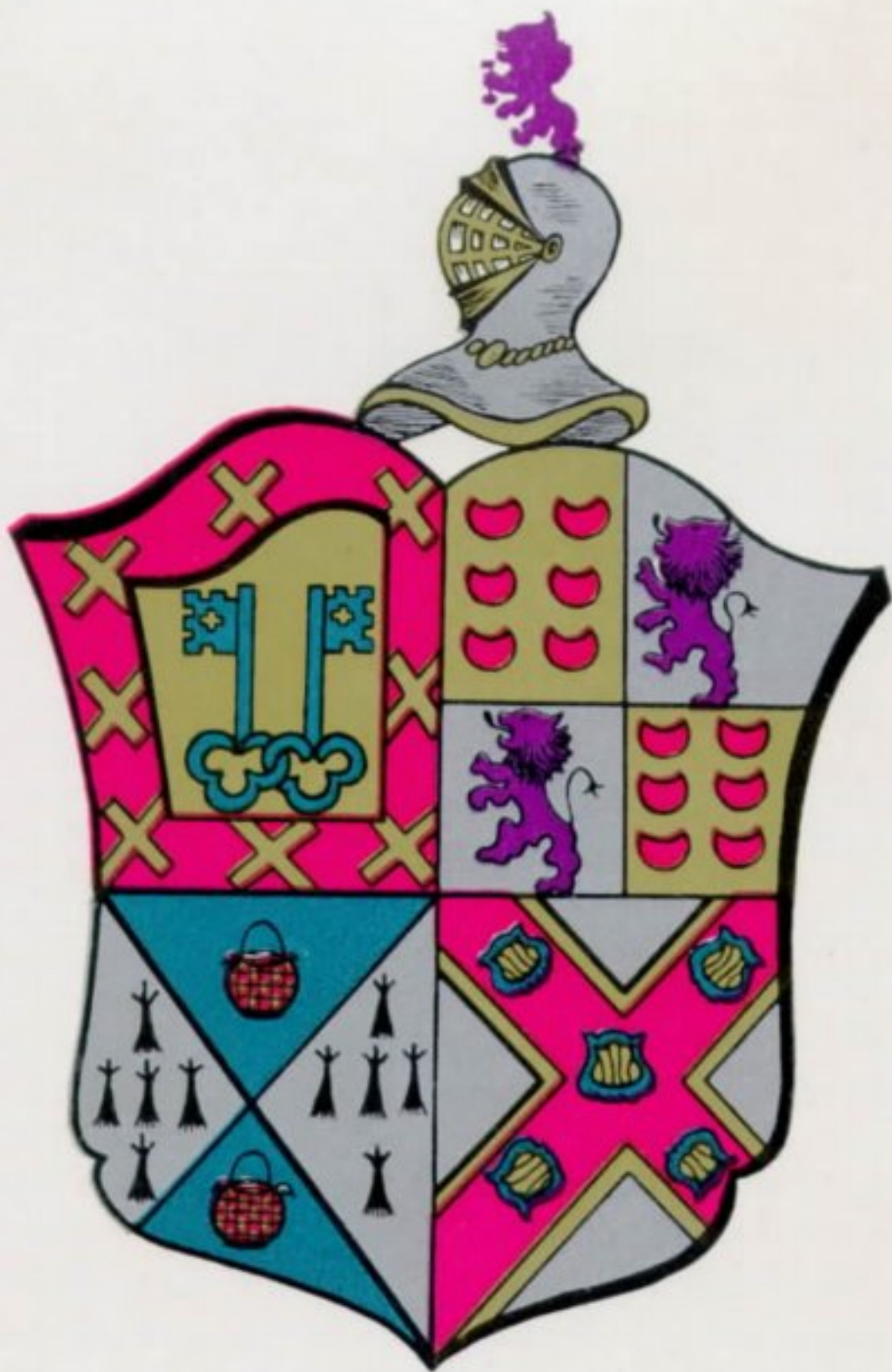
de oito aspás de ouro, que é de *Argolo*; no 2.º, esquartelado; nos 1.º e 4.º, de ouro, seis crescentes de vermelho postos em pala; no 2.º e 3.º, de prata, um leão rompente de púrpura, que é de *Queiroz*; no 3.º, franchado; os 1.º e 4.º de azul, 2 caldeiras de ouro enxequeteadas de vermelho, uma sobre a outra, com asas serpentíferas; os 2.º e 3.º, de prata com cinco mosquetas de arminho, que é de *Gusmão*; no 4.º, de prata com uma aspa de vermelho carregada de cinco vieiras de ouro, bordadas de azul, postas em santor, que é de *Rocha*. Encimado por um elmo onde se apóia o timbre, um leão rompente de vermelho com uma das chaves do escudo na pata direita. O sinete é preso a um cabo de marfim terminado em maçaneta. Este sinete não traz o clássico tracejado das cores heráldicas, e não ser no quarto quartel e assim mesmo errado.

Antonio da Rocha Pita Argolo (Barão, Visconde com Grandeza, Conde de Passé) era filho do Tenente Coronel Francisco Antonio de Argolo Queiroz e de D. Antonia Teresa de Sá Pita. Segundo alguns autores, casou com D. Maria Luiza Pita Moniz Barreto e, segundo outros, com D. Maria da Conceição Martins Argolo.

Foi senador e Grande do Império, Veador de S.M. a Imperatriz, Comendador da Ordem de Cristo, Dignitário da Imperial Ordem da Rosa e possuía a medalha da campanha da Independência da Baía. Faleceu na Baía a 8 de fevereiro de 1877, deixando dois filhos.

A segunda ficha nos mostra o sinete do *Conselheiro Franklin de Menezes Doria (Barão de Loreto)* — Retangular, pequeno, módulo 16 mm x 15 mm. Prata lavrada, tendo gravada na chapa as iniciais entrelaçadas. Cabo de marfim trabalhado formando umas volutas em folhas de acanto, terminando por uma cabeça estilizada, com a barba, o bigode e o cabelo formados pela mesma folhagem. Na parte da frente, em uma cartula, lê-se *Conselheiro F. Doria*. Peça original e muito artística.

Franklin Americo de Menezes Dória — Barão de Loreto, nasceu na fazenda de Loreto na Baía, em 12 de julho de 1836.



Brazão do Conde de Passé.

Foi casado com D. Amanda Paranaguá Dória, Dama do serviço efetivo de S.M. a Imperatriz.

Bacharel em direito pela Faculdade de Recife, foi Juiz de Direito e Chefe de Policia na Baía, e Presidente das Províncias do Maranhão, Piauí e Pernambuco. Deputado pelo Piauí, nas 16.^a, 17.^a, 18.^a e 19.^a legislaturas.

Quando Ministro da Guerra, foi chamado ao Conselho da Coroa, sucedendo o mesmo quando Ministro dos Estrangeiros e do Império.

Poeta e literato de merecimento, deixou várias obras.

Era Veador da Casa Imperial, professor do Colégio D. Pedro II, membro do Instituto dos Advogados, da Associação Protetora da Infância Desamparada.

Comendador da Imperial Ordem da Rosa e Grã-Cruz da Ordem da Águia Vermelha da Prússia. Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1906.

E, em terceiro, apresentaremos o sinete de Paulino José Soares de Souza — Visconde do Uruguai. Sinete retangular, pequeno módulo 19 mm x 16 1/2 mm, tendo na chapa gravado em incavo as iniciais. O cabo do sinete é seguro por uma bela mão em marfim, tendo uma cobra enroscada a seu punho, cuja cabeça repousa sobre o dorso da mão. Este cabo é uma verdadeira jóia na arte do marfim. Pela fotografia podem se notar todos os detalhes artísticos e a perfeição do trabalho.

Paulino José Soares de Souza, nasceu em Paris a 4 de outubro de 1807. Era filho do Físico-mór Dr. José Antonio Soares de Souza e foi casado com D. Ana de Macedo Soares de Souza.

Tendo cursado a Universidade de Coimbra, veio em seguida formar-se pela Academia de S. Paulo, onde em 1831, tomou o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Abraçou a magistratura, mas a abandonou quando alcançou o cargo de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Foi



Sinete do Conselheiro
Franklin Doria, Barão
de Loreto. (Iniciais).



Sinete do Barão de Loreto. Das coleções do Museu Histórico.
Cabo de marfim.

eleito Deputado pela Província do Rio de Janeiro na 1.^a Assembléia, representando por duas vezes essa mesma Província. Foi Senador e cinco vezes Ministro de Estado ocupando as pastas da Justiça e dos Estrangeiros.

Em 1855, foi em missão especial a Paris, para tratar da questão de limites com a Guiana. Procurou solucionar o caso da melhor forma possível, porem o governo de Napoleão III, por intermédio de seu ministro Drouyn de Lhuys, recusou aceitar o alvitre. Mais tarde, porem, o Governo Helvético satisfez inteiramente as reclamações do Brasil, fixando definitivamente a linha do Oiapoc como limite com a Guiana Francesa.

Faleceu no Rio de Janeiro a 15 de julho de 1866.

Por volta do ano de 1560, aparece o sistema de coser o bordo das missivas com um fio de seda, colocando, então, o carimbo sobre uma das extremidades do fio, dando-lhe a aparência de um pequeno selo pendente. Logo a seguir surgiu um terceiro processo que veio destruir todos os precedentes. Formaram duas pregas, uma menor do que a outra, entrelaçadas e o selo colocado no cruzamento das duas. Este sistema perdurou até a invenção do envelope que veio destronar todos os demais sistemas até então conhecidos.

BULA

Não poderemos deixar de falar sobre as bulas que tanta importância tiveram na vida eclesiástica.

Bula é uma palavra que designa em geral um selo de duas faces, em metal, especialmente de chumbo, pendente dos atos papais, documentos esses que, com o tempo, tomaram igualmente o nome de bula.

Podem ser inteiras, quando batidas dos dois lados, e meias bulas, quando cunhadas de um só lado. Estes carimbos provinham de matrizes em aço molhado, com as quais se batia o metal a frio.



Sinete de Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai (Iniciais).



Sinete de Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai. Das coleções do Museu Histórico. Cabo de marfim.

Dessa espécie de selo, houve em ouro, prata, bronze, sendo as mais comuns as de chumbo, de cujo emprego temos noticia desde os primeiros séculos da nossa era.

Alem desse sistema, os papas selaram com o *anel do pescador* empregado para os atos públicos sendo que a partir do século XV, com o aparecimento dos breves ou cartas particulares, esse tipo de selo foi usado para esse gênero de missivas.

Este selo era representado pelo "pescador de almas", isto é, S. Pedro, de pé em seu barco, pescando. De muito pequena dimensão e de pouco relevo, está filiado aos carimbos modernos; quase sempre em lacre vermelho.

Voltando a tratar da bula, diremos que o exemplar mais antigo conhecido é datado do ano 614 e pertence ao Museu do Vaticano. Achava-se pendente a um ato do papa Deusdedit. Peça de tipo primitivo tendo em uma das faces a imagem do Bom Pastor ladeado pelas letras *alfa* e *ômega*, e na outra as palavras DEUS DEDIT PAPA.

Com o papa Paulo I (757-767) surge, então, o tipo definitivo: as cabeças de S. Pedro e S. Paulo com o nome do papa no reverso seguido do número de ordem entre os papas do mesmo nome. Este sofreu uma pequena modificação com o papa Vitor II que substituiu os apóstolos por uma imagem a meio corpo recebendo uma chave da mão divina e no reverso, um monumento representando a cidade de Roma. Urbano II contentou-se com uma cruz acompanhada do nome dos dois apóstolos e do seu.

Depois de Urbano, o tipo se tornou imutável, sofrendo apenas a influência evolutiva da arte.

O desenho abaixo mostra claramente essa evolução:

A princípio de um caráter arcaico, (1) de desenho medíocre de pouco relevo, de olhos sem vida como os das estátuas, foi-se aperfeiçoando aos poucos até ao século XV, quando, então, as cabeças dos apóstolos adquirem um caráter normal, não sendo mais imagens de convenção. (2) Porém, no século XVIII, atingem ao maior grau de perfeição como nos mostra a fig. (3).



1



2



3

O Museu Histórico, possui dois exemplares dessas bulas. São peças raras e interessantes porque caracterizam bem as duas primeiras fases do desenho.

Passamos a descrevê-las:

Bula do Papa Clemente VI — No contra-selo, dentro de um círculo de pérolas, em capitais romanas e sobre uma linha horizontal: S-PA-S-PE (S. Paulus, S. Petrus) e logo abaixo, as



Bula do Papa Clemente VI. Das coleções do Museu Histórico (Anverso).



Bula do Papa Clemente VI. Das coleções do Museu Histórico (Reverso).

cabeças dos dois apóstolos, aureolados por um cordão de pérolas em forma de terço e separadas por uma cruz pátrea, encimada por uma bola espetada em uma vara, tendo a extremidade inferior em forma de crescente invertido, no centro do qual se acha uma pérola (**).

Selo — sobre três linhas, em caracteres romanos e góticos, dentro de um círculo de pérolas, entre florões:

Falta o fio pendente que devia ser em cânhamo. Bom estado de conservação. É uma bula inteira em chumbo, revestida de uma leve camada de cera.

(**) Os gravadores esforçaram-se por dar a cada apóstolo a fisionomia tradicional. A Paulo, o rosto alongado, a barba em ponta e cabelos altos; a Pedro, o rosto largo a barba e os cabelos crespos. Este cabelo é representado por pequenos pontos — Dizem que esse processo tem sua explicação. Consta que o número desses pontos foi fixado por uma regra secreta e que era um dos meios de que a corte de Roma se servia para descobrir as bulas falsas. Este tipo de cabelo pontilhado veio até o papa Calixto III (1455-1458).

Redonda irregular, pequeno módulo. Século XIV. Dimensão 38 mm x 36 mm.

Clemente VI (Pedro Rogério) nasceu no Limousin, tendo entrado ainda jovem para os beneditinos. Eleito e sagrado papa a 19 de maio de 1342 — Como seu antecessor, continuou a residir em Avinhão (**).

Clemente VI foi protetor das artes em geral, estendendo essa proteção a Petrarca e Villani.

Depôs o imperador Luiz da Baviera e conseguiu eleger Carlos IV de Luxemburgo. Faleceu em 1352.

Bula do Papa Julio II — Contra-selo, dentro de um círculo de bolotas, em duas linhas verticais e três horizontais, as letras S S e logo a seguir as cabeças dos apóstolos S. Paulo e P P S. Pedro, aureoladas, circundadas por um terço de círculo de pérolas e separadas por uma pequena cruz colocada sobre uma penca com três bolotas (***) .



Bula do Papa Julio II. Das coleções do Museu Histórico (Anverso).



Bula do Papa Julio II. Reverso.

(*) CLEMENTE V, papa sagrado em 1305, em 1309, fixou residência em Avinhão, dando início ao período de 68 anos, durante os quais os papas ali residiram sob a exclusiva influência dos reis de França.

(**) Tem despertado uma certa curiosidade aparecer na representação simbólica do papado, S. Pedro à esquerda de S. Paulo. Alguns escritores protestantes procuram explicar, dizendo que, na época em que esse tipo de bulas foi criado, a cristandade não reconhecia a primazia do apóstolo de Roma. Porém, a explicação é outra. Estando os gravadores de face para a peça em questão, quiseram que o olhar atento do observador visse o príncipe da Igreja à direita. Pela mesma razão, é muito comum encontrarmos nas igrejas, S. Pedro do lado da Epistola e S. Paulo do lado do Evangelho.

Selo — dentro de um círculo em capitais romanas e sobre quatro linhas, das quais duas são limitadas por bolotas Regular estado de conservação. Bula em chumbo, oval em largo irregular, pequeno módulo, 38 mm x 31 ½ mm. Falta a fita pendente que devia ter sido em cânhamo. Século XVI.

* IV *
LIUS
PAPA
* II *

Esta bula já tem a efígie muito mais perfeita que a precedente pois a partir de Xisto IV (1461-1474) a gravura sofreu uma grande transformação. A cabeleira de S. Pedro deixa também de ser pontilhada.

Julio II (Juliano de la Rovera), nasceu perto de Verona aproximadamente em 1442. Eleito papa por morte de Paulo III (1503-1513). Logo após sua ascensão mostrou uma vontade inabalável em restaurar o poder político dos papas da Itália e assim trabalhou no cumprimento desse desejo, com todo o ardor de sua natureza belicosa e com todo o vigor de seu talento. Em menos de três anos conseguiu desapossar Cesar Borgia das praças fortes que ocupava, reduzindo-o a impotência. Tomou parte ativa nas guerras da Itália, organizando a liga de Cambrai contra os venezianos, os quais foram expulsos por Luiz XII dos Estados da Igreja. Mais tarde organizou a Santa Liga incluindo a Suíça, Veneza, Aragão, Inglaterra e Alemanha.

Protegeu os artistas, confiando a Bramante a construção da Basílica de S. Pedro, cuja primeira pedra foi assentada por ele próprio em 1506. A Miguel Angelo ordenou que pintasse os afrescos da Capela Sixtina e para seu túmulo o artista esculpiu a famosa estátua de Moisés. A Rafael mandou que executasse as pinturas da Câmara de Heliodoro, no Vaticano.

A par de todos os vícios comuns à Itália de seu tempo, possuiu as qualidades de um grande homem de Estado. Faleceu em Roma em 1513.

Para terminar, falaremos sobre os grandes selos de cidades que apresentam um aspecto muito interessante. Fazem reviver aos nossos olhos os monumentos e os traçados das cidades nos

seus aspectos gerais. É uma das mais preciosas fontes para o estudo da arqueologia histórica da Idade Média e para a arquitetura em particular, porquanto, admitindo que as vistas de conjunto não sejam muito exatas em seus detalhes, podem, no entanto, possuir um determinado traço ou efeito capaz de uma explicação há muito procurada. Quantas e quantas vezes possuímos apenas como vestígio, aqueles pequeninos desenhos gravados no bronze, no cobre ou na cera, para a elucidação de uma série de pesquisas a iniciar?

Um dos traços marcantes dos selos de cidade é a ponte. Monumento que tinha papel preponderante nas relações comerciais, sobretudo quando representava o traço de união entre duas vastas regiões.

Tanto os cidadãos quanto os montanhesees, tinham por esse símbolo uma espécie de veneração ao mesmo tempo que demonstravam um certo interesse, em que entrava grande parcela de amor próprio local.

Razão pela qual encontramos muitas vezes a ponte como símbolo de cidade, principalmente quando traz para aquele lugar um renome ou mérito particular.

Outro característico marcante do selo de cidade é o castelo ou fortaleza, de inegável relevância em sua formação. Qual o lugar por menor que fosse que não possuía a sua fortaleza ou o seu castelo feudal? Muito natural, portanto, que este monumento figurasse no selo como símbolo de cidade.

O Museu Histórico Nacional, possui dois selos de cidade, tão belos e tão interessantes, que não poderemos deixar de estudá-los nesse trabalho. Um deles, então, proporciona ao pesquisador material de incomparável riqueza para um estudo completo no terreno da sigilografia.

Falaremos em primeiro lugar sobre o selo da cidade livre de HAMBURGO.

Selo pendente, uniface, cera verde, reforçado em seu reverso por uma camada de cera amarela, ali colocada em apoio ao fio



Bula da cidade hanseática de Hamburgo. Das coleções do Museu Histórico.

pendente (em pergaminho) do qual hoje só existe um pequeno pedaço (*).

Redondo de bordos irregulares. Grande módulo, 95 mm.

Sigillum Burgensium de Hammenburch (**) em capitais romanas, misturadas com maiúsculas góticas. Em fundo liso, uma cidade (fortaleza) ameada, maçonetada, aberta, com três torres, tendo do meio uma cúpula crucífera; ladeada por duas estrelas de seis raios. A gravura do selo é em pequeno relevo. Bom estado de conservação. Fim do século XII até meados do XIII.

Selo com as armas da cidade livre de Hamburgo (Alemanha) capital do Estado Livre do mesmo nome, à margem direita do rio Elba.

Ao se formar a Liga Hanseática, isto no século XII, Hamburgo passou a ser a grande metrópole do comércio da Alemanha.

Esta cidade tem a sua origem num pequeno forte construído sobre o Alster por Carlos Magno em 808. Eis a razão de suas armas serem representadas por uma fortaleza.

Hamburgo foi devastada pelos saxões e dinamarqueses durante o século XI. No século XII, foi dominada pelos duques de Holstein; tornando-se independente em 1189. Contribuiu pela sua aliança com Lübeck para o lançamento das bases da Hansa, do que lhe veio a prosperidade.

Foi ocupada em 1801 pelos dinamarqueses e em 1806 e 1813 pelos franceses que a evacuaram em 1814, entrando no ano se-

(*) A cera foi sempre o material mais comum para a confecção dos selos tanto reais quanto particulares. O hábito dos monarcas usarem a cera para os seus selos vem dos romanos. Este material dos antigos selos devia conter substâncias próprias a endurecê-lo, pois, do contrário, ao primeiro atrito ficaria alterado e muito importava na conservação tão perfeita quanto possível da estampa recebida. Esta cera signatória, recebeu diferentes cores não só para o uso das chancelarias como para determinar a classe social. A cera verde parece ter sido empregada pela 1.^a vez por Filipe Augusto (1165-1223); porem com Carlos V é que seu uso passou a ser frequente.

No decorrer do século XVI, o seu uso se destinou às cartas fadadas à perpetuidade. A cera amarela, por seu turno, não foi usada além do século XII, a não ser pelos reis, príncipes, prelados e comunidades, que dela ainda se serviam no século XVIII para as cartas missivas mais comuns da pequena chancelaria.

(**) A primeira letra da legenda é precedida de um sinal inicial, necessário para indicar por onde se deve começar a leitura dessa roda escrita, que a 1.^a vista parece não ter começo nem fim. Este sinal é geralmente representado por uma cruz grega.

guinte para a Confederação Germânica, como cidade livre e soberana.

O segundo é um selo pendente de cera preta. Redondo. Grande módulo, 81 1/2 mm. Falta o fio pendente.

Selo (anverso) — Sigillum Civium Roſensis em capitais romanas misturadas com maiúsculas góticas, entre cordões. Em campo liso, um castelo erguido à margem de um rio, vendo-se à direita uma ponte entre duas torres, sendo que na torre à esquerda, vê-se um arauto empunhando uma trombeta. Içada a um mastro, sobre o portão principal uma bandeira, com as armas do condado de Inglaterra (de vermelho, três leopardos de ouro postos um sobre o outro).

Contra-selo (reverso) Sigillum Commune Civitatis Roſensis Em capitais romanas, misturadas com maiúsculas góticas, entre cordões. Em campo liso a efígie de Santo André, no momento em que era crucificado por seus algozes, vendo-se os mesmos ladeando a cruz, quando lhe amarravam os pulsos. Bonito relevo e bom estado de conservação. Século XI.

Este selo, como já dissemos acima, desperta particular interesse, principalmente pelo seu contra-selo. Que significa aquela imagem de Santo André num selo de cidade? Por que razão o nome de *Roſensis* para *Rochester* quando na realidade o nome latino é *Durobrivæ*?

Depois de acurado trabalho, chegamos à seguinte conclusão: *Rochester* — cidade e porto da Inglaterra, condado de Kent, à margem direita do Medway, forma com Chatam, da qual é separada apenas por um limite convencional e com a pequena cidade de Strood, um conglomerado.

Cidade muito antiga, chamada por seus primitivos habitantes *Dubris* transformado mais tarde pelos romanos em *Durobrivæ* e posteriormente pelos saxões em *Hroſefeaſter*/. Segundo a "London Encyclopédia", os saxões chamaram-na *Roſcaſter*, donde o seu atual nome.

Cidade erigida em sede episcopal pelo rei Ethelbred em 604, possui uma bela catedral que data daquele século. Foi reconstruída no século XI e restaurada no XIII após um incêndio. Em 676 foi saqueada por Eldred, rei da Mércia; sitiada em 839 e 885 pelos dinamarqueses, foi mais tarde libertada pelo rei Alfredo.

Cem anos mais tarde, sitiada novamente por Ethelred que a obrigou a uma multa de £ 100.

Nova investida em 999 pelos dinamarqueses, que, então, a saquearam. Em 1088 foi sitiada e tomada por Guilherme o Conquistador (William Rufus, Guilherme II da Inglaterra), quando então aquela cidade tomou o nome de seu conquistador (*Civitas Rofensis*), conservando esta denominação até ulterior conquista.

Podemos, portanto, dizer que o selo é da época em que a cidade foi conquistada por William Rufus, não só pelo nome que lemos, como pelo castelo que nele figura.

Este castelo, de enorme importância, foi causador de grandes lutas e conquistas. Erigido por Guilherme Rufus, foi tomado e dominado pelos barões sob o comando de Luiz de França, isto em 1256.

Situada mais tarde por Simão de Montfort, (o mesmo que chefiou mais tarde a cruzada contra os albigenses), teve a sua torre destruída e a sua ponte de madeira queimada. Não satisfeito com essa façanha, ainda saqueou a igreja e o priorado.

Daquela, só restaram as ruínas que, em 1281 foram carregadas por um inesperado degelo, após uma congelação do Medway; tão intensa, que permitiu a sua travessia a pé de uma à outra margem.

Outras mais foram erguidas, porém várias vezes destruídas ora por meros boatos de invasões, ora carregadas pela impetuosidade das águas que por ali passavam

Com Eduardo III, foi, então, construída a ponte definitiva, em pedra, às expensas de Sir John Cobham e Sir Robert Knolles, com espólios tomados aos franceses por aqueles generais.

O atual castelo de Rochester ainda é o mesmo que foi construído por Guilherme o Conquistador, (que aliás construiu diversos), que os erigiu para dali irradiar seu domínio sobre os demais súditos.

Parece, no entanto, que, além do castelo de Guilherme, existia, naquele mesmo lugar, um prior com certa autoridade, pois que Rufus, depois de levantar o cerco do castelo de Rochester e de ter forçado a guarnição a se render, baniu o bispo de seus domínios.



Selo da cidade de Rochester, existente no Museu Histórico. (Anverso).



Selo da cidade de Rochester, existente no Museu Histórico (Reverso).

Para se avaliar quão importante era aquele castelo, basta dizer que nos anais saxões o nome de *Castrum Rofensis*, é constantemente mencionado.

O histórico do selo estava feito; restava-nos o estudo do contra-selo, que parecia mais complicado, porquanto, sendo Santo André padroeiro da Escócia e Rochester situado no condado de Kent, não havia a menor ligação entre o santo e aquela cidade.

Continuando a pesquisar, chegamos à seguinte conclusão: No dia 30 de novembro, dia de *Santo André*, eram cobrados os impostos à população. Havia, então, o velho hábito de hastear uma bandeira à porta residencial do coletor (ainda não havia coletoria), para que, ao avistarem a flâmula, procurassem satisfazer o compromisso. Todo cidadão que faltasse ao dever, estava sujeito a uma multa em dobro até completo pagamento. Esta lei se estendia ao longo do Medway, portanto, por toda a cidade, pois que era construída à margem daquele rio.

Pensamos poder afirmar ser esta peça um dos selos de coletoria apostos a uma das mencionadas multas acima aludidas.

Como se vê por este exemplo, é a sigilografia indispensável ao conhecimento profundo da história das cidades e dos povos. Ela é uma poderosa auxiliar nos estudos dos velhos alfarrábios, muito contribuindo para o esclarecimento de quanto documento obscuro nos passe pelas mãos.

No dizer de *Millin* (obr. cit.) "*A esfragística é irmã da numismática*" e poderemos acrescentar, a mãe da heráldica.

Findaremos nosso estudo, citando um trecho de D. Antonio Caetano de Souza, em sua "*História Genealógica da Casa Real de Portugal*":

"Entre os venerados monumentos da antiguidade, são os selos uma das provas, em que se funda a História e a Genealogia, como verdadeiros e indubitáveis documentos coetâneos, que mudamente representam a soberania e a nobreza, assim nos Príncipes, como nos grandes vassallos; dando a conhecer em uns o ilustre e o antigo das famílias, e em outros a elevação e a magnificência da Majestade".

JENNY DREYFUS

(Conservador classe G do Museu
Histórico)

BIBLIOGRAFIA

- BABELON (Ernest) — Histoire de la gravure sur gemmes en France. — Paris 1902.
- BLANCHARD (Louis) — Iconographie des Sceaux et Bulles conservés dans la partie ant. à 1790 des Archives Départementales des Bouchesdu Rhône. — Paris — 1860.
- CIGNALI (Angelo) — Le monete de Papi — 1848.
- DELAROCHE (M. Paul) (peintre) DUPONT (M. Henriquel) (graveur) LENORMANT (M. Charles) (conservateur de la bibliothèque impériale) — Trésor de Numismatique et de Glyptique etc. in 20 vols. Vol sur les sceaux des communes, communautés etc. Paris — 1858.
- DE LA MARCHE (Lecoy) — Les sceaux. — Paris — 1899.
- DELBARRE (P. J.) — Dictionnaire de Sigillographie Pratique. — Paris — MDCCCLX.
- DELOCHE (M. M.) — Étude hist. et archéologique sur les anneaux sigillaires etc. — Paris. — 1900.
- FIGUEREDO (P. Antonio Pereira de) — “A Biblia Sagrada” traduzida por Edc. aprovada pela Rainha D. Maria II. — Lisboa — 1919.
- MAGNY (Marquis de) — Nouveau traité Historique et Archéologique de la vraie Science des Armoiries. — 1re. Partie. — Paris — 1856.
- MATOS (Armando) — Brasonario de Portugal. — Porto — MCMXL.
- MOYA (Salvador) — Anuario Genealogico Brasileiro — organizado por Ano III — 1940.
- PEIXOTO (Afranio) — Elementos de Medicina Legal. — Rio de Janeiro — 1914.
- RIO BRANCO (Barão) — Efemérides Brasileiras — in Revista Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro — n. 168 2.º de 1933.
- SANTOS (P. Luiz Gonçalves) — Memorias para servir a história do Reino do Brasil — côrte do Rio de Janeiro 1821. — Tomo I — Lisboa. — 1825.
- SANTOS FERREIRA — Armorial Português. — Edição especial — Lisboa — 1925.
- SMITH E VASCONCELOS (Barão) — Arquivo Nobiliárquico Brasileiro. — Lausanne — MLCCCCXVIII.
- STEIN (Henri) — Manuel de Bibliographie Générale “Géographie Bibliographique. — Paris. — 1897.

SOUZA (D. Antonio Caetano de) — Hist. Genealógica da Casa Real Portuguesa. — Tomo IV — Lisboa. MDCCXXXVIII.

THE LONDON ENCYCLOPÉDIA — Vol. XVIII. — London — 1832.

THE CENTURY DICTIONARY AND CYCLOPÉDIA IN TEN VOLUMES — Vol. IX — New — York.

LA GRANDE ENCYCLOPÉDIE — Tome 28. — Société Anonyme de la Grande Encyclopédie.

Deutsche Städte Wappen enthaltend die Wappen von 232 der bedeutendsten Städte des Deutschen Reiches : Frankfurt am Main.

AS CARRUAGENS IMPERIAIS DO BRASIL

Com muita facilidade e mesmo com certa leviandade, há quem afirme coisas desfavoráveis ao nosso Império. Para tanto, os depreciadores estabelecem confrontos com os períodos brilhantes da Corte duma Maria Teresa da Áustria, dum Luiz XIV, dum Luiz XV de França, duma Isabel da Inglaterra ou dum Médici na Itália. Mas, antes e depois desses surtos de esplendor, aqueles mesmos tronos viram soberanos incultos e grotescos, cortes dissolutas e sanguinárias, nobreza vil e mercenária.

Por que olvidar o reverso da História nos paralelos traçados com os personagens e fatos ocorridos aqui? Por que elogiar o que é de fora com interesse manifesto de menosprezo e indiferença pelo que é nosso? Por que engrandecer títulos por si só já secularmente antigos duma nobreza, cujos descendentes nem bem sabiam de onde lhes vinha o ancestre nobre, quando nossa novel nobreza brasileira em nada ficava a dever àquela.

Será que só em Cruzadas é que se podia conquistar um título, cujo recibo deveria ser assinado com o sangue do infiel expulso do Santo Sepulcro?...

É difícil atinarmos com a causa do desdem que boa parte dos nossos escritores ainda vota ao Brasil do tempo do Império. Talvez seja a influência da leitura do que visitantes estrangeiros escreveram e ainda continuam escrevendo sobre o Brasil. Ou porque nenhum de seus antepassados mereceu a graça imperial dum título nobiliárquico com o qual bem gostariam de se adornar. Ou então, por má índole...

Reconstituir nosso passado tal qual fora o mais veridicamente possível, com os documentos que chegaram até nossos dias, resistindo ao clima, à incúria de muitos dos seus possuidores e à indiferença de autoridades competentes para recolherem e zelarem

por eles, será a missão dos nossos museus, em plena fase de evolução nos moldes mais aprimorados da época atual.

Apesar do conceito quase generalizado de que a nossa Corte foi paupérrima e triste, sem o brilho dos salões nem o esplendor dos centros artísticos que a aproximassem das faustosas Cortes européias, não deixamos de ter algo de belo, de digno do título que ostentávamos, muitíssimo além do que se poderia esperar de uma Corte formada na sua maioria por elementos enobrecidos por mercês dos dois Imperadores, num lapso de 67 anos, quando as Cortes da Europa em boa parte remontavam ao tempo das Cruzadas, e mesmo anteriormente a elas.

Há uma separação de séculos entre a Europa e nós. Séculos que ilustram brasões d'armas. Séculos que puliram nomes de família.

No entanto, nenhum príncipe ou nobre fidalgo, vindo ao Brasil durante o período imperial, saiu daqui constrangido por falta de civilidade ou de ambiente duma verdadeira Corte. Bem pelo contrário! É de surpreender que, dentro das condições locais, milhares de léguas marítimas distantes da velha Europa, aqui tivesse brotado e se desenvolvido uma distinção que pouco distava daquela terra de origem do insigne visitante.

A História estuda-se, acima de tudo, com espírito de justiça. Pode-se não amar, ou mesmo discordar, porem nunca depreciar ou enaltecer cavilosamente.

As carruagens utilizadas pelos nossos Imperantes atestam o que vimos afirmando. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos, descrições feitas nos livros da Mordomia da Casa Imperial, ou daqueles que as viram passar em cortejos solenes e as descrevem nas crônicas da época.

O nosso Império surge não mais de cor *roxa*, *cinzenta* ou *malva*, como o classificam alguns escritores, mas o roxo se transformando em *ouro* e o cinzento em *prata* . . . Ouro e prata de boa lei pelos quais se pagou justo preço.

Apresentaremos as Carruagens Imperiais, após ligeiro preâmbulo sobre a sua introdução em Portugal e dali no Brasil, dando-as por épocas, cronologicamente, e de acordo com os raros documentos à nossa disposição para um trabalho completo.

l) *Da origem da carruagem até sua introdução no Brasil*

A cidade húngara de Kotcze, hoje Kitzse, tem a honra do invento do carro que não assentava diretamente sobre o eixo das rodas, mas ficava suspenso sobre molas que amorteciam os solavancos e a trepidação, desagradáveis e incômodos, devido ao péssimo calçamento das ruas e estradas.

Do nome da cidade de origem derivou o nome *coche* (1).

“Num documento italiano de 1426 alude-se a um *carro pendente*, talvez o precursor do sistema; mas, por 1457, aparece num livro de contabilidade do Cardeal Hipólito d’Este a denominação de *carreta ungarisca* ou *carreta da coso* ou *de coze*”.

A Península Ibérica, mantendo relações amistosas com as Flandres e a Itália, por certo não tardou a receber a nova invenção quase simultaneamente através das duas.

É interessante notar que, da introdução do uso de carruagens em Portugal e nos demais países, as ruas estreitas e sombrias foram-se alargando, o calçamento das mesmas melhorando, a locomoção tornando-se mais confortável e rápida. Verdadeira transformação social, econômica e sanitária.

Conforme referências dum veneziano que visitara Lisboa em 1581, já nessa época existiam coches em uso na capital dum dos mais extensos impérios coloniais do mundo.

Em 1592, o uso dos coches já estava vulgarizado entre particulares em Lisboa a ponto de uma *ordem régia* proibi-lo no dia da procissão de Corpus Christi por onde ela houvesse de passar, e em 1610 já se encontram, nessa mesma cidade, coches de aluguel com serviço tabelado.

Portugal teve a primazia de possuir os coches mais vistosos e ricos na sua Corte, o que se vê pelas descrições das embaixadas que foram mandadas ao papa Clemente XI, em 1709, 1716 e 1719, e da embaixada a Luiz XIV em 1715, além de outras, entre as quais a do cortejo na cerimônia da troca das princesas, em Caia,

(1) “La Carroza”, por Luigi Belloni, pág. 23, citado por Luciano Freire no *Proêmio do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928. Apostilas das aulas de Técnica de Museus (2.º ano) dadas pelo professor Gustavo Barroso.

na fronteira luso-espanhola, e a do embaixador Marquês de Cascais, na sua primeira visita a Paris, em 1695.

A entrada pública do Conde da Ribeira em Paris, em 1715, como embaixador extraordinário da parte de D. João V junto a Luís XIV, após a celebração da paz de Utrecht, fê-la ele em cinco coches de gala cuja descrição damos a seguir (2).

“O primeiro era envidraçado e forrado de veludo verde escuro, com bordados de ouro, em relevo, que representavam figuras alegóricas alusivas à paz de Utrecht. Em volta do tejadilho havia oito *dragões* da Casa de Bragança, coroados por anjos. No alto, o remate do forro formava uma grande rosa. Era puxado por oito magníficos cavalos negros, da Frísia.

O segundo coche, alusivo a Portugal, era enfeitado com belas pinturas e bons ornatos; num dos quadros a figura da Lusitânia sustentava um medalhão onde estava desenhada a “Magnificência”. Era conduzido por oito cavalos polacos, brancos com malhas negras.

O terceiro, que aludia ao comércio de Portugal no Oriente e que era puxado por oito cavalos alazões tostados, de raça dinamarquesa, era *prateado* e enfeitado com pinturas que representavam meninos a apanhar pérolas, coral e ouro. No quadro grande do fundo, os “Gênios” colhiam folhas de uma palmeira e com elas coroavam os “Portugueses”.

Era a primeira vez que em Paris aparecia um coche prateado, e por isso este causou sensação. (O grifo é nosso).

O quarto, igualmente rico, tinha a forma chamada de estufa. Era puxado por oito cavalos ruços de raça alemã.

O quinto, também feito de estufa, era puxado por oito cavalos holandeses, de grande elegância e corpulência.

(2) “Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal”, por D. Antonio Caetano de Sousa, in *Apêndice do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928.

No meio da admiração do povo seguiu vagarosamente o cortejo, gastando no trajeto, que era de uma légua, cinco horas.

Um dos fatos mais importantes desta entrada pública, que muito concorreu para a tornar célebre, foi a idéia que teve o Conde da ~~Ribeira~~ de mandar atirar pelo seu estribeiro, durante o percurso, medalhas de ouro e prata, alusivas e comemorativas da Paz de Utrecht".

Quando da segunda embaixada de Melo e Castro, Conde das Galveias, a Clemente XI, em 1719, escreveram na época (3) :

"a (embaixada) do Conde das Galveias foi tão pasmosa, que não a viu Roma mais magnífica; de sorte que o seu generoso espírito *impossibilitou aos mais ministros de diversas coroas* (o grifo é nosso) o fazerem entrada pública; pois se não deu outra alguma naquela Cúria, depois desta".

Seria alongar esta parte se transcrevêssemos a descrição das carruagens usadas pelo embaixador Marquês de Cascais em Paris, em 1695, e a do Marquês de Fontes, D. Rodrigo Annes de Sá Almeida Menezes, ao Papa Clemente XI, em 1716, e outras mais.

Vemos, dos exemplos apresentados, qual foi a grandeza artística e a riqueza faustosa de quem receberíamos, menos de cem anos mais tarde, a herança nobiliárquica e o prolongamento dinástico através da Casa de Bragança.

Ignoramos qualquer descrição documentada, e não houve mesmo — imaginamos — tempo para arrolar tudo na pressa com que se deu a partida do Príncipe Regente em 1808, bem como o que ele tornou a levar quando daqui se retirou, salvo referências sobre a sua Biblioteca, coleção de mapas, estampas, gravuras, moedas e medalhas.

Certo, não ficariam em Lisboa as carruagens de uso pessoal do Regente e as que tomavam parte nos cortejos. Encontram-se ainda hoje, mais de 130 anos depois, e procedentes do Paço da

(3) Elogio fúnebre e histórico do Mui Alto, Poderoso, Augusto, Pio e Fidelíssimo R. de Portugal D. João V, por Francisco Xavier da Silva, in *Apêndice do Catálogo do Museu Nacional dos Coches*, Lisboa, 1928.

Boa Vista, os restos duma carruagem de gala que serviu a Da. Maria I, D. João VI e D. Pedro I, conservados no Museu Histórico Nacional.

II) *Carruagens imperiais restauradas por ocasião do casamento do imperador D. Pedro I com Dona Amélia de Leuchtemberg, em 1829.*

Francisco Pedro do Amaral, pintor, chefe e diretor das decorações da Casa Imperial no 1.º Reinado, pintou as carruagens imperiais por ocasião do casamento de D. Pedro I e Da. Amélia, dando no mesmo ano à publicidade um folheto dedicado ao Conselheiro Francisco Gomes da Silva, em que as descreve pormenorizadamente. Dele é a descrição que damos a seguir (4) :

1.º *Coche de S. M. o Imperador :*

Considerarei o 1.º coche como assento imperial, e por tanto o decorei e adornei com as figuras alegóricas, que julguei mais apropriadas à Majestade e Grandeza de quem o há de ocupar. Assim, no painel da frente tem no centro duas figuras alegóricas, a Glória dos Príncipes, e a Magnificência.

A Glória dos Príncipes com a mão direita firma o cetro imperial, e com a esquerda sustenta a coroa do Imperador.

A Magnificência ampara com a direita uma cornucópia de dentro da qual se divisam sair todas as condecorações dos beneméritos, como são: medalhas, cordões, fitas, etc. e com a esquerda segura um cartão ovado no qual se representa a planta de um edificio de suntuosa grandeza.

Nos painéis do lado direito e esquerdo vê-se no centro uma Estátua de branco, a qual representa o Gênio do Brasil, sustentando na cabeça a cifra de Pedro I, circulando-a uma capela de flores. Na frente da estátua do Gênio pousa uma pita em châmas, e à roda deste altar da Pátria estão as 19 províncias do Império do Brasil, ligadas umas com as outras por grinaldas de flores. Cada província sustenta em u'a mão o escudo com o seu timbre respectivo, e com a outra alça uma coroa de louro em ação de coroar a cifra de Pedro I.

(4) Cf. as "Publicações do Arquivo Nacional, vol. XIII, págs. 243-48.

Esta decoração representa a gloriosa aclamação de S. M. I. no sempre memoravel dia 12 de outubro de 1822, cuja era está inscrita na pira. Esta aparatosa decoração representa-se num templo, em cujo pavimento alcatifado, e matizado de flores pousam quatro perfumadores de ouro. Sobre este pavimento sustentam-se dois corpulentos gênios, sobre cujas cabeças erguem-se duas colunas de côr azulada com estrelas brancas simbolizando a firmeza das províncias. Sobre os capitéis das duas colunas vê-se o timbre de Minerva, deusa da Sabedoria; e mais acima está um gênio de meio-corpo regaçando com u'a mão o pavilhão, que cobre o templo, e com a outra coroa a cifra de Pedro I com uma capela de flores. Toda esta decoração é orlada de ornatos cambiantes.

Os dois pequenos painéis, que ornam as portinholas do coche imperial, apresentam a Fama pousada sobre um globo estrelado tocando o seu clarim.

O painel do reverso do coche tem no centro duas figuras alegóricas, Fidelidade e Firmeza de Amor. A Fidelidade tem na mão direita uma Chave de ouro, símbolo do Segredo, e com a esquerda segura por uma fita o Cão, símbolo da Amizade.

A Firmeza de Amor segura com a direita duas âncoras ligadas, alusivas à Firmeza, e na esquerda um Coração humano com uma fita pendente na qual se lê *Mens est firmissima*. Todas essas alegorias são sustentadas sobre nuvens, e todos os painéis são guarnecidos de arabescos coloridos, e de grinaldas de flores; o fundo de toda a pintura é em ouro.

2.º Coche de respeito de S. M. Imperial :

Toda a pintura deste 2.º coche é igualmente feita sobre fundo de ouro, porem os seus ornatos são em ponto maior, tendo no painel da frente e no reverso as armas do Império sustentada por duas figuras, que representam a Fama tocando o clarim. Sobrepondo uns pavilhões com a cifra de Pedro I.

Nos painéis dos lados do coche veem-se duas figuras grupadas em cima de um pedestal, estas figuras representam ser de fino mármore branco, e são a História e o Tempo.

A História escreve em uma medalha a Cifra de Pedro I, e esta medalha repousa sobre azas do Tempo. No pavimento

que sustenta o pedestal das estátuas mencionadas, repousam os quatro principais rios do Império Brasileiro : O Amazonas, o Tocantins, o São Francisco e o Prata.

Os pequenos painéis dos lados do mesmo coche são decorados com a figura de um Dragão que sustenta o Cetro Imperial, símbolo da Casa de Bragança, imperante no Brasil.

3.º *Coche de S. A. o Príncipe Imperial :*

Sobre o fundo de ouro guarnecido de arabescos cambiantes, tem este coche nos quatro painéis as armas do Império do Brasil sustentadas por uns pequenos gênios, que simbolizam o amor da glória, e nos quatro pequenos painéis outros gênios susteem uma caçoula. Nas fachas superiores estão as cifras de Pedro I.

4.º *Coche de respeito de S. A. Imperial :*

Tem este coche nos quatro painéis as armas do Império, e sobre elas as cifras de Pedro I. O seu fundo é de ouro com ornatos cambiantes.

5.º *Coche para o Estribeiro-mor de S. M. I :*

Sobre um fundo verde todo esmaltado de flores de ouro, e de fachas, tem na parte superior a cifra de Pedro I e nos quatro painéis as armas do Império sustentadas por duas esfinges.

III) *As carruagens imperiais existentes durante menoridade de D. Pedro II :*

Após a morte de D. Pedro I, vieram de Portugal, como herança para o Imperador e suas irmãs, algumas carruagens, cuja descrição e número em vão procuramos descobrir.

Durante a menoridade de D. Pedro II encontramos algumas referências sobre a necessidade da compra de carruagens para o Imperador-Menino, no *Parecer da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. II.* datado de 1837, em que Francisco Alvares Machado de Vasconcelos faz voto em separado, declarando textualmente (5) :

(5) Op. cit., pág. 129 e seguintes.

“Não podendo concordar com alguns pontos do Parecer de um dos meus illustres colegas da comissão de contas do tutor de S. M. o Imperador, e de suas augustas irmãs, passo a apresentar a esta augusta Câmara as reflexões, que me parecem indispensaveis para formar-se um juizo sobre as mesmas contas etc. etc. etc. Continuando, porem, as obras, e reparos por conta do remanescente dos alimentos de S. M. I., evidente é que se não poderão comprar com os fundos para isso designados as *carruagens* (o grifo é nosso), baixelas, mobília, jóias, alfaias, e outras muitas coisas, que, ou precisam reforma, ou inteiramente faltam, acho por isso da maior necessidade, e justiça que se decrete, alem dos 200:000\$000 para alimentos, mais a quantia de 50:000\$000 réis para a compra de baixela, mobília, jóias, etc., e que no orçamento das despesas gerais a isto se atenda”.

Entrando este parecer para a Assembléia Legislativa esta decidiu atendê-lo, conforme a proposta de Alvares Machado em data de 14 de agosto de 1837.

Já três anos antes, em 1834, encontramos no Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial, a relação de inúmeras carruagens existentes nas cocheiras imperiais e cuja descrição apresentamos conforme o assentamento naquele inventário dos bens da família imperial.

“Coche grande, rico, forrado de veludo carmesim, com galões de ouro e seda ; o tejadilho guarnecido todo à roda de franja de ouro com quatro grandes borlas, e ligas de ouro e seda ; na traseira arrendado, e armas no painel de cima da traseira e oito ricas maçanetas no tejadilho de cima da caixa ; a capa da almofada de veludo carmesim com três ordens de galões e franjas de ouro e ricas armas imperiais bordadas nos lados; toda a caixa dourada com ricas pinturas nos painéis ; o jogo todo pintado de encarnado e dourado com um tiro a oito, forrado de veludo carmesim ; toda a ferragem lavrada e doirada ; com nove martinetes de seda e ouro, oito ricos cocares de plumas com franjas de ouro ; duas selas guarnecidas de veludo e dois chairéis do mesmo com duas ordens de galões de ouro, avaliado em 30:000\$000.

Coche de respeito a Sua Magestade, forrado de tisso de ouro e seda carmesim, com galões e franjas de ouro no tejadilho, capa

dã almofada de veludo carmesim; três ordens de franjas e galões de ouro com quatro ricas borlas dos lados ; a caixa toda dourada com ricas pinturas nos painéis e o jogo pintado de encarnado com toda a ferragem e talha dourada ; um tiro a oito, forrado de veludo carmesim, com toda a ferragem lavrada e dourada, com oito martinets de ouro e seda, e oito cocares de plumas com franjas de ouro; duas selas guarnecidas de veludo e dois chairéis do mesmo, com duas ordens de galões de ouro, avaliado em 22:000\$000.

Coche forrado de veludo escarlata com galões de ouro e seda e franja de ouro no tejadilho, com quatro borlas e ligas de ouro e seda ; capa da almofada com três ordens de galões e franjas de ouro ; a caixa toda dourada e pintada ricamente ; o jogo pintado de encarnado e dourado ; com um tiro a seis, forrado de veludo carmesim, com seis martinets de ouro e seda ; com sela de veludo e chairél do mesmo, com galão de ouro, avaliado em 18:000\$000.

Coche, guarnecido de veludo escarlata e galões de prata ; capa da almofada de veludo com duas ordens de galões e franjas de ouro ; a caixa toda dourada e pintada ricamente ; oito maçanetas douradas ; o jogo pintado de encarnado e dourado ; com um tiro a seis, forrado de veludo e ferragem lavrada e dourada com seis martinets ; uma sela guarnecida de veludo e chairél do mesmo com galão de prata, avaliado em 12:000\$000.

Berlinda rica do Estado, grande, guarnecida de veludo verde com galões e franjas de ouro ; capa da almofada de veludo com galões, franjas e doze borlas de ouro ricamente ornada, com o seu competente tiro a oito, forrado de veludo verde ; ferragem toda dourada, com martinets e chairéis de galão, avaliada em 24:000\$000.

Carruagem de respeito, caixa escura, jogo azul, todo dourado, com seu tiro a oito, com chairéis de velo e galões de prata, estando tudo em mau estado, avaliada em 4:600\$000.

Carruagem pertencente a Camarista do Estado, grande, caixa e jogo verde dourado, com um tiro a seis, bastantemente usada, com chairél de veludo e galão de prata, avaliada em 6:600\$000.

Carruagem de flores, caixa dourada, jogo verde dourado, guarnecida de veludo verde, e galões de ouro, capa da almofada de veludo com três ordens de galões e franjas de ouro, com seu

competente tiro a seis, em bom uso, ferragem lavrada, com chairél de veludo, galões de ouro, avaliada em 5:200\$000.

Carruagem, caixa e jogo azul dourada, com tiro a seis, de ferragem lisa, já bastante usada, avaliada em 6:000\$000”.

Segue-se ainda a enumeração de outros tipos de viatura, sem maior importância. Páginas mais adiante encontramos os :

“Objetos inventariados em 1839. Imperiais cocheiras.

Carruagem rica, à inglesa, guarnecida de prata, com quatro lanternas de prata, forrada de veludo verde tecido de ouro, guarnecida de galões de ouro lavrado, capa da almofada de veludo bordado de ouro com ricos canutões, pintada de cor de canário e dourada, com um tiro a oito, ferragem de prata, dois selins bordados com estribos de prata, oito freios bridões de ferro acasquinhado com Armas de prata. 75:000\$000

Dita, à inglesa, de metal amarelo, em tudo igual à de cima, com um tiro a oito, ferragem do mesmo metal, com dois selins ricos. 50:000\$000.

R. de Janeiro em 6 de maio de 1839. Augusto Candido Xer. de Brito. Escrv. da Casa Imperial”.

O Jornal do Comércio de 24 de outubro de 1838 escreve que, de 1837 a 1838, se fizeram imensas obras no Paço e adquiriram-se também, entre outras coisas, *carruagens* (o grifo é nosso), mobílias, ornamentos de salas, jarras de porcelana e prataria (6).

As carruagens aí mencionadas seriam as duas últimas inventariadas em 1839? Com toda a certeza.

IV) *As carruagens que figuraram no cortejo imperial por ocasião da maioridade de D. Pedro II, a 23 de julho de 1840.*

Francisco Marques dos Santos na sua conferência sobre *Dom Pedro II e a preparação da maioridade*, publicada em “Estudos Brasileiros”, ns. 19, 20 e 21, págs. 20-22, alude ao séquito

(6) Cf. *Estudos Brasileiros*, ano III, vol. 7 ns. 19, 20 e 21. Julho-dezembro de 1941, pág. 21.

imperial que partiu do Paço de São Cristovão para o Paço do Senado no dia 23 de julho de 1840. No 1.º coche vinha o mordomo, no 2.º os camaristas, no 3.º as princesas e no 4.º S. M. e o tutor.

“As duas últimas carruagens eram as mais ricas do Império. A de S. M. era, consoante o modernismo da época, muito bem acabada, de elegância e riqueza dignas do dia. O entalhamento das peças de madeira da caixa cor de canário repousava sobre oito molas, tinha seis postigos, *toda guarnecida de prata por fora* (o grifo é nosso), com varanda corrida em torno do tejadilho e grandes maçanetas armoriadas. As portas com ricas armas imperiais e dragões nos quatro painéis, *quatro grandes lanternas de prata* (*idem*) colocadas nos ângulos da mesma caixa. Forrada internamente de veludo verde tecido com fio de ouro, cujo lavor eram as armas imperiais, com remates de franjas e canutões de ouro. O tejadilho por dentro representava o sol, bordado a ponto real, em fio de ouro.

A almofada de veludo verde era guarnecida de franjas e grossos canutões de ouro, tendo aos lados as armas imperiais de prata.

Foi encomendada em Londres e utilizada pela primeira vez a 2 de dezembro de 1837.

Servia nos dias de grande gala, tirada a oito robustos cavalos castanhos murzelos, cobertos de redes, ajaezados com arreios de marroquim verde escuro e arrobas de prata em ornatos nos arneses, freios, bridões e tirantes, cujas peças, por menos que fossem, ostentavam armas imperiais.

“Esse coche, designava-o o povo pelo “Carro cor de cana” (foi, no fim do Império, designado por *Monte de Prata* e, como tal, apareceu no catálogo do leilão dos objetos do Paço da Boa Vista, em 1890) e seus ornatos pesavam 10.000 onças de prata. Na época, o coche de estado de S. M. Britânica não tinha paralelo com o de Dom Pedro II. Só as lanternas importaram em 6:300\$000. Cada jarda de debrum do pano que cobria a boléia custára 25 libras” (7).

(7) Op. cit., *idem*.

V) *As carruagens que tomaram parte no cortejo da entrada simbólica do Imperador na cidade, a 16 de julho de 1841, do Paço de São Cristovão ao Paço da Cidade.*

A descrição que se segue ainda foi tirada da conferência do Sr. Marques dos Santos, que consultou os seguintes jornais da época: *O Despertador*, de 17 de julho de 1841 e o *Jornal do Comércio*, de 16 de julho e de 5 de agosto de 1841 (8).

Carruagem em que no dia da Sagração e Coroação de D. Pedro II vinha o Porteiro da Imperial Câmara, o Esmoler-mor, o Guarda-roupa e o Médico da semana.

Para a época, de gosto moderno, dotada de jogo verde com dourados; caixa verde com seis postigos de cristal, forrada de seda branca, com galões da mesma cor; almofada de pano azul-claro, guarnecida de franjas e canutões de lã de diversas cores. Esta carruagem ia puxada por seis cavalos baios com arreios envernizados e ferragem branca.

A segunda carruagem conduzia os Veadores do serviço de Suas Altezas Imperiais.

Era de jogo verde com alguns dourados, caixa verde, montada em oito molas, tendo seis postigos, forrada de gorgorão cor de ouro, galões verdes, guarnecida de franjas de lã verde e amarela, armas imperiais douradas aos lados. Ia puxada por seis cavalos pretos zainos, com guarnições de couro envernizado, ferragens lisas.

A terceira carruagem conduzia as damas de serviço das princesas. Era, também, de gosto moderno; o seu jogo todo de talha dourada; a caixa, com seis postigos da mesma cor do jogo, guarnecida por fora de metal dourado e por dentro de gorgorão cor de cinza e galões da mesma cor; almofada de pano azul-claro, igual à pintura do jogo da caixa, guarnecida de franjas e canutões de lã branca; ia puxada a seis cavalos pretos, com guarnições de couro envernizado e ferragem amarela.

A quarta carruagem conduzia o mordomo-mor, camarista da semana.

(8) Op. cit., págs. 44-53.

Era de modelo antigo, com jogo verde, de rica talha dourada; sua caixa, de seis postigos, montada em quatro molas, toda dourada e xadrez, de cor verde; forrada de veludo carmesim, galões de prata e franja do mesmo; almofadas de veludo verde, guarnecidas com galões e franjas de ouro; aos lados, as armas imperiais em metal dourado. Ia puxada por seis cavalos castanhos, guarnecidos com arreios envernizados e ferragem amarela,

A carruagem seguinte conduzia o estribeiro-mor.

Era moderna: servia pela primeira vez; seu jogo era verde e dourado; sua caixa também verde, de seis postigos, montada em oito molas: forrada de gorgorão cor de ouro e galões de seda da mesma cor, guarnecida por fora de metal amarelo; almofadas de pano verde-salsa, guarnecidas de franja e canutões; guarnecida de arreios envernizados com ferragens de metal amarelo lavrado.

As quintas e sextas carruagens conduziam os ministros e secretários de Estado do Império, Justiça e Marinha, da Guerra, Estrangeiros e Fazenda.

Eram de modelo mais antigo, porém de muita riqueza, com jogos verdes de extraordinária mão de obra, em talha dourada; as caixas iguais, de pintura finíssima e dourados, tinham seis postigos; firmadas sobre quatro molas, forradas de damasco carmesim, guarnecidas de galão e franjas de ouro, almofadas de veludo verde com galões e franjas de ouro; armas imperiais aos lados, de metal dourado. Iam puxadas a seis cavalos cada uma, guarnecidos com arreios de couro envernizado, ferragem lisa e dourada.

A sétima carruagem, que ia de respeito a SS. AA. II., era de gosto moderníssimo; seu jogo verde-sala todo dourado, caixa da mesma cor, com seis postigos, montada em oito molas, guarnecida da mesma e dragões nos quatro painéis; forrada de gorgorão cor de ouro e rico galão de seda da mesma cor; almofada de pano verde, guarnecida de ricas franjas e canutões de seda verde e amarela, armas imperiais de metal amarelo aos lados. Puxada a oito cavalos ruços pedreses, cobertos com redes brancas, arreios envernizados, ferragem lavrada e dourada.

A oitava carruagem que conduzia SS. AA. II. era do mais lindo e moderno gosto da época; o seu jogo em construção perfeitíssima, ornada de rica talha; pintura auri-verde, a caixa montada em oito molas, seis postigos. Era cor de café, tendo ricas armas imperiais, de pintura finíssima, nas portas dragões nos quatro painéis. Guarnecida de metal amarelo, lavrado por fora, tinha uma varanda corrida do mesmo metal sobre o tejadilho, ricas maçanetas de coroas nos quatro cantos; forrada por dentro de veludo verde, tecido com fio de ouro, guarnecida com galões de seda e ouro, sendo o seu lavor as armas imperiais; o tejadilho por dentro era bordado a ponto real com fio de ouro, representando o sol; franjas e canutões de ouro; almofada de veludo verde, ricamente guarnecida e bordada a fio de ouro, com franjas e grossos canutões do mesmo. Puxada a oito cavalos castanhos escuros, cobertos de redes brancas, guarnecidos com arreios de marroquim verde-escuro, de apuradíssima mão de obra, todos pespontados e bordados a fio branco. Sua ferragem era de lavrado riquíssimo e dourado.

A nona carruagem que ia de respeito a S. M. o Imperador era igual à que ia de respeito a SS. AA. Era puxada por oito cavalos baios douradinhos, caudas e crinas pretas, cobertos de redes brancas, guarnecidos com arreios em tudo iguais aos da primeira carruagem de respeito.

A décima carruagem conduzia Sua Majestade o Imperador; era a mais linda e mais moderna, aberta de talha ricamente dourada, a pintura cor de cana madura, ou cor de canário, como também se dizia; a caixa da mesma cor fixada sobre oito molas, tinha seis postigos; guarnecida de fina prata por fora, com varanda corrida em torno do tejadilho, grandes maçanetas de coroas, tudo prata; as portas com ricas armas imperiais e dragões nos quatro painéis; quatro grandes lanternas de prata, colocadas nos ângulos da caixa; o forro interno de veludo verde tecido a fio de ouro, guarnecido de galão em fio de sêda e de ouro, cujo lavor eram as armas imperiais, rematadas de franjas e canutões de ouro. O tejadilho, por dentro, bordado a ponto real com fio de ouro, representava o sol. O assento era uma almofada de veludo

verde guarnecida de franjas e grossos canutões de ouro, tendo aos lados as armas imperiais de prata.

La essa carruagem puxada por oito soberbos cavalos, cobertos de redes brancas, guarnecidos de arreios em marroquim verde-escuro pespontado a fio branco.

Sua ferragem era em prata de onze dinheiros : uma só fivela, por menor que fosse, não deixava de ter a coroa imperial. Essas guarnições de prata eram de peso tal que não podiam ser colocadas em qualquer cavalo.

VI) *As carruagens imperiais vendidas nos leilões do Paço de São Cristovão e Paço da Cidade, em 1890 (9).*

Em São Cristovão

<i>N. do lote</i>	<i>Descrição</i>
61	1 coche dourado e esculpado do tempo de D. Pedro I.
62	1 dito, idem, idem.
63	1 carruagem.
67	1 carruagem, <i>Monte de ouro</i> .
69	1 coche antigo, dourado e esculpado.
70	1 dito, idem, idem.
88	1 carruagem.
89	1 dita.
90	1 dita, de porta.
91	1 dita.
92	1 dita.
93	1 dita.
94	1 dita.
104	1 rica carruagem, <i>Monte de prata</i> , guarnecida de prata, (peça importante).
105	1 carruagem dourada e esculpada.
109	1 carruagem dourada e esculpada.

(9) Cf. o *Anuário do Museu Imperial*, vol. I, 1940.

Paço da Cidade (Rua D. Manuel n. 1)

<i>N. do lote</i>	<i>Descrição</i>
1	1 rica carruagem de gala com lanternas de cristal com guarnições de bronze e braço.
3	1 carruagem com lanternas de cristal.
4	1 superior carruagem estofada com lanternas de cristal e braço.
5	1 dita, idem, idem, idem.
6	1 dita, idem, idem, idem.
8	1 rica carruagem com lanternas de cristal.
12	1 rico coche estofado com guarnições de bronze.

Não incluímos nesta relação as numerosas caleças, meias-caleças, coupês, vis-à-vis, vitórias, landaus, seges, tálburis, etc.

No Museu Histórico Nacional encontram-se algumas dessas carruagens, bem como no Castelo D'Eu, na França, de onde serão trazidas para o Brasil assim que isto se torne possível, doadas pelo Príncipe D. Pedro de Orleans Bragança ao Museu Imperial.

As carruagens que se acham no Museu Histórico são as seguintes, conforme o Catálogo de 1924, organizado pelo diretor Gustavo Barroso :

— Coche de gala da Casa Imperial durante o reinado de Dom Pedro II. Era de uso do Imperador. Procedência: Oferta do Sr. Carlos de Araujo Silva ao Museu Nacional em 1915. Transferido ao Museu Histórico Nacional em 1923.

— Coche de gala da Casa Imperial durante o reinado de Dom Pedro II. Era de uso da Imperatriz. Procedência : a mesma do precedente.

— Coche do serviço diário de Dom Pedro II, que transportou pela última vez os membros da Família Imperial, de S. Cristovão

para o Paço da Cidade, a 15 de novembro de 1889. Procedência :
Aquisição do Museu Histórico Nacional.

— Restos dum carro de gala que serviu a D. João VI e a
Dom Pedro I. Procedência : Paço Imperial da Quinta da Boa
Vista.

ALFREDO TEODORO RUSINS
*Conservador, classe G, do Museu
Histórico*

BIBLIOGRAFIA

Catálogo do Museu Nacional dos Coches. Lisboa, 1928.

GUSTAVO BARROSO : — Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional. Rio, 1924.

Relação dos Leilões do Paço de São Cristovão, Paço da Cidade e Fazenda de Sta. Cruz, em 1890. In *Anuário do Museu Imperial*. 1940.

Livro 78 da Mordomia da Casa Imperial. (Manuscrito — 1834).

MARQUES DOS SANTOS, Francisco — *Dom Pedro II e a preparação da maioridade*, conferência, in *Estudos Brasileiros*, ns. 19, 20 e 21. Ano III, vol. 7. Julho-dezembro de 1941.

ALVARES MACHADO DE VASCONCELOS, Francisco — *Voto separado e Projeto para o Parecer da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. II*. (Paço da Câmara dos Deputados, 14 de agosto de 1837) in *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XVII — Rio, 1917.

AMARAL, Francisco Pedro do — *Explicação Alegórica da Decoração dos Coches De Estado De S. M. I. O Senhor D. Pedro Primeiro* (Oferecida Ao Illmo. Senhor Francisco Gomes da Silva, etc. etc. etc. Rio de Janeiro. Na Typografia de R. Ogier, Rua da Quitanda n. 63. 1829) in *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. XVII. Rio, 1917.

A MEDALHA DA PASSAGEM DE HUMAITÁ

Uma das mais interessantes maneiras para estudar a história de um país é, sem dúvida, através das medalhas — ao mesmo tempo monumentos artísticos e documentos históricos.

Muitas vezes, uma época e uma civilização nelas se refletem, permitindo-nos observar o desenvolvimento artístico do povo que as gerou.

Podemos, também, pelos seus tipos, admirar e recordar grandes feitos ou recordar a vida de ilustres personagens neles representados; e, até pelo metal de que é feita a medalha, conclue-se do bom ou mau estado das finanças e da riqueza do país que as produziu.

A medalha propriamente dita, com todos os caracteres que a diferenciam das moedas, só apareceu no século XV, com Vittorio Pisano, que foi considerado o Pai desta nova arte.

Nascida na Itália como tantas outras artes, a medalhística teve, além de Pisano, cultores notáveis como Pastorino de Sienna e Matteo de Pasti; introduzida na França, tomou vulto com Guilherme Dupré e Jean Warin; na Alemanha, em marcha vitoriosa, a arte da medalha notabilizou-se com Albrecht Dürer.

De início, as medalhas eram feitas em homenagem aos grandes senhores, ou às belas damas, aparecendo somente mais tarde, em França, a primeira medalha comemorativa, mandada fazer com o fim de recordar a Tomada de Bordéus, pelos franceses, em 1451.

Entre as peças comemorativas, uma das mais famosas é a da autoria de Guilherme Dupré, feita por ocasião do nascimento do Delfim de França, mais tarde Luiz XIII.

As primeiras medalhas premiadas existentes foram as insígnias das Ordens Honoríficas e só muito mais tarde, talvez no início

do século XIX, ou nos fins do XVIII, é que elas se diferenciaram das condecorações.

As primeiras medalhas referentes ao Brasil são as peças holandesas comemorativas das tomadas de S. Salvador e do Recife.

Data, porem, do reinado de D. João VI, a primeira medalha cunhada em nosso País, feita por Zeferino Ferrez, um dos membros da Missão Artística francesa, que tanto desenvolveu a arte no Brasil.

Entretanto, não somente Ferrez, Luster e outros artistas estrangeiros se salientaram como gravadores de medalhas em nossa terra; mas podemos admirar o talento artístico de Azevedo, Carneiro e dos demais medalhistas patricios que culminam atualmente na pessoa de Girardet.

As peças elaboradas por estes gravadores eram geralmente executadas para comemorar grandes feitos que durante o Império elevaram o Brasil aos olhos da Humanidade ou para homenagear nossos Imperadores, príncipes e vultos ilustres.

Houve também em nosso país, diversas medalhas premiaes, concedidas aos que lutaram na Cisplatina, na época do Brasil-Reino ou aos heróis das guerras da Independência; e, principalmente, durante as campanhas do Prata, as mais gloriosas de nossa história.

Essas medalhas eram conferidas aos oficiais e soldados que sobressaíam nos campos de batalha, e que deviam trazê-las, sempre, ao peito, pregadas no uniforme.

Eram, pois, medalhas pependentes, geralmente presas a uma fita de cores diversas, sobre a qual, muitas vezes, os passadores atestavam os anos de campanha, os atos de bravura ou os ferimentos gloriosos.

Essas insígnias eram comumente usadas do lado esquerdo do peito; entretanto, a da Passagem de Humaitá devia ser colocada à direita.

A medalha de que falamos, diverge das outras em vários pontos por exemplo, enquanto as demais peças militares eram originariamente concedidas ao Exército e, posteriormente, estendidas à Marinha, ou vice-versa, a de Humaitá foi de concessão exclusiva à Marinha.

Outra originalidade dessa medalha é que, dentre as peças premiaias, ela é a única no Brasil cujo tipo representa o fato por ela perpetuado, porquanto as outras apresentam troféus, inscrições ou o busto do Imperador.

*

* *

Sob o ponto de vista histórico, a medalha da Passagem de Humaitá perpetua a transposição do terrível baluarte paraguaio, feito memorável que assombrou o mundo.

Era Humaitá a mais terrível das fortalezas paraguaias e estava situada num ponto em que o rio Paraguai se dobra numa curva em forma de U e cuja largura não vai além de 600 metros.

No centro da curva, a uma altura aproximada de 7 metros, estavam colocadas duas grandes baterias: a de "Londres" com 16 grossos canhões e a de "Cadena" com 18 peças; havia também 75 bocas de fogo distribuídas rio acima, além de outras duas baterias do lado de terra: "Division del Sud" com 36 peças e "Division del Leste" com 44; perfazendo um total de 109 peças contra o rio e 80 contra terra.

Cada navio que tentasse a passagem seria alvo por longo tempo de um bombardeio terrível; e além disto, o canal era atravessado por uma grossa corrente (*), na qual estavam presos torpedos em grande número e que se achava colocada a tal altura que nela esbarrariam os navios de menor calado.

Logo acima de Humaitá, havia uma importante fortificação, muito bem defendida, denominada "Establecimiento", cuja retaguarda confinava com uma lagoa, por onde os paraguaios se comunicavam com o Chaco, fazendo-se assim deste lado o transporte de gado e o que mais fosse necessário para o seu abastecimento.

Precisavam as forças aliadas impedir que pelo Chaco se fizesse o aprovisionamento do exército inimigo, sem o que a resistência dos paraguaios se prolongaria indefinidamente. Para isto seria necessário o forçamento de Humaitá, afim de ficarem dominados pelas forças aliadas todos os caminhos e outros meios de

(*) Atualmente em exposição no Museu Histórico.

transporte até então usados pelo adversário. Seria mesmo perigoso para as nossas tropas o avanço em território paraguaio, deixando atrás de si e em mãos inimigas a maior fortaleza do país, que conquistada, asseguraria o triunfo completo das armas brasileiras.

A passagem de Humaitá, impunha-se portanto como operação indispensável para o bom sucesso da campanha, tendo sido marcada para o dia 23 de fevereiro, depois transferida para a madrugada do dia 19 devido a baixa prematura das águas do rio.

Para essa ousada empresa, foram mandados fazer nos estaleiros do Rio de Janeiro três monitores encouraçados, os quais, no dia 13 de fevereiro, auxiliados por alguns navios de madeira surtos em Curuzú, transpuseram o passo de Curupati.

Na véspera do dia marcado para a passagem de Humaitá, todo o Exército manobrou simulando um ataque pelo lado de terra e o próprio Caxias (então comandante chefe das operações), à frente de um destacamento, seguiu em direção ao forte do "Establecimiento", depois de ter ordenado o ataque de Humaitá pelos lados sul, sudeste e leste, ao mesmo tempo que a esquadra transpusesse o famoso baluarte.

Assim, depois de meia noite, no dia 19 de fevereiro de 1868, a divisão naval brasileira encarregada da passagem começou a se mover sob o comando do capitão de mar e guerra Delfim Carlos de Carvalho, mais tarde agraciado com o título de Barão da Passagem.

Essa divisão era composta de três couraçados: o "Barroso", comandado pelo capitão tenente Artur Silveira da Mota, posteriormente Barão de Iaciguai; o "Baía", com a insígnia do chefe Delfim Carlos de Carvalho, comandado pelo capitão de fragata Guilherme dos Santos; e o "Tamandaré", tendo por comandante o capitão tenente Pires de Miranda.

Cada couraçado devia levar, atracado por bombordo, um monitor; cabendo ao "Baía" conduzir o "Alagoas", este sob o comando do primeiro tenente Cordovil Mauriti; ao "Barroso", o "Rio Grande", comandado pelo primeiro tenente Antonio Joaquim Moreira Marques; atracado ao "Tamandaré" estava o "Pará", tendo por comandante o primeiro tenente Custódio José de Melo.

Havia também outros navios, sob as ordens do Barão de Inhauma, destinados a proteger a operação; uns, seguindo nas águas dos navios encarregados do forçamento; outro bombardeando as baterias beira-rio.

Seriam aproximadamente 3 horas da madrugada, quando Curupatí lançou foguetes avisando Humaitá que a esquadra brasileira avançava.

Imediatamente, os navios auxiliares se prepararam para bombardear ao mesmo tempo todos os pontos inimigos, enquanto a divisão brasileira se acercava do canal. As 3 horas e 50 minutos, o "Barroso" com o "Rio Grande" atracado, chegou ao local da corrente, e depois que esta submergiu, devidamente ao intenso bombardeio dos pontões e jangadas que as sustentavam, eles avançaram a todo vapor, e pouco depois subiram ao ar dois foguetes, sinal de que esses dois navios tinham realizado a sua proeza.

O céu negro e nublado tornou-se então o espectador de uma cena terrível: os paraguaios acenderam imensas fogueiras para melhor distinguirem os alvos, enquanto a terra de todo o quadrilátero paraguaio tremia sob o troar contínuo de centenas de canhões.

Algum tempo depois, o "Tamandaré", e o "Pará", chegaram ao sítio perigoso e depois de transposto o passo, soltaram os foguetes combinados, o mesmo acontecendo ao "Baía" que governava mal.

As balas inimigas, porém, cortaram os cabos que ligavam o monitor "Alagoas" ao couraçado "Baía" e aquele, voltou águas abaixo, desgovernado, impellido pela correnteza. Ao chegar o monitor junto à divisão que protegia a passagem, acercando-se do navio chefe "Brasil", o almirante Inhauma ordenou que ele fundeasse ali mesmo para coadjuvar o bombardeamento da praça, mas o primeiro tenente Mauriti, por não ter ouvido a ordem, ou desobedecendo, para provar o seu valor, mandou de novo fazer proa ao canal e seguiu avante.

Depois de voltar mais uma vez, desgovernado, o "Alagoas", chegando ao sítio perigoso, parou, devido a um desanranjo na máquina, que foi prontamente reparado; e, pouco depois, sexto foguete, veio prevenir que o monitor saíra vitorioso da ingente peleja.

Finalmente, ao meio dia, depois de terrível luta contra os paraguaios que tentaram abordá-lo, o "Alagoas" reuniu-se em Tagi aos seus companheiros de glória, atestando no casco o combate desigual que aceitara.

Nesse mesmo dia 19 de fevereiro de 1868, o forte do "Establecimiento" foi tomado pelos brasileiros; porem a fortaleza de Humaitá continuou em poder dos paraguaios, os quais, devido a ineficácia do famoso baluarte, o abandonaram pouco a pouco; e no dia 25 de julho de 1868, depois da penetração das forças brasileiras, a bandeira imperial tremulava sobre a terrível fortaleza.

Os jornais da Europa e do Rio da Prata entoaram louvores à esquadra brasileira e a Passagem de Humaitá foi colocada entre os grandes feitos navais do mundo, comparavel aos de Roussin e Farragut.

Mauriti foi comparado a Nelson, pois como o herói inglês, era cego de um olho, tendo cegado ao forçar Curupati. Acreditou-se que ele ouvira a ordem de Inhauma, para fundear; mas desobedecera virando de bordo e seguindo avante.

A passagem do temível baluarte paraguaio foi reproduzida em telas de pintores notaveis como Vitor Meireles e Eduardo De Martino, quadros estes que se acham em exposição no Museu Histórico Nacional, onde podemos tambem admirar a maquete da fortaleza de Humaitá e uma planta do rio Paraguai mostrando a situação da esquadra brasileira no momento da passagem...

Foi para comemorar tão glorioso feito, historicamente resumido acima e para recompensar os heróis dessa gloriosa proeza, que o governo Imperial instituiu a medalha a que se refere o seguinte decreto:

Decreto n. 4.118, de 14 de março de 1868:

"Querendo comemorar o feito glorioso da divisão de enconraçados que forçou o passo de Humaitá, no dia 19 de fevereiro do corrente ano, Hei por bem conceder aos Officiaes e praças que fizeram parte das tripulações dos enconraçados, o uso de uma medalha, conforme os desenhos e instruções que com este baixam assinados por Afonso Celso de Assis Figueiredo, de Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar.



Medalha da Passagem de Humaitá. Das coleções do Museu Histórico (anverso).



Medalha da Passagem de Humaitá. Das coleções do Museu Histórico (reverso).

Instruções

Art. 1) Todos os Officiais e praças que fizeram parte das tripulações dos encouraçados que forçaram o passo de Humaitá, usarão a medalha seguinte segundo os desenhos juntos, que lhe competir, pendente de uma fita de largura de uma polegada, com três listas iguais, sendo a do centro de cor azul celeste e as das orlas escarlate.

Art. 2) A medalha colocar-se-á do lado direito do peito, sendo de ouro para os officiais superiores, de prata para os subalternos e de uma liga de zinco e antimônio para as demais praças.

Art. 3) Os indivíduos a quem o uso desta medalha for concedido, são obrigados a trazê-la sempre que estiverem fardados e da categoria a que pertenciam ao recebê-la.

Art. 4) Não se poderá trazer a fita sem a medalha.

A medalha destinada a condecorar os heróis dessa batalha apresentava :

Anverso — Na orla : A ESQUADRA BRASILEIRA FORÇA O PASSO DE HUMAITÁ e a data no exergo XIX DE FEVEREIRO DE MCCCCLXVIII ; e no campo : à direita a fortaleza de Humaitá e à esquerda a divisão encouraçada brasileira sobre o rio Paraguai.

Reverso — No centro, entre ramos de louro, os dizeres : AOS DA PASSAGEM DE HUMAITÁ.

Encimando a medalha, a coroa imperial soldada a uma fivela, na qual está cozido um laço da fita azul e escarlate.

O decreto refere-se também à tripulação dos monitores, quando diz : "Tripulação dos encouraçados", pois aqueles navios possuíam também couraças de ferro.

Ordenava ainda o decreto, aos heróis, mesmo depois de promovidos, o uso da medalha correspondente ao posto no qual a receberam. E, assim, um almirante como Custódio de Melo pôde ostentar com galhardia a medalha de primeiro tenente.

As medalhas das praças, segundo as instruções, deveriam ser feitas de uma liga de zinco e antimônio, mas felizmente não foram feitas deste material e sim de cobre, pois aquela liga é precaríssima e não resiste á ação do tempo. Aliás, estas medalhas em cobre ouro são raríssimas, aparecendo somente em coleções privilegiadas.

Outro ponto interessante na medalha da Passagem de Humaitá é ignorar-se quem foi seu autor. O nosso ilustre pesquisador Sr. Marques dos Santos afirma não ter sido esta medalha cunhada na Casa da Moeda.

Há quem atribua a autoria dessa peça ao gravador Roberto Depaux, o que é um tanto duvidoso, pois este gravador costumava assinar as suas medalhas, como podemos ver na "Aos Mais Bravos", de sua autoria.

É provavel que a medalha de Humaitá tenha sido encomendada a algum ourives, como era de uso naquela época.

Existem também nas coleções diversas miniaturas da medalha da Passagem de Humaitá, idênticas às outras, apenas em módulo menor e presas a uma fita sem laço; talvez usadas na lapela de seus possuidores, quando eles se achavam à paisana, como era hábito fazer-se com as insígnias das Ordens Honoríficas concedidas a muitos heróis dessa notavel proeza. Entretanto, nem só os heróis da passagem foram condecorados, mas também os seis navios componentes da divisão encouraçada: "Barroso", "Baía", "Tamandaré", "Alagoas", "Pará" e "Rio Grande", os quais, segundo o decreto de 14 de março de 1868, deviam trazer içada em seu mastro de proa a fita azul celeste da Imperial Ordem do Cruzeiro, que nunca seria arriada, ainda mesmo que nele devesse ser hasteada alguma bandeira ou distintivo de chefe.

A medalha da Passagem de Humaitá, instituída para recompensar heróis e comemorar um grande feito, recorda um exemplo vibrante do patriotismo dos filhos da Terra de Santa Cruz (*).

NILZA BOTELHO

(*Conservador cl. G do Museu
Histórico*)

(*) Várias destas medalhas, acham-se em exposição na Secção de Numismática deste Museu.

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO (Gustavo) — "História Militar do Brasil".
"Catálogo da Exposição de História do Brasil — Medalhas" — Vol. II.
- CAVALCANTI (Viscondessa) — "Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes ao Brasil".
- FREITAS (Leopoldo de) — "História Militar do Brasil".
- CALANTI S. J. (P. Rafael) — "História do Brasil" — Vol. IV.
- LAGO (Laurenio) — "Medalhas e Condecorações Brasileiras — Autos Oficiais".
- MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — "A Guerra do Paraguai na Medalhística Brasileira".
- OURO PRETO (Visconde) — "A Marinha d'Outrora".
- ROCHA POMBO — História do Brasil — Vol. IX.
- ROMÉRO (Edgar) — "Medalhistas da Renascença" — Pontos de aula da cadeira de Numismática no 1.º ano do Curso de Museus.

O BAILE DA ILHA FISCAL

Assunto que ocupou o espírito da nossa sociedade, há pouco tempo, inspirando motivo para representações filantrópicas, desperta o quadro existente no Museu Histórico — uma alegoria do último baile do Império — a atenção de qualquer visitante.

Enlevados diante da tela tratada com tanto carinho pelo pintor Aurélio de Figueiredo e Melo, (1) os que percorrem as salas do Museu estacam, uns a olhar para a imponência do quadro desconhecendo o significado do mesmo, outros atraídos pela suavidade do colorido e cuidado das figuras, e outros, ainda, unindo a arte à história, exaltam a memória do artista que tão bem soube dar às fisionomias dos convidados, no meio de tanto esplendor, a preocupação da política de então.

À luz das lâmpadas elétricas, no cais da ilha, de onde se divisam as silhuetas do "Almirante Cochrane", da barca Ferry destinada ao transporte dos passageiros e ornamentada a *giorno*,

(1) FRANCISCO AURELIO DE FIGUEIREDO E MELO. — Nasceu na Paraíba em 1854 e faleceu no Rio de Janeiro a 9 de abril de 1916. Foi um dos nossos grandes pintores contemporâneos. Era irmão de Pedro Américo e com ele cultivou desde cedo a pintura, que aperfeiçoou mais tarde na Europa, estudando com Ussim Ciseri e Barabino. Fez quadros de gênero, paisagens, natureza morta, retratos, alegorias, em que se distinguiu. É suave na paisagem, vigoroso na figura, cuidadoso no desenho e rico no colorido, cuja intensidade é a mesma no óleo como na aquarela. Seus principais trabalhos são: *Paulo e Francisca de Rimini*, considerado sua obra prima; a *Casa dos Contos*, aquarela; *A descoberta do Brasil*, *Compromisso Constitucional*, *Primeiro Capítulo da História Pátria*, *Marechal Osório*, *Redenção do Amazonas*, *Cecí no Banho*, *A praia do Leme*, *Paraiso moderno*, *Paisagem do Brasil*, *Descoberta do Brasil*, *O Tiradentes no Patíbulo*. O "Baile da Ilha Fiscal" é uma tela a óleo, medindo 3,035 x 7,080, datada de 1905 e assinada F. Aurelio. — Argeu Guimarães dá-lhe o título de "Ilusão do Império" e diz ter sido o trabalho que mereceu o maior carinho do pintor. Pertencendo à pinacoteca da Escola de Belas Artes (atual Museu de Belas Artes), figurou na Exposição do Centenário da Independência em 1922, e mais tarde foi transferido para o Museu Histórico. Em 1939 figurou na Exposição Comemorativa do 50.º aniversário da Proclamação da República.

da Galeota Imperial e de muitas outras pequenas embarcações cheias de lanternas coloridas, destaca-se a multidão de convivas que aos grupos conversam : senadores, deputados, conselheiros, vereadores, senhoras, umas ostentando riquíssimas "toilettes" e outras, com vestidos, cuja simplicidade e elegância mais realçam a beleza de seus rostos.

Entre as pessoas reproduzidas pelo pintor, facilmente se identificam, tal a fidelidade dos traços : o Marquês de Paranaguá, o Visconde e a Viscondessa de Nogueira da Gama, o Barão de Capanema, o Barão de Paranapiacaba, o Conselheiro Ferreira Viana, o Conselheiro Saraiva, Arsenio Cintra da Silva e Exma. Sra., Paulo de Frontin, Simoens da Silva, Maestro Bevilacqua, Artur Napoleão, Guimarães Passos, Ferreira de Araujo, da "Gazeta de Notícias", e muitos outros.

Em frente à porta principal, fica o grupo mais soberbo do quadro : Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, fardado de almirante, ostentando as Grãs Cruzes ; a seu lado, a Imperatriz D. Teresa Cristina ; atrás, o Conde e Condessa d'Eu, o Príncipe D. Pedro Augusto, o Corpo Diplomático, o Ministério : Visconde de Ouro Preto, Presidente do Conselho ; Franklin Américo de Menezes Dória, Barão do Loreto, Ministro do Império ; José Francisco Diana, Ministro dos Estrangeiros ; Rufino Enéas Galvão, Visconde de Maracajú, Ministro da Guerra ; José da Costa Azevedo, Barão do Ladário, Ministro da Marinha ; Candido Luiz Maria de Oliveira, Ministro da Justiça, e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, Ministro da Agricultura ; os oficiais chilenos em honra dos quais se organizou a festa, destacando-se o Comandante Constantino Bannen e o tenente João Williams.

O Visconde de Ouro Preto, de pé, ardoroso, confiante na firmeza do Império, mostra, num largo gesto, à corte apreensiva, o futuro do Brasil num Terceiro Reinado, a antevisão da Coroação da Princesa Isabel.

Irrompendo das nuvens, os revolucionários republicanos, montados em corcéis, seguem maravilhados o seu sonho de glória, precedendo o ideal que proclamariam dias depois . . .

○ observador sente-se transportado ao ambiente político da época.

Com a promulgação da Lei Áurea a 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel parecia ganhar popularidade e era preciso que o partido republicano agisse, afim de impedir a possibilidade de um Terceiro Reinado. Reuniu-se logo o primeiro congresso dos adversários da monarquia, confiado à presidência de Quintino Bocayuva.

Subindo ao poder o gabinete liberal de Ouro Preto, cujo programa era neutralizar a ação republicana, mal se apercebe que era muito tarde para impedir a mudança do regime. Ia-se concretizando a velha aspiração dos antigos elementos nativistas do Brasil, o único país americano que não era República.

A propaganda republicana espalhara por toda parte as suas idéias e o Conde D'Eu, por ocasião da sua viagem ao Norte, bem o tinha observado.

José Francisco Diana, Ministro dos Estrangeiros, não acreditava na sua aproximação e o Visconde de Ouro Preto não se afligia com os boatos e comentários. Tinha confiança no Exército, na firmeza do poder monárquico brasileiro.

Fora anunciada a visita do navio chileno à baía do Rio de Janeiro e, em resposta à campanha de oposição, organizaria um baile, em homenagem aos visitantes, o qual ficaria marcado para sempre na história do Império, uma vez saído da simplicidade da sua vida.

No dia 11 de outubro, o Imperador acompanhado dos Srs. Conde da Mota Maia e Barão de Miranda Reis, embarcou na galeota imperial para visitar, na Ilha Fiscal, o prédio destinado a ser quartel dos Guardas da Alfândega e onde se realizaria o baile. Sabendo Sua Majestade da aproximação do encouraçado chileno, resolveu demorar-se mais e assistir à chegada do navio amigo. Dalí enviou o Imperador o Comendador Hasselman a bordo afim de convidar o Comandante do mesmo, Constantino Bannen, a ir à Ilha Fiscal.

Compareceram também a bordo o primeiro secretário da Legação Chilena, o Conde da Estrela, consul do Chile na Corte, o tenente coronel Leite de Castro, que, por ordem do ministro da Guerra, ficaria à disposição do Comandante Bannen durante sua permanência na cidade; os secretários das divisões ancoradas no porto, além da comissão da Imprensa, etc.

A guarnição do encouraçado "Almirante Cochrane", era de 300 homens, inclusive os oficiais: Comandante Constantino Bannen; 2.º comandante Eduardo Valenzuela; 2.ºs Tenentes Emilio Garin e João Williams, Dr. Rodolfo Gutierrez (cirurgião); Guardas-Marinha: Enero Spinoza, Luiz Riven, Alberto Vargas, Artur Whinteredi, Carlos Larraie, João Bello, Ricardo Guenero e Roberto Barros.

Tinha então o Chile, no Brasil, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, de acordo com o decreto de 18 de agosto de 1888, o Sr. D. Manoel Villamil Blanco.

Manifestações sucessivas e ininterruptas patenteiam aos representantes do povo vizinho a grande simpatia que a nós sempre os unira: recepções no Paço, espetáculos de gala, visitas a instituições do Governo, a escolas de ensino superior, além de recepções particulares, entre as quais se destacou a do Conde da Estrela, no Rio Comprido.

Das visitas realizadas, cumpre ressaltar a da Imprensa Nacional, onde os ilustres oficiais, entre outras manifestações de apreço, receberam um exemplar da Constituição do Chile, impresso a duas cores, em tipo Elzeviriano, capa de cromo liso a 8 cores, de composição do artista Pires e impressão do contra-mestre de oficina Paula Paiva; a da Escola Politécnica em que receberam, como oferta do Dr. Enes de Souza, um pedaço de ferro da primeira fusão (1817) das minas de Ipanema.

Porem o baile, o grande baile que o Presidente do Conselho ofereceria à oficialidade da Nação amiga, no dia 18 de outubro, foi inesperadamente adiado. É que chegara ao Rio de Janeiro, no dia 14, a notícia de que El-Rei D. Luiz I de Portugal estava moribundo, vindo a falecer, com grande pezar da corte brasileira, cinco dias mais tarde.

O elemento republicano, no entanto, não perdia ocasião de continuar a propaganda, afirmando sua força; na residência do general Deodoro, no Campo de Sant'Ana, prosseguiam as reuniões que terminariam no golpe de 15 de novembro.

Foi no dia 22 de outubro, quando, por ocasião da visita da oficialidade chilena à Escola Militar, que, em presença do Ministro da Guerra interino, Candido Luiz Maria de Oliveira, Ben-

jamin Constant pronunciou seu veemente discurso, francamente revolucionário.

Apesar do luto da corte, marcou-se o dia 9 de novembro para o tão esperado baile. Toda a sociedade aristocrática da época, nas semanas que o precederam, em febril atividade, pre-



"O Baile da Ilha Fiscal — 3,035 x 7,080. Óleo de F. Aurelio de Figueiredo. Museu Histórico.

parava suas "toilettes" magnificas com apurado requinte. Seria o espetáculo mais deslumbrante que teria havido no Império e quiçá na terra americana.

E a realidade correspondeu à expectativa. Segundo os jornais da época "era de êxtase a impressão à vista daquele grande foco de luz destacando-se no meio da nossa baía, daquela ilha fantástica, iluminada por milhares de luzes e fogos cambiantes, refletindo em vidros de variadíssima cores, batida constantemente pela luz elétrica projetada dos encouraçados "Cochrane", "Riachuelo" e "Aquidaban"; aquele holofote da torre do edificio fiscal projetando sobre mar e terra a luz de intensidade de 60.000 velas, realçando tudo isto a luz pálida da lua, que às vezes ofuscava-se entre densas nuvens para dar maior deslumbramento àquela cena".

Desde cedo, a multidão apinhava-se no cais "Pharoux" bem iluminado, afim de ver o movimento do embarque dos convidados.

De instante a instante, vitórias elegantes, tilburis, "coupés", deixavam à entrada do cais, senhoras ostentando ricas "toilettes", e cavalheiros vistosos fardões de gala, casacas bem talhadas, em cujas botoeiras brilhavam as condecorações, inspirando a uns, inveja, e a outros comentários irônicos, próprios de elementos do povo empolgados pela causa republicana.

A ponte Ferry com dois candelabros de 19 bicos cada um, ornamentada com bosques cuidadosamente arranjados e onde tocava a banda de música do Corpo Policial, via passar desde 8 horas, aquela avalanche de convivas, recebidos pelos Srs. Barão de Mendes Totta, Roberto Lage, Samuel Gracie, Dr. João Cordeiro da Graça, Manoel Lopes de Oliveira Lirio e os primeiros Tenentes J. Veloso de Oliveira e José Augusto Vinhais. A essa comissão apresentavam as pessoas o cartão que tinham recebido junto ao convite (2) servindo de ingresso para a Ilha.

A barca "Primeira", iluminada a *giorno*, coberta de tapetes luxuosos e ornamentada com bandeiras chilenas e brasileiras, lanternas de várias cores, trazia nas extremidades as letras C.B. formadas por "copos" coloridos. A família imperial tinha um camarim profusamente iluminado.

Alem da barca Ferry, havia à disposição dos convidados lanchas a vapor da Alfândega e dos Arsenais da Marinha e Guerra, que, cortando o mar em várias direções, causavam deslumbrante efeito, com suas lanterninhas coloridas.

Na ilha, os convidados eram recebidos pelos Srs. Viscondes de Figueiredo e São Francisco, Barões do Paraná, do Rosário,

(2) O convite do baile era impresso em letras douradas e no seguinte teor, logo abaixo às armas do Brasil e do Chile :

"A 9 de Novembro de 1889 do corrente anno realiza-se na Ilha Fiscal o baile offerecido aos officiaes do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*, actualmente surto em nosso porto. O Presidente do Conselho de Ministros Visconde de Ouro Preto, muito penhorado ficará a V. Ex. e sua Exma. familia, si se dignar de abrilhantar aquella festa com sua presença.

Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1889.

O Cartão junto é intransferivel e dará passagem para a Ilha Fiscal, do caes Pharoux das 8 1/2 da noite em diante".

No original que tivemos ocasião de examinar, graças à gentileza do Comandante Gastão Penalva, é facil verificar a transferencia do baile, pois a data 9 de Novembro escrita a tinta, fora colocada sobre a de 18 de Outubro, riscada e igualmente escrita a tinta.

De Drummond, de Javari, Comendador Luiz Rodrigues de Oliveira, Comendador Ferreira Sampaio, Conselheiro Carlos Augusto de Carvalho, J. Carlos de Souza Ferreira, Dr. Carlos Cláudio da Silva, Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio, Dr. João da Costa de Lima Castro, Dr. Deodato Cizínio Vilela dos Santos, Dr. Adolfo José del Vecchio (engenheiro da Fazenda a quem se deve a construção da ilha), Dr. João dos Reis de Souza Dantas. O Capitão de Mar e Guerra Luiz Felipe de Saldanha da Gama, que devia fazer parte da comissão, achava-se na ocasião do baile, num congresso em Washington.

Para a recepção da Família Imperial estavam designados os membros do Ministério, Barão de Sampaio Viana, inspetor da Alfândega, Comendador Hasselmann, guarda-mor da Alfândega, as Exmas. Sras. Viscondessas de Ouro Preto, de Maracajú, Baronesas de Loreto, de Ladário, de Sampaio Viana, de Maia Monteiro, de Javari, as Sras. D. Francisca M. Cavalcanti de Albuquerque, D. Amelia Leopoldina Correia Diana, D. Amelia B. de Souza Dantas, D. Eugenia Celso, D. Alice Chermont de Souza Dantas, D. Florentina da Gama Berquó, D. Maria Frontin e D. Angelica de Lacerda Hasselmann, a fina flor da sociedade da época.

Aguardavam a officiedade chilena os membros do Ministério, Barão de Sampaio Viana, comendador Hasselmann e oficiais da Guarda Nacional.

No cais da ilha, haviam armado lindos bosques e escolhido para a ornamentação das paredes do torreão motivos da história chilena e alegorias à recepção do "Almirante Cochrane", nas quais ninfas e golfinhos saídos das águas ofereciam ramos de flores aos marinheiros chilenos.

Nos ângulos das duas alas do edifício, estavam os coretos para as orquestras e, no terraço, transformado em bosque, tocava a banda de música do Arsenal de Guerra.

Toda a ilha, feericamente iluminada, estava ornamentada com bandeiras brasileiras e chilenas pendentes das portas, das janelas, de mastros e hastes, além de grande quantidade de lanternas venezianas e copos de cores que, segundo o cronista da época, alcançaram número superior a 10.000.

O serviço de iluminação elétrica da ilha foi feito pela casa Léon Rodde, sendo que a intensidade de luz projetada, além do holofote, era superior a 14.000 velas.

Foram preparados seis salões para as dansas. Os dois maiores, forrados de tapetes vermelhos, ornamentados com bandeiras nacionais e chilenas, âncoras douradas e prateadas, grinaldas e festões de flores, espelhos e muita luz, receberam, um, o retrato do Almirante Cochrane e outro o do Almirante Greenfell, ambos pintados a óleo em lindas molduras. As outras salas, embora menos ricas na ornamentação, apresentavam o mesmo apuro de gosto. Havia uma sala reservada à Família imperial, com requintes de luxo e conforto.

Os Srs. Barão de Maia Monteiro, Dr. Miguel Arcanjo de Paula Lima, Luiz da Gama Berquó, Raul de Sampaio Viana e Dr. José Pinto de Souza Dantas dirigiram o baile, que correu muito animado.

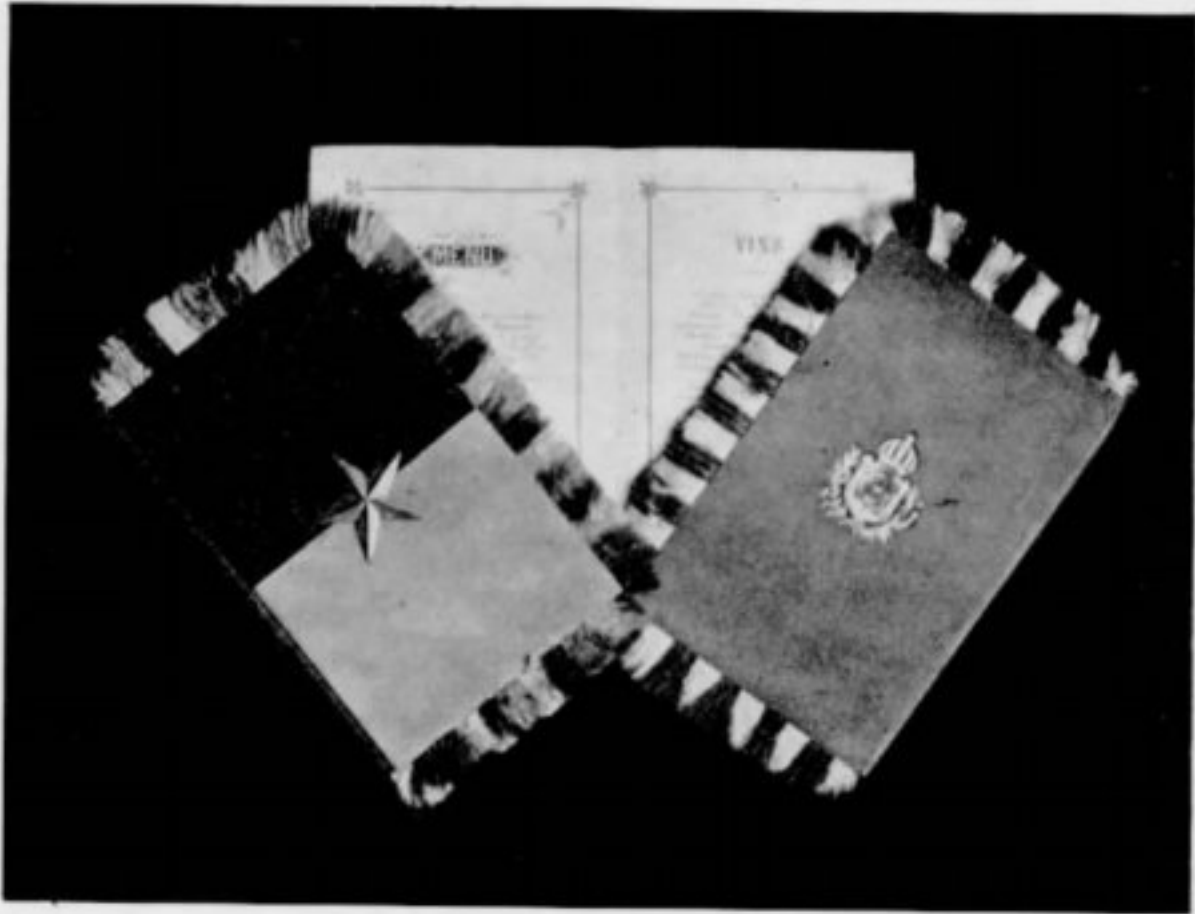
A família imperial chegou depois das 9 $\frac{1}{2}$ h, e se retirou antes da 1 da madrugada. O Imperador oferecera ao Comandante Bannen a tradução, por ele feita, de Glaura, da Araucania de Ercilla, o poeta que narrou no seu poema épico os momentos vividos na expedição contra os Araucânios do Chile.

Para a ceia, suntuosa e abundante, a cargo da Casa Pascoal, foram armadas mesas em forma de ferradura, de 250 talheres cada uma, no pavilhão situado do lado esquerdo do desembarque. Foi este enfeitado com escudos das cores chilenas, nos quais se liam os nomes dos presidentes e de cidadãos notáveis nas ciências e nas letras da República amiga, dos navios da mesma nação além de trofeus e lâmpadas elétricas em profusão.

Para os cardápios, mandara o Visconde de Ouro Preto fazer livretos forrados de setim, com as cores das bandeiras brasileira e chilena. Logo na primeira folha estavam impressas, cruzadas, na parte superior, as bandeiras das duas nações, e na parte inferior a estampa do prédio da ilha Fiscal. Na página seguinte, o oferecimento do Visconde de Ouro Preto: "À officialidade do encouraçado chileno / "Almirante Cochrane" / o / Presidente do Conselho de Ministros / do / Imperio do Brazil / Visconde de Ouro Preto". Segue-se a descrição do "Buffet" e na última página

uma alegoria à Marinha Chilena representada pelo "Almirante Cochrane," surto na Baía do Rio de Janeiro.

Durante a ceia, trocaram-se saudações, sendo o primeiro a falar o Visconde de Ouro Preto, que "relembrou os serviços prestados pelo Almirante Cochrane ao Brasil e ao Chile, a amizade sempre existente entre as duas nações, fazendo ver que aquela



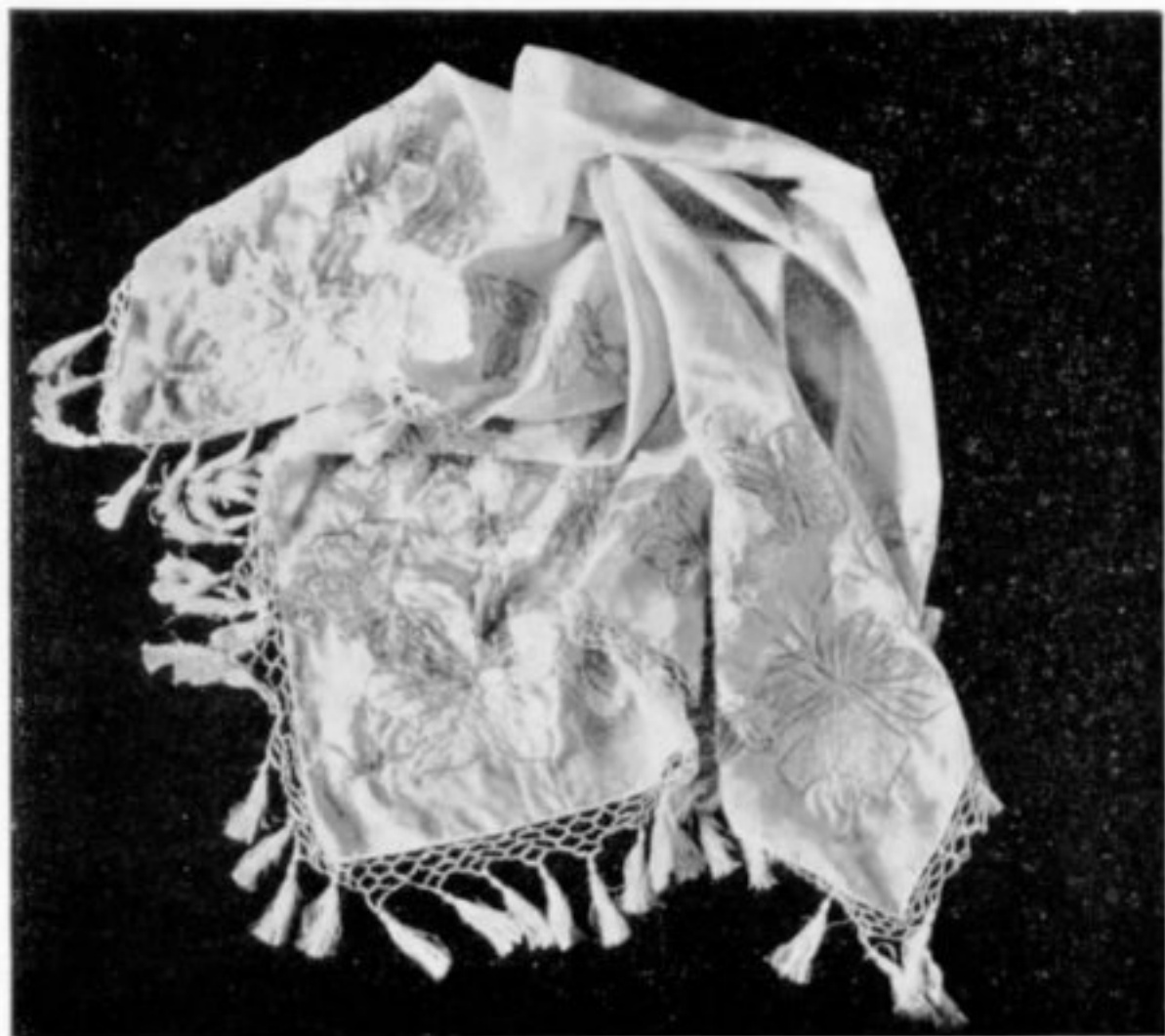
Cardápios da ceia do baile da Ilha Fiscal conservados no Museu Histórico. O do centro foi oferecido pelo Sr. Emanuel A. Pinheiro Hasselmann.

demonstração não era só do Governo, era do povo brasileiro, cujos sentimentos de fraternal amizade interpretava no momento..."

O Snr. D. Villamil Blanco respondeu, lembrando por sua vez a amizade dos dois países, agradecendo, em nome da sua pátria, a atenção dispensada aos visitantes, terminando com um viva à prosperidade do Brasil e a Sua Majestade o Imperador.

Falaram ainda, entre outros, o Conselheiro Diana e o Dr. Duarte de Azevedo, a quem respondeu o Comandante Constantino Bannen.

Nesse ambiente de alegria e cordialidade continuou o baile até às 6 horas da manhã, enquanto os republicanos, aproveitando a ocasião, reuniam no Club Militar 116 sócios, sob a orientação de Benjamin Constante, ansiando todos uma solução radical.



Chale de seda, bordado, esquecido no vestiário da Ilha Fiscal no famoso baile ali realizado. Das coleções do Museu Histórico.

Dias depois proclamava-se a República :a família imperial foi banida, e com ela, os seus mais leais servidores, como o Visconde de Ouro Preto, o Conde da Mota Maia e outros.

Do baile nada mais restava a não ser os objetos que serviram para sua ornamentação que, numa das salas da Guarda-moria da Alfândega, esperavam ser vendidos. Pelos fatos que marcou, perdura sempre na História e na lembrança dos que o assistiram.

Como relíquia desse maravilhoso baile, há, no Museu Histórico, um chale cor de rosa, bordado a seda e ouro, já descolorido pela ação do tempo, esquecido no vestiário da ilha Fiscal (3), no dia 9 de novembro de 1889, por quem talvez, apressada em deixar o palácio como a gata borralheira do conto de fadas, não se quisesse deixar identificar . . .

(3) ILHA FISCAL — Chamava-se primitivamente Ilha dos Ratos, a pequenina ilha da nossa baía, que, de uma simples massa informe de pedra, se transformou, com o tempo, na mais encantadora joia arquitetônica.

Até 1850 pouco se conhece a respeito de seu histórico. É provável, que só depois de iniciadas as obras do cais da Alfândega e da praia D. Manuel, despertasse interesse ao ministério da Fazenda, a que pertencia.

Para ela foram levados o aterro e o lodo tirados do local das obras da Alfândega. Construíram para isso uma muralha de pedra tirada da própria ilha, formando um recinto, no qual eram depositados o aterro e o lodo; assim teve a ilha a sua área (4.400m²) aumentada de 800m². Além de um lugar cómodo para depósito do lodo e aterro, "criou-se em frente à Doca da Alfândega, um ponto que no futuro servisse para depósito de carvão, destinado ao fornecimento dos vapores que procurassem a doca".

De 1881 em diante, quando, a 16 de novembro, foi lançada a pedra fundamental do palácio da ilha, para quartel dos guardas e remadores, reconstitue-se perfeitamente sua história pelos sucessivos relatórios do Ministério da Fazenda.

No relatório de 10 de janeiro do ano seguinte, declara o ministro José Antonio Saraiva: "A construção do quartel dos guardas tornava-se uma necessidade indeclinável para a fiscalização, e será para o futuro de grande economia. Essa obra se está fundando na ilha outrora dos Ratos, e que *dora em diante se denominará Ilha Fiscal*. Colocada em posição apropriada entre os ancoradouros de franquia e de descarga, substituirá as barcas de vigia ora existentes, dispensando grande parte do pessoal nelas ocupado, e tornando a fiscalização externa mais completa e melhor".

Nos anos que se seguem, os relatórios anotam os andamentos dos trabalhos de construção, as respectivas verbas, material, etc.

No relatório de 1883, já prontos os alicerces, pede-se uma verba afim de aumentar de 1.000 ms. a área da ilha. Em 1885, o arrolamento das obras executadas durante o ano de 1884, entre as quais o conserto do cais e a construção de duas carvoeiras, além do pedido de verba para a aquisição dos ferros e metais precisos para todo o edifício e a terminação do 2.º pavimento.

No ano seguinte, a verba era destinada às obras de cantaria e alvenaria.

Finalmente, no relatório de 8 de maio de 1888, o ministro da Fazenda, João Alfredo Corrêa de Oliveira, informa: "Está acabada a sala de honra e erigiu-se o grande torreão do corpo central, sobre o qual se levantou a flecha; sendo provável que o edifício completo, seja inaugurado em fins do corrente ano".

É o mesmo ministro que, um ano depois, pedindo crédito de 24:000\$000 para o calçamento da ilha, anuncia que os trabalhos de construção do posto fiscal marítimo estavam terminados, tendo sido inaugurado a 27 de abril de 1889.

Ocupa o edifício uma área aproximada de 1.000m². A fachada principal acha-se voltada para a barra, constando de um corpo central de 3 pavimentos e 2 laterais de um só. O gracioso palácio, além da pavimentação que é de magnífico efeito decorativo, as cantarias de primorosa execução, tem, no salão do primeiro andar, vitrais soberbos. Um deles apresenta, num

Nunca foi reclamado e hoje, como trofeu de uma linda história, enriquece o acervo das relíquias do nosso passado, na Casa do Brasil.

OTAVIA CORRÊA DOS SANTOS OLIVEIRA

(Conservador cl. G do Museu
Histórico)

redondo, o busto de D. Pedro II, fardado, encimado pela corôa imperial tendo do lado direito o brasão da Casa Imperial Brasileira e do esquerdo o brasão da Casa da Saxônia. No vitral fronteiro, em idêntica disposição, a Princesa Isabel, encimada pela corôa imperial, tendo do lado direito o brasão da Casa Imperial Brasileira e do esquerdo o da casa de Orleans. Nas janelas góticas do edificio, os vitrais de fina decoração apresentam tambem motivos heráldicos.

É notavel o brasão imperial que existe na fachada do prédio, bela obra de cantaria executada por um preto. Foi o Dr. Adolfo del Vecchio, que na visita levada a efeito pelo Ministro da Fazenda republicano, Dr. Rui Barbosa, conseguiu fosse conservado ali aquele brasão imperial. Na Ilha, tudo nos fala de del Vecchio: o plano da mesma, o prédio aduaneiro e até os coqueiros por ele semeados, que dão um cunho pitoresco à paisagem.

Aliás, o regime republicano respeitou toda a decoração simbólica da construção, intimamente unida aos seus realizadores.

As obras da Ilha não se interromperam com a proclamação da República. Em 1890, fez-se o calçamento a paralelepipedos e cobriu-se todo o cais com cantaria. A casa de madeira onde estavam a máquina motriz e o dinamo da luz elétrica, cedidos ao palácio do Governo, foi demolida e substituida por uma de tijolo e cantaria do mesmo estilo que o prédio principal.

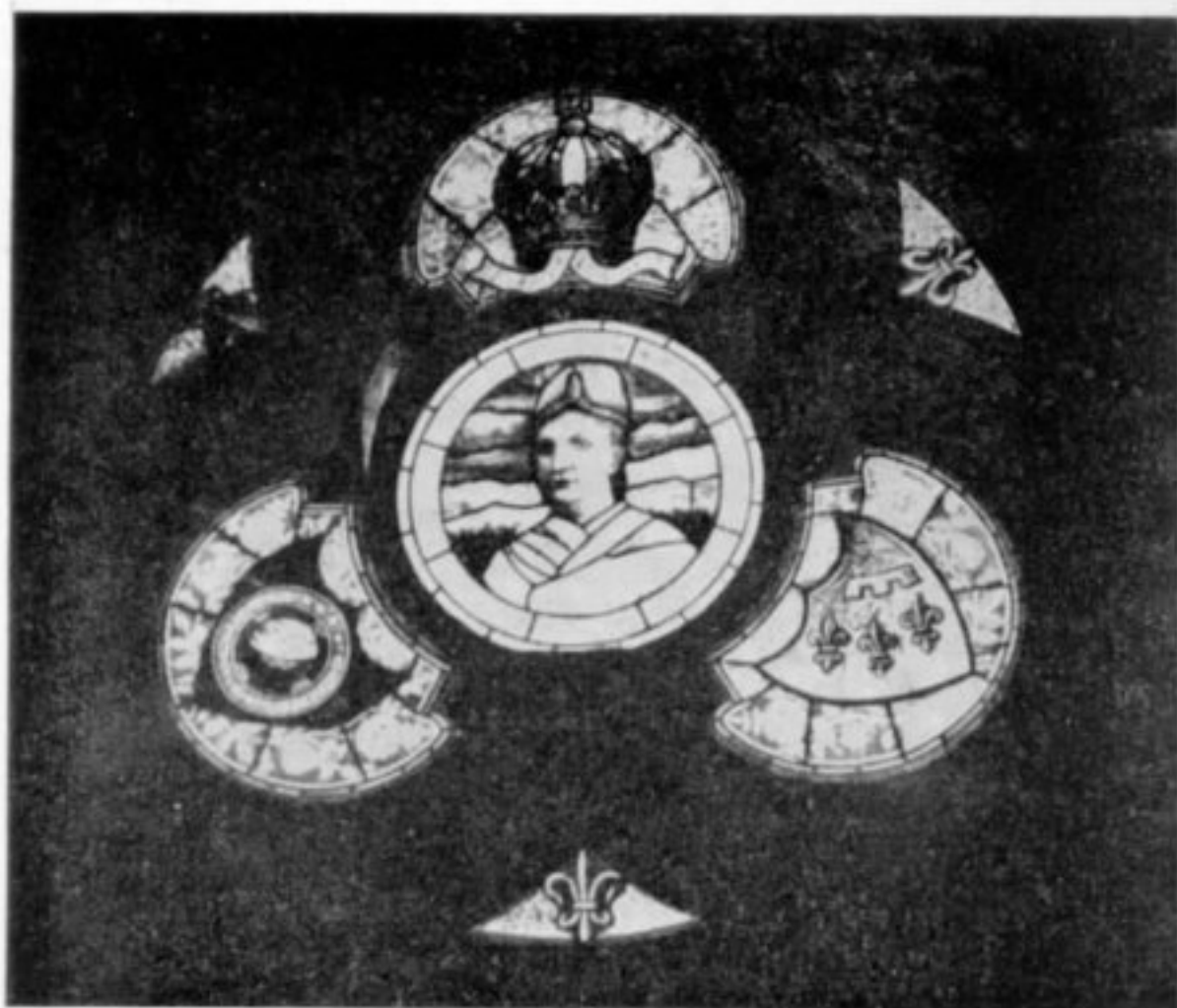
Só no ano de 1892, isto é, 10 anos após seu início, com a inauguração da luz elétrica, ficaram terminadas as obras da Ilha Fiscal, que importaram num total de 1.051:322\$584, segundo o relatório do Inspetor da Alfândega, de 30 de abril de 1894.

A revolta de 1893 não poupou o palácio aduaneiro, que ficou bastante depredado. Suas paredes fronteiras e laterais, crivadas de projeteis de canhão-revolver e fuzil, os tetos, cimalthas, parapeitos, sofreram grandes danos. O mobiliário foi muito estragado em consequência dos rombos havidos na sala de jantar e na cozinha. Os vidros das janelas ficaram partidos, os fios condutores de electricidade, cortados; desapareceram as carabinas, revólveres, espadas de abordagem, machadinhas, bacamartes de metal e pistolões que constituíam o armamento que guarnecia a praça d'armas, assim como as camas, colchões, roupas, louças, utensilios de rancho, etc. Foram quebrados o refletor do holofote, os dois mostradores do relógio que teve o maquinismo desorganizado, e quase todos os globos de iluminação do jardim.

Em 1865, o engenheiro da Fazenda, Miguel R. Galvão, sugeriu a entrega da Ilha Fiscal ao Ministério da Marinha, em troca de algum edificio que melhor se prestasse ao Serviço da Alfândega.

Esta sugestão foi concretizada no ano de 1913, sendo Ministro da Fazenda o Dr. Rivadávia Correia, a quem o Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, dirigiu o seguinte aviso datado de 9 de setembro:

"Sr. Ministro da Fazenda. Venho propor a V. Excia. a transferência da ilha Fiscal para o Ministério da Marinha, pelas razões que apresento: § Grande necessidade da ilha para fixar a Superintendência de Portos e Costas, que aí estabelecerá não só a sua sede, afim de fiscalizar todo o porto do Rio de Janeiro, como tambem seu depósito de cartas hidrográficas, cronômetros,

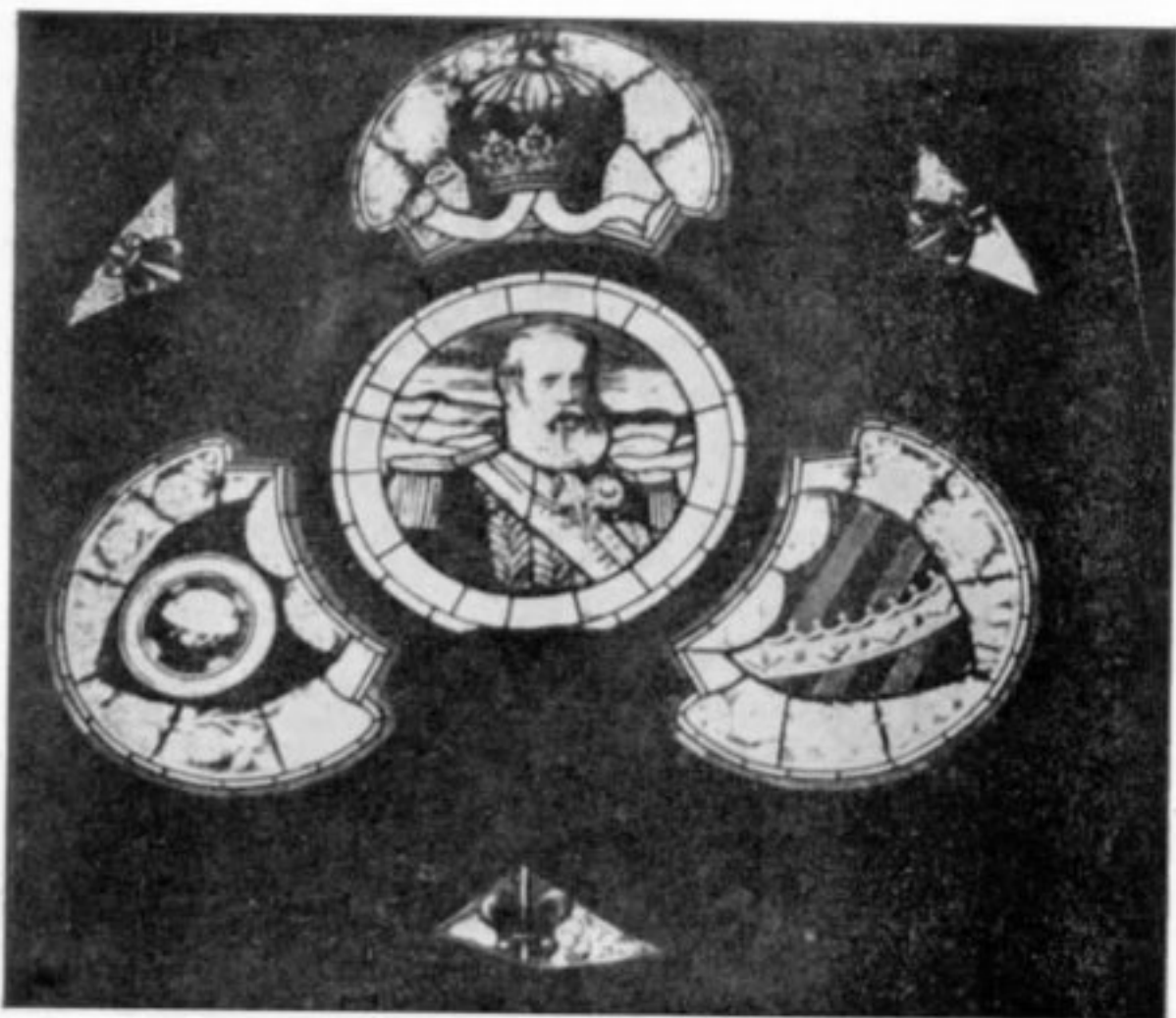


Vitrail da Ilha Fiscal. Ao centro, a figura da Princesa Isabel rodeada de motivos heráldicos: a Corôa Imperial, flores de liz, as armas do Império do Brasil e da Casa de Orleans.

etc., ficando assim em contacto com os navios estrangeiros, podendo rapidamente fornecer informações e adquirir outras, de modo a bem servir à rede hidrográfica da Costa do Brasil. e limpar sem despesa para o Ministério que V. Excia. dirige

§ Alem disso, está ela muito próxima da ilha das Cobras e devendo ser, pelos planos do novo Arsenal, unida à mesma como ponto de apoio de futuro quebramar. § Acresce que a ilha Fiscal é de pouca utilidade para o Ministério da Fazenda, visto que só serve para quartel de guardas da Alfândega, podendo com vantagem ser substituída pelo vapor *Andrade*, por ser um quartel movel, e a localizar onde houver mais necessidade de vigilância.

§ Outro motivo primordial a justificar a conveniência da passagem da Ilha Fiscal para o Ministério da Marinha, é que, devendo o Arsenal de Marinha ser transferido para a ilha das Cobras logo que estejam prontas as obras de adaptação, e ser entregue ao Ministério da Viação toda a zona em que estão atualmente os edificios desse Arsenal, assumirá o conjunto de estabelecimentos navais da ilha das Cobras tal importância que seria natural que a ilha Fiscal, ligada a primeira, pertencesse ao Ministério da Marinha. § Como informação e compromisso afirmo que o vapor *Andrada* alem de todas as acomodações próprias para ser habitado, possui um casco resistente e capaz



Vitrail da Ilha Fiscal. Ao centro, a figura de D. Pedro II rodeada de motivos heráldicos : a Corôa Imperial, flores de liz, as armas do Império do Brasil e da Casa da Saxônia.

de durar muitos anos se for cuidado e entrar todos os anos no dique deste Ministério, que tomará o compromisso de o receber com tanta competência, zelo e dedicação. (a) *Alexandrino Faria de Alencar*".

Acedendo o Dr. Rivadávia Correia, efetuou-se a troca, sendo então instalada na ilha a antiga Superintendência de Navegação, hoje Diretoria de Navegação.

A despeito de suas convicções republicanas, foi o Almirante Américo Silvano, quando diretor da Carta Marítima, que, com todo o carinho e zelo, restaurou e renovou os belos vitrais da atual Diretoria de Navegação, perfeitamente idênticos aos primitivos do tempo do Império.

Por ocasião do Cetenário da Independência, foi a ilha desocupada e entregue à Comissão de festejos que ali instalou um Mostuário Naval. Recebeu por isso novos melhoramentos, na pintura, instalação elétrica e de água. Passado o tempo das festas voltou para ela a Superintendência de Navegação, onde se desenvolvem cada vez mais os serviços hidrográficos do Brasil, dotados do mais moderno aparelhamento, ora sob a competente direção do Almirante Mario de Oliveira Sampaio.

As obras de conservação nela realizadas constantemente, entre outras a instalação de elevadores elétricos, em nada alteram o harmonioso conjunto arquitetônico da Ilha, que hoje faz parte dos Monumentos Nacionais sob a proteção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO JORGE (Artur Guimarães de) — Ensaio de História Diplomática do Brasil no Regime Republicano — 1.ª Série.
- CALMON (Pedro) — O Rei Filósofo.
- CAMPOS (Raul Alberto de) — Relações Diplomáticas do Brasil de 1808 a 1912.
- COELHO NETTO (Henrique) — Belas Artes.
- COELHO NETTO (Henrique) — Fogó Fátuo (Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura).
- DIAS (Artur) — O Brasil Atual, 1904.
- FEIJÓ BITTENCOURT (Leopoldo Antonio) — Rangel Pestana (In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 174, 1939).
- FLEIUSS (Max) — Apostilhas de História do Brasil, 1940.
- FLEIUSS (Max) — D. Pedro Segundo, 1940.
- GONZAGA DUQUE — Contemporâneos (Pintores e Escultores), Rio, 1929.
- GUIMARÃES (Argeu) — História das Artes Plásticas no Brasil, (in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo Especial, 1922).
- GUIMARÃES (Argeu) — História Artística, in Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (1.º Volume-1922).
- LISBOA (Alfredo) — Vias de Comunicação — in Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, (1.º Volume — 1922).
- MORAIS (Evaristo de) — Da Monarquia para a República.
- RIO BRANCO (Barão do) — História do Brasil, 1930.
- RUBENS (Carlos) — História da Pintura no Brasil (Monografia da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores).
- SERRANO (Jonatas) — História Geral — in Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (1.º Volume) — 1922.
- SOUZA (General Fausto de) — A Baía do Rio de Janeiro — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. XLIV — (Biblioteca da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro). Ano de 1881.
- VEIGA CABRAL (Mario da) — História do Brasil, 1940.

"DIÁRIO OFICIAL" (Outubro a Dezembro — 1889) — Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura.

"JORNAL DO COMÉRCIO" — Ano 67 — ns. 283 a 353 — 1889 — (Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura).

Notas fornecidas pelos Srs. Professores Carlos Garrido e Levy Escarvada, da Biblioteca da Marinha.

A CIRCULAÇÃO DA MOEDA FIDUCIÁRIA NO DISTRITO DIAMANTINO

BILHETES DA EXTRAÇÃO

No fim do século XVII, correndo a fama de que no lugar conhecido por Ivitury havia ouro, fundou-se ali um arraial.

O significado da palavra *Montanhas Frias* sugeriu o nome da cidade que foi criada sob a invocação de Nossa Senhora do Serro-Frio.

Na ânsia do desbravamento saiu dali uma bandeira que, descobrindo um pequeno rio, lhe deu o nome de Tijuco, (lama, em língua indígena).

Às margens do rio, em uma região agreste fundou-se o arraial do Tijuco sob a proteção de Sto. Antônio, dependendo na sua administração da Vila do Príncipe (arraial do Serro-Frio, que havia sido elevado a vila).

De começo, parece que os mineiros faisqueiros não conheciam o diamante, e as pequenas pedras brancas encontradas serviam de tentos de marcar jogos. A preocupação eram as pedras verdes, as esmeraldas, que Fernão Dias Pais Leme procurara, e, no lugar Sumidouro, segundo Cláudio Manuel da Costa "achou diversas qualidades de pedras, que por falta de prática se lhes não soube dar o valor, de que talvez eram dignas" (1). Assim, o diamante no Brasil continuaria desconhecido.

Segundo alguns autores, foi Bernardo da Fonseca Lobo quem descobriu os diamantes, em Minas, no córrego dos Morrinhos; segundo outros, foi Francisco Machado que não deu atenção às pedrinhas muito claras e muito duras, encontradas no córrego do Mosquito e, mandando lapidar uma delas, "se achou ser diamante

(1) CLÁUDIO MANUEL DA COSTA — "Vila Rica" — canto 8.

e avaliou-se em 24 mil réis” ; (2) segundo outros, foi um frade, não havendo a tal respeito uma certeza de quando foram descobertos, nem por quem.

Entretanto, foi Bernardo da Fonseca Lobo quem anunciou a D. João V as riquezas diamantinas do Tijuco.

O primeiro ato oficial da existência de minas diamantinas no Brasil é a carta de 22 de janeiro de 1729 de D. Lourenço de Almeida, comunicando à metrópole a descoberta de diamantes, na comarca do Serro-Frio. E, como primeira providência, o governador anula as concessões das “datas minerais”, e estabelecendo, como imposto, a capitação de 5\$000 por escravo ocupado na extração.

Era, então, ouvidor do Serro, D. Antonio Rodrigues Banha.

Pelo bando de 22 de abril de 1732, é permitido um ano de extração, pagando 20\$000 “per capita” de escravo faisqueiro.

Dando execução à carta régia de 30 de outubro de 1733, o conde das Galveias, apregoa um bando, proibindo a compra e venda de diamantes fora do arraial do Tijuco.

A extração dos diamantes ficou livre de fiscalização até 1734, quando a mesma foi proibida, e resolvida que o labor das terras diamantinas se fizesse por contrato, apresentando o governador Gomes Freire de Andrade a sugestão do mesmo ser feito por conta da real fazenda.

Dada a extensão e riqueza do lugar, é em 1734 criada no Tijuco a administração especial, que ficou sendo conhecida por “Intendência dos Diamantes”, sendo o 1.º intendente Dr. Rafael Pires Pardiniho ; escrivão, Belchior Isidoro Barreto ; fiscal, Sebastião de Oliveira ; meirinho, João Batista Pereira ; escrivão do meirinho, Francisco Fernandes Moreira.

Prevalecendo o sistema de extração por contrato de particulares, é o primeiro feito por João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva, pelo prazo de 4 anos, devendo começar a 1.º de janeiro de 1740.

O primeiro contrato foi arrematado a 10 de junho de 1739 com a presença de Gomes Freire de Andrade, sendo feita a nova demarcação do Distrito Diamantino.

.(2) “Revista do Instituto Histórico” — ano 1901 — pág. 308.

Afim de que a extração pelo primeiro contrato não fosse excessiva, prejudicando os futuros, é limitado o número de escravos. Assim, teve o mesmo a permissão de empregar 600 escravos, pagando 230\$000 anuais "per capita".

A este primeiro contrato seguem-se outros, variando um pouco uns dos outros, nas condições de arrendamento; sendo 6 ao todo e correspondendo cada qual a um período marcante da zona diamantina.

Cada contrato poderia ter um símbolo: o primeiro, o da pesquisa; o segundo, o do trabalho; o terceiro, o da economia; o quarto, o da fartura; o quinto, o do apogeu; o sexto, o de maior desenvolvimento.

O quarto contrato é o período do luxo e também época de grande futilidade, em que as questões de etiqueta eram consideradas da mais alta importância, sendo discutidas, gravemente, todas as regras de cortesia. Caracteriza-se por um período de luxo e de festas. É a partir daí que começa a decadência da extração dos diamantes.

O quinto contrato representa o do apogeu do Tijuco, avultam as construções, principalmente religiosas, desenvolve-se o comércio, aumenta a exploração das minas.

O sexto contrato é o de maior extração de diamantes, aumenta o número de trabalhadores, a intuição do sexto contratador João Fernandes é o seu leme.

Durante estes contratos, foram vendidos "diamantes os mais excelentes, que no seu brilhar e dureza deixam a perder de vista os do Oriente" (3).

Minas Gerais é o Centro rico do Brasil-colônia no século XVIII.

Assim, Minas Gerais sempre teve regulamento à parte, e as leis mineiras sempre estavam em acordo com a fiscalização do ouro e dos diamantes, eram próprias ao lugar e todas elas, em sua finalidade, defensivas da metrópole, e tendentes a evitar a fraude, e regulamentar a fiscalização mais completa — sobre o pagamento de impostos.

(3) "Revista do Instituto Histórico" — ano 1908.

Cogitando “nos meios de arrecadar para o Real Erário os lucros que enriqueciam os felizes arrematantes dos serviços de “Extração” (4), é modificado o sistema de arrendamento. A 31 de dezembro de 1771, termina o sexto e último contrato dos diamantes e, a 1 de janeiro de 1772, começa o sistema de extração, por conta da fazenda real.

Embora ainda perdurasse o sistema de contrato até o fim do ano, já havia sido resolvido a não continuação do mesmo; assim a 12 de julho de 1771, é organizada, em Lisboa, uma junta composta de Joaquim Inácio da Cruz Sobral, José Rodrigues Bandeira, e João Henrique de Souza, que formam a diretoria da Real Extração dos Diamantes; a diretoria composta de três membros nomeia três caixas administrativas no Tijuco, as quais, com o intendente, formam a junta administrativa.

O regimento diamantino é de 2 de agosto de 1771, sendo referendado pelo Marquês do Pombal, e vigorou até a Constituição de Lisboa.

Justificando a nova orientação para a exploração dos diamantes, diz o regimento: — “Havendo constituído os urgentes motivos daquela minha resolução (o decreto de 12 de julho de 1771), as certas informações que tive de que os lesivos e intoleráveis abusos, que na mineração das referidas pedras se tinham produzidos; principalmente pela desordem com que se lavraram as terras, e enturravam os córregos; e pelo exorbitante, e supérfluo número de escravos, por contemplação, coações e outras semelhantes coisas, empregados no serviço das Minas e suas dependências; crescendo de ano em ano estes males cada vez mais, até o ponto de que, não cabendo já os remédios deles nas forças dos particulares, vieram a fazer indispensavelmente necessários as do meu régio braço” (5).

Na comarca do Serro-Frio, é estabelecido o real contrato dos diamantes no arraial do Tijuco, que se situa ao norte da Vila do Príncipe.

(4) CALOGERAS — “As minas do Brasil e a sua legislação” — vol III, págs. 311.

(5) CALOGERAS — “As minas do Brasil e a sua legislação” — vol. I, págs. 312.

Para as despesas da real extração contribue a junta da Administração da Real Fazenda da capitania de Minas com 500 cruzados anuais, por conta do rei "tirados do quinto que produzem as casas de fundição (6).

A partir de 1772, os melhores diamantes eram de direito da Coroa, e os outros vendidos por contrato, isto é, a negociantes que contratavam a compra dos mesmos. O novo sistema de extração coincide com uma nova fase do Tijuco.

Em 1772, há um longo período de seca, seguido de chuvas consecutivas, que estragam a lavoura, provocando a carestia dos gêneros. É a situação agravada pelas leis severas, tendentes a isolar cada vez mais a zona diamantina, que representava a continuidade de riqueza do solo; ainda mais, o mercado europeu achava-se abarrotado de diamantes, havendo, portanto, grande baixa, no preço dos mesmos. Então, a Real Extração, afim de valorizar a mercadoria, reduz os serviços de extração e para maior proveito do Real Erário ordena a redução das despesas da Extração, bem como a dos salários, e, impedindo a lavração em muitos lugares, ocasiona um número avultado de desocupados.

O salário que, em 1772, era de 1\$200 (1 oitava), por semana, foi diminuindo e em 1776 era de 900 réis, e, quando a junta pretende reduzir ainda mais o ordenado dos escravos, os proprietários se insurgem, ameaçando pô-los a trabalhar nas minas de ouro. Entretanto, os salários vão baixando, ficando os proprietários descontentes, sujeitos a despejos da zona mineira.

A última redução foi em 1783, sendo estabelecido o salário semanal de 575 réis.

O livro em que veio regimento para as minas de diamantes no Tijuco era impresso e encadernado com capas de marroquim verde e ficou sendo conhecido por "Livro da capa verde".

Pouco depois de instalada a Real Extração dos Diamantes no Tijuco, surge um novo sistema monetário no Brasil — o fiduciário — com a criação dos Bilhetes da Real Extração.

Era o bilhete mais propriamente um vale que facilitava a extração dos diamantes pela administração, quando esta não possuía os meios necessários na colônia, assim emitiam bilhetes en-

(6) "Revista do Instituto Histórico" — ano 1908 — pág. 153.

quanto não vinham os recursos de Portugal, sendo portanto vales provisórios.

Esta emissão inicia, no Brasil, a circulação fiduciária, bem como local, criando os bilhetes uma circulação monetária nova no Brasil e representando realmente o primeiro papel-moeda colonial. Circulavam como moeda e eram recebidos nos pagamentos de impostos; passados ao portador, tiveram a função de papel-moeda, porquanto além de possuírem a característica do mesmo, garantia do governo, eram recebidos no comércio, gozando de crédito geral.

Os papéis, emitidos pela Administração da Real Fazenda, tornaram-se conhecidos por Bilhetes da Extração e circulavam não só no Distrito Diamantino, como na capitania de Minas Gerais e ainda fora dela.

“Com eles se pagavam o tributo do quinto, e nos registos os direitos de entrada” (7).

Tiveram tal aceitação que eram preferidos às barras de ouro, pela comodidade que apresentavam e também pela facilidade de transporte.

Eram os Bilhetes de Extração impressos e encadernados em livro que vinham de Lisboa. “De cada quantia devida se davam dois bilhetes idênticos: um que se cortava pela tarja que havia no meio da folha, e entregava-se ao creador, e outro que ficava no livro, que assim servia de registo para a conferência, que se devia fazer na ocasião do pagamento (8).

Descrição: o bilhete em si é singelo, tendo apenas como ornato o escudo de armas reais em estilo barroco; é o bilhete impresso em tinta preta, sendo o valor, data, nome do possuidor e o número manuscritos. Verso liso, papel sem filigrana.

Dimensão: 0,15 x 0,20.

O exemplar conhecido mais antigo é datado de 30 de junho de 1773, está reproduzido na obra de Meili, e hoje pertence à coleção do Museu Histórico (fig. 1).

Alguns dos bilhetes que se emitiram mais tarde para diversos fins são manuscritos e é o escudo real português impresso por meio de sinete (fig. 2).

(7) FELICIO DOS SANTOS. “Memórias do Distrito Diamantino”.

(8) MEILI — “O meio circulante no Brasil”, vol. III.



Fig. 1



Fig. 2

Até 1776, foram pagos pontualmente e desde sua emissão, até esse momento foi o numerário preferido no Tijuco e em toda a zona mineira.

Representavam para seus possuidores grande segurança, porquanto só eram emitidos na quantia do crédito, assim é que não eram apresentados na época do pagamento, ocasionando essa confiança vários inconvenientes : ficava no cofre a quantia do resgate, produzindo a desorganização da escrituração. Afim de impedir que o pagamento não fosse feito no momento preciso a diretoria, pela carta de 23 de outubro de 1776, mandou suspender a emissão de novos bilhetes, até o total resgate dos mesmos e que fossem as despesas da Extração pagas com o ouro extraído das lavras diamantinas.

Em 1777, havia no cofre uma quantia de reserva para emissão. Aumentando as despesas da Extração, a administração, certa de que os bilhetes que ainda não tinham sido resgatados se haviam consumido no giro, aplicou a quantia de reserva nas despesas.

No ano seguinte sucedeu o mesmo, gastando-se o fundo de reserva, e, quando foram apresentados os bilhetes para pagamento, aconteceu não haver mais no cofre as quantias necessárias para saldar os compromissos contraídos pela junta administrativa da Real Extração dos Diamantes.

Dai em diante começa o descrédito dos bilhetes, ocasionando este fato a apresentação de uma grande afluência de bilhetes que muitos mineiros guardavam como garantia de valor. A seguir, foram-se depreciando sensivelmente.

As despesas com o trabalho da extração aumentavam, e, na mesma proporção, a dificuldade da junta para solver os compromissos assumidos com as emissões de bilhetes.

Foram ainda, nesse tempo de crise da Administração, emitidos outros com várias finalidades.

As explorações sobre os bilhetes chegaram a tal ponto que, em 1787, foram pela junta estabelecidas regras para pagamentos de bilhetes vencidos, devendo ser pagos, em 1.º lugar, os de empréstimos à caixa ; em 2.º, o dos trabalhadores pobres ; em 3.º, o dos ordenados dos empregados ; em 4.º, os de compra de man-

timentos ; em 5.º, os de jornais de escravos e de outras despesas, sendo preferidas as mais antigas.

Parece que foram também emitidos vales de ordenados, ou então que, com os ordenados, eram comprados os bilhetes pelos operários com esperança em um novo apogeu da mineração dos diamantes.

Nas normas destes pagamentos ressalta a crise aguda do Distrito Diamantino, que inicia a decadência do mesmo.

É ainda o curso destes bilhetes que sugere a D. Rodrigo de Meneses, a instituição, no Brasil, da moeda-papel colonial. Em 1780, propôs à metrópole um plano de emissão de moeda-papel baseada em ouro, e estabelecia como moeda regional a prata e o cobre cunhados ao quádruplo do ouro em depósito, não tendo tal sugestão sido aceita.

De 1795 a 1801, foi intendente das minas, João Inácio, que fez ótima administração, tornando os bilhetes da Extração a se acreditarem novamente, havendo maior desenvolvimento na lavração das minas.

É interessante sabermos o uso de recompensar o escravo que encontrasse um diamante de 1 oitava ou 17 quilates, o qual, além de ser coroado com uma grinalda de flores, conseguia a liberdade, podendo, então, trabalhar por conta própria, e obtendo o seu dono indenização dada pelo administrador. Os que encontravam pedras de 8 ou 10 quilates também eram premiados com objetos, como câmisas, chapéus, facas, etc.

Os habitantes do Tijuco pedem em carta datada de 21 de agosto de 1800 a elevação da povoação a vila, com a denominação de "Vila Carlolina", como uma homenagem à princesa regente.

No começo do século XIX, segundo João Mawe "nenhuma potência tem uma coleção de diamantes igual à do Príncipe Regente, pelo número, pelo tamanho, e pela qualidade das pedras" (9).

A lei de 13 de maio de 1803 altera o sistema da extração diamantina, a qual, entretanto, não é executada, sendo revogada pelo alvará de 1 de setembro de 1808.

(9) JOÃO MAWE — "Viagens ao interior do Brasil", pág. 120.

O sistema de lavração, por conta do Real Erário, continua a decair e a administração já não podia resgatar os Bilhetes da Extração.

Em 1813, há novo descrédito dos bilhetes, sendo os mesmos recebidos no comércio com grande desconto.

Ao apogeu e à decadência da extração correspondem sempre o apogeu e a decadência dos bilhetes.

Desde o início da grande crise diamantífera, em 1776, os bilhetes representam, sempre, na sua aceitação ou desconto, na alta ou baixa que sofrem, a confiança nas minas de diamantes.

O decreto de 1816 ordena o pagamento de todas as despesas da Extração, duas vezes ao ano, não permitindo a emissão de bilhetes de qualquer natureza.

Vão eles, então, se valorizando, mas, apesar da proibição, vão se emitindo outros, pois os recursos que deviam vir de Vila Rica chegavam sempre atrasados e a Extração se via na necessidade de emitir; porém estes novos bilhetes são recebidos no comércio e sem desconto.

O juramento da carta constitucional em Lisboa teve larga repercussão no Tijuco, terminando realmente com a constituição o regimento diamantino.

É curiosa a carta de 27 de junho de 1821 ao fiscal da Extração dos Diamantes, Luiz José Fernandes d'Oliveira. "Foi presente a Sua Alteza Real o Príncipe Regente o officio de Vossa Mercê de 27 de maio próximo passado em que expõem os efeitos produzidos na Povoação do Arraial do Tijuco pela exaltação dos espiritos devida aos acontecimentos que tem alterado a forma de governo. E ficando o mesmo Senhor inteirado do seu conteudo: é servido ordenar, que Vossa Mercê regule os seus procedimentos pelas Bases da Constituição portugueza, já por Sua Alteza Real juradas, e que successivamente o vão sendo pelas autoridades, e empregados públicos em todas as terras do Brasil; modificando o seu regimento pelo que nelas se determina".

Continua a carta, determinando que não se faça ninguém sair do Distrito Diamantino, e, ainda, que as leis modificadas pela constituição, à medida que fossem feitas, se iriam transmitindo para o Tijuco, aconselhando, entretanto, que, enquanto não che-

gassem as alterações, seria conveniente seguirem as leis — então em vigor.

Em 1821 está a Extração em franco declínio, não sendo os bilhetes pagos com pontualidade “mesmo os novamente emitidos depois da última reforma de 1816, começaram a cair em descrédito” (10).

Em 1832, foi dada nova organização aos serviços diamantinos já então em plena decadência.

Por lei de 25 de outubro de 1832, é permitida a lavração de minas de diamantes a quem quisesse, por meio de pagamento proporcional ao terreno concedido. Até 1841, alguns homens, sob a direção de Manuel Lopes de Faria, continuam no trabalho de apuração de areias já extraídas.

A 13 de outubro de 1831 é o Tijuco elevado a vila Diamantina e a 6 de março de 1838 a cidade.

E, no lugar agreste, que tanta população abrigou, e população fremente, cheia de sonhos, de esperanças, de lutas e de anseios, que constituiu o rico arraial do Tijuco, existe, hoje, apenas, uma linda e gloriosa cidade, comovente na sua tradição —
DIAMANTINA.

FORTUNÉE LEVY

(*Conservador cl. G do Museu
Histórico*)

(10) FELICIO DOS SANTOS — “Memórias do Distrito Diamantino” —
pág. 371.

BIBLIOGRAFIA

- CALOGERAS — As Minas do Brasil e a sua Legislação.
CLÁUDIO MANUEL DA COSTA — Vila Rica.
DIOGO PEREIRA DE VASCONCELOS — Memória histórica da Capitania de Minas.
ESCHWEGE — Pluto Brasiliensis.
FELICIO DOS SANTOS — Memórias do Distrito Diamantino.
JOÃO MAWE — Viagem ao interior do Brasil.
JOÃO VIEIRA COUTO — Memórias sobre a Capitania de Minas.
REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO — 3.º, 7.º e 8.º volumes.
SAINT-HILAIRE — Voyage dans le Distrit des Diamants.

O MARECHAL BARÃO DE TAQUARÍ

A Exposição Histórica do Brasil no Pavilhão dos Portuguezes no Mundo, durante o ano áureo dos Centenários, em Lisboa, causou a melhor impressão entre os que a visitaram. Uma das provas dessa boa impressão foi a seguinte carta recebida pelo Diretor do Museu Histórico e Organizador daquela Exposição, Dr. Gustavo Barroso, quando ainda se achava em Portugal :

Ao Excelentíssimo Senhor

Dr. Gustavo Barroso

Ilustre Diretor do Museu Histórico
do Rio de Janeiro

Com as mais ferventes saudações, ousamos dirigir-nos a V. Excia., os portuguezes Forbes Costa, residentes no Porto, para um oferecimento que julgamos oportuno, e que é ainda um testemunho da nossa devoção patriótica, nesta hora alta de consagrações Centenárias e de afervoramentos do abraço quatro vezes secular das duas PÁTRIAS irmãs Portugal-Brasil.

Somos bisnetos do Tenente-General do Exército Brasileiro, Barão de Taquarí, Manuel Jorge Rodrigues, e pertencemos a um dos quatro ramos da sua ilustre família, existentes no Porto — os Bessa Forbes, Forbes Bessas, Forbes de Magalhães e Forbes Costas. Descendemos da filha do Barão, D. Maria do Carmo Rodrigues Forbes, casada com Antônio Ribeiro Fernandes Forbes.

Por todo o Brasil é numerosa a família. O brasileiro Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, também um dos descendentes, professor erudito, investigador histórico notável e distinto genealogista, demonstra isso num valioso Estudo Heráldico que pu-

blicou sob o título *Os Rodrigues de Taquari*. Obra que não é decerto estranha à elevadíssima cultura de V. Excia.

O grande poeta português do século XIX, Faustino Xavier de Novais, igualmente nosso patricio, porque é do Porto, e que viveu por algum tempo no Rio, colaborou no periódico literário *O Futuro* e nele inseriu em o seu n. XIII, de 15 de março de 1863, um Esboço Biográfico primoroso, completo, sobre o Barão de Taquari. V. Excia. não desconhece, indubitavelmente, essa publicação. Mas para poupar V. Excia. a incômodos, permitimo-nos juntar a esta carta um resumo datilografado das preciosas informações biográficas de Novais.

Historia ele que o Tenente-General fez uma ascensão militar gloriosa até ao culminante porto do Exército Brasileiro. Desde que assentara praça em Portugal aos 17 anos, em 18 de setembro de 1794, e se encheu depois de prestígio, com o renome e os successos brilhantes que alcançou nas campanhas da resistência às invasões napoleônicas na Península Ibérica, até ser chamado ao Rio de Janeiro, em 30 de março de 1816, para comandar as forças luso-brasileiras na Guerra do Uruguai. Como Governador da Colônia do Sacramento deu lições de bravura e decisão contra o general W. Brown chefe da esquadra argentina, a qual rechaçou e venceu. Serviu o Brasil durante 30 anos, desde o Rio da Prata ao Amazonas, em postos de responsabilidade e com êxitos militares que lhe valeram da Corte Imperial honras e distinções a aureolarem o seu nome quando morreu em 14 de maio de 1845.

Poucas figuras serão tão representativas e dignas de lembrar-se neste momento, em que Portugal e Brasil estão associados festivamente para tornar a ler a página de ouro que em séculos idos escreveram para a História da Civilização.

Temos, pois, a subida honra de ofertar ao Brasil, na pessoa de V. Excia. e por intermédio do Museu Histórico do Rio de Janeiro, os dois retratos a óleo que seguem, e que possuímos na família — do Barão, que está fidelíssimo, segundo uma gravura do citado periódico literário de Novais, e o da Baronesa, modelo acabado de virtudes e de tanta simplicidade que nunca usou jóias. Foram escrupulosamente restaurados pelo consagrado artista, já admitido no Museu de Artes Contemporânea de Lisboa, e atual professor da Escola de Belas Artes do Porto, Joaquim Lopes.

Digne-se V. Excia. aceitar este preito à grande Pátria Brasileira, com as nossas homenagens e melhores votos pela pessoa ilustre de V. Excia.

De V. Excia.

Admes. e Crdos. Atos. e Obrgmos.

Porto, 6 de agosto de 1940.

José Julio Forbes Costa

Antonio Fernandes Forbes Costa

Maria do Carmo Forbes Costa

Sophia Forbes Costa Calmon

Maria da Conceição Forbes Costa de Sequeira

Eugenia Forbes Costa Ceneres

Maria Leopoldina Forbes Costa Côte-Real

Julio Augusto Forbes Costa

João Rodrigues de Sequeira Forbes

Frederico de Castro Nobre da Veiga Côte-Real

Os lindos retratos a óleo dos Barões de Taquarí acham-se expostos no Museu Histórico, de ambos os lados do patamar da escadaria que leva às salas Duque de Caxias, D. Pedro II e D. Pedro I.

Graças à generosa doação da digna Família Forbes Costa, pode o Museu hoje expor ao público brasileiro a figura desse varão ilustre carregado de serviços no nosso passado.

O Tenente General Manuel Jorge Rodrigues, Barão de Taquarí, nasceu na cidade de Lisboa a 23 de abril de 1777. Era filho legítimo dum homem do comércio: Jerônimo Rodrigues.

Abandonou seus estudos para o comércio e assentou praça no regimento de infantaria n. 8 do Exército Português, a 18 de setembro de 1794. Tomou parte nas campanhas de 1800 a 1801, galgou os postos inferiores e foi promovido a alferes por decreto de 24 de junho de 1807.

Fez a campanha da Restauração em 1808. Comissionado no posto de capitão, foi encarregado de organizar o primeiro batalhão de caçadores, com o qual participou de toda a guerra peninsular.

Promovido a capitão efetivo no dia 21 de janeiro de 1809, da sua fé de ofício consta que esteve na ação de Goa, em 24 de julho de 1810, na batalha do Buçaco, em 26 e 27 de setembro seguinte; nas ações de Pombal, Redinha, Foz d'Arouce e Sabugal; na de Fuentes de Oñoro, em 5 de maio de 1811; no cerco e assalto de Ciudad Rodrigo, de 5 a 19 de janeiro de 1812, em Badajoz, de 17 de março a 6 de abril; em Tordezillas, em 18 de julho; em S. Muñoz, em 17 de novembro, e, assim, em quantos combates se travaram até dezembro de 1813, sendo ferido no de 1.º de setembro, e promovido a major por decreto de 9 de novembro, tudo no mesmo ano de 1813.

No ano de 1814, combateu no assalto aos subúrbios da vila de Ortez, a 25 de fevereiro, e na batalha geral travada no mesmo lugar a 27 desse mês. Comandava na batalha de Toulouse, a 10 de abril de 1814, o primeiro batalhão de caçadores e recebeu grandes elogios do comandante da sua brigada.

A 1.º de junho de 1815, concederam-lhe a medalha inglesa do Duque de York, por ter comandado o referido batalhão nas citadas batalhas dando provas de intrepidez e de energia.

A 22 de junho do mesmo ano, foi promovido a tenente-coronel, passando a comandar o 1.º batalhão de caçadores da "Divisão de Voluntários Reais", que veio para o Brasil auxiliar as tropas que se batiam na Banda Oriental do Uruguai, entrando em Montevideu no dia 20 de janeiro de 1817.

Por decreto de 28 de junho de 1816, Manuel Jorge Rodrigues recebeu a "medalha portuguesa de distinção" pelos diferentes comandos e campanhas. Por outro decreto de 10 de julho do mesmo ano, foi agraciado com o "hábito de cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz".

Em maio de 1818, graduado desde janeiro em coronel, levou seu batalhão à Colônia do Sacramento, em cuja guarnição se conservou sempre ativo e digno da confiança nele depositada, pois era grande a importância estratégica daquela praça.



BARÃO DE TAQUARI
TENENTE GENERAL MANUEL JORGE RODRIGUES
DE LO MUSEU HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO PELAS
MENSURAS PORTUGUEZES TORRES COUSAS

Retrato do Barão de Taquari, no Museu Histórico. Óleo de autor não identificado.

Por decreto de 21 de janeiro de 1821, em recompensa aos seus grandes serviços, foi distinguido com a venera de cavaleiro da Torre Espada, Valor, Lealdade e Mérito.

“Quando, em 1821, foi proclamada revolucionariamente e jurada a constituição em Montividéu, pelos corpos que ali existiam, foi instalado um conselho militar para vigiar pela rigorosa execução das leis. Altamente incompatível com a disciplina, este acontecimento foi precursor de outros, inevitáveis em semelhantes crises, e contrários à boa ordem.

Dominava o espírito de partido, sucediam-se as arbitrariedades, e a anarquia desenfreada seria o resultado fatal de tão perigosa oscilação!

À vista disto, deliberou Manuel Jorge Rodrigues, opor forte resistência aos atos do conselho militar, dispondo-se convenientemente para sofrer as consequências dessa opposição”.

“Do campo dos sublevados partiram emissários à Colônia, reclamando a sua adesão ao movimento, sendo completamente baldados todos os esforços nesse sentido. Restava ainda o recurso da traição, e foi esse aproveitado na tentativa de aliciar soldados para prenderem o comandante e conduzi-lo a Montevidéu; mas brevemente foi reconhecida a impotência do meio, tornando-se mais saliente a influência que exercia sobre os seus subordinados o temido adversário”.

Mais de um ano havia decorrido no jogo dessas inuteis pretensões quando, em setembro de 1822, saiu de Montevidéu o General Carlos Frederico Lecor, visconde da Laguna, reunindo-se ao brigadeiro Marques de Sousa com o intuito de proclamarem juntos a Independência.

Ofereceram ao Coronel Manuel Jorge Rodrigues o comando duma divisão. Ele rejeitou nobremente o posto.

“Dotado de um carater firme e inabalavel, desconhecendo atalhos que o desviassem da estrada da honra, que seguia sempre, e a todo o custo, seria Manuel Jorge facil de iludir em sua boa fé, enquanto os esforços dos seus adversários os não afastassem da órbita do dever; tinha-se, porem, atentado contra a sua leal-

dade; haviam-se posto em prática os meios que a virtude não sugere, embora os adote a ambição, e tudo isto incutiu no ânimo do brioso militar a desconfiança que havia de subtraí-lo à cilada”.

“Acabavam de desembarcar na Colônia três oficiais, quando Manuel Jorge, chamando imediatamente outros três oficiais da sua confiança, ordenou que fossem presos os recém-chegados; e foi feliz a inspiração que deliberara a ordem, porquanto aqueles três oficiais, partindo de Montevideu para ali, de combinação com os revoltosos, haviam aceitado a criminosa comissão de o levarem, morto ou vivo, ao campo adverso. Disposto já a mandar os presos para a ilha de S. José, onde estava o quartel-general, viu chegar o coronel Antônio Pinto, com alguns oficiais, que, mandados pelo visconde da Laguna, vinham efetuar a captura, por se haver descoberto em Montevideu a intenção da partida.

Assim se conservou a Colônia, à custa de imensos sacrifícios, sendo o resultado de grande vantagem para a causa do Brasil, porque era ela a chave da província, notavel ponto de apoio, e importante pelo seu porto fronteiro a Buenos-Aires”.

A 31 de janeiro recebia Manuel Jorge Rodrigues a medalha da Pacificação do Sul. A efetividade no posto de coronel lhe foi dada por decreto de 6 de agosto de 1823; a cruz de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por carta imperial de 4 de janeiro, e as patentes de brigadeiro graduado e de governador da praça da Colônia do Sacramento, por decreto de 1.º de dezembro de 1824. Em 1825, por decreto de 4 de abril, foi-lhe concedida a efetividade no posto de brigadeiro, equivalente hoje a General de Brigada. Desembarcaram nesse ano de 1825 no “Porto das Vacas”, na Cañada de Gutierrez ou na Praia da Agraciada os chamados *trinta e três*, que pugnaram pela independência da província Cisplatina sob as ordens de Lavalleja.

Travou-se a Guerra entre os Orientais rebelados, a República Argentina e o Império Brasileiro. A Colônia foi atacada pelo general Lavalleja, o qual foi repellido, com muitas perdas de vida. Em 25 de fevereiro de 1826, apresentou-se o chefe naval argentino Brown em frente da Colônia, com 6 navios, montando

107 peças. Intimou o governador a entregar a praça. São dignos de citação os dois ofícios dirigidos ao governador, e as respostas deste a Brown. Eis o primeiro :

“A bordo da fragata”, 25 de maio” — fevereiro 25 de 1826.

O general em chefe da esquadra da República Argentina, em nome de seu governo, intima o Sr. governador da Colônia do Sacramento para que a entregue, com as forças marítimas que se acham nesse porto, no preciso termo de vinte e quatro horas, prevenindo ao Sr. governador de que, se assim o fizer, serão respeitadas todas as propriedades que se acham nessa praça, e não será incendiada a povoação, nem os navios.

“O abaixo assinado espera do Sr. governador, por humanidade, para evitar toda efusão de sangue, accederá a esta intimação, fundada na superioridade das minhas forças no Rio da Prata.

“Sem motivo para mais, saudo Sr. governador, com toda a consideração.

“Exmo. Sr. governador da Colônia do Sacramento.

W. Brown”

RESPOSTA

“Praça da Colônia do Sacramento, 25 de fevereiro de 1826.

“O brigadeiro dos exércitos nacionais e imperiais, e governador desta praça, responde em seu nome, e de toda a guarnição que tem a honra de comandar, à intimação do Sr. general em chefe da esquadra da República Argentina, que a sorte da armas é que decide a sorte das praças.

“Saudo o Sr. Comandante em chefe com toda a consideração.

Exmo. Sr. general em chefe da República Argentina.

Manuel Jorge Rodrigues”.

Diante desta resposta breve, terminante e corajosa, dirigiu-se Brown ao porto na manhã seguinte e rompeu fogo. Depois de quatro horas de bombardeio, perdeu um brigue, e achou-se em perigo uma corveta encalhada na restinga de S. Gabriel. O Chefe argentino içou bandeira e mandou ao governador este segundo ofício :

“Parece-me que é chegado o momento em que deve ter efeito o oferecimento que fiz ao governador, no dia de ontem ; por conseguinte, espero que imediatamente se decida pela justa intimação ; quando não, sofrerá toda a severidade, que merece a tenacidade do Sr. governador.

“Deus guarde a V. Excia. muitos anos. Fevereiro, 26 de 1826”.

Aquela insistência era para Manuel Jorge uma ofensa, pois não admitia que, tendo respondido o primeiro ofício, esperassem, em resposta ao segundo, uma opinião contrária à que manifestara corajosamente. Demais, neste se não apresentava nova proposta, nem idéia nova que permitisse discussão. Julgou, pois, inutil continuar aquela correspondência, e como a linguagem do adversário o dispensava de formalidades respondeu verbalmente ao portador do ofício, parafraseando o Pilatos do *Quod Scripsit, Scripsit*.

“Diga ao Sr. General em chefe que — O dito, dito”.

Em seguida a tão nobre resposta, reveladora do seu carater, rompeu outra vez fogo por mais de uma hora, obrigando Brown a fundear dentro do porto, mas fora do alcance da artilharia. Auxiliado por mais duas escunas e sete canhoeriras, o argentino tentou um desembarque na noite de 1.º de março. Baldado esforço. Tudo estava de prevenção e, após duas horas e meia de fogo de artilharia e fuzilaria, três das canhoneiras foram aprisionadas, tornando-se cada vez mais perigosa a situação do atacante.

“Continuou o fogo, com mais ou menos intervalos, nos dias seguintes, até que, na madrugada de 14, resolveu Brown fazer-se de vela para Buenos Aires, com perda de cerca de 500 homens, e com grande estrago em todas as embarcações.

A praça perdeu nesses 16 dias, 23 homens, sendo um major e os outros marinheiros e soldados. Feridos 2 oficiais e pouco mais de 50 entre soldados e marinheiros”.

Tal procedimento em tão difícil emergência, mereceu as seguintes palavras do tenente general Barão de Vila Bela, na ordem do dia n. 13, de 8 de março de 1826 :

“O Sr. brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues é digno dos maiores elogios pelo valor e acerto com que dirigiu os seus ataques e a tropa de seu comando pela heróica maneira com que os executou contra o inimigo, conseguindo um vantajoso resultado à Sagrada Causa do Império : Este bravo, e digno governador, e a briosa guarnição daquela praça bem depressa verão subir à Augusta Presença de S. M. Imperial seus gloriosos feitos, merecendo de sua paternal bondade a recompensa de que se fizeram dignos”.

A 4 de abril desse ano, promoveu-o o Governo Imperial a marechal de campo.

Feita a paz em 1828, foi-lhe dado o comando da divisão de observações que permaneceu em Montevideu. Substituiu-o no posto o general Soares de Andrea. Assumiu então o comando das armas da Província do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu de 14 de março de 1829 até março de 1830.

“Apenas chegado a Porto Alegre, deparou-lhe o acaso um ensejo de mostrar a sua intrepidez e influência, que exercia sobre os soldados. Amotinara-se o batalhão de caçadores n. 14, que, com as armas nas mãos, exigia o pagamento dos soldos atrasados.

A presença do denodado chefe, foi bastante para submeter à obediência os amotinados que por sua ordem se recolheram ao quartel, continuando depois a fazer a guarnição, sem que reaparecesse signal algum de revolta”.

Em 1830, foi transferido para o comando das armas da província de Minas Gerais.



Retrato da Baronesa de Taquari, no Museu Histórico. Óleo de autor não identificado.

Pediu reforma em janeiro de 1835, obtendo o seguinte despacho :

“A Regência, em nome do Sr. D. Pedro II, a quem foi presente o requerimento em que V. S. pede reforma, julga acertado não anuir, por ora, a tal pretensão; por isso que, lembrada dos distintos serviços por V. S. prestados a este Império do Brasil, espera que ainda possa continuar em tão brilhante carreira, com o mesmo zelo e lealdade que lhe darão forças para o bom desempenho.

Deus guarde a V. S. — Paço em 25 de janeiro de 1835.

João Paulo dos Santos Barreto”.

Nomeado presidente da Província e governador das armas do Pará por decreto de 1.º de abril de 1835, tomou posse em 25 de junho do mesmo ano. Era na época de Cabanagem e encontrou fortes elementos de revolta já reunidos, para levarem a efeito o ataque a Belem. Realizaram-no a 14 de agosto, resultando morrer no combate travado, entre outros oficiais, seu filho, o capitão Jerônimo Herculano Rodrigues.

Dispensado a 14 de novembro seguinte da penosa comissão, recolheu-se à Corte e a 16 de fevereiro de 1837, foi nomeado vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça, com a graduação de tenente-general por decreto de 12 de setembro do referido ano.

A guerra civil do Rio Grande do Sul, a Rebelião Farroupilha continuava preocupando a atenção do governo da Regência, pouco satisfeito com a direção das operações de guerra pelo marechal de campo Antônio Eliziário. Exonerado este do comando do Exército do Sul, por decreto de 23 de maio de 1839, foi designado para o cargo o tenente-general Manuel Jorge Rodrigues. Chegou à Província do Rio Grande do Sul e tomou posse em Porto Alegre, a 24 de julho. A 2 de dezembro do mencionado ano de 1839, saiu sua promoção a tenente-general efetivo.

“Na esperança de auxílio de tropas e material para o seu exército, seguiu Jorge Rodrigues para a Campanha, no propósito de dar combate aos revolucionários. Tais auxílios, porem, se re-

tardaram por demais, de modo que de tudo ciente, Bento Gonçalves se moveu das imediações de Porto Alegre onde se achava, e transpôs o rio Caí, procurando o seu digno adversário, e no dia 3 de maio de 1840 encontrando-o acampado na margem esquerda do Taquari travou-se renhida luta por mais de uma hora, sendo Jorge Rodrigues vantajosamente coadjuvado pela esquadilha, sob o comando do chefe Pascoe Greenfel, que nesse rio se achava fundeada.

Dos 4.626 homens do exército imperial foram mortos 53, feridos 125 e 4 prisioneiros e dos 6.000 dos republicanos foram mortos 35, feridos 114 e 8 prisioneiros. Nesse combate foi morto o cavalo em que montava Manuel Jorge Rodrigues.

Ambos os generais deram-se por vencedores; inquestionavelmente, porem, não houve vantagem notavel de parte a parte; porquanto o exército legal não causou grave dano ao dos republicanos. Este voltou para continuar o assedio de Porto Alegre e Manuel Jorge Rodrigues com a infantaria e artilharia tomou posição em S. Amaro na margem esquerda do Jecui, tendo dado direções diversas à sua cavalaria, que fracionou”.

No dia 14 de julho do mesmo ano, Jorge Rodrigues foi dispensado do comando e elogiado pelos serviços prestados. A 18 de julho de 1841, passou de vogal a conselheiro de guerra.

Em 1842, assumiu o cargo de governador das armas da Corte. Já por carta imperial de agosto do ano anterior fora nomeado gentil-homem da Imperial Câmara.

Em recompensa aos seus longos e altos serviços, por decreto de 25 de março de 1845, o Governo Imperial o distinguiu com o título de Barão de Taquari, com grandeza.

O tenente-general Manuel Jorge Rodrigues, barão de Taquari conselheiro de Estado e de Guerra, gentil-homem da Imperial Câmara; comendador das Ordens da Rosa e de Aviz, oficial do Cruzeiro, Cavaleiro da Torre e Espada, e condecorado com as medalhas das campanhas da Península e da Cisplatina e com as de distinção de Portugal e da Inglaterra, por comandos de corpos em batalhas campais, morreu no Rio de Janeiro a 14 de maio de 1845, e legou aos seus descendentes e ao Exército Bra-

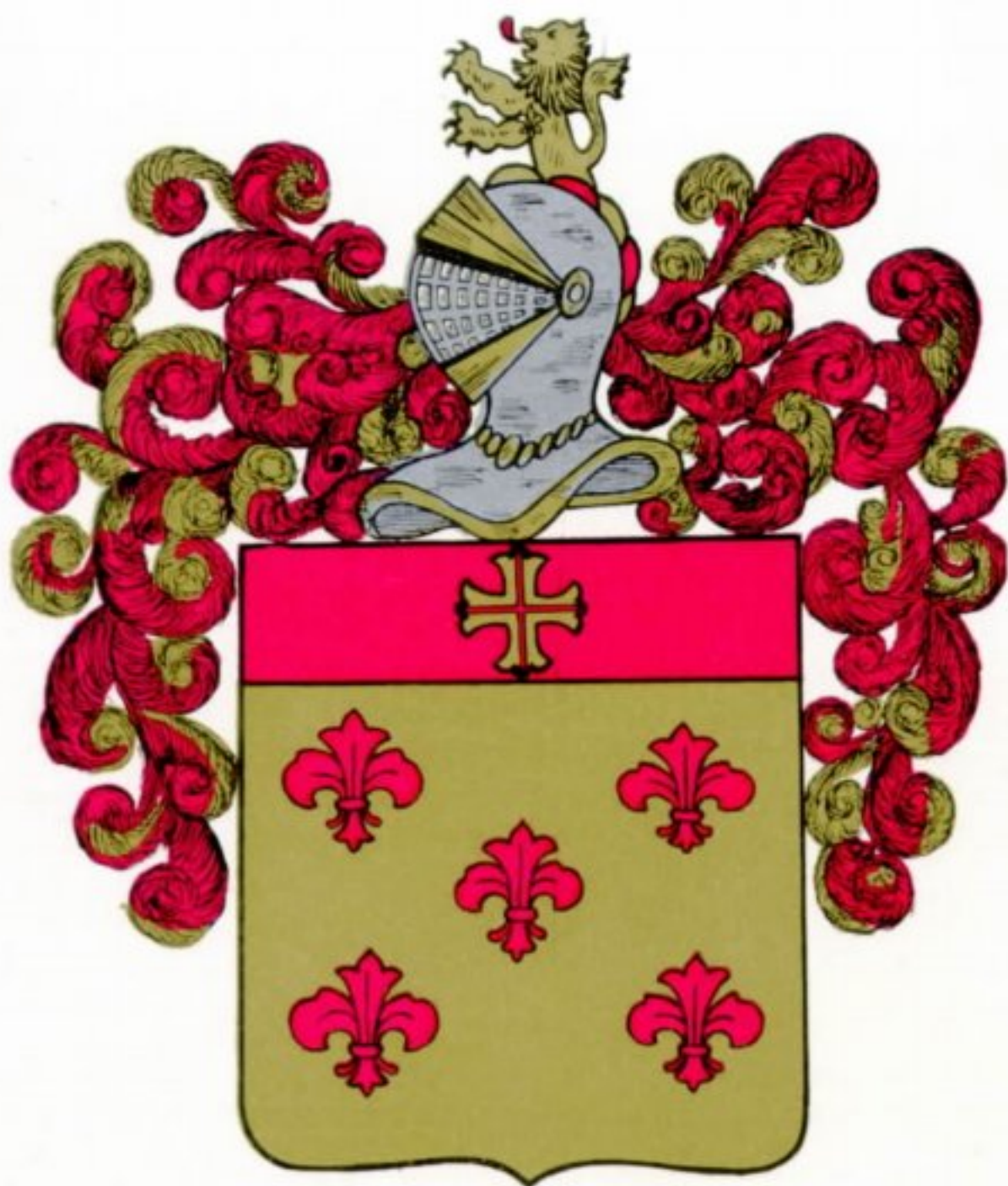
sileiro, um nome puro de cidadão e militar honesto e bravo, digno de servir de modelo aos que procuram seguir o caminho da honra e do dever, afirma seu biógrafo o Capitão Alfredo Pretextado Maciel da Silva.

Foi sepultado nas catacumbas da igreja de São Francisco de Paula.

O Museu Histórico, graças à magnificência de seus descendentes portugueses, pode atualmente render o devido culto à sua memória.

ADOLPHO DUMANS

(*Conservador cl. G. Secretário do Museu
Histórico*)



ESCUDO D'ARMAS DO BARÃO DE TAQUARI : de ouro com cinco flores de liz de vermelho postas em aspa e um chefe do segundo esmalte carregado de uma cruz florenciada de ouro e vasia do primeiro, que é de Rodrigues (1.º ramo). Tímbrę : um leão de ouro, sainte, com uma flor de liz do escudo sobre a espadua. Elmo de prata, aberto, voltado à destra. Virol e paquite com os esmaltes do escudo.

GENEALOGIA DO BARÃO DE TAQUARI

(Do Anuário Genealógico Brasileiro)

Taquari (1.º Barão, com Grandeza). Manuel Jorge Rodrigues, 1.º Barão de Taquari, a 25-III-1845, com Grandeza, Nascido a 23-IV-1777, em Lisboa: falecido a 14-V-1845, no Rio de Janeiro. Tenente-General e Presidente do Pará. Fez a guerra contra Napoleão (1808-14): e da Independência (1882) e todas as guerras do 1.º Império. Filho de Jerônimo Rodrigues e de D. Joana Maria da Conceição. O Barão casado com D. Maria da Conceição, nascida a 14-X-1786, falecida a 26-X-1866.

Pais de:

- F1) Jerônimo Herculano Rodrigues, nascido em 1801, em Castelo de Vide, e falecido a 14-VIII-1836, em combate, no Pará, solteiro, sem sucessão.
- F2) José Antônio, 2.º Barão de Taquari (ver).

F3) Antônio Rosendo Rodrigues, nascido a 1-III-1808, em Castelo de Vide: falecido a 31-I-1880, em Nova Friburgo (Estado do Rio). Conselheiro: casado com D. Rafaela Gabriela Carolina da Silva Pinto Bandeira, nascida em Rio Pardo (Rio Grande do Sul), filha do Capitão Gaspar José Pinto Bandeira. Pais de:

N1) Gaspar, falecido, solteiro.

N2) Manuel Jorge Rodrigues, nascido a 22-II-1839, no Rio Grande do Sul, falecido a 27-III-1894. Desembargador, casado com D. Maria Antônio da Costa Pinto, N. Minas, filha do Dr. Antônio da Costa Pinto, Conselheiro, Desembargador, Presidente de Minas-Gerais e Baía, e de D. Teresa Amalia Rodrigues Fróes, N. Minas. Pais de:

Bn 1) D. Teresa Isabel Rodrigues, solteira, residente em Niterói.

Bn 2) Dr. Henrique Jorge Rodrigues, nascido a 15-III-1869, em Nova Friburgo. Desembargador, reside em Niterói, casado com D. Paula Viana, filha de Ladislau Gonçalves Viana e D. Sofia do Nascimento; neta materna de Custódio do Nascimento e de D. Maria Madalena.

Pais de:

Tn 1) Dr. Henrique Clemente Rodrigues, engenheiro, em Niterói, casado com D. Zilda Rudge, filha de

Horácio Vergueiro Rudge, e de D. Durvalina Vieira de Souza; neta paterna de João Maxwell Rudge ("Genealogia Paulistana", II, 196) e de D. Luisa Vergueiro.

Qn1) D. Maria Aparecida.

Qn2) José Henrique.

Tn 2) Ester Ninfa Rodrigues, freira.

Tn 3) D. Noemi Paulina Rodrigues.

Tn 4) Manuel Jorge Rodrigues, casado com sua prima (Tn14), D. Dina Rezende Rodrigues.

Tn 5) José Olegário Rodrigues, nascido a 6-III-1904, em Paraiba do Sul, falecido a 12-I-1928, em Petrópolis, solteiro.

Tn 6) D. Maria Paula Rodrigues, freira.

Tn 7) Luiz Gonzaga Rodrigues.

Tn 8) Agostinho Olavo Rodrigues.

Tn 9) D. Raquel Sílvia Rodrigues, professora em Niterói.

Tn10) Paulo Alberto Rodrigues.

Bn 3) Dr. Adolfo Bandeira Rodrigues, médico na Rio de Janeiro, casado com D. Alzira.

Pais de :

Tn11) José Maria Rodrigues.

Tn12) Luis Adolfo Rodrigues, a 20-VII-1936, casou com D. Emilia Pacheco de Oliveira.

Tn13) D. Maria José, falecida.

Bn 4) Agostinho Olavo, falecido, menor.

Bn 5) Dr. Paulo Afonso Rodrigues de Taquari, nascido a 28-XIII-1878, no Rio de Janeiro. Em Vitória, a 22-VI-1905, casou com D. Zulmira Rezende, filha do Coronel Manoel Pereira de Matos Rezende e de (2.ª esposa) D. Emilia da Silva; neto paterno de Antônio Pereira de Matos e de D. Maria Dias de Rezende; neto materno do Alferes José Francisco da Silva Melo e de D. Maria Pinto.

Pais de :

Tn14) D. Dina Rezende Rodrigues, casada com seu primo (Tn4) Manuel Jorge Rodrigues.

Tn15) D. Rute Rezende Rodrigues, professora.

Tn16) Ralfe Rezende Rodrigues.

Tn17) D. Judite Rodrigues de Taquari, nascida a 18-V-1913, em S. Paulo; no Rio de Janeiro, a 22-VI-1938, casou com o Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, advogado, professor, escritor, historiador e genealogista. Membro de muitas instituições culturais, nacionais e estrangeiras. Autor de vários trabalhos. Neto do Conde Vicente de Azevedo (vêr).

Pais de :

Qn3) D. Carlota Leopoldina, nascida a 8-V-1939, em S. Paulo.

Qn4) José, nascido a 10-I-1941, em S. Paulo.

Tn18) D. Maria José Rezende Rodrigues.

Tn19) José Augusto Rezende Rodrigues.

Tn20) D. Maria Emilia Rezende Rodrigues.

Tn21) Henrique Geraldo.

Tn22) Maria Aparecida, nascida a 12-XL-1922, falecida a 2-VIII-1923.

Bn 6) D. Maria da Conceição Rodrigues, solteira, residente em Niterói.

N3) D. Rita de Cássia Rodrigues, falecida, casada com Dr. Antônio Augusto Ferreira Soares, falecido, médico, português, irmão do Conde de Ferreira (em Portugal) e filho de Basílio José Ferreira e de D. Maria da Luz.

Pais de :

Bn 7) Dr. Luiz Augusto Ferreira Soares, falecido, solteiro, médico,

Bn 8) D. Luíza Ferreira Soares, solteira, residente no Rio de Janeiro.

Freitas.

Bn10) Dr. Antônio Ferreira Soares, advogado, casado com D. Maria da Glória Carneiro, professora, filha de Valentim dos Reis Carneiro e de D. Alzira Duque Estrada de Barros; neta materna de D. Francisca Duque Estrada.

Pais de :

Tn23) D. Lígia Soares, casada com Mario Hassellmann, filho de José Frederico Hassellmann e de D. Ernestina.

Pais de :

Qn5) D. Vera Maria.

Qn6) Sérgio José.

Qn7) Guilherme Frederico.

Tn24) Luiz Ferreira Soares, solteiro.

Bn11) D. Maria Ferreira Soares, casada com Raul de Freitas (irmão de Alzira, de 2n9).

Tn25) Mário Soares de Freitas.

Tn26) Nourival Soares de Freitas, casado com D. Maria Augusta.

Pais de :

Qn8) José Luiz.

Tn27) D. Clélia de Freitas, casada com Dr. Francisco Pimentel.

Pais de :

Qn 9) D. Lilia.

Qn10) D. Marli.

Tn28) Valter Soares de Freitas.

Bibliografia : Dr. Bueno de Azevedo Filho, "Os Rodrigues de Taquari", in Revista do Inst. Est. Genealógicos, n. 1.

BATISMO DO 1.º BARÃO DE TAQUARI

"Aos dois dias do mês de Mayo, do anno de mil sete centos e setenta e sete, nesta Paroquial de São Vicente de Fora, batizei solemnemente e pus os Santos oleos a Manoel que nasceo em vinte e tres do mes de Abril do dito anno; filho de Jerónimo Rodrigues, batizado na freguezia de São Miguel de Alfama. Madrinha por devoção, Nossa Senhora do Pillar. Foi padrinho o Reverendo Joaquim José dos Santos, Presbitero Secular, e morador na Rua da Cruz, freguezia de Santa Engracia desta Cidade; de que fiz este assento que assignei. Dia, mes e anno ut supra. O Cura, Manoel Caetano Simões".

OBITO DO 1.º BARÃO DE TAQUARI

"Aos 15 dias do mez de maio de 1845 sepultou-se nos jazigos desta Venêravel Ordem o Exmo. Barão de Taquary, o qual veio em coche em caixão proprio, vestido de Farda: foi encomendado e recomendado pelo nosso Rvdo. Pró-Comissario, e quinze sacerdotes, veio acompanhado pelo Cura da Capella Imperial, teve descargas, e teve muitos convidados, e jaz na Catacumba n. 117. José Pereira Barbosa". (Igreja de S. Francisco de Paula, no Rio de Janeiro).

O PROBLEMA DA PRIMEIRA CASA DA MOEDA NO BRASIL

As relações entre a Numismática e a História do Brasil existem sempre e o fato de não serem muitas vezes evidentes não deve importar na exclusão do estudo e na diminuição da importância da primeira das ciências acima referidas. Isso, aliás, foi perfeitamente compreendido no Museu Histórico Nacional, em que há vários anos vem sendo a Numismática ensinada com a necessária e satisfatória amplitude, do mesmo modo que nele, desde a sua fundação, é ela objeto de estudos, processados e orientados, por seus técnicos e pela sua direção, com os mais proveitosos e eficientes resultados.

Dentre os pontos que mais clara tornam a necessidade do conhecimento da nossa Numismática em relação à compreensão da História Brasileira sobressai o problema de qual teria sido a primeira Casa da Moeda estabelecida em nosso território, fato politico-administrativo cuja significação na análise da evolução do Brasil deve ser realçada, dadas as formalidades que rodearam e o desenvolvimento nacional que comprovou o fato da instalação de uma Casa da Moeda na colônia brasileira.

A moeda metálica foi uma das vantagens da civilização que os portugueses não puderam deixar de trazer, ao virem colonizar as terras brasileiras. Não a usavam os indígenas por estarem num estado de cultura bastante rudimentar, desconhecendo o uso dos metais, e também pela falta quase absoluta de divisão de trabalho que pudesse forçar a escolha de um estalão geral de valor servindo para facilitar as trocas. Os habitantes do Brasil pré-cabralino não estavam nem no nível dos da América Central e do Norte da mesma época, que já se utilizavam do cacau ou de ornatos de conchas denominados *wampuns*, como moeda.

Os lusitanos, vindos dum meio em que os homens já sentiam necessidade complexas e se votavam a atividades especializadas, tiveram de usar a moeda como instrumento de intercâmbio. A pouco e pouco, conforme a população foi aumentando, o numerário português foi se introduzindo e circulando na nova terra. É verdade que não só a moeda servia de meio de troca. As condições da época e do meio impuseram muitas vezes a economia naturista, servindo então de estalão de valor gêneros da terra, ferramentas e objetos de geral utilidade, além da troca direta de mercadorias contra mercadorias.

Frei Gaspar de Madre de Deus escreve nas suas "Memórias para a História da Capitania de São Vicente" que desde 1544 se importavam "as drogas da Europa que se haviam de vender aos portugueses, e eles aos índios: o produto exportavam para o Reino em gêneros da terra, principalmente em açúcar, o qual era a moeda corrente desse tempo. O dinheiro vinha do Reino e pouco; quase todo ia parar nas mãos dos ministros, párocos e oficiais de justiça, e por esta razão eram os officios tão estimados, que muitos Fidalgos e pessoas mais nobres da terra serviam de escrivães, e tabeliães. Aos índios pagavam com ferramentas, contas de vidro, busios, e outras bagatelas semelhantes a que chamavam resgate".

Mem de Sá escrevia a El-Rei em 1560 uma carta em que dizia que seu ordenado lhe era pago em mercadorias e Nóbrega em missiva para o P. Francisco Henriques escrevia de São Vicente a 12 de junho de 1561 que "a moeda, que nesta Capitania corre, não é senão assuquere; nele nos pagam a esmola de El-Rei".

Em 1585 dizia Anchieta na Informação da Província do Brasil que o Colégio de Pernambuco "tem de dote para a sua sustentação mil ducados que lhe ha dotado el-Rei D. Sebastião; pagam-se bem em 900 arrobas de assucar, as 800 de assucar branco, mascavado, alto e malo, e as 100 em assucar negro de sinos"... e mais adiante "... Vendidos na mesma terra importarão em 1.500 ducados, enviando-se a Portugal por nosso e a nosso risco importarão, *deductis expensis*, quasi 2.000 ducados".

Com os indígenas trocava-se pau-brasil por quinquilharias. Era o sistema de "resgate" tão assinalado pelos cronistas da

época e mesmo de tempos posteriores. O Padre Fernão Cardim refere-se também a ele.

Mas o numerário foi chegando e circulando sempre que possível. Os próprios descobridores parecem ter navegado com dinheiro em seus barcos, pois segundo o Conde de Campo Belo em "Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil": "as naus de Cabral transportavam nos porões ricos presentes de ouro e prata, burilados com esmero pelos cinzéis dos nossos melhores ourives, para serem oferecidos aos soberanos orientais em nome do monarca português, não falando já nas importantes quantias em dinheiro, indispensáveis para as transações comerciais e numa infinidade de barretes, carapuças, diversas peças de vestuário, quinquilharias e bugigangas do agrado dos selvagens".

Não podendo ser posta em dúvida a aplicação do numerário português à colônia, principalmente diante das leis que foram enviadas da Metrópole afim de serem cumpridas também no seu território e das providências oficiais tomadas para a remessa desse numerário, resta saber até que época essa aplicação se efetuou. Comumente se fixa o ano de 1694, em que houve a criação do sistema provincial e da Casa da Moeda provisória para termo final da circulação das moedas da Metrópole no Brasil. É verdade que o sistema criado era um sistema provincial português: mas a moeda só poderia circular no Brasil era portanto brasileira. O fato de também circularem poucas moedas do Sistema Nacional e raramente de maneira legal, não invalida a determinação daquela data como ponto extremo da aplicação do numerário lusitano. É assim, aliás, que procede o Professor Edgar Romero, chefe da secção de Numismática do Museu Histórico Nacional.

Mas o problema mais interessante de todos é verificar se o numerário português serviria à sua Colônia. Será necessário examinar primeiramente as características mais eficientes dos sistemas monetários lusitanos e de seus diversos tipos de moedas em relação às condições ambientes de Portugal, ao seu meio social e econômico, ao seu comércio com países vizinhos ou afastados, etc., e depois observar se essas moedas e esses sistemas monetários poderiam adaptar-se perfeitamente ao nosso meio e condições específicas.

Nós éramos nações diferentes com necessidades diversas. Na realidade, o numerário português só serviu integralmente nos primeiros anos da civilização brasileira, em que éramos mais ponto de passagem ou feitoria do que nação. E isto porque :

1.º) Os colonos procuravam usar o que aprenderam na Metrópole e viviam como se lá estivessem.

2.º) O dinheiro servia na verdade para relações com Portugal e para o colono gastar no seu retorno à Pátria. Todo colono esperava voltar à terra, iã o notaram muitos historiadores.

3.º) As condições próprias do nosso país ainda se encontravam incipientes.

A pouco e pouco o numerário português foi-se transformando em brasileiro, por diferenciarse cada vez mais do da Metrópole. Algumas leis encontravam dificuldades em ser executados no Brasil como, por exemplo, a lei de 22 de março de 1663, aplicada ao Brasil pelo Regimento do Conde de Óbidos de 7 de julho de 1663 em que moedas desmonetizadas em Portugal como o "quarto" e o "oitavo de sêlo" (120rs. e 60rs.) ; os 6 vintens ou 120rs., os três vintens, o tostão, etc., não o puderam ser no Brasil por falta de Casa da Moeda, continuando a correr contramarcadas.

A lei de 6 de junho de 1651, confirmando leis anteriores, proibia a circulação no Reino e Senhorio das patacas do Perú e a Carta Régia de 13 de dezembro do mesmo ano mandava fosse executado no Brasil o ordenado nessa lei. O Governador-Geral do Brasil, Conde de Castelo Melhor, deveria também enviar as de fábrica antiga ao Reino, onde seriam reduzidas a peças de cruzado. Mas Castelo Melhor escreve aos Capitães Mores de diversas Capitánias, e da carta envia cópia a D. João IV, considerando ser da fábrica antiga do Perú "a principal cópia do dinheiro que há hoje no Brasil" e mostrando "ficar o Brasil sem negócio e os moradores com o risco das contingências do mar" se as enviasse, propunha se contramarcasse todas o que afinal foi executado sendo cortadas as de fábrica nova. Muitas outras vezes foram dadas soluções diversas das da Metrópole.

Mas diferenças maiores foram aparecendo. O tostão e o meio tostão passado a 120rs. e 60rs. em virtude dos Alvarás de 1 e 3 de fevereiro de 1642, circulavam legalmente no Brasil por

160rs. e 80rs. como se pode ver por um acordão do Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 11 de julho de 1644. Os selos e meio-selos (480rs. e 240rs.), aumentados em 1663 para 600 rs. e 300rs., passaram no mesmo ano a circular legalmente por 640rs. e 320rs. por permissão "na consideração da utilidade pública" do Conde de Óbidos, em cartas a governadores das várias Capitânicas. A própria aplicação da lei de 22 de março de 1663 no Brasil foi tão diferente da levada a efeito em Portugal que bastaria isso para deixar patente a impossibilidade de numerário idêntico.

A lei de 4 de agosto de 1688 acelera essa diferenciação por mandar correr as patacas castelhanas a peso valendo 100rs. a oitava. Constituindo elas a maioria do numerário corrente no Brasil e estando muito cerceadas iria haver, em geral, um prejuízo de 190rs. em cada pataca que pelos aumentos anteriores valia 640rs. O prejuízo total do país era calculado em cerca de 300.000 cruzados.

As Câmaras de diversas Capitânicas modificaram a lei de *motu-próprio* (a do Rio de Janeiro por concessão do Rei) e em São Paulo registaram-se os motins da moeda. Após algum tempo El-Rei viu que só poderia solucionar a questão de modo definitivo criando um sistema provincial, o que foi feito em 8 de março de 1694 com uma lei que consagrou a diferenciação máxima entre os dois numerários: o português e o brasileiro. Dessa lei resultou a criação da Casa da Moeda provisória na cidade de Salvador, na Baía, a qual posteriormente passou para o Rio, indo depois para Pernambuco e ficando, em 1703, nova e definitivamente, no Rio de Janeiro.

Durante muito tempo, ninguém pôs em dúvida haver sido a Casa da Moeda da Baía a primeira a estabelecer-se em nosso país. Foi unicamente há cerca de 25 anos que surgiram dúvidas quanto a esse fato, sendo mais recentemente aventada por uma de nossas maiores e mais respeitadas culturas históricas a hipótese de ter existido anteriormente uma Casa da Moeda na Capitania de São Vicente, questão que apaixonou os estudiosos e em torno da qual nasceram as mais variadas interpretações e os mais calurosos debates.

A posição do Museu Histórico Nacional nesse interessante problema foi sempre, é necessário frisar, a mais serena e impar-

cial possível, respeitando e dando a devida consideração aos que o debateram e ajudaram a aclará-lo. As opiniões expendidas pelos técnicos do Museu nunca foram radicais ou impensadas e sempre estiveram baseadas na documentação por eles conhecida.

O Dr. Edgar de Araujo Romero, professor da Cadeira de Numismática no Curso de Museologia e Chefe da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional, está presentemente estudando um documento, por ele encontrado num dos números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, trazido à luz pelo infatigável Capistrano de Abreu, em que há pequena autobiografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, da qual se tirará, decerto, alguma conclusão que possa auxiliar à solução do problema da Casa da Moeda de São Paulo. O Dr. Solano de Barros está estudando o referido problema sobre o qual já realizou estudos e pesquisas de valor, do mesmo modo que outros técnicos do Museu Histórico Nacional.

O interessante problema duma Casa da Moeda seiscentista em São Paulo, que muitas dúvidas tem suscitado entre historiadores e numismatas, nasceu de algumas referências do Padre Simão de Vasconcelos em livros seus e também por se encontrarem em arquivos paulistas diversos documentos em que é citada uma Casa da Moeda de São Paulo. Além disso, servem de base aos que argumentam favoravelmente à existência da dita Casa o Regimento para administrar as minas concedido por D. João IV a Salvador Correia de Sá e Benevides no ano de 1644 e uma passagem encontrada no Regimento do Conde de Óbidos de 7 de julho de 1663.

Foi Capistrano de Abreu que, em valioso artigo publicado na "Revista do Brasil" em maio de 1917 sob o título "Paulística", se refere pela primeira vez e traz a debate esse problema. Se bem que, no artigo, trate doutros assuntos numismáticos, às primeiras páginas lhe são destinadas, tendo visivelmente o nosso grande estudioso de história se entusiasmado com a sua descoberta — a de duas frases do Padre Simão de Vasconcelos — realçando-a e ilustrando-a com desenhos das moedas portuguesas, reproduzidos da obra de Teixeira de Aragão, conhecido como *São Vicente e Meio São Vicente*, e introduzidas por D. João III. Tanto se entusiasmou Capistrano que deu como sub-título ao artigo a frase: "A pretexto de uma moeda de ouro" e não se deu ao cui-

dados de pôr em dúvida, criticar historicamente, comparar com citações de outros autores da época as frases hoje célebres do conhecido jesuíta português.

Pode ser que Capistrano tenha tido razão em fazer o que fez — é o que procuraremos analisar imparcialmente e sem apriorismo — mas de qualquer forma deveria ele ter pesado e analisado vagarosamente o que poderia haver de verdade nas referências do Padre Simão e não se seguir "in-totum" e sem as estudar, como o fez. Frases encontradas em livros não podem nunca significar, à primeira vista, fatos, pois todos se enganam ou usam palavras com acepção um pouco pessoal ou modificada em tempos posteriores.

Principalmente Simão de Vasconcelos deveria ser cuidadosamente posto em estudo, pois em seus livros muitas vezes se mostra impreciso, errado com demasiado entusiasmo. Lendo suas obras, notam-se coisas como estas, ao referir-se à Capitania de São Vicente e ao Brasil: "Treze gêneros se contam só de erva, que serve ao sustento do gado por montes, e campinas imensas, que Deus criou por toda esta costa; por cuja bondade é tão grande a cópia de gado, que pode contar-se por milhões. Campinas vi, não de muitas léguas, onde pastavam oitenta mil cabeças de gado, com tal fecundidade que se comiam a outros, e outros comiam os cães feitos lobos de puro vício". E continua: "Maior excesso dizem há nas Capitanias do Rio São Francisco, Rio Real, Rio Sergipe, e Rio Grande; e a tudo excede as que correm do Rio dos patos, altura de 29 graus, até o grande Rio da Prata. É notavel por aqui a bondade da erva, os campos não teem fim, o número de gado são milhões e milhões; donde só pelos couros se mata, e se carregavam muitos navios deles, deixando a carne por inutil"; ("Notícias Curiosas e Necessárias sobre o Brasil" — pág. 151). Noutro livro, fala que na Capitania de São Vicente — "Há grandes e formosas Alagoas; nestas se criam Cobras tão Monstruosas em grandeza, que se conta por certo, que da carne duma só delas, comeu um Exército inteiro, e não parece grande o espanto aos que sabem a disforme grandeza daquelas Bichas, a que chamam Gibóia vulgarmente" ("Vida do Padre Iam de Almeida" — Lisboa — 1688 — pág. 54). Mais adiante, refere-se à ressurreição dessas cobras de maneira também interessante...

Em certa passagem (pág. 10) das "Notícias Curiosas . . ." diz ele que "gastado em todas estas mostras coisas de um mês, determinou o General Pedro Alvares Cabral, mandar noticias a Sua Alteza das novas terras que descobrira . . ." e em páginas anteriores que "depois de quase um mês de derrota, aos 24 de abril segunda oitava de Páscoa (segundo o cômputo de João de Barros, Luiz Coelho, e outros) vieram a ter vista de uma terra nunca dantes sabida de outro mareante". Já diversos historiadores se teem referido a enganos cometidos por Simão de Vasconcelos. É mesmo inexplicavel que não se tenha começado o estudo do problema da Casa da Moeda paulista pela análise da significação ou de quanto de verdade há nas suas afirmações.

Há um grande contraste entre o entusiasmo daquele Jesuita pelo ouro vicentino e as queixas ou dúvidas de tantos outros escritores a respeito desse metal precioso, que não estava dando na época o que dele se esperava. Mas o que espanta ao estudioso é a inexistência de referências em tantos e tantos cronistas à moeda batida em São Vicente. E isto espanta tanto mais por ser justamente o oposto do que acontece ao verboso Padre Simão de Vasconcelos que em qualquer das suas obras, sempre que chega ao capítulo do ouro vicentino se refere em termos preciosos à moeda batida na Capitania na época em que escreve.

Os estudiosos teem-se referido unicamente às passagens encontradas na "Vida do Padre João de Almeida": "E no presente já em São Vicente se bate moeda de ouro e é ali o dinheiro ordinário" e na Vida do Padre José de Anchieta: "do ouro se bate moedas chamadas (com o mesmo nome da terra) São Vicente.

Todavia não só nessas duas obras se refere o citado Jesuita à moeda vicentina. Na sua "Crônica da Companhia de Jesús" — Livro I — § 62 — pág. 40, diz Simão de Vasconcelos ao falar sobre São Vicente: "As entranhas de toda aquela terra são minas de todo o gênero de metais, principalmente ouro e deste se bate hoje moeda e se espera venha a ser esta parte outro rico Perú ou Potosi".

Na "Vida do Padre João de Almeida" há outra referência a essa moeda: "Um morador de São Paulo me contou, que em espaço de três meses com 20 pessoas de serviço, tirara, em uma cata setecentas e tantas oitavas d'Ouro, no modo sobredito: e outras

me referiram suas catas, com semelhante rendimento pouco mais ou menos, conforme a qualidade do sítio onde acertam de cavar. Deste pagam os quintos a El-Rei, o demais levam a bater em Moeda, ou vendem em ser”.

Por que Simão de Vasconcelos falava com tanta frequência em moedas, quando nenhum dos cronistas coevos a elas se refere? Eis um fato que deixa grandes dúvidas sobre a significação do termo moeda, na acepção que lhe dava o jesuita, quando o usava.

E realmente, observando bem, chega-se a conclusão de que ele só poderia referir-se às barras de ouro que eram batidas nas Casas de Fundição e circulavam como moeda. Sempre foi essa, aliás a douta opinião do Professor Edgar de Araujo Romero do Museu Histórico Nacional.

Vejamos o período inteiro existente no § 11 da “Vida do Padre João de Almeida”: “Em todos os rios que descem desta Serraria, desde os Patos até S. Paulo se acha Ouro, e toda a terra de suas Várzeas e Arredores é um puro ouro. Rara é a parte em todo este grande Distrito, aonde se não ache, em umas, em mais quantidades, que em outras: paragens há em que se acharam pedaços inteiros, e Vergas grandes d’Ouro já perfeito: Mas ordinário é, tirar-se em grãos, uns mais miudos, outros mais grossos, e todos quantos vão a buscá-lo veem providos dele, e é o dinheiro, o remédio ordinário daquela gente. E quando os pés destas Montanhas assim são Ricos de Prata e ouro, quanto o serão as entranhas dos Montes? É a mesma Corda, que a de Potosi e não duvido que se houvera a mesma diligência, nos dariam as mesmas riquezas; e o tempo irá mostrando esta virtude; e no presente já em São Vicente se bate Moeda d’ouro; e é ali o dinheiro ordinário”.

Simão de Vasconcelos refere-se à circulação do ouro em pó como sendo “dinheiro e remédio ordinário daquela gente” e do mesmo modo fala que a “Moeda d’ouro é ali o dinheiro ordinário”. E onde estão as lavras sobre as quais não há dúvida alguma da existência e da circulação como moeda? Todos sabem que o ouro em pó e em barra sempre correu nos locais da mineração como verdadeiro instrumento de troca e o Padre só fala do ouro em pó e da Moeda. Se ainda se referisse àquele e ao ouro em barra, e

em moeda, seria diferente. Mas, não o fazendo, ficam bem claras as conclusões que se podem tirar.

Ainda mais. Diz ele que a moeda era ali dinheiro ordinário. E por que, então, ninguém a conheceu e a ela se referiu? Por que não restou um único exemplar? Por que os escritores portugueses que trataram de moedas no século XVII, e foram vários, a ela se não referem? E por que os próprios estudiosos que defendem a emissão de moeda em São Paulo, nessa época, acham que ela foi de poucos exemplares?

Atentemos na outra passagem da mesma obra do Padre Simão de Vasconcelos em que ele, falando do rendimento de ouro, diz: "Deste pagam os quintos a El-Rei, o demais levam a bater em Moeda, ou vendem em ser".

A primeira observação que se pode fazer é de que, neste trecho, do mesmo modo que no anterior, refere-se o jesuita ao ouro batido em Moeda e ao ouro em pó, esquecendo-se do ouro em barra, que talvez fosse o mais comum. Mas há ainda outra coisa. Todos sabem que o real quinto era retirado do ouro em pó apresentado pelo portador e remetido em ouro em pó ou em barras, não se sabe de que maneira, para Portugal. Os quatro quintos restantes ou eram fundidos em barras marcadas com as armas reais, números, título do ouro, etc. por intermédio de cunhos especiais, afim de poderem ficar em circulação, ou eram "vendidos em pó" à Casa da Fundição como diz Antonil, ou, posteriormente, circulavam mesmo como ouro em pó.

Fica até demasiadamente claro que a palavra "moeda" significava para Simão de Vasconcelos, como para muitos outros na época, barra. E que, depois de pagos os quintos a El-Rei, o levavam a bater em barra ou o vendiam em ser.

Quando a palavra "bater" é a expressão da realidade para o caso das barras que eram marcadas a martelo por meio de cunhos. Em 25 de outubro de 1702 ordenou D. Rodrigo Costa a criação de uma Casa de Fundição na Capitania do Espírito Santo, escrevendo uma carta ao seu Capitão Mór Francisco Ribeiro, na qual diz: "... Nesta ocasião remete por ordem minha o Provedor-Mor da Fazenda Real deste Estado ao dessa Capitania, dois cunhos de ferro, com as Armas Reais, abertas nelas, e uma Pomba por divisa, em cima da Coroa, para se cunharem as Barretas de

ouro que se fizeram de todo o que se tirar das minas dessa Capitania . . .” E, em carta ao Provedor da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo, Francisco Monteiro de Moraes . . .” dois cunhos de ferro em que vão abertas as Armas Reais, com uma Pomba em cima da Coroa, para divisa do ouro que se lavrar nessas minas ; e todas as barretas que dele se fizerem se hão de cunhar na forma que se fez nas Minas de São Paulo . . .”

Não nos podendo estender em muitas considerações, chamaremos a atenção dos estudiosos para um ponto importantíssimo e que, segundo parece, tem sido descurado.

Muitas pessoas acham que o Padre Simão de Vasconcelos se pode ter referido a moedas cunhadas em São Paulo devido ao Regimento concedido em 1644 por D. João IV a Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Mas, coisa interessante : em que ano escreveu aquele jesuita os seus trabalhos ?

Quanto à “Vida do Padre João de Almeida” foi em 1655, pois no fim do prólogo tem o autor este trecho : “. . . té o presente de 1655 em que isto escrevo . . .”, e a do Padre Anchieta foi antes de 30 de janeiro de 1668, com todas as probalidades de haver sido em 1666 e 1667.

Bastaria notar isso para verificar que era impossível estar Simão de Vasconcelos referindo-se a moedas cunhadas pelo Regimento de 1644.

Em 1652, Castelo-Melhor contramarcava novamente as patacas peruanas da fábrica antiga, por não as poder reduzir a moedas portuguesas e, em 1663, o Conde de Óbidos não desmonetizava certos valores pela inexistência, no país, de Casa da Moeda. E, mesmo durante esse período, as referências são todas à Casa da Fundição.

E de que forma, escrevendo em 1655 e 1666, 67, poderia afirmar o jesuita português : “No presente já em São Vicente se bate moeda de ouro — “e” de ouro se batem moedas (com o mesmo nome da terra) de São Vicente”.

Já que falamos no Regimento de 1644 é importantíssimo observar o seguinte fato : *Os dois documentos essenciais na questão da Casa da Moeda de São Paulo — o Regimento de 1644*

e a expressão pouco clara do Regimento do Conde de Óbidos em 1663 "e porque ali se achar algumas moedas que têm por armas S. Vicente" — *Ao invés de se auxiliarem se contradizem completamente.*

Realmente. O Regimento de 1644 diz que as "moedas serão da mesma maneira que Neste Reino Se fazem de tres mil reis, e de mil e quinhentos Reis e de Sete Sentos e Sincoenta Reis".

Ora, essas moedas eram os 4 e 2 cruzados já com os aumentos efetuados pela lei de 29 de março de 1642. Foram elas que passaram para quatro mil réis pela lei de 20 de novembro de 1662, aumento que o Conde de Óbidos realizou no Brasil pelo Regimento de 7 de julho, no qual ele manda serem essas moedas contramarcadas com "um escudete com uma coroa em cima, e dentro no escudo o valor ..."

Porque, então, dizia o Conde de Óbidos: "E porque ali se achar algumas moedas que tem por armas S. Vicente se lhe acrescentará cunho com o excesso que lhe tocar a respeito do valor a que sabem as mais moedas de ouro, que é doze e meio por cento como fica dito?"

Logo se comprehende que não é possível ser essa moeda, que tem por armas S. Vicente, a mesma (4 cruzados) permitida por D. João IV em 1644.

Diversos documentos interessantes também trazem dúvidas sobre a existência ou não da Casa da Moeda de São Paulo. Um deles, sem data, mas parecendo ser de antes de 1634 e posterior a 1615, é o "traslado da carta que veio de Sampaulo sobre as minas de ouro que se am descoberto" existente no valioso códice "Livro segundo do Governo do Brasil", que se acha no Museu Paulista. O trecho fundamental é o seguinte: "... de modo que me veio chamar o Simiam alves fose com ele à Caza da fundição visto faltar oureador pera veros huas amostras d'ouro que trazia Clemente alves de huas minas que avia descoberto; fundiram o oiro, nam quebrou mais que tres tostões de nove oitavas e meia; estas minas Sam em Serol aonde dis o descobridor Seram de muito proveito e Ser ouro mui finisimo E limpo". Esse documento visivelmente não prova a cunhagem de alguma moeda. O ouro é que quebrava, isto é, ficava com algumas sobras imprestaveis quando era fundido, como costuma explicar o Professor Edgar

Romero. Antonil refere-se a isso na "Cultura e Opulência do Brasil ..." quando diz: "Tambem muito mais vale quintado do que em pó: porque o que se vende em pó, sae do fogo com bastantes quebras: além do que vai per diferença por razão do que se pagou, ou não se pagou de quintos" (Capítulo VIII; pág. 157.. Edição de 1837, Rio de Janeiro). Muitas outras citações idênticas poderíamos fazer. Basta uma de um documento de 27 de dezembro de 1679 da Casa da Fundição de Iguape, citado por Kurt Prober na sua conferência sobre a Circulação do Ouro em Pó e em Barras no Brasil: "Fundiu-se nesta data, na presença do Provedor e demais oficiais da fundição, 2 libras e 7 oitavas de ouro em pó que se encontravam no cofre e "em 5 barretas e hum grau pezou hua libra 126 oitavas e ficarão de quebra somente 9 oitavas e meia ..."

Mas porque diz o documento que rapidamente analisamos: "não quebrou mais que tres tostões de nove oitavas e meia? "É que cada oitava de ouro valia por lei uma quantia em dinheiro — um cruzado ou qualquer outro valor — conforme a época. Muitas vezes, e é aliás a função da moeda servir de estalão de valor, em vez de tantas oitavas se poderia dizer tantos tostões. Aliás o início da frase no documento é "fundiram o ouro, nam quebrou mais que ..." Ora, está bem explícito ter sido o ouro fundido e, como diz o próprio documento, na Casa da Fundição.

Em curiosa vereação de 5 de março de 1633 que oferece nas Atas da Câmara de São Paulo, o procurador do Conselho, Geraldo da Silva, pedia que "puzessem cobro a este povo porquanto se levava desta vila toda aprata e ouro que nesta vila fasião, e ficava a terra sem dinheiro pelo que lhe requeria e mandassem não levassem dinheiro deste povo e que levassem drogas da tera farinhas e carnes e couros e pano o que visto pelos ditos ofisiais (os membros da Camara) mandarão que se ficasse quartel e que nenhuma pessoa levase desta vila fora dela dinheiro senão drogas da tera com pena de seis mil-reis".

Essa vereação é curiosa por mostrar a própria lei impondo a economia naturista devido à pequena quantidade de numerário existente então em São Paulo como, aliás, em todo o Brasil.

A expressão "toda a prata e ouro que nesta vila fasião, e ficava a terra sem dinheiro" é tão clara que até parece mentira e

não se acredita. Mas tem toda a razão o Professor Edgar de Araujo Romero, quando diz que a expressão "fazer dinheiro" é usada aí no sentido comercial que ainda hoje lhe damos. Os mercadores faziam algum dinheiro na praça — fiação ouro e prata na vila e levavam da vila ficando a terra sem dinheiro — é o que está dizendo a pinturesca linguagem de 1633.

E é tão facil provar isso! Bastará ler à página 173 do volume V das "Atas da Câmara da Villa de São Paulo a "Fiansa que da bastião fr.^{co}" onde se vê: "E loguo na mesma camera pareseo bastião fr.^{co} e dise que ele compria o coartel que suas merses tinham mandado por que dessem fianza todos os que vendião vinho a não levarem o d.^{ro} que fiserem nelle fora da terra e o deixa sen nella empre oado nas drogas da terra"... "desta pipa de vinho que esta vendendo não a levar d.^{ro} fora da terra e levãdo sen lisensa desta camera pagar a pena que são seis mil rs. e de como se obrigou..." Como se vê está bem compensivel ter sido usada a expressão "fazer dinheiro" no sentido de ganho comercial. Além disso, tomamos conhecimento de interessantes medidas das Câmaras contra a emigração do numerário. Na página 189 do mesmo volume acima encontramos: num "termo de vereação que fizerão os officiaes da Camera"... "foi mandado ao procurador do Conselho Cosme da silva requeressê o que mais conviesse ao bem comum deste povo como procurador delle o qual requereu que nehua pessoa de qualquer qualidade que fosse levasse dinheiro fora desta villa pera outra mas o empregasse nos gêneros da terra, e porque tinha notissia que hum forasteiro o mandava e levava requeria mandassem os ditos officiaes da camera chamar a ella e o notificassem não levasse nem mandasse dinheiro algum fora desta villa"...

Documento importante — o mais sério de todos — nesta questão da existêcia de Casa da Moeda em São Paulo é o "Regimento das minas e mercê feita por sua Magestade de administrador delas ao General Salvador Corrêa de Sá e Benevides" entregue em Lisboa por D. João IV a Salvador Corrêa de Sá que em 1.^o de junho de 1644 era nomeado Governador e Administrador Geral das Minas de São Paulo. Nele, sem dúvida alguma, El-Rei autoriza o entabolamento de Casa da Moeda. No artigo 14 se lê: "E pera que os ditos. meus Vassallos epRincipalmente

Os moradores das dtas. Cappitanias (São Vicente e São Paulo), cos des Cubridores das Minas e mais pessoas que nelas trabalharem, figuem com mayores aVanças e Vtilidades; Hey por bem que no Lugar que mais aComodado Vos paresser facis Caza da moeda emque as pessoas que tiverem ouro, eoquizerem fundir em moeda o possam fazer, as quais moedas Serão da mesma maneira que Neste Reino Se fazem de tres mil reis, edetres mil e quinhentos Reis, e de Setesentos e Sincoenta Reis, e na fabrica da ditta Moeda, eaRecadação dos dtos avanços que Resultarem pa. minha Fazenda, e boa administração, de tudo Sepossederá na forma das hordens que tenho dado na caza damoeda desta Cidade, que Com os cunhos das ditas moedas Se Vos hande entregar, eoque pRo-ceder deste Cunho pa. minha fazenda, Como tenho Referido, e Se hade carrear em Livro Suparado e Condistinção do outro Rendimento das Minas". Baltazar da Silva Lisboa já citava esse "Regimento" nos seus "Anais do Rio de Janeiro" dizendo, aliás, ser ele de 7 de junho de 1644.

Os primeiros períodos do Regimento são interessantes. Por eles sabemos que El-Rei não tinha conhecimento certo da existência de muito ouro e desejava que o Governador averiguasse se ele existia ou não. Diz D. João IV: "Hei por bem de vos encarregar da averiguação que as não ha". Mas o trabalho da averiguação não seria feito à custa d'El-Rei e sim à custa de Salvador Corrêa de Sá e Benevides e de Duarte Corrêa Vasqueanos, pois pedia "suprisse com a vossa fazenda e ele com a sua e credito as despesas que nisso se fizerem pagando-se tudo o que assim despenderem do rendimento das ditas minas". E explica D. João IV que não pode ajudá-los de jeito nenhum com dinheiro.

Ainda mais. Do rendimento futuro dessas minas, que ainda não tinham aparecido e que El-Rei acreditava poderem não aparecer, é que seriam pagos os ordenados deles, como também os dos mineiros de ouro, ferro e esmeraldas.

Para facilitar os descobrimentos, El-Rei dava a 8 de junho de 1644 um Alvará das Mercês pelo qual: "Para que com estas Mercês se facilitem e animem aos descobrimentos das ditas minas, entabolamento delas e para que vos ajudem nisto: com declaração que mandaram tirar confirmação Minha das ditas mercês, a quem

não haverão feito sem primeiro as ditas minas estarem descobertas e entabuladas em tal maneira que mande para a minha Fazenda livre de todos os custos de ouro de minerais e betas, e não de lavagem, 400.000 cruzados”.

Eram essas as condições em que Salvador Corrêa de Sá devia entabular a Casa da Moeda.

Fez uma petição para que lhe entregassem as instruções para esse entabulamento e, a 9 de novembro de 1644, despachava-se: “Diz Corrêa de Sá ebonavides, que no Regimento que Selhe deu pera entabular a Caza da Moeda em SamPaullo ordena V. Magestade, que na fabrica da dta, moeda, . . . aRecadação dos aVanços que Rezultarem pa. a Real Fazenda ebo administração de tudo SepRocederá na forma das Ordens que V. Magestade tem dado na Caza da Moeda desta Cidade; e porque para Seguir estas como ConVem lhe he necessario treslado das dtas. Ordens do . . . do Registo: Pede AV. Mgde. lhe mande dar o dto — treslado . . .” Segue-se . . . “em comprimto do despacho aSima Certifico eu “ . . . ” está lançado o treslado de hum Alvará” e transcreve o teor do alvará aos 23 dias do mês de novembro de 1644. Era registado em São Paulo as 24 e 25 de abril de 1645 e em São Vicente a 3 e a 10 de junho do mesmo ano.

São esses os documentos indestrutíveis e verdadeiros sobre a Casa da Moeda de São Paulo. Eles permitem o seu entabulamento. Manda a verdade que se diga que muitas e muitas leis foram registadas sem serem cumpridas. Muitos bandos foram lançados ao povo sem serem executados. Todavia eis dois documentos que talvez algum dia causem alguma surpresa aos estudiosos. Hoje não. Tudo faz crer a sua não execução. A omissão de moedas era direito real e coisa muito séria. Não se conhece nada sobre a “arrecadação dos avanços que resultarem para a Real Fazenda” e do que se procederia para “a boa administração de tudo na forma das Ordens que Sua Magestade havia dado na Casa da Moeda de Lisboa”. Não se conhece também nada do “que proceder deste cunho para a minha fazenda, como tenho Referido, se ha de carregar em Livro Separado e Condistinção do outro rendimento das Minas”. As formalidades legais exigidas pela própria permissão são desconhecidas. Correspondência dos funcionários da Casa da Moeda sobre as moedas também o são.

Ordens do Rei sobre elas, igualmente. E assim qualquer das coisas que decerto rodeariam a emissão oficial de numerário. Aliás a fabricação de moedas pressuporia a existência de grande quantidade de ouro, pois só assim ela compensaria o pagamento dos funcionários especializados nesse trabalho, e, mais do que isso, atrairia os mineiros que mesmo em Minas Gerais tantas vezes se contentaram com o ouro em pó ou em barra. É sabido que, para lavrar moedas além do quinto real, se pagavam braçagem e senhoriagem.

Em 23 de novembro de 1644, eram despachadas as Instruções sobre o entabolamento referido. Em Carta Régia de 20 de dezembro do mesmo ano ao General da Armada Salvador Corrêa de Sá e Benevides "se inculcava como o mais importante serviço que ele tinha de fazer à Coroa o fornecimento de socorro com que devia partir para Angola Francisco de Souto Maior, nomeado Governador daquele Reino, afim de que partisse a toda a pressa" . . . "e que se applicasse para as despesas da expedição 10.000 cruzados que existiam no Rio de Janeiro do cunho da moeda".

Em fevereiro de 1645 ainda não havia Souto Maior partido desta cidade. Em 6 de abril desse ano Salvador Corrêa de Sá chegava ao Rio e "convocava na casa de seu tio e novo governador da Cidade Duarte Corrêa Vasqueanes reunião em que mandava ler o novo Alvará do Regimento das Frotas de 26 de março de 1644" das quais havia sido nomeado general e deveria comboiar para "segurança do Comércio e Navegação". No Regimento fala de transporte do açúcar e do pau-brasil, mas não se refere a ouro ou a moedas.

"Partiu para Angola Francisco Souto Maior" e Duarte Corrêa Vasqueanes retirava-se pouco depois para "São Paulo em cumprimento das Ordens Reais enviadas ao seu antecessor em data de 7 de dezembro de 1644 que recomendavam vicamente o descobrir das esmeraldas que havia feito um Antonio de Azevedo no Sertão da Capitania do Espírito Santo, com alguns diamantes que os lapidários da Corte haviam reconhecido por finas e verdadeiras "diz Baltazar da Silva Lisboa e continua: "e exprimindo-se o mesmo Soberano ser do Seu Real Agrado que se entregasse vivamente aos objetos dos descobrimentos das minas".

O mesmo autor diz mais adiante que Duarte Corrêa Vasqueanes "não podendo fazer em São Paulo descobertas uteis se passou à Capitania do Espírito Santo" e tempos depois embarcava para Lisboa.

Em 1645 e anos seguintes não pudera ir a São Paulo. Salvador Correa de Sá e Benevides. Diz mesmo Afonso de E. Taunay na sua tese enviada ao Primeiro Congresso de Numismática Brasileira: "E como, ao mesmo tempo (tempo em que fora concedido o Regimento das Minas a Salvador Correa) houvesse o mais grave conflito entre os paulistas, quase em peso, pode-se dizer, e os Jesuitas, a quem Salvador Correa protegia do modo mais positivo, deixou o ilustre e futuro restaurador de Angola de visitar a vila piratiningana, onde receava ser desacatado". Além disso, ele estava encarregado de outras funções de grande importância.

O seu sucessor na Administração das Minas, Duarte Correa Vasqueanes, mandou a São Paulo João Antonio Corrêa que só em 1647 chegou à Vila, mas pouco depois voltava para o Rio. Em 1646, ainda era Salvador Correa General da Frota do Brasil. Em outubro desse ano, escreve ele um documento precioso em que, caso se estivesse efetivamente lavrando moeda em verdadeira Casa da Moeda em São Paulo, ele não poderia deixar de referir-se a ela. Tratava-se de um parecer em que expõe razões e sustenta a conveniência de tornar, a Capitania do Rio de Janeiro independente do Governo do Estado do Brasil. Diz ele . . . "há caminho por terra e por mar para a villa de São Paulo onde há mais de 40.000 índios e os mais deles carpinteiros. E nesta terra toda há minas de lavagem e nela se espera o descobrimento das mais " . . . muda de assunto e depois retorna . . ." Para a falta que V. M. tem de metais neste Reino, havendo tanto nas Capitánias de São Paulo e São Vicente, parece que se a pessoa que for a estas fábricas (de galeões) for de talento e qualidade, poderá não somente encarregar-lhe V. M. a fábrica, se não também as minas, pois se estão perdendo à falta de quem trate delas: e há muito ferro naquelas partes, que por falta de beneficio se não faz, sendo tão necessário naquele Estado, que facilitará a fábrica de galões, e quando se não consiga das minas mais que o beneficio destas do ferro, e das de lavagem, é muito melhor tratar delas

que perderem-se à mingua, pois nestas não há dúvida que vai avensar a Fazenda de V. M. quanto mais que o descobrirem as de cobre e prata será de muita importância. E na limitação em que hoje estão as minas, consta que vieram 10\$000 cruzados de quintos a Antonio Telles, por onde se julga que se tratando delas com todo o cuidado, se tirarão grandes quantias". (Consulta ao Conselho Ultramarino existente no Arquivo Colonial de Lisboa).

Nenhuma referência à fabricação de moedas. Muitas referências a "se estarem perdendo à mingua as minas" e às minas de lavagem que em relação às concessões de 1644 não tinham quase importância. E isto tudo em outubro de 1646.

Muito mais tarde, Salvador Correa de Sá e Benevides vai fabricar os galeões, administrar as Minas e a Capitania do Rio de Janeiro.

Em 1658, ele foi tratar "do descobrimento e estabelamento das minas do Parangai (que é negócio de muita importância e de que há muitos anos se trata) "e, em 1 de março de 1660, por uma Consulta ao Conselho Ultramarino, sabe-se que Salvador Correa de Sá "ia ao descobrimento e entabolamento das minas da Serra das Esmeraldas".

Mais tarde, Baltazar da Silva Lisboa faz seu julgamento final sobre as suas atividades ao analisar por que ele não recebera o título de Marquês das Minas. Salvador Correa de Sá e Benevides, diz ele, "só conseguiu fazer cultivar os trabalhos das minas de ouro e lavagem descobertas em 1579 pelo paulista Afonso Sardinha nas Serras de Jaguamimbala, Jaraguá, Ubuturana e Hiberacoraba, como também as minas de ferro, para s quais fez construir dois fornos de fundição". O governador Francisco Barreto escrevia a 15 de julho de 1661 uma carta para Salvador Corrêa de Sá acerca das minas que está publicada no vol. V, pág. 136 dos "Documentos Históricos" e diz: "Desta última carta de V. Sa. fico com o último desengano de não haver mais minas que as de que V. Sa. me dá noticia: porque se as houvera se não esconderam à diligência, ao zelo, e à despesa com que V. Sa. se empenhou em seu descobrimento. Mas não é pequeno o interesse de se averiguar a certeza para suspender a ânsia das imaginadas, tratar do efeito das aparecidas".

Todos os cronistas da época confirmam que, antes do final do século XVIII, nenhum Administrador das Minas retirou delas o que se esperava. Todos fracassaram.

É verdade que diversos documentos trazem a denominação Casa da Moeda de São Paulo ou Casa da Moeda e dos Quintos Reais de São Paulo. Os documentos até agora encontrados só se referem a atividades diferentes da fabricação das moedas. Não nos preocuparemos em citá-los e analisá-los um a um, tantos são. Além de tudo, muitos mais irão sendo descobertos. Naqueles remotos tempos ninguém se estava preocupando em poupar trabalho aos pesquisadores de hoje, empregando as palavras Casa da Moeda numa única e rígida acepção. O Alvará de 26 de fevereiro de 1643 ordena o estabelecimento de Casas de Moedas no Maranhão, na Baía e no Rio de Janeiro para a contramarcação das patacas e meias patacas castelhanas. Em 23 de novembro de 1644 um certo Domingos José pedia o lugar de capataz da "Casa da Moeda mandada estabelecer no Rio de Janeiro" e a ajuda de custo para o embarque e a 5 de dezembro do mesmo ano Antonio Rodrigues de Matos pedia o lugar de Ensaaiador da mesma Casa da Moeda mandada abrir no Rio de Janeiro. Visivelmente se trata da Oficina Monetária destinada a carimbar a prata espanhola. Em Carta-Régia de 31 de janeiro de 1702, El-Rei mandava se conservasse a oficina de Taubaté, enquanto não se construísse outra melhor adaptada e dava instruções relativas às "Casas da Moeda" das Capitánias.

Nos valiosos Documentos Históricos publicados pela Biblioteca Nacional, encontramos várias vezes as palavras Casa da Moeda em documentos que tratam de oficina de contramarca e semelhantes.

No vol. XXIX encontramos por exemplo na página 300 o "Registo da Provisão do ofício de tesoureiro de todo o dinheiro de ouro e prata que entrar na Casa da Moeda desta cidade Provido na pessoa de João de Matos Aguiar (Baía 9-9-1688), "que diz" Mathias da Cunha do Conselho de Sua Majestade, etc., Faço saber aos que esta Provisão virem que para se dar a sua devida execução o regimento de Sua Majestade se serviu mandar se guardasse no secular (circular) e marcar a moeda deste Estado, ordenando-me por carta de 25 de março deste ano o faça observar

inteiramente, convem a seu Real Serviço que para todo o dinheiro que entrar na Casa da Moeda desta cidade, e se restituir a seus donos depois de cercado (circulado) e marcado, e seja pessoa de grande cabedal..." "hei por bem de o prover como pela presente o faço do ofício de Tesoureiro de todo o dinheiro de ouro e prata que entrar na dita Casa da Moeda desta Capitania dela como de Sergipe D'El-Rei, Ilhéus e Porto Seguro"... Nas páginas 306, 308, 311 e 313 vê-se sobre o mesmo assunto muitas referências à Casa da Moeda da Baía que não era então, senão uma Oficina Monetária. Quando da execução do levantamento das moedas de prata espanholas em 1643 houve uma Ordem Real de 3 de agosto do mesmo ano cominando termo para "cada um se apresentar com as suas na Casa da Moeda que vinha a ser: um mês para os residentes na Baía e dois para os de fora..."

Mario Melo procurou provar que existiu Casa da Moeda em Olinda por ter encontrado em documento referências a uma Casa da Moeda dessa cidade, que na realidade foi, do mesmo modo, Oficina Monetária. Em Portugal, também surgiram esses problemas. Sousa Viterbo escreveu no "Arqueólogo Português" vol. IV interessante artigo sob o título "Estudos Numismáticos" parte do qual é destinado a provar que existiu Casa da Moeda em Lamego. Diz o citado historiador "Casa da Moeda de Lamego... A ela não se refere Teixeira de Aragão..., mas há uma carta de quitação exarada por D. João IV, a 30-5-1644 em que dá por quite a Gonçalo de Paiva, que foi tesoureiro da Casa da Moeda da Cidade de Lamego. A quitação abrange um período muito curto, desde 25 de agosto de 1642 a 2 de novembro do mesmo ano, e uma quantia pequena: 2:708\$554rs, o que demonstra sem dúvida o pouco e limitado exercício daquela oficina".

Observemos o documento da "Quitação a Gonçalo Paiva, tesoureiro da Casa da Moeda de Lamego (Torre do Tombo, Chancelaria de D. João IV, Doações, Liv. 17, fol. 51)". Ele diz o seguinte: "Dom João etc., Faço saber que eu mandei tomar conta em meus contos do Reino e casa a Gonçalo de Paiva, que serviu de tesoureiro do dinheiro que se cunhou na Casa da Moeda da cidade de Lamego de 25 de agosto de seis centos e quarenta e dois té dois de novembro do dito ano, e pela recordação de sua conta, se mostra receber no dito tempo dois contos sete centos e

oito mil quinhentos e cinquenta e quatro réis, a qual despendeu e entregou sem ficar devendo coisa alguma como se viu pela dita conta que foi tomada pelo contador Jorge da Cunha”.

Está claro como água que o que houve em Lamego foi oficina monetária para efetuar a contramarcação dos tostões e meios tostões ordenada pelo Alvará de 1 de fevereiro e lei 3 de fevereiro de 1642. Até o próprio Rei usava indiferentemente nesses casos as palavras Casa da Moeda. Parece não poder restar dúvida a respeito dos inúmeros documentos que também a usam em tantos casos em que ela não existiu na sua significação atual.

Quanto à frase do Conde de Óbidos, ela é realmente meio obscura e imprecisa. Não se podia exigir que os homens do século XVII escrevessem tudo de maneira a ficar claro e lógico aos do século XX. As moedas que tinham “por armas São Vicente” são decerto as portuguesas introduzidas por D. João III. Não podem ser as permitidas por D. João IV em 1644, porque estas foram os 4, 2 e 1 cruzados já com o aumento realizado em 1642.

Os cunhos vinham de Portugal e, aliás, parece não terem vindo.

O Professor Edgar Romero acha, ~~que~~, por não se ter o Conde de Óbidos referido no começo do Regimento de 7 de julho de 1663 às moedas São Vicente, resolveu naquele parágrafo avisar que, se por acaso fossem encontradas, “se lhes acrescentará cunho com excesso que lhes tocar a respeito do valor a que sobem as mais moedas de ouro, que é doze e meio por cento”. A frase pode muito bem se referir a todas as Capitânicas. Caso tenha em vista unicamente a de São Vicente, explica-se pelo fato de saber ele que, na Baía e Rio de Janeiro, essas moedas não corriam, tendo somente dúvidas a respeito de sua existência na longínqua Capitania do Sul.

Neste pequeno trabalho estudamos imparcialmente o problema da Casa da Moeda de São Paulo procurando mostrar em que pé está. Talvez no futuro, definitivamente, se esclareça toda a questão a bem da Numismática e da História Brasileiras.

MARIO BARATA

(Diplomado pelo Curso de Museologia do
Museu Histórico Nacional)

APÊNDICE

AGENCIJE

HISTÓRIA E TRADIÇÃO

Tendo o Dr. Gustavo Barroso publicado esparsamente nos jornais alguns artigos sobre assuntos referentes à nossa história e à nossa tradição, notadamente alguns sobre coisas do Museu Histórico Nacional, transcrevemos neste apêndice os citados trabalhos.

Justifica-se essa transcrição por se tratar, como ficou dito, de estudos relativos na maioria ao Museu Histórico e por poderem ser aqui completados com ilustrações elucidativas e documentários, o que não foi feito na imprensa diária.

Esses trabalhos são em número de seis : *As armas dos Góis no Museu Histórico, Oratórios coloniais, a Forca do Tiradentes, O assassinio de Damião de Góis, O Rei da Patagônia e O Libertador de Anahuac.*

AS ARMAS DOS GÓIS NO MUSEU HISTÓRICO

No Museu Histórico, na parede do fundo da sala Miguel Calmon, onde se expõem as relíquias e preciosidades de família doadas pela Exma. Viuva daquele estadista, se vê em relevo e colorido um escudo heráldico à balona : — de blau com seis cadernas de crescentes de ouro em pala, 3 a 3, tendo como timbre sobre o elmo de cavaleiro um dragão de sinopla, armado e linguado de goles, carregado no peito de um minguante de prata ; paquife dos esmaltes das armas, que são de Góis antigo, segundo a "Armaria Portuguesa" de Braamcamp Freire. As cadernas, em verdade, ao invés de ouro, deviam ser de prata (*).

O mesmo escudo se repete em relevo, porem sem o colorido, na parede da Biblioteca Miguel Calmon, contígua à citada sala e que encerra magnífica brasiliana.

A propósito dos Góis, o grande heraldista português, meu particular amigo Afonso Dornelas diz o seguinte em notavel trabalho intitulado "As armas de Damião de Góis e de sua mulher Joana Van Hargen" :

"Em Portugal existem pelo menos duas povoações que se chamam Góis. Uma, simples aldeia da freguesia de S. Miguel do Pinheiro, no conselho de Mértola, e outra que é vila e cabeça do concelho da comarca de Arganil e distrito de Coimbra.

Sucede que na Holanda existe a cidadè de Goes na Província da Zelândia.

Haverá nas suas origens alguma ligação entre a cidade dos Países Baixos e a vila ou aldeia portuguesa ? Como, desde a fundação da nacionalidade, tem Portugal estreitas relações com a Holanda, teria sido alguém de lá que trouxe o nome para cá ou

(*) A decoração da sala Miguel Calmon foi feita sob a direção de sua Exma. Viuva e não da Diretoria do Museu Histórico.

vice-versa? Não sei. Mas, o que sei, é que existindo um nome de uma povoação, é esse nome adotado por pessoas que tiveram o senhorio ou a honra dessa povoação, e ainda por pessoas que emigrando de um local para outro, adotam o nome da terra-mãe.

E, assim, existem em Portugal famílias de apelido Góis e existem várias famílias com o mesmo apelido e, até com armas distintas entre si, na Haia; Flemalle próximo de Liége; Middelbourg; Gand; Brabante; Courland; Borgonha; Lorena; enfim basta dizer que conhecemos quinze armas estrangeiras diferentes que simbolizam outras tantas famílias de apelido Góis. Em Portugal, existe o mesmo apelido, tendo umas armas antigas e umas especiais, baseadas nas antigas, mas criadas unicamente para Damião de Góis e seus descendentes”.

Conhecem-se na Armaria Portuguesa as seguintes Cartas de Armas de Góis, à antiga, dadas pelos Reis :

De 28 de agosto de 1504 a Gil Góis.

De 1513 a Pedro de Góis.

De 3 de fevereiro de 1534 a Gaspar de Góis.

De 27 de março de 1620 a Heitor de Almeida Góis.

Conhecem-se as seguintes cartas de armas de Góis com as outras famílias :

De 23 de junho de 1535 a Cristovam Lobo — armas de Lobo e Góis.

De abril de 1563 a Antonio Coelho de Góis e Macedo : — Armas de Coelho, Macedo, Góis e Carvalho.

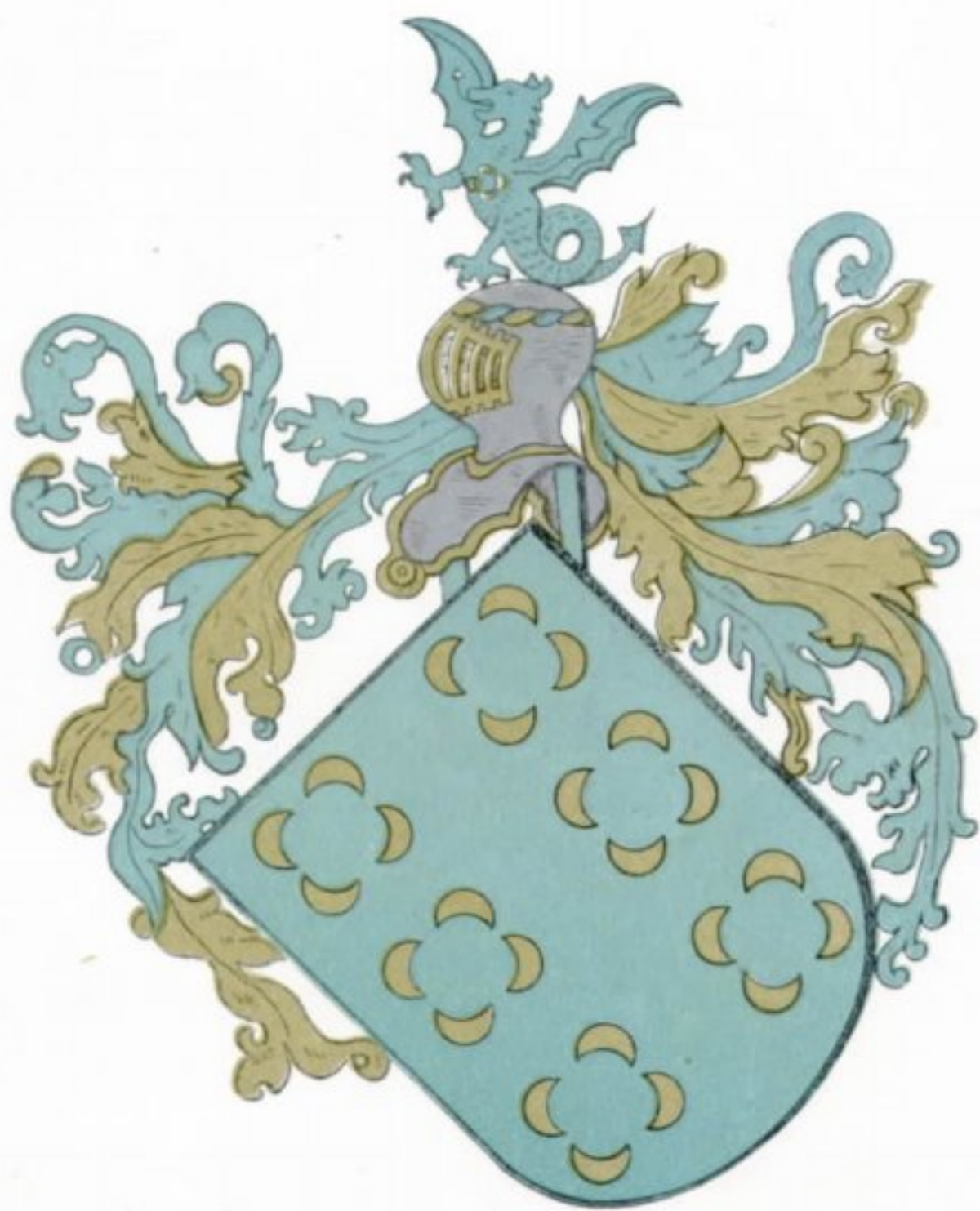
De 7 de fevereiro de 1592 a Francisco de Góis Peixoto : — Armas de Cordeiro, Góis e Peixoto.

De 3 de março de 1608 a Antonio Lourenço de Góis : — Armas de Góis, Vasconcelos e Velho.

De 27 de março de 1620 a Francisco Estevens Velho : — Armas de Velhos, Góis e Vasconcelos.

De fevereiro de 1645 a Antonio Góis Palha : — Armas de Góis, Palha e Almeida.

De 20 de março de 1682 a Sebastião de Góis : armas de Góis e Lemos.



Armas dos Goiás na Sala Miguel Calmon do Museu Histórico.
Note-se o erro heráldico: as cadernas de crescentes de ouro,
quando deviam ser de prata.

De 19 de dezembro de 1756 a Antônio Borges de Bettencourt : armas de Góis, Medeiros, Bettencourt e Sá :

De 21 de maio de 1768 a Francisco do Cabo de Arce Lopes : — armas de Arce, Góis, Godinho e Lopes.

Conhece-se uma carta modificando as armas de Góis antigo, de D. Sebastião, datada de 15 de agosto de 1567 : — Dom Sebastião a quantos esta minha carta virem faço saber que Damião de Gois, fidalgo da minha casa me enviou dizer per sua petição que estando elle em Frandes cazado e viver lá emendara as armas da geração de que elle procede com licença do emperador Carillo quinto meu avoo com certa diminuição e porque depois ell Rey meu senhor e avo que santa gllorya aja mandara vir pera se delle servir me pedira que avendo Respeito aos seus bons e leaes serviços ouvesse por bem que as ditas armas asy emendadas ouvessem delle principio e que elle e seus descendentes as pudessem somente trazer e receberya mercê. E vendo eu ser cousa justa seu dizer e pydir lhe pasey este meu alvará. Eu ell Rey faço saber a vos Gaspar velho meu Rey darmas portugal que..... etc.....”

D. Sebastião por este instrumento declara ao seu Rei d'Armas que aprova e reconhece a emenda ou diferença que Damião de Góis, o grande cronista, então nas Flandres, adotara em suas armas modificando-as de Góis antigo, para : — de blau ou azul com cinco cadernas de crescentes de prata em aspa, tendo como timbre um leão nascente de prata, armado e coroado de ouro, entre duas asas de azul semeadas de cadernas de crescentes de prata.

Semeadas é bem como diz o texto da Carta de D. Sebastião. No entanto, no túmulo do cronista e de sua esposa, na igreja da Várzea de Alenquer, a linda lápide brazonada que o cobre desmente a Carta, apresentando as cadernas nas asas do timbre, não *semeadas*, mas em aspas ou santor, isto é em cruz de Santo André, em X para os que não entendem a linguagem simbólica da heráldica.

Fora o Imperador Carlos V, avô de D. Sebastião e Senhor das Flandres, quem ali concedera essa emenda nas armas dos Góis ao cronista Damião. Confirmando-a, o Rei de Portugal

accede a que elas, assim diferenciadas, *tenham princípio nele e sirvam unicamente aos seus descendentes.*

Ora, os escudos à balona das salas do Museu Histórico reproduzem as armas de Góis antigo : seis cadernas de crescentes de prata (por erro, de ouro) em campo azul postas em pala três a três, e como timbre o dragão de verde. O "Armorial Português" consigna o brasão de Góis antigo, considerado e lido de outra maneira heráldica, mas idêntico : de azul com seis cadernas de crescentes de prata, 2.2.2. Isto é, em faixa. A leitura de Sanches de Baena põe as cadernas em pala e aduz : "O apelido de Góis foi tomado do senhorio da vila deste nome, que tiveram os primeiros ascendentes desta família".

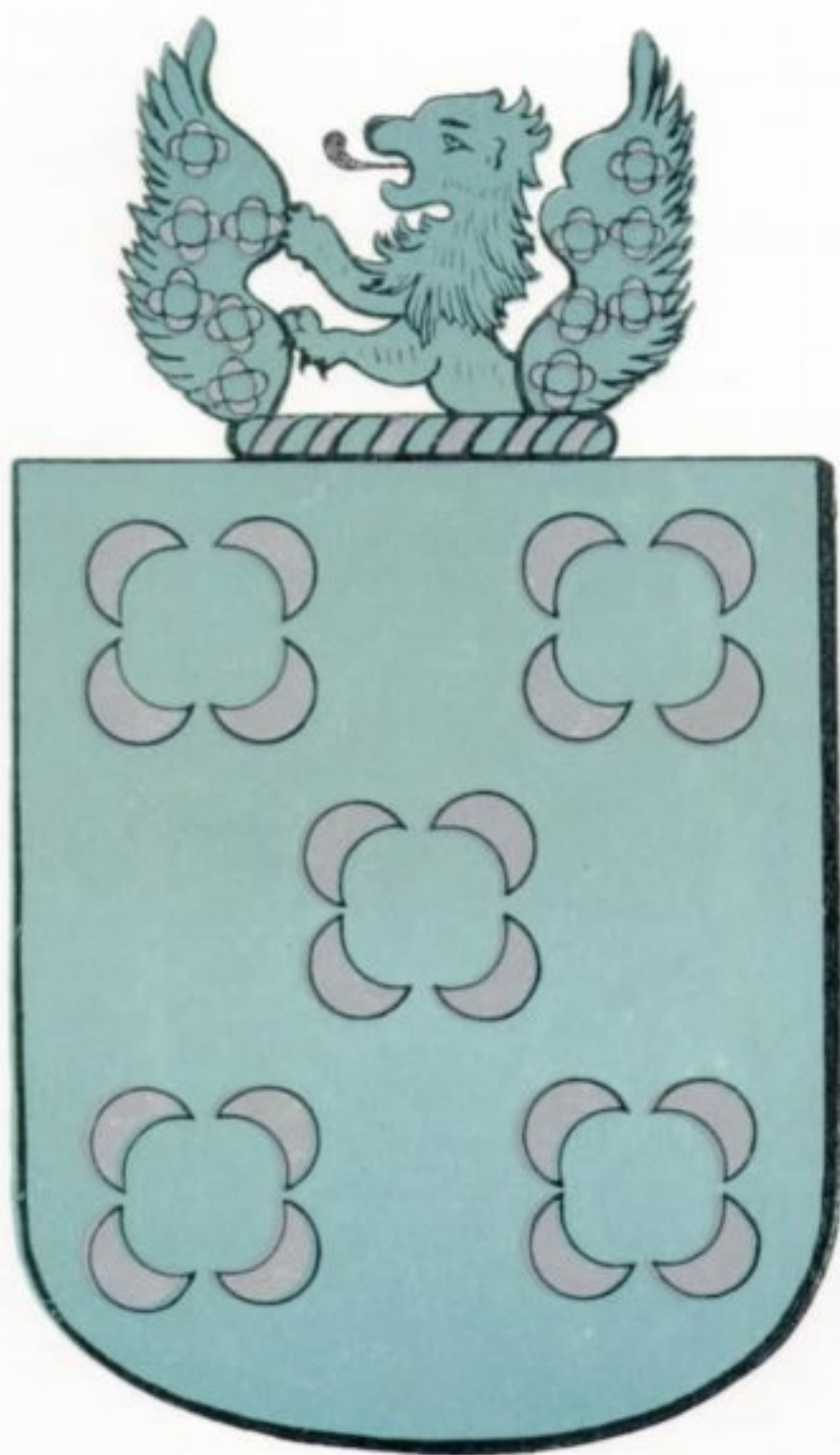
Para o Brasil, a Armaria Portuguesa cita estas cartas de brasão em que figuram as armas de Góis antigo :

De 2 de setembro de 1784 ao Doutor João Borges de Góis, de Santa Maria de Belem do Grão Pará, filho de Lázaro Fernandes Borges e de Antônia Maria Ferreira de Góis, filha de Manuel de Góis e de Francisca Ferreira de Melo ; bisneto de Amaro Simões de Carvalho e de Maria Francisca Rita de Góis, filha de Antônio Francisco e de Maria Francisca de Góis : Armas de Borges, Gois, Pacheco e Gusmão.

De 13 de março de 1793 ao Padre João Pedro Borges de Góis, do Grão Pará, filho de Lázaro Fernandes Borges e de Antônia Maria Ferreira de Góis, irmão do Doutor João Borges de Góis : — Armas de Borges, Góis, Pacheco e Gusmão.

De 20 de maio de 1794 a Manuel de Araujo Góis, da Baía, filho do capitão Dionísio Lourenço Marques e de Lourença de Araujo Góis, filha de Antônio de Araujo Góis e de Ana Ursula de Sousa : — Armas de Araujo e Góis.

De 12 de outubro de 1796 ao capitão João Felipe de Sequeira, da Baía, filho de Inácio de Sequeira Vilasboas e de Joana Caetana de Meneses e Aragão, neto paterno de José Góis de Sequeira e de Maria Debra ; bisneto de João de Aguiar Villasboas de Andrade e de Catarina de Góis de Sequeira ; neto materno de Felix Bettencourt de Sá e de Catarina de Aragão e Ayala ; bisneto de Francisco Bettencourt de Sá e de Joana de Meneses : — Armas de Sequeira, Villasboas, Góis e Aragão.



Armas de Damião de Góis, segundo a Carta de Brazão que
lhe foi passada por El Rei D. Sebastião.

O escudo de Góis no Museu Histórico faz simetria com o de Calmon : Góis — Calmon. É certo que a linhagem vem desses Araujos-Góis da Baía, que no século XVIII, segundo as cartas citadas, brasonavam de Góis antigo.

As cadernas, quadernas de crescentes ou lunéis repetem-se a miude como atributo familiar na heráldica portuguesa :

Uma caderna de crescente de ouro com uma estrela de nove pontas ao centro, em campo vermelho, dos Carvalho.

Uma caderna de crescentes de ouro em campo vermelho, dos Sousa.

De azul com uma espada de prata enfiando uma caderna de crescentes do mesmo, acompanhada de cinco flores de liz de ouro, três alinhadas em chefe e uma a cada flanco, de Migueis antigo.

De azul com uma espada de prata enfiando uma caderna de crescentes do mesmo, acompanhada de cinco flores de liz de ouro três alinhadas em chefe e uma a cada flanco, com bordadura de vermelho carregada de oito aspas de ouro, de Migueis.

Banda de prata carregada de três cadernas de crescentes de vermelho dos Cordeiros.

Partido : primeiro quartel de prata com três faxas de vermelho, que é de Silveira ; segundo de azul com uma caderna de crescente de prata carregada duma silva de verde, de Alvarães.

Cinco cadernas de crescentes de ouro em aspa e em campo vermelho, dos Lemos.

Cinco cadernas de crescentes de ouro em campo vermelho, dos Taborda.

A diferença entre o escudo dos Lemos e o dos Taborda se faz pelo timbre :

No primeiro, águia de vermelho, armada de ouro, assentada sobre um ninho de sua cor e carregada sobre o peito de uma caderna de crescentes de ouro.

No segundo, asa de águia de vermelho carregada de uma caderna de crescentes de ouro.

Os Fróis brasonavam de azul com um terno de crescentes de ouro.

ORATÓRIOS COLONIAIS

Ao entrar na Sala D. João VI, no Museu Histórico Nacional, o visitante depara dois oratórios de madeira, em estilo barroco, prateados e coloridos, com imagens esculpidas em pedra, de cor ligeiramente amarelada. As etiquetas que os classificam dizem, textualmente: "Oratório, estilo barroco, com imagens de pedra-sabão. Trabalho de santeiros de Minas no século XVIII". Um dos oratórios é bastante grande e contem todas as cenas da vida de Cristo em suas várias divisões, representadas por grupos de estatuetas, desde a Natividade até a Paixão. O outro, de proporções bem menores, mostra o Presépio e o Calvário. Ambos se abrem pela parte de trás e permitem a retirada das imagens. Nos dois presépios há o peixe simbólico do Cristianismo primitivo oculto em pequenino desvão.

Há pouco tempo, um visitante indelicado, riscou a lapis as palavras *pedra-sabão*. Levado à presença dum funcionário pelo guarda da sala, depois de se declarar entendido em arte do período colonial, justificou-se, afirmando que as etiquetas estavam erradas. Aquele material em que o artista esculpira as figuras não era *pedra-sabão*, mas *pedra-jaspe*. Demais, o trabalho era português e não mineiro.

Nec sutor ultra crepidam! Todo sapateiro tem a tola mania de querer passar além do sapato. As etiquetas, feitas por mim, estão certíssimas. As corrigendas do censor improvisado, que não trepidou em estragar com seu lapis o material do Museu Histórico, são erros de palmatória. Quando a Diretoria do Museu classifica um objeto fá-lo com estudo e cuidado tais que está sempre armada para esmagar os críticos de última hora.

Senão, vejamos.

O eminente Charles Barbot, no seu livro técnico "*Traité des Pierres Précieuses*" diz: "jaspe é um quarzo simples, opaco,

muito duro, formado de partes muito compactas, podendo ser bem polido, indestrutível a qualquer ácido por sua constituição especial. Pouco se encontra o jaspe branco e assim mesmo um tanto leitoso; acham-se mais facilmente os belos jaspes totalmente vermelhos, amarelos, azues, violetas, pardos e negros, sendo esta a variedade mais rara. O jaspe mais trivial é o verde. Há o verde semeado de nódos rubras e denominado sanguíneo, cujo valor aumenta em proporção da qualidade e delicadeza do mosqueado vermelho”.

O referido autor acrescenta a isto a tabela do peso específico do jaspe e assegura que essa pedra só é encontrada na Índia, no Egito, na Boêmia, na Saxônia, em Baden, na Sibéria, na Inglaterra e na França. Enumera-lhe as variedades: jaspe-heliotrópio, jaspe-serpentina, jaspe-florido, jaspe-terebentinado, jaspe-porcelana, jaspe-listado e jaspe-etiópico. Não faz a menor referência à existência de jaspe em qualquer parte do Brasil.

Rui de Lima e Silva, autoridade em mineralogia, e o professor Valdemiro Potech, no seu livro “Elementos de Mineralogia e Geologia”, escrevem: “O jaspe é a calcedônia impura, completamente opaca, em geral colorida. Há jaspes vermelhos, sanguíneos, contendo sesquióxido de ferro, amarelos, com várias colorações em camadas ou *jaspe listado*, negro ou *pedra da Lidia* ou *lidita* empregada pelos joalheiros como pedra de toque. As *madeiras petrificadas* ou *jaspes-xilóides* são verdadeiros jaspes, pois resultam da substituição da celulose do vegetal pela sílica das águas de circulação, conservando muitas vezes integralmente a primitiva estrutura do tronco. No Brasil, são conhecidos os provenientes do Rio Grande do Sul”.

Como se vê, o jaspe no Brasil só é encontrado no Rio Grande do Sul, na zona fronteiriça — Livramento, Uruguaiana, Quaraim e D. Pedrito, acrescentam os referidos autores, muito longe de Minas e dos seus santeiros. Assim mesmo, segundo deixa entender o texto citado, *jaspes-xilóides*, nunca os brancos amarelados, como a cor da pedra das imagens dos oratórios do Museu, os quais são raríssimos.

Desta sorte, a pedra-jaspe do crítico só mesmo saiu da sua cabeça. Os técnicos apontados indicam à pág. 54 de sua obra as seguintes variedades de *pedra sabão*, *esteatite* ou *talco com-*

pacto granular : cinzenta, verde e amarelada. De fato, as imagens incriminadas são de *pedra-sabão amarelada*. Os decoradores das velhas igrejas mineiras trabalhavam mais a cinzenta azulada e a verde.

Para esmagar de vez o riscador das etiquetas do Museu, pedi à Diretoria do Museu Nacional de História Natural, pela sua Divisão de Geologia e Mineralogia, o exame do material das imagens dos dois oratórios. O resultado foi este parecer emitido pelo competente naturalista R. O. Freitas : "A escultura de arte religiosa, pertencente ao Museu Histórico Nacional, trazida a exame na Divisão de Geologia e Mineralogia, é talhada sobre o esteatito vulgarmente conhecido por *pedra-sabão*, rocha cujo mineral essencial é o talco (42 Mg 4 (Si 03) (5H 20)".

Quanto à alegação de não terem sido essas imagens feitas por santeiros mineiros e sim por portugueses, testemunham o contrário os animais dos Presépios existentes nos oratórios, entre os quais o macaco, bem como as vegetações e outros característicos que seria longo enumerar.

Em ambos os oratórios do Museu e em todos os outros que tenho examinado, merece especial menção a imagem de S. José ostentando *botas*. Assim o representavam os velhos santeiros de Minas, obedecendo a uma velha tradição portuguesa, ou, melhor, européia, como vamos ver.

Foi na sacristia do imenso-mosteiro de Alcobaça que pela primeira vez vi S. José de botas em Portugal.

Em Minas Gerais, S. José aparece quase sempre calçando botas as quais ali se tornaram peças indispensáveis à sua indumentária tradicional. Pode-se afirmar que essa tradição é unicamente local, porque o Santo Patriarca da Igreja não é nunca representado *de botas* nas outras regiões do Brasil. Minas conserva desde os tempos coloniais essa especialidade.

Creio que Pedro Calmon aventou uma explicação para isso fundada no apelido dos Emboabas, que uma interpretação errônea diz significar *pintos calçados*. Sendo estes comerciantes e cidadãos, usavam calças, enquanto os bandeirantes, seus adversários, andavam de botas. Assim, o Santo, como padroeiro nativista dos últimos, calçava as botas para se diferenciar dos advenas de pantalonas.

A verdade, porém, é que os bandeirantes não andavam de botas pelos invios sertões e sim de alpecartas. Nem nos séculos XVII e XVIII estavam em moda pantalonas e sim calções pelos joelhos. Além disso, a alcunha *emboaba* ou, melhor, *mboi-aua* tem significado absolutamente diverso, é o *homem-cobra*, o *homem-serpente*. Portanto, aquela explicação desfaz-se a um sopro da lógica.

O S. José de botas da sacristia do mosteiro de Alcobaça despertou a minha atenção e pôs-me de sobre-aviso. Encontrei mais dois santos semelhantes, obras do século XVIII, no Museu Machado de Castro, em Coimbra, sob os números 5 e 40 do respectivo catálogo, provenientes do antigo convento de Santa Teresa.

Ainda em Coimbra, na sacristia da Capela da Universidade, vi mais dois São José de botas, em grupos representativos da Sagrada Família.

Em Guimarães, no Museu Alberto Sampaio, existe uma Fuga para o Egito, do escultor local Ambrósio Coelho, que a executou em 1732, com S. José de botas. Outro S. José, também de botas, se vê na igreja de S. Francisco de Assis, em Évora.

Afinal, em Nurembergia, na Baviera, na Marienkirche, deparei com outro S. José na fuga para o Egito, calçando botas.

A explicação racional dessa representação diante de tais documentos entra pelos olhos. As botas indicam a fuga, a viagem.

Naturalmente, os velhos santeiros de Minas Gerais copiaram suas imagens dos modelos portugueses, em que as botas de viagem do santo apareciam, e a tradição se perpetuou. Nada mais simples e mais claro.

Para que, pois, procurar explicações fantasiosas para o que vem de tão remotos tempos e não obedece a nenhuma fantasia, significando tão somente o episódio evangélico da fuga para o Egito?

Os documentos iconográficos de Alcobaça, Coimbra, Guimarães e Nurembergia elucidam definitivamente o mistério de S. José de Botas, conforme aparece nas imagens veneradas pelos antigos bandeirantes.

O estudo e a classificação dos dois oratórios coloniais do Museu Histórico estão conscienciosamente e trabalhosamente realizados de maneira a desafiar qualquer crítico apressado de obra feita.

A FORÇA DE TIRADENTES

Poucos países poderão se orgulhar, como o Brasil, da posse dum panorama de seu passado igual ao que apresenta a velha e histórica cidade de Ouro Preto. As suas ruas e praças como que ainda ressoam ao tropel das antigas cavalgadas dos Triunfos Eucarísticos ou dos famosos Dragões das Minas. Nas suas vielas como que se adensam as sombras dos séculos idos. Nas suas pedras como que vive e palpita a memória duma época de grandeza e de fausto.

É um conjunto urbano do século XVIII, no esplendor decorativo do estilo barroco, que se tem diante dos olhos, quando se entra na antiga capital das Minas. Tanto os edifícios públicos e religiosos como as habitações particulares conservam intacta a fisionomia de antanho.

O isolamento da cidade no meio de ásperas montanhas, sua distância dos meios cosmopolitas, o empobrecimento de seus veios auríferos, tudo isso contribuiu para que, na tranquilidade do abandono, Ouro Preto perdurasse dentro do coração do Brasil como a jóia sem par duma época morta.

Sua atmosfera respira a história da Pátria. É uma das grandes testemunhas ainda de pé da epopéia das bandeiras. Nela foi esquartejado Filipe dos Santos. No Morro da Queimada ainda estão de pé as ruínarias calcinadas do antigo arraial rebelde de Pascoal de Moraes, incendiado na repressão do Conde de Assumar. Ali se tramou a Inconfidência, Marília e Dirceu se amaram, o desembargador Claudio Manuel se matou, Silverio dos Reis ciciou confidências aos ouvidos atentos do visconde de Barbacena. Da capela do Padre Faria à matriz de Antonio Dias, ao Rosário e ao Alto das Cabeças as evocações históricas da era colonial, do primeiro e do segundo reinado, se sucedem sem in-

terrupção. E os sinos das torres caiadas, que se perfilam no alto dos montes, são os mesmos que dobraram a finados contra D. Pedro I.

Durante longos anos, dormiu Ouro Preto o sono do esquecimento. Raros glosavam suas maravilhas. Raros eram os que iam em peregrinação comovida apreciar suas pontes de pedra dominadas pela cruz, seus chafarizes ornamentais, seus templos augustos saídos das mãos do Ataíde e do Aleijadinho. Depois, a pouco e pouco, as atenções foram-se voltando para a vetusta Vila Rica de Albuquerque, as penas a descreveram, os pincéis a pintaram. E, afinal, os olhos maravilhados do Brasil todo descobriram essa reliquia preciosa.

Ouro Preto é um milagre petrificado no silêncio do tempo como que para atestar a existência dum período em que a Raça, capaz de recuar meridianos, se afirmou capaz também da criação do belo! Publicaram-se livros sobre a cidade histórica, considerada a nossa Carcassonne, a nossa Guimarães, a nosso Avila, a nossa Orvieto. Geceram os prelos, estampando estudos, artigos, reportagens, gravuras. Falou-se de turismo.

Finalmente, obedecendo ao movimento de opinião que assim se gerara, o governo federal criou a Inspeção de Monumentos Nacionais, entregando-a à direção do Museu Histórico e encarregando-a, embora com poucos recursos monetários, dos serviços de conservação, restauração e defesa de Ouro Preto. Também a declarou Monumento Nacional. Dessa sorte, a velha capital mineira não teve mais que recear a invasão do mau gosto e do modernismo, continuando a guardar a sua fisionomia típica de outrora.

A Inspeção de Monumentos começou a trabalhar em 1935 e restaurou os monumentos principais da cidade. A igreja do Rosário, a de S. Francisco, a de Antonio Dias, a do Carmo, os chafarizes, as capelas e as pontes, tudo consertado e repostado no seu feitio próprio, tais como eram quando construídas pelos mestres desaparecidos.

A beleza de Ouro Preto está mais na propriedade do seu conjunto, na harmonia arquitetural de seus edifícios, na síntese duma época que representa do que mesmo na riqueza de seus monumentos. Não há no mundo toda uma dúzia de cidades que, assim,

tenham permanecido imutáveis, fiéis à sua saudade. As circunstâncias de tempo e lugar favoreceram-na e pode nossa Pátria custodiar no seu seio esse padrão do que foi a energia construtiva dos criadores do Brasil.

Estamos certos que, no futuro, se fará justiça a todos quantos patrioticamente trabalham por proteger do vandalismo dos homens e dos estragos do tempo esse patrimônio espiritual objetivado em pedra.

A pedra, pedra-sabão, amarelada, azulada, esverdeada, foi ali torturada pelo cinzel dos escultores. Os artífices mais habéis entalharam as suas madeiras, florindo de relevos o jacarandá negro. Os pintores coloriram os tetos e os painéis. Todos os criadores de beleza do período áureo daquela civilização deixaram em Ouro Preto na escultura, no quadro e no movel a marca indelevel de seu pensamento criador.

A Inspetoria de Monumentos foi simples esboço do que se devia fazer para a defesa de nossos monumentos. Sucedeu-lhe em boa hora o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entregue à capacidade de Rodrigo de Melo Franco. Graças aos meritórios esforços desse ilustre brasileiro completou-se o trabalho iniciado por aquela Inspetoria e abriu-se em Ouro Preto, no admirável prédio da antiga Penitenciária, o Museu da Inconfidência, destinado a conservar e expor relíquias do nosso passado colonial em Minas.

Entre elas figuram com relevo duas traves da força em que, na Lampadosa, foi justificado o Tiradentes.

A força, diz Pereira e Sousa, no seu "Dicionário Jurídico", consta de dois ou três paus fincados na terra, com uma ou mais traves atravessadas e pregadas nos altos desses mesmos paus, das quais se penduram em cordas os condenados à morte. As vezes, a força ficava sobre um estrado que a alteava mais. Era de uso fazer forcas bem altas, quando se queria chamar a atenção para certos crimes ou certos criminosos. Em 1755, por exemplo, quando do terremoto de Lisboa, o marquês de Pombal mandou "que os executados por crime de roubo, fossem-nos em forcas tão altas quanto possível".

A força em que foi supliciado o Tiradentes atraía a atenção pública pela desmarcada altura prescrita pela Alçada, natural-

mente com o fito de escarmentar os assistentes (V. Joaquim Norberto — “História da Conjuração Mineira, pág. 406).

A propósito dessa força, o jornal “República” publicava a seguinte nota no seu n. 134, de 14 de junho de 1893: “em poder do Sr. tenente Deocleciano Martir acha-se essa preciosidade da nossa vida política. Está velha, maltratada e quase completamente podre! A escada do patíbulo tem 21 degraus, é de grossa madeira de lei. Os troncos do guindaste são colossais e ainda conservam a cor vermelha. Tem diversos furos, e entre eles uma gargalheira e um pedaço de algema! Tem também o lampeão da força, sendo que este está completamente escangalhado. Esta reliquia foi encontrada enterrada no calabouço da antiga Cadeia dos Frades, denominada mais tarde *Aljube*”. Outro jornal carioca, “O Tempo”, repetiu esta notícia na mesma data.

O tenente Deocleciano Martir recolheu a preciosa reliquia ao Museu Nacional no seu antigo edifício do Campo de Santana, de onde foi transportada para o prédio atual na Quinta da Boa Vista. Ali a foi buscar a diretoria do Museu Histórico Nacional.

As mudanças, a umidade, o tempo e o cupim deram cabo dos degraus e outras peças da antiga força. Desapareceram o lampeão, a gargalheira e a algema. Subsistiram algumas traves e os troncos do guindaste com os furos e a cor vermelha identificadores a que aludem as notícias de 1893.

Comentando o tamanho invulgar da força que serviu à execução do Tiradentes, escreve o desembargador Paulino Nogueira, no seu erudito trabalho. “Execuções de pena de morte no Ceará”: “Isto foi uma exceção, as outras forças eram simples e de altura regular, quanto bastassem para salientar as vítimas, tornando visível a todos o espetáculo lúgubre”.

A procedência do antigo Aljube é definitiva para autenticar a força de Tiradentes. A propósito diz Vieira Fazenda, circunspecto historiador, em “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, vol. 140, pág. 103: “Em anos do século findo, as execuções capitais eram feitas nos largos da Prainha, Capim e principalmente no largo do Moura, ficando por alguns dias guardados os esteios nos célebres barracões de madeira pertencentes ao negociante Diogo Manuel de Faria. Daí eram removidos para o Aljube. Li

algures que há poucos anos foram encontrados os restos da forca em um subterrâneo dessa antiga prisão. Eles deverão figurar no Museu Nacional”.

É lamentavel a perda da escada que o Martir galgou com os passos que o levaram à imortalidade, e a da lanterna que, de certo, iluminou as suas carnes sangrentas, expostas no patíbulo dia e noite ao povo, segundo mandava a sentença.

O Museu Histórico deve a posse dos restos da forca de Tiradentes ao ilustre Dr. Artur Neiva, que, ao tempo em que dirigia o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista informou pessoalmente ao signatário destas linhas a existência das esquecidas e preciosíssimas relíquias. Elas se acham expostas hoje em dia no primeiro daqueles museus em um nicho especial. São seis traves somente, duas do guindaste e quatro do patíbulo.

Tendo-se fundado em Ouro Preto o Museu da Inconfidência e sendo óbvio que no mesmo não podiam deixar de figurar alguns desses restos da forca de Tiradentes, a diretoria do Museu Histórico ofereceu das seis traves que possui duas que para alí foram transportadas.

O ASSASSÍNIO DE DAMIÃO DE GOIS

O Sr. Luciano Ribeiro, historiador e arqueólogo, é um dos modernos eruditos portugueses que mais se preocupam com a região de Alenquer, uma das mais ricas em Portugal quanto a materiais de natureza pre-histórica, proto-histórica, arqueológica e histórica. É o diretor de uma publicação *Damianus a Goes*, nome do "famoso cronista de D. Manuel, humanista, diplomata e guardamora da Torre do Tombo", um dos maiores filhos do concelho de Alenquer. Nessa revista de divulgação cultural, colaboram nomes como os de Antonio Baião, Afonso Dornelas, Mario de Sampaio Ribeiro e Francisco A. de Oliveira Martins.

A fundação dum grupo de estudiosos denominado "Amigos de Alenquer", que bem poderia — seja dito de passagem — imitar-se aqui para defender de vandalismos e estudar convenientemente Olinda, Ouro-Preto, S. Luiz, Salvador, Mariana, Congonhas, Sabará, etc. — trouxe como resultado a publicação de que nos ocupamos e um incentivo enorme aos estudos alenquenses. O Ministério das Obras Públicas de Portugal, por meio do Serviço de Edifícios e Monumentos Nacionais, restaura por toda a parte a fisionomia histórica e tradicional, colaborando às vezes com os grupos dessa natureza e de outras aceitando a sua patriótica colaboração.

Em 1941, o referido serviço, de acordo com os amigos de Alenquer, fez a transladação dos despojos mortais do cronista Damião de Góis da igreja denominada da Várzea, onde se achava sepultado com sua mulher, a flamenga Joana Van Hargen, para uma capela propositalmente construída na igreja de S. Pedro. É esta um templo antigo a cavaleiro da vila com uma torre sineira de silhares árabes.

Dando conta desse acontecimento, o professor Luciano Ribeiro, meu amigo e que sabe o interesse que devoto a Alenquer,

de onde sou, por votação unânime da Câmara, cidadão honorário, dizia-me em carta esta coisa interessantíssima :

"Quando se levantou a lápide da sepultura, encontraram-se à superfície várias ossadas, mas vi que não podia ser nenhuma a dele (Damião de Góis), porque havia entre elas ferragens do século XVIII. Perfurou-se mais e fomos encontrar intacta a sepultura do cronista a dois metros de profundidade. Junto havia uma moeda de três reais, de D. Sebastião, das cunhadas em



Vista geral da Vila de Alenquer, em Portugal, pátria de Camões e de Damião de Góis. Para o convento que se avista no alto foram transferidos os restos daquele famoso cronista.

Lisboa. Tive, então, uma grande surpresa : verificar que Damião de Góis foi assassinado !

Levou uma mocada na cabeça, no occipital, na região esquerda, do que resultou não só a fratura local do crânio como o seu esfacelamento no sentido transversal. Envio-lhe as fotografias que fiz do crânio, em que se vê perfeitamente o sitio onde a *moca* ou acha de armas bateu e fez uma concavidade, fraturando o osso em estrela e produzindo a rachadura transversal.

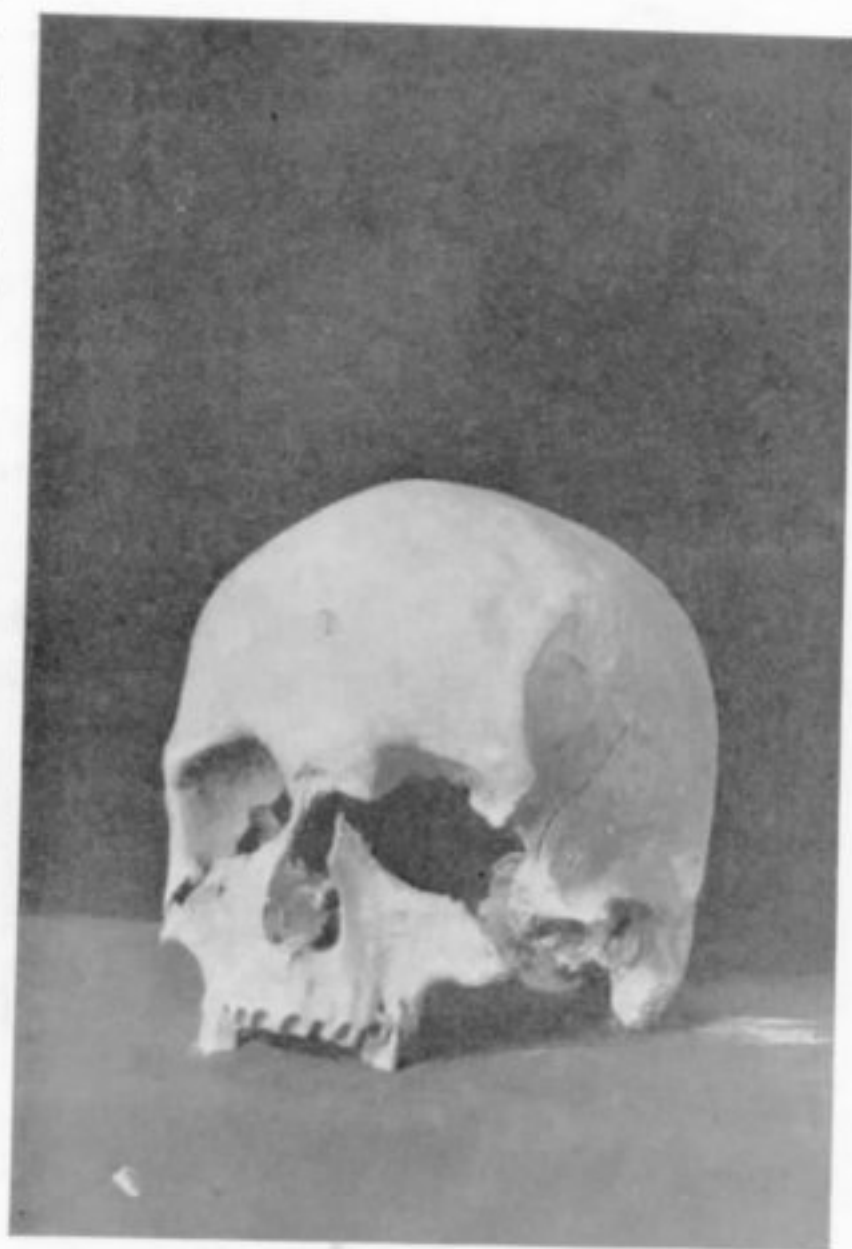
A fotografia tirada de frente mostra uma coisa curiosa : o prognatismo do maxilar superior. Repare. Depois de olhar bem

a fotografia, veja um retrato de Damião de Góis e outro de D. João III. Comparece-se e encontrará grande semelhança entre eles. Quem sabe se por aqui poderemos começar a perceber a proteção que teve o cronista do próprio D. João III e do Cardeal-Rei D. Henrique ?".

O assunto da carta de Luciano Ribeiro é palpitante. Os documentos fotográficos são irresponsáveis. Eles veem mostrar que, mesmo tantos séculos depois de morto, Damião de Góis continua a preocupar os espíritos pela sua vida aventureira, fora do comum, estranha.

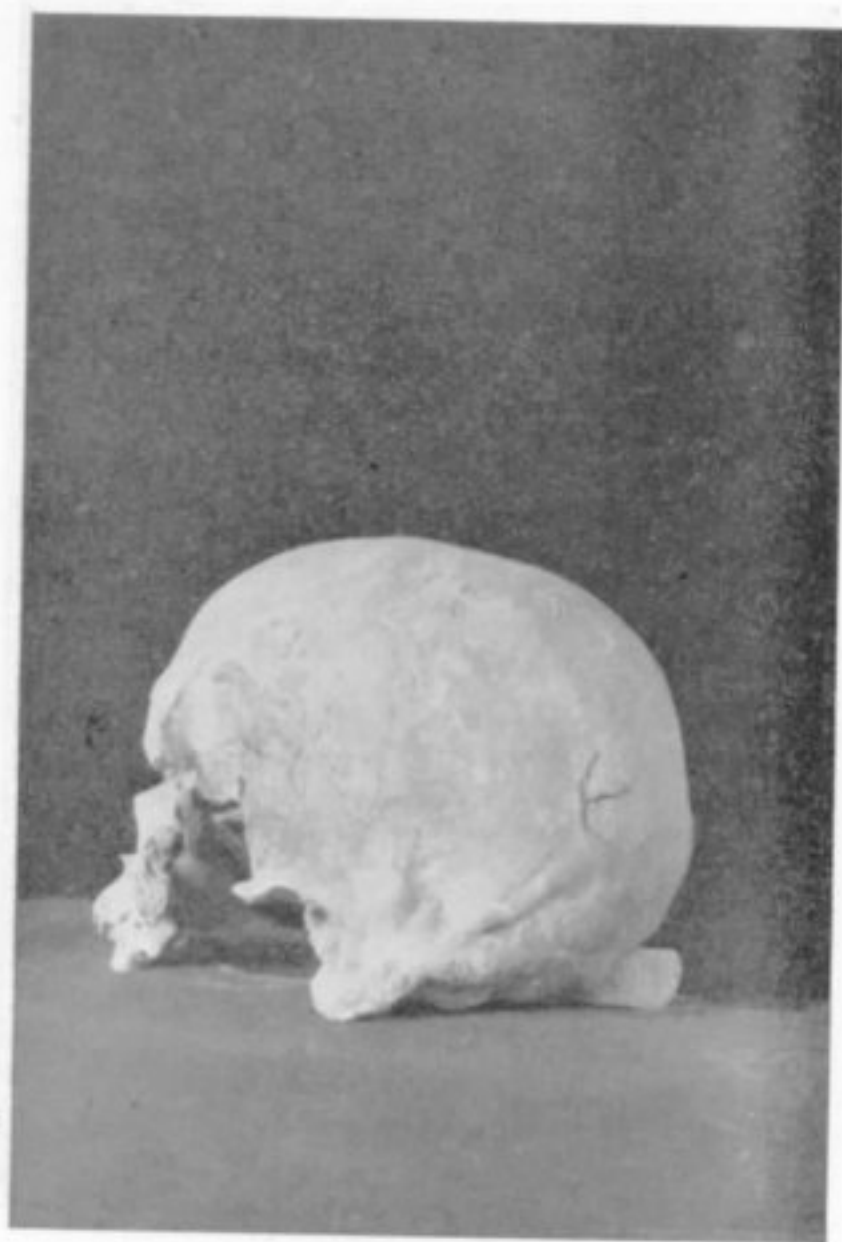
Polígrafo notável, autor da primeira crônica da Etiópia que foi publicada (*Fides, religio, moresque*

Aetiopum, etc.), como verdadeiro fidalgo da Renascença — escreve o mestre Antonio Baião — "vivía faustosamente, para o que concorriam não só a sua riqueza individual e os proventos da Torre do Tombo como também as fartas recompensas que recebeu pela conclusão da célebre *Crônica de D. Manuel*, enumeradas por Sousa Viterbo... "No livro 17 das doações dos Reis D. Sebastião e D. Henrique, custodiados naquela Torre, figura, além das *fartas recompen-*



Fotografia tirada pelo professor Luciano Ribeiro, do crânio de Damião de Góis, visto de frente.

sas citadas por Sousa Viterbo, mais uma de dois mil cruzados, ainda por aquela crônica, segundo o teor de fls. 197 v. "Infelizmente — conclue o mencionado mestre, hoje seu sucessor na guarda



Fotografia tirada do crânio de Damião de Góis, visto de lado, tirada pelo professor Luciano Ribeiro. Vê-se na parte posterior o sinal da pancada com que foi assassinado.

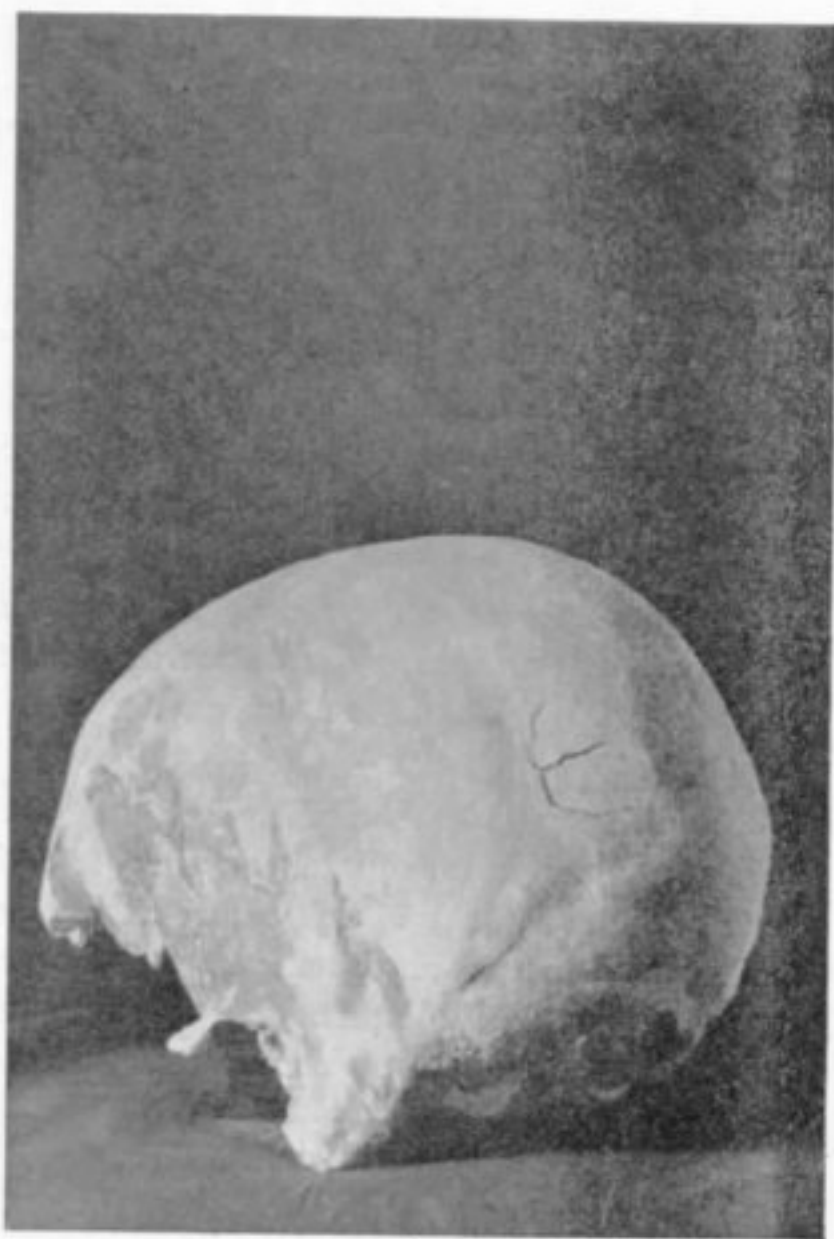
daquele Tombo, Antonio Baião — poucos anos se gozou Damião de Góis dos dois mil cruzados, a maior recompensa que teve dos seus trabalhos de historiador. A Inquisição espreitava-o e não tardou em prendê-lo e lá se foram todas as suas ambições..."

Damião de Góis nasceu na vila de Alenquer, cantada por Luiz de Camões num soneto célebre como sua pátria, e viveu longos anos ausente de Portugal, como escrivão da Feitoria de Flandres, onde tratava de negócios do

Estado Português. Casou naquele país com uma dama fidalga, Joana Van Hargen. No ano de 1531, na qualidade de Embaixador Especial do Rei de Portugal, tratou na Polônia do casamento que, aliás, não se efetuou do Infante D. Luiz com a Princesa Hedwiges, filha do Rei Segismundo I. Representou o Rei D. João III nas cortes da Dinamarca e da Suécia. Deixou

o rasto de sua passagem como diplomata e como humanista em Antuérpia, Amsterdão, Dantzig e Lubeck.

Publicou em 1532, impresso nas prensas de Lovaina, o famoso Livro da Embaixada do Imperador da Etiópia a D. Manuel de Portugal, traduzido do Latim. E o seu retrato, gravado por Alberto Dürer, figura sob o n. 42 entre as cinquenta imagens do volume de Filipe Gallaeus ou Filipe de Haarlem: *Imagines L. (Quinquaginta) Doctorum Virorum qui bene de studiis literarum merruerre; cum singulorum Elogiis*, editado e reeditado em Antuérpia em 1572 e em 1595.



Parte posterior do crâneo do cronista Damião de Góis, vendo-se claramente a fratura produzida pelo golpe de móca. Fotografia tirada em Alenquer, Portugal, pelo professor Luciano Ribeiro.

Isso demonstra o alto conceito em que era tido o cronista luso

nos meios culturais da Europa daquele tempo. Homem de profundo saber e de grande curiosidade intelectual teve relações e entretenimentos com as mais consideráveis personalidades da época e sobretudo com as que pregavam as chamadas *idéias novas*. Conviveu em Vitembérpia com Lutero e Melanchton; em Friburgo com Erasmo; em Basileia com Munstero e Gryneus; em

Paris com o suspeitíssimo Roque de Almeida ; em Pádua com Saddoleto, cardinal, porem mais humanista do que membro do Sacro Colégio.

Sua grande inteligência e seu alto saber o puseram em evidência na Cúria Romana ao tempo do Papa Paulo III e na corte imperial de Carlos V. Residiu muito tempo em Lovaina, cuja Universidade frequentou, dedicando-se à música e à poesia. Como Chefe da Defesa dessa cidade, resistiu em 1542 ao cerco dos franceses. Francisco I prendeu-o em França durante um ano, após a entrega da cidade. Resgatou-se e voltou a Lovaina. Carlos V o elevou a Fidalgo de Cota de Armas da Flandres.

De regresso a Portugal, retirou-se à vila natal. Em 1548, foi nomeado Guarda-mor da Torre do Tombo. Dez anos depois, o Cardinal Rei D. Henrique encarregava-o de escrever a *Crônica de D. Manuel I.*

A Inquisição espreitava-o de há muito, suspeitando suas relações com os portadores das idéias de reforma religiosa e de revolução social. Deitou-lhe as garras e o encarcerou durante dois anos.

Pouco se sabe de sua vida depois disso. Foi sepultado com a mulher flamenga na capela mor da igreja da Várzea, em Alenquer, onde tinha jazigo. Sobre este determinou a colocação duma lápide heráldica que ainda existe. Nela figuram o seu brasão e, no de sua mulher, o nome dos costados de que descendia em Flandres : Van Hargen, Van Oestrum, Suys e Van der Buch.

Enfim, recentemente, removendo seus ossos, o professor Luciano Ribeiro aventa, com documentos dignos de consideração, a hipótese de ter morrido o cronista assassinado com um golpe de acha d'armas no occipital. Eis aí, pois, um assunto a desafiar o estudo e a pericia dos atuais cultores da história em Portugal. Cabe-lhes elucidar esse crime cometido no passado contra homem tão ilustre.

O REI DA PATAGÔNIA

Muitos aventureiros, seduzidos pela fantasia de se apoderarem dum país e nele se tornarem soberanos, *ad instar do* "Homem que quis ser Rei" de Kipling, na literatura, e do inglês que se coroou rajá de Sarawak, na história, entenderam de erigir a América Meridional em campo de suas proezas ou de suas mentiras. Lembremos de passagem o famoso Nicolau I, Rei do Paraguai e Imperador dos Mamelucos que tantos rios de tinta fez correr e tanto aperreou a Companhia de Jesús, e um francês desclassificado que, por chantagem, inventou a República do Cunani nas nossas terras fronteiriças do Oiapoc.

Entre eles o mais interessante, sem dúvida, foi Orelie Antônio I, *pela Graça de Deus e a vontade dos Índios do Extremo Sul do Continente Americano, Rei da Araucânia e da Patagônia.*

Vida curiosa e extraordinária a desse francês da classe média. Procurador ou solicitador no foro da cidade de Perigueux em França, chamava-se na verdade Aurélio Antônio Tounens. Atravessou o Atlântico, veio para a América do Sul e, não se sabe como, foi dar com os ossos nos territórios do extremo meridional, naquele tempo, primeira metade do século XIX, contestados e disputados pela Argentina e pelo Chile. Consta que se fez proclamar Rei pelos índios Moluches, e Armando Braun Menendez, que estudou sua vida, calcula seu reinado em nove anos e mais de quatro meses. Um destacamento de tropas chilenas prendeu-o e fê-lo passar nove meses num calabouço em Los Angeles. Regressou à França, obteve fundos com um banqueiro judeu, Jacob Michael, lançou uma campanha jornalística a prol da restauração do seu Reino em jornalecos que fundou como "La couronne d'acier" e "Le Pendu", procurando adeptos para sua causa, e tornou à América.

Em 1871 passou por Buenos Aires. Alguns meses mais e a polícia chilena fazia-o atravessar correndo a fronteira argentina. Outra ida à pátria em procura de recursos e outra vinda até o Prata somente. Faltou-lhe a coragem ou faltaram-lhe os meios desta vez para dirigir-se à Patagônia e aos seus *fiéis Moluches*, como dizia.

Considerando-se destronado, mas Rei, como Luiz XI depois da derrota de Péronne e Francisco I depois da de Pavia, consoante afirmava, viveu retirado em Paris, rodeado de uma corte e recorrendo a expedientes. Ocupava como qualquer *governo fantasma* ou governo exilado um apartamento na rua Lafayette, onde despachava com seus ministros. Tinha-os para todas as pastas, inclusive a de Belas Artes. Um personagem meio misterioso, José A. de la Rosa, era o seu Grande Camarista e Arqui-Chanceler, com os títulos de Duque de Rosenburgo e Membro da Universidade de Esmirna. Em volta, aventureiros, chantagistas, vigaristas, curiosos e seus incontáveis credores.

Aquela corte *sui generis* recorria para manter-se à vaidade dos tolos : aos colecionadores vendia moedas da Araucânia ; aos que desejavam fita na lapela concedia a Ordem da Estrela do Sul ; e aos mais pretensiosos outorgava títulos de nobreza.

As moedas são exemplares numismáticos interessantíssimos e hoje em dia raríssimos. Foram cunhadas em 1874, em prata e em cobre. As primeiras, do valor de um peso ; as segundas, de dois centavos. Em ambas : no reverso, o escudo da Araucânia timbrado com a coroa real e rodeado de 27 estrelas, com a legenda circular em francês: *Orelie Antoine Jr. Roi d'Araucanie et de Patagonie* ; no anverso, ao centro, em duas linhas transversais e em letras o valor da peça ; sob este, a data — 1874 ; em baixo, duas palmas cruzadas ; em cima, sobre 11 estrelas, em arco de círculo, a denominação destinada a conquistar a simpatia dos franceses — *Nouvelle France*. A opinião dos numismatas diverge quanto ao local onde toram cunhadas. Uns opinam pela França, outros pela Alemanha.

O escudo heráldico que figura nessas moedas pode ser lido do seguinte modo : de prata esquartelado por um filete negro ; no primeiro quartel, uma figura de negro representando a Lei ; no



Única fotografia conhecida de Orellano I^o, Rei da Patagônia, tirada em 1873.



Ordem da Estrela do Sul do Reino da Patagônia.



Moeda de um peso do Reino da Patagônia (Anverso e Reverso).

segundo, outra representando a Indústria ; no terceiro, outra representando a Arte ; no quarto, outra representando o Trabalho.

O curioso é não combinar esse escudo com o que se encontra nos diplomas das condecorações e nas cartas de nobreza : sob o baldaquim do manto real de púrpura forrado de arminho e encimado pela coroa real, escudo sanitico franchado : em 1.º e 3.º de sable liso; em 2.º e 4.º de prata com um leão batalhante de goles. Colar da Ordem da Estrela do Sul.

A Real Ordem da Estrela do Sul compunha-se de 5 graus : cavaleiro, oficial, comendador, grande oficial e grã-cruz, ccm estatutos impressos em Paris por Alcan Levy e condecorações fabricadas por Lemaitre, na rua Saint Honoré ; cruz de Malta de esmalte branco, orlada e perlada de ouro nas suas oito pontas, tendo quatro estrelas de ouro entre os braços; centro formado por uma coroa de louros em esmalte verde carregada de quatro estrelas de prata, encerrando uma elipse faxada de verde, azul e branco, cores da monarquia arauco-patagônica ; sobre o todo a coroa real em ouro. No anverso, as iniciais do Rei : O. A. circulares pela legenda — *Auspice Stella*. A fita era vermelha debruada de filetes negro e azul. Na lapela duma roupa escura, facilmente se confundia com a da Legião de Honra. Por isso, escreve a propósito Armando Braun Menendez, “el postulante eterno y desventurado a la cruz de la Legión de Honor, que luego transigió sin éxito com la del Mérito Agrícola, tranquilizaba sus ansias ostentatórias con el ruban rojo filetado apenas de negro de la Orden de la Estrella del Sur. Va por supuesto que ello le costaba su dinero”

Os títulos de nobreza foram vendidos com certa parcimônia. Custavam mais caro. Conhece-se um, dado ao judeu inglês Eduardo Michael, filho do Jacob que servira de banqueiro à empreitada. Em pergaminho, encimado pelas armas do Rei, reza como se segue em francês : “Orelie-Antoine 1er. par la Grace de Dieu et la volonté des Indiens de l'Extrême Sud du Continent American, Roi d' Araucanie et de Patagonie, à tous, présents et à venir, salut !” Traduzamos, para melhor clareza, a continuação : “Desejando recompensar os serviços prestados à nossa causa pelo Sr. Eduardo Michael, súdito inglês nascido em North Shield a 20 de maio de 1853, domiciliado em Kensington, Londres, Ingla-

terra, dignamo-nos conferir-lhe com hereditariedade e perpetuidade o título de Barão de Belgrano, com todos os direitos e privilégios inerentes à nobreza de Nosso Reino em virtude de nossos decretos e das leis do país. Suas armas serão: escudo timbrado pela coroa de barão, esquartelado por uma cruz grega de sinopla, com o primeiro e o quarto quartéis de blau carregados com uma espiga de trigo de ouro, o segundo e o terceiro de goles com uma torre de prata. Como divisa: *Previdi et provide*. Dado em Londres a 30 de novembro do ano da Graça de mil oitocentos e setenta e cinco, décimo quinto do Nosso Reinado". Com o selo e a rubrica reais.

Assim pagava o Rei da Araucânia ao filho do banqueiro Jacob Michael, um adolescente, o dinheiro subscrito pelo pai para o empréstimo destinado a uma terceira tentativa de reconquista do reino perdido na América do Sul. Essa tentativa foi por água abaixo graças à enérgica intervenção do Ministro do Chile em Paris, o escritor Alberto Blest Gana. A polícia meteu-se no *imbroglio* e Orelie Antônio I foi obrigado a deixar Paris, exilando-se no seu pátrio Perigord, onde lhe arranjaram o emprego humilde de acendedor de lampeões num município recôndito. Tempos depois, morria na miséria num leito de hospital.

Triste fim o do munkauseniano Rei da Araucânia e da Patagônia, que enriqueceu a numismática, a sigilografia, a diplomática e a heráldica com espécimes novos e raros.

Em 1891, outro Rei da Patagônia surgiu em Paris, enganando os tólos. Lê-se no livro de Domenico Margiotta, "Le Palladisme", editado em 1895, em Grenoble, por Falque, a pág. 156, que um tal Gianbastista Pessina escreveu ao autor uma carta que quase o fez morrer de riso. Anunciava-lhe nessa missiva que sua Majestade o Rei da Araucânia-Patagônia, Aquiles I^o, o nomeara Grã Cruz da Ordem Real da Corôa de Aço e que o nomearia ainda seu Ministro Plenipotenciario em Napoles.

O referido Pessina — acrescenta Margiotta — escreveu uma carta ao Rei Aquiles, gr. 33 da Maçonaria, gr. 90 do Rito de Menfis e gr. 96 do Rito de Misraim, e Grão Mestre Honorário desses ritos, apresentando-o. Domenico Margiotta procurou o nosso Rei da Araucânia-Patagônia no Boulevard Rochechouart em Paris, n. 110, onde uma velha parteira lhe indicou a residencia real

como sendo a do Sr. Aquilles Laviardi, no 2.º andar, á direita. A tal carta estava datada de Napoles, a 2 de novembro de 1891. Margiottá esteve com o pretenso Rei e afirmou que êle era um Satanista, adepto da Magia Negra, adorando no seu oratorio particular o Bafomet, isto é, o antigo idolo infernal dos Templários.

Como se vê dos documentos, o Reino da Araucânia-Patagônia deu motivo à vida de dois aventureiros. Terá terminado com êles a dinastia desse país fabuloso ?

O LIBERTADOR DE ANAHUAC

A América Latina teve dois grandes Impérios (pondo de parte o Haití), um ao Norte, o México, outro ao Sul, o Brasil. Ambos com dois Imperadores: D. Pedro I e D. Pedro II aqui; Agostinho e Maximiliano lá. A vida romântica e o fim trágico deste último, pobre Arquiduque austríaco, instrumento duma política sem entranhas, que a impassibilidade de Juárez fuzilaria em Queretaro, apagaram completamente o nome do primeiro soberano do país de Anahuac. De tal sorte que hoje pouco se fala nele e que relatar-lhe a ação é quase como revelar um mistério.

D. Agostinho de Iturbide, D. Agostinho I e único, foi, no entanto, um vulto admirável. Bolívar comparou-o a Napoleão neste trecho de uma carta a Riva Agüero, Presidente do Perú: "Bonaparte na Europa e Agostinho Iturbide na América são os dois homens mais extraordinários que a história moderna oferece ao mundo". E Hector Pedro Blomberg declara: "A aventura imperial de Iturbide é um dos mais fascinantes dramas da história americana".

Era um simples tenente das milícias ou tropas territoriais do antigo Vice-Reinado de Nova Espanha. Em 1810, o primeiro grito de independência abalou o México. Lançou-o o famigerado cura Hidalgo, cujas hordas de camponeses armados ensoparam em sangue durante anos as terras da antiga conquista de Fernão Cortez. Esses fanáticos que invocavam a Virgem de Guadalupe, insuflados por seus caudilhos eclesiásticos, semeavam a desordem e a morte por onde passavam. Sua mística era a do ódio contra os partidários da ordem, fossem eles espanhóis ou mexicanos, rotulados todos de realistas. Côncio do valor do joven tenente miliciano, Hidalgo ofereceu-lhe o posto de general e o comando de suas tropas.

Iturbide recusou e preferiu servir no exército legal. “Al frente de las tropas cuyo mando se le confiaba en sus ascensos, Iturbide obtuvo sobre las bandas insurgentes — escreve um biógrafo — varias victorias episódicas. Su prestigio aumentaba cada vez más en el ejército realista. El cura Hidalgo, reconociendo en él un enemigo terrible, hizole nuevos ofrecimientos en cambio de su retiro del ejército del Virrey, ofrecimientos que fueron siempre rechazados por el joven militar, que ya comenzaba a vislumbrar su prodigioso ensueño en las guerrillas y los campamentos”.

Durou dez anos a anarquia semeada sob a bandeira da independência. O ano de 1820 trazia a Constituição Espanhola das Cortes de Cadix e uma recrudescência das correrias de Hidalgo e Morelos com seus guerrilheiros. Iturbide era coronel e à frente de dois mil homens recebeu do Vice-Rei ordem de pacificar as províncias meridionais do México.

Tinha já compreendido o grande prestígio de que gozava no meio de seus soldados e do povo sedento de ordem. Podia desembainhar a espada para realizar uma grande ação e determinar seu próprio destino. A agitação provocada por Hidalgo bruxoleava em fogachos. Chegara a sua vez de entrar em cena e de libertar verdadeiramente a pátria, dando-lhe a ordem e a estabilidade de que carecia. A 1.º de março de 1821 fazia seus oficiais prestarem juramento a um plano de libertação denominado na história o Plano de Iguala. Nele se consubstanciava a segunda e definitiva revolução pela independência mexicana.

O Vice-Rei O'Donojú sentiu que lhe não poderia resistir. Celebrou com ele um convênio e entregou-lhe a capital. Iturbide entrou nela triunfalmente, aclamado Pai do Povo e Libertador de Anahuac. Era em abril de 1822 e ele mesmo conta em suas interessantíssima Memórias: “Nesse tempo observou-se um estado de agitação no espírito público, ameaçando degenerar em anarquia. Uma medida preparada e executada de modo escandaloso pelos membros do Congresso, que me dedicavam ódio mortal, revelou seu rancor e hipocrisia. Dos cinco membros do Conselho da Regência que eu presidia três foram depostos, deixando comigo o que podia anular meu voto no exercício do Poder Executivo. Depois, como temessem meu prestígio no Exército, apresentaram um projeto de lei declarando incompatíveis as funções do Poder Exe-

cutivo com o comando militar. Isso precipitou os acontecimentos do dia 10 de maio . . . Nesse dia imemorável, às 10 horas da noite, o povo e a guarnição da cidade do México proclamaram-me Imperador ao repique dos sinos, entre luminárias e aclamações populares. Só aceitei a coroa com o propósito de servir minha pátria e salvá-la da anarquia que a ameaçava”.

O imperador mexicano tinha quarenta anos e com todo o ardor empreendeu a luta contra o Congresso. Dissolveu-o e organizou com alguns de seus antigos membros uma Junta Constituinte; mas cometeu o grave erro de não conservar íntegro em suas mãos o supremo comando das forças militares.



D. Agostinho de Iturbide, Libertador de Anahmac,
Primeiro Imperador do México.

Em outubro de 1822, o general Santana, que contava com o apoio do general Etchevarri, proclamou a República em Vera Cruz. A guerra civil que se seguiu foi rápida e pouco sangrenta. Em abril de 1823, um ano após sua aclamação, o Imperador Agostinho I, deposto, era embarcado para a Itália.

De agosto a novembro daquele ano, residiu numa vila aprazível da Toscana, onde escreveu suas Memórias, enquanto o México se debatia nas contorsões da tirania caudilhesca e da desordem. "A Santa Aliança lançava os olhos sobre a América recém-emancipada que se revolia em sanguinolentas guerras civís e não ouvira ainda o brado de Monroe. Iturbide foi informado no seu tranquilo refúgio da Toscana que o Ministro da França pretendia entregá-lo a Fernando VII, Rei da Espanha, ou para ser castigado por ter dado a independência ao México ou para obrigá-lo a servir de instrumento afim de ali restaurar seu domínio. Sem perda de tempo, embarcou no navio mercante "Rawlins" com destino a Londres. Uma tempestade forçou o barco a arribar a Gênova e ele seguiu por terra, através do Piemonte e de Genebra, evitando o território francês, até alcançar Ostende, onde pôde passar para a Inglaterra. Ali chegou em dezembro".

Deixara na Toscana a esposa e oito filhos, que foram maltratados pelas autoridades e entregues ao governo francês. Chateaubriand, Ministro de Luiz XVIII, recebeu a pobre família com respeitosa deferência e facilitou-lhe os meios de se reunir a seu chefe na capital inglesa.

O editor inglês Michael Joséph Quin, que era amigo do ex-Imperador mexicano e lhe publicou as Memórias, escreveu para as mesmas um prólogo, no qual assegura que ele recebeu tão insistentes chamados para ir salvar o México da anarquia interna e das ameaças da Santa Aliança que se resolveu a partir. A esse mesmo Quin escreveu esta carta antes de seguir viagem: "Querido Senhor. É muito provavel que circulem várias opiniões sobre minha partida, quando dela se souber, e que muitas não sejam verdadeiras. Desejo que conheça a verdade. Por uma deploravel infelicidade as províncias do México estão divididas: Guatemala, Nova Galicia, Oyoca, Yucateca, Querétaro, etc. Semelhante estado de coisas expõe a independência de minha pátria aos mais graves perigos. Se a perder, cairá por muitos séculos na mais espantosa escravidão. Diversos círculos que consideram necessários o restabelecimento da concórdia e a consolidação do governo solicitam meu regresso. Em verdade, embora não tenha esta opinião a meu respeito, asseguram-me que está em meu poder contribuir em grande parte para o interesse daquelas províncias e

acalmar as paixões exaltadas que produzem desastrosíssima anarquia. Empreendo, pois, a viagem com esse propósito, sem outra ambição a não ser realizar a felicidade dos meus compatriotas, cumprindo as obrigações que contraí com o país que me viu nascer, obrigações reforçadas com a sua independência. Quando abdi-quei a coroa mexicana, fi-lo com prazer. Meus sentimentos continuam os mesmos. Se eu conseguir realizar o que pretendo, México oferecerá o aspecto dum governo consolidado e de um povo ditoso. Termino recomendando-lhe meus filhos que ficam na Inglaterra. Sem dúvida se está vendo que, ao separar-me deles, dou novas provas dos sentimentos do meu coração. Seu amigo sincero. *Agostinho Iturbide*".

Em maio de 1824, o ex-soberano, acompanhado pela esposa e os dois filhos menores, singrava rumo ao México. Em julho, transpunha a barra do rio Santander. Desembarcou disfarçado como oficial da marinha mercante britânica, foi reconhecido, preso e conduzido à capital do Estado de Tamaulipas, Padilla, onde a Assembléia Provincial, em sessão extraordinária, o condenou à morte, depois de um julgamento apressado e parcial. Agostinho Iturbide não fraquejou nesses momentos supremos. Escreveu à mulher e aos filhos, retidos a bordo, uma carta emocionante e esperou a morte serenamente, como um soldado valente, depois de haver recebido as consolações e os sacramentos da Igreja, como um cristão fervoroso. Foi fuzilado no dia 19 de julho de 1824.

O desterro foi a sina dos dois Imperadores do Brasil. O fuzilamento, a dos dois Imperadores do México. Com o intervalo de quarenta e três anos menos um mês, a 19 de junho de 1867, os mexicanos fuzilavam em Querétaro o Imperador Maximiliano de Habsburgo.

As opiniões dos críticos e historiadores sobre esse Agostinho Iturbide que pretendeu manter sob a forma imperial a unidade do antigo Vice-Reinado da Nova Espanha, a qual se fracionou com a criação das pequenas repúblicas da América Central e com a perda sob o governo do general Santana, das províncias septentrionais, Califórnia, Texas, Nevada, Novo México, Arizona, Colorado; essas opiniões variaram no decurso do tempo. Umas o qualificaram como um homem bem intencionado, porem medíocre, que deveu sua ascensão ao trono unicamente às circunstâncias favo-

raveis. Outras o consideraram um estadista sem gênio, mas um soldado valente e sem crueldade, sóbrio, justo e profundamente bondoso na vida privada. Ainda outras o estimaram um patriota sincero, cheio de fé na sua própria estrela e nos altos destinos da pátria. E acima de todos Simão Bolívar o consagrou como um dos homens mais extraordinários do seu século, ao lado de Napoleão Bonaparte.

Leiamos a página final de suas Memórias e veremos o que ele, D. Agostinho I Iturbide, opina sobre si próprio: "Meu amor por minha pátria arrastou-me desde o primeiro dia em Iguala, impelindo-me a subir ao trono e a descer em breve dessa altura perigosa. Nunca me arrependi de ter deposto o cetro, de proceder como procedi. Abandonei a terra natal, cuja independência assegurei, e dirigi-me a um país distante com numerosa família e poucos recursos. Abdiquei afim de evitar a anarquia. Meu maior sacrifício foi abandonar minha querida pátria para sempre, em seu amado seio deixando meu pai, minha adorada irmã e muitos parentes e amigos que me adoçavam a vida".

E apostrofa: "Mexicanos! O que escrevo destina-se a demonstrar-vos que fui vosso melhor amigo e que jamais atraíçoei o afeto e a confiança que me prodigalizastes. Minha gratidão para convosco somente se acabará com o último alento. Quando ensinardes a vossos filhos a história da nossa pátria, dizei-lhes que julguem com benevolência o chefe do Exército das Três Garantias. Recebei meu último adeus e que todas as prosperidades vos acompanhem!"

De fato, como D. Pedro I no Brasil fundou a nossa independência, D. Agostinho I no México fundou a desse nobre país. Não houve exagero quando o aclamaram Pai do Povo e Libertador de Anahuac.

GUSTAVO BARROSO

(da Academia Brasileira)

UM CAPITULO DE ARTE POPULAR

Costumam os barqueiros do alto S. Francisco colocar em suas embarcações curiosas figuras de proa que se tornaram tradicionais com seu estilo grotesco e original: fisionomias leoninas e humanas ao mesmo tempo, entalhadas na madeira e grosseiramente coloridas, cujos autores são anônimos artistas ribeirinhos da grande artéria fluvial. Eis mais um capítulo a acrescentar às nossas tão pouco estudadas artes populares.

Há bastante tempo o Museu Histórico recebeu as fotografias que hoje estampamos nas páginas dos seus *Anais*, reproduzindo meia dúzia de tão bizarras figuras. O característico de tudo é a expressão leonina, mas em algumas o tipo animal se afirma com mais força, enquanto em outras se vê justamente o contrário, — a afirmação antropomórfica. Todavia a todas une um parentesco estilístico que se não deve desprezar.

De onde e como vieram as influências que produziram essa arte local tão curiosa das figuras de proa?

Se uma ou outra traem no colorido, nas sobrancelhas em parêntesis, nos bigodes e na cabeleira o traço dos imaginários e santeiros coloniais, a maioria nos espanta pelo seu quê oriental, enigmático. Dir-se-ia que a esta afeiçoou um escopro egípcio e àquela um formão assírio, babilônio ou persa. Ao lado disso, o olhar de uma fuzilando sob a contração duma testa carnuda de basta carapinha lembra os fetiches africanos.

O mistério desses monstros silenciosos que se miram da proa dos barcos fluviais nas águas que descem de Pirapora para a cachoeira de Paulo Afonso desafia a imaginação e provoca o estudo.

A direção do Museu Histórico publicando os seis espécimes de figura de proa franciscanas que lhe foram ofertadas apresenta aos amigos das coisas do Brasil a sugestão para um estudo consciencioso da matéria, que terá prazer em publicar nestes *Anais*.

G. B.







BIOGRAFIA DO MARECHAL DE CAMPO JOSÉ LUIZ MENA BARRETO

Comendador da
Imperial Ordem
Militar de São
Bento d'Aviz;

Comendador da
Imperial Ordem
Militar de Cristo;

Dignatário da
Imperial Ordem
Militar da Rosa;

Medalha de
ouro da campanha
do Uruguai;

Medalha de
ouro comemorati-
va da rendição de
Montevideú;

Medalha de
ouro comemorati-
va da rendição de
Uruguaiana;

Medalha da
campanha do Pa-
raguai com o pas-
sador de ouro n. 5;



O Marechal de Campo José Luis Mena Barreto.

Medalha de Mérito Militar, criada por decreto n. 4.131, de 28 de março de 1868 (pela notavel bravura, na qualidade de comandante interino do 1.º Corpo do Exército, em que demonstrou

no brilhante e completo triunfo de Nhu-Guassú ou Campo Grande, mais uma vez seu valor e imperturbável calma.

O marechal de campo José Luiz Mena Barreto nasceu no ano de 1817, na antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Era filho do coronel José Luiz Mena Barreto, que foi morto no Rincón de Las Gallinas, a 24 de setembro de 1825, pelejando com seu regimento contra a coluna dos guerrilheiros orientais dirigida pelo célebre caudilho Fructuoso Rivera. José Luiz, que era coronel e contava apenas 25 anos de idade, morreu vitimado por 12 ferimentos de lança e espada, visto não aceitar a rendição que lhe fora imposta.

Foi o marechal José Luiz, de todos os representantes de sua heróica dinastia, o que mais se elevou por seu próprio valor pessoal, pois, ficando orfão na mais tenra idade, lutando com a pobreza desde que saiu do berço, conquistou palmo a palmo o terreno que percorreu à custa dos maiores sacrifícios, sem nunca desanimar.

O marechal José Luiz era alto e magro, como seu tio, o marechal João Propício, Barão de São Gabriel. Depois do grave ferimento que recebeu na batalha de 3 de novembro, em Tuiuti, (uma bala atravessou-lhe o rosto, arrancando-lhe a parte do maxilar superior e desenhando-lhe em ambas as faces as repuxadas suturas causadas pela entrada e saída do projétil), apresentava serena expressão de atraente fealdade, que contrastava com seu olhar meigo e vivo, parecendo assim sorrir constantemente. Era um tipo leonino, porém capaz de ternuras. Seco à primeira vista, era meigo no trato, familiar e íntimo. Nenhum chefe militar entre nós sabia manter a rigidez da disciplina de modo a não ferir os melindres de susceptibilidade de seus comandados.

Estreou sua bravura nos primeiros combates da revolução dos "Farrapos", defendendo a causa legal.

A 30 de junho de 1836, com 19 anos de idade, pertencendo à Guarda Nacional, recebe seu batismo de fogo no ataque dos revolucionários à cidade de Porto-Alegre.

No dia 20 de julho, tomou parte em outro ataque na mesma cidade, e a 6 de setembro aparece entre aqueles que assaltaram a Capela Grande. Tomou também parte nos combates da cidade

do Rio Pardo a 10 de janeiro de 1837, a 25 de julho e a 29 de setembro em Porto-Alegre. Por ofício da Presidência da Província de 31 de outubro, foi-lhe mandado contar o tempo de praça da 1.^a linha, de 15 de julho de 1836, em que principiara a servir na Guarda Nacional.

Por decreto de 20 de agosto do mesmo ano foi promovido a alferes para o 2.^o Regimento de Cavalaria Ligeira, e por decreto de 2 de dezembro de 1839, elevado a tenente.

Por decreto de 23 de julho de 1844, foi promovido ao posto de capitão. Pela ordem do dia do comando chefe n. 232, de 22 de julho, foi nomeado major da 5.^a brigada; em 23 de dezembro, passou a exercer as mesmas funções na 3.^a. Por ordem do dia do comando das armas da Província do Rio Grande do Sul, foi dispensado dessa comissão, em 3 de janeiro de 1848, obtendo por ordem do mesmo comando, em ofício do comandante da 3.^a brigada, de 8 do dito mês, dois meses de licença de favor, a qual, pela ordem do dia daquele comando n. 52, de 30 de março, foi prorrogado por mais dois meses. Recolheu-se da licença a 8 de maio. Por ordem do dia do comando das armas da Província n. 12, de 23 do dito mês, foi mandado fiscalizar o 4.^o Regimento de Cavalaria Ligeira, ao qual se apresentou a 8 de dezembro. Por decreto de 30 de abril de 1849, publicado em ordem do dia do precitado comando n. 16, de 21 de junho, teve passagem para o 4.^o Regimento de Cavalaria Ligeira; e, por decreto de 30 de agosto, foi graduado no posto de major. A 7 de janeiro de 1850, marchou para a fronteira de Bagé e Quaraim, em consequência das tumultuosas reuniões que faziam nessa fronteira. Deu parte de doente a 16 de março e recolheu-se da mencionada fronteira a 9 de junho, dando parte de pronto a 14 do mesmo mês, e assumindo as funções de fiscal do seu regimento, funções que deixou a 31 de maio de 1851. A 3 de agosto, marchou com o Exército para a guerra do Estado Oriental do Uruguai. Por decreto de 14 de março de 1852, foi condecorado com a medalha de ouro da mesma campanha. Por decreto de 19 de junho foi promovido à efetividade de seu posto para o 1.^o Regimento de Cavalaria Ligeira; e a tenente-coronel para o mesmo regimento, por decreto de 15 de julho de 1854, com antiguidade de 28 de setembro de 1853. Por decreto de 2 de dezembro também de 1854, foi condecorado

com o oficialato da Rosa, em remuneração dos serviços militares que anteriormente prestara.

Assumiu interinamente o comando do seu regimento (1.º R.C.) a 22 de fevereiro de 1851, deixando-o a 1.º de agosto. Por aviso de 8, publicado na ordem do dia do quartel general da Corte, de 10, tudo do dito mês, foi elogiado em nome de Sua Magestade o Imperador, por constar do relatório do inspetor dos corpos da guarnição ter mostrado durante o comando do regimento zelo e inteligência na conservação do asseio e arranjo, não só das praças e seu aquartelamento como na regularidade da escrituração, economia e outras ramos disciplinares.

Elevado ao posto de coronel por decreto de 2 de dezembro de 1856, foi comandar o 4.º Regimento de Cavalaria Ligeira. Pela organização do Corpo do Exército de Observação, mandado criar na Província do Rio Grande do Sul, por decreto de 3 de outubro de 1875, foi nomeado comandante da 2.ª Brigada, cujo comando assumiu a 19 de dezembro.

Agraciado com a comenda da Ordem da Rosa, por decreto de 10 de abril de 1858, em remuneração de serviços prestados na província do Rio Grande do Sul.

Exonerado daquele comando a 17 de abril, por ter sido nomeado comandante da fronteira de São Borja por aviso de 15 de março, em cujo exercício esteve até 8 de agosto do ano subsequente. Assumiu o comando da fronteira de Jaguarão e o do regimento a 1.º de outubro de 1859. Pela organização das três brigadas nessa Província, foi exonerado do comando da fronteira de Jaguarão a 14 de dezembro. Doente em 1.º de fevereiro de 1860 e pronto em 1.º de abril. A 5 de junho, marchou com o regimento de seu comando para o Herval, onde chegou no dia 11, marchando a 2 de julho para o Arroio-Grande. Entrou em 8 de abril de 1863 no gozo de 4 meses de licença para o tratamento de saúde, apresentando-se a 21 de agosto e assumindo o comando do seu regimento.

Em 15 de fevereiro de 1864, passou a doente no quartel e, sendo inspecionado de saúde a 24, obteve quatro meses de licença para tratamento.

Por decreto de 29 de julho, ainda de 1864, foi promovido ao posto de brigadeiro. Pela ordem do dia do comando chefe do

Exército, número 3, de 1.º de novembro, foi nomeado comandante da 2.ª divisão do mesmo Exército, que entrava em operações contra a República Oriental, marchando para Montevideú.

Em ordem do dia do comando chefe do Exército, n. 17, de 7 de janeiro de 1865, foi elogiado pela coadjuvação que prestou, desde o começo da ação até a tomada de Paisandú, no combate que durou de 31 de dezembro de 1864 a 2 de janeiro de 1865, já referido.

Foi condecorado com a medalha de ouro da mesma campanha.

Publicou a ordem do dia do Exército n. 91, de 2 de setembro, ter obtido em 1, licença para tratar da saúde na Província do Rio Grande do Sul.

Louvado em nome de Sua Majestade o Imperador por aviso do Ministério da Guerra de 19 de setembro, por fazer parte do Exército em operações no Rio Grande do Sul, sob o comando do tenente general Barão de Porto-Alegre, por ocasião da rendição de Uruguaiana, no dia 18 do dito mês; declarando o mesmo tenente-general, que chegando o então brigadeiro José Luiz doente, do Exército em operações já contra o Paraguai, dera parte de pronto e sob suas imediatas ordens servira durante as horas do cerco e intimação até final entrega da praça, como tudo consta da ordem do dia do comando em chefe n. 15, desse mesmo mês. Foi condecorado com a medalha de ouro comemorativa da rendição da mesma cidade.

*
* *
*

Encerra-se aquí o período da primeira fase da campanha do Paraguai, fase que se pode considerar preparatória e prólogo do drama que se desenvolveu depois, no próprio território inimigo; passando o Exército brasileiro da defensiva em que estivera, para a ofensiva, e indo implantar em sucessivas vitórias o pavilhão da nossa Pátria nas ameias dos fortes inimigos, ao ruído dos grandes combates e ao som do hino dos canhões.

Mais vasto se torna daqui em diante o teatro das operações; novos horizontes se distendem às vistas e aspirações dos nossos guerreiros, dando oportunidade a comprovarem as suas aptidões a revelarem os dotes militares que possuem.

Dentre a plêiade de brilhantes guerreiros que tão alto elevaram por seus feitos marciais o renome deste opulento império-americano, destaquemos a figura simpática do veterano das nossas campanhas, do glorioso herdeiro de um grande nome, e sigamo-lo através dos combates, das vitórias, dos dias de grandes alegrias como dos de luto para o Brasil; acompanhemo-lo por entre as injustiças, estudemos seus feitos à luz da crítica severa, mas imparcial, e assim teremos desempenhado a nossa missão que é — revocar um grande nome do esquecimento, chamando para ele a atenção dos seus concidadãos, com a simples enumeração dos seus serviços, tão mal recompensados, e pior demonstrados oficialmente em certas épocas!

Nós, que o acompanhamos algumas vezes ao campo de batalha, às linhas dos mais avançados atiradores; que tivemos ocasião de estudá-lo nos momentos supremos; de ver a sua imperturbável calma, que se revelava na placidez do seu rosto, nos grandes perigos, por entre o fumo, debaixo da ação dos fogos inimigos, — nos julgamos habilitados a considerá-lo bravo como poucos foram, dessa bravura que se não demonstra por feitos exteriores, quase sempre falsos e estudados, mas da que resiste a todas as infelicidades e à morte com o sorriso nos lábios!

Sigamo-lo, pois, através dessa grande campanha e assinalemos seus serviços, à luz dos documentos que temos à vista, da imparcialidade e da verdade histórica . . .

*
* *

Em 1866, a 22 de março, apresentou-se ao Exército em operações, como o publicou a ordem do dia do comando chefe n. 147, de 1 de abril, assumindo naquela data o comando da 2.^a Divisão de Cavalaria.

Depois de sua apresentação ao Exército, realizou-se a passagem do rio Paraná, o combate de 2 de maio, que o arrojo do inimigo traz às nossas linhas avançadas; e a 20 do mesmo mês, o Exército Aliado empreende a marcha e vai acampar além do Estero-Bellaco.

O inimigo reúne, então, todos os seus meios de ação, todas as forças vivas de que dispõe; divide o seu exército em quatro colu-

nas e arroja o escol de suas coortes de encontro aos aliados, na manhã de 24. Fere-se tremenda peleja, em que a bravura de ambos os contendores é posta à prova, saindo dela brilhantemente e honrando o renome americano José Luiz, que toma ativa parte nessa batalha : se não tem o brilhantismo de Murat, nem a rapidez de Ney, tem a calma de um bravo, a majestade de um herói !

A respeito dos seus serviços na batalha de 24, lê-se na ordem do dia da Repartição do ajudante general n. 525, de 1 de agosto, transcrevendo a parte do chefe do estado-maior do 1.º Corpo de Exército, datada de 25 de maio, o seguinte : "O brigadeiro José Luiz Mena Barreto, comandante da 2.ª Divisão de Cavalaria, carregou o inimigo com tanto valor que a ele se deve muito a derrota deste, pelo que o julgo digno de menção".

Na ordem do dia n. 156, de 28 de maio, o lendário guerreiro, então barão do Herval, comandante do exército que operava no território paraguaio, referindo-se à mesma batalha, diz, com uma parcimônia que chama atenção, ao mesmo passo que comprova não fazer o mínimo favor e sim justiça, o seguinte : "O brigadeiro José Luiz, destinado a flanquear com a 2.ª Divisão o inimigo pela esquerda, depois de rechaçado este veio tomar o comando da coluna que pôs em derrota o inimigo, que ardentemente combatia no Potreiro Pires a nossa extrema esquerda !

Assistiu aos combates de 16 e 18 de junho, em Tuiuti, sendo louvado na ordem do dia do comando do 1.º Corpo de Exército sob n. 3, de 24 de julho, por "bem ter ocupado o lugar que lhe fora designado. Foi condecorado com a comenda da Ordem de Cristo, por decreto de 17 de agosto, pelos serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril, 2 e 24 de maio !..."

Pela ordem do dia do comando chefe de todas as forças brasileiras, sob n. 31, de 19 de janeiro de 1867, foi nomeado comandante da 1.ª Divisão de Cavalaria.

Louvado pela ordem do dia daquele comando, n. 108, de 25 de agosto, pela maneira por que se portou no combate de 31 de julho, em que, na qualidade de comandante da 1.ª Divisão de Cavalaria, coadjuvado pela 2.ª da mesma arma, flanqueou o inimigo e o perseguiu até às suas trincheiras, causando-lhe prejuizo em 90 mortos, inclusive um comandante de batalhão, 12 prisio-

neiros, porção de armas, estativas de foguetes, cartuchames, cavalos, etc.; tudo tomando em campo de combate.

Foi declarado na ordem do dia do comando chefe n. 122, de 9 de setembro, ser digno de especial menção, pelas "acertadas e prontas providências que tomou na ocasião gloriosa para nossas armas, no dia 6 do dito mês, em que o inimigo deixou no campo de batalha mais de 150 mortos e 14 prisioneiros". A respeito deste feito, diz o marquês do Herval, em carta de 16 de setembro, dirigida a José Luiz, o seguinte :

"Tenho profundo contentamento, quando um general preterido faz mais do que os promovidos". E este eloquente testemunho é de uma autoridade que não pode ser contestada, porque conhecia como poucos o pessoal do Exército.

Foi transferido da 1.^a Divisão de Cavalaria para a 3.^a, pela ordem do dia do comando chefe n. 137, de 12 de outubro.

Em ordem do dia do mesmo comando n. 140, de 10 do dito mês, foi-lhe concedida especial menção pelas acertadas providências que tomou desde que chegou ao lugar do combate de 3, comandando ainda a 1.^a Divisão de Cavalaria, com a qual carregou o inimigo em combinação com outras forças, pondo este em completa derrota, deixando no campo mais de 500 cadáveres, grande número de cavalos, muito armamento, 204 prisioneiros, 5 oficiais e o comandante do 15.^o Corpo e tomando oito estandartes. — Publicou-se na ordem do dia do comando chefe n. 165, de 12 de dezembro, relativamente à ação de 3 de novembro, em Tuiuti, "que comandando as forças destinadas a proteger o combóio que devia seguir para o acampamento do 1.^o e 3.^o Corpos de Exército, ouvindo os primeiros tiros acudiu ao lugar e, achando os redutos avançados já tomados pelo inimigo, sustentou com as forças de seu comando um vivo e mortífero combate, para conquistar essas posições, e, que tendo sido gravemente ferido se vira, por isso obrigado a retirar-se do combate. O comando chefe de todas as forças brasileiras, na citada ordem do dia, mencionou seu nome como o de um dos generais que mais se distinguiram. Em 1868, por decreto de 18 de fevereiro e diploma de 11 de março, foi agraciado com a dignitária da ordem da Rosa por serviços militares.

Foi elogiado na ordem do dia do comando chefe, n. 6, de 31 de março, pelo bem que se portou no reconhecimento à viva força no dia 21 do mesmo mês na posição denominada Sauce.

Por decreto de 11 de abril, obteve o oficialato da ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados nos combates de 31 de julho, 6 de setembro, 3 de outubro e 3 de novembro, em que fora gravemente ferido! Feliz pode se considerar a pátria que, avara assim de remuneração, encontra sempre filhos heróicos que entregam a vida em sua defesa, conseguindo em troca apenas a indiferença, quando não o insulto e a calúnia!...

Por decreto de 12 de dezembro, foi condecorado com a comenda de São Bento d'Aviz.

Por ordem do comando chefe assumiu o comando do 2.º Corpo de Exército, no dia 6 de dezembro, por ter sido ferido o general visconde de Itaparica; e, no dia 7, quando os 1.º e 3.º Corpos de Exército marchavam da ponte de Itoró, onde na véspera houvera sangrento combate, afim de seguir pela esquerda do inimigo, ficou o general José Luiz com o corpo de exército de seu comando, mascarando o movimento e sustentando as posições conquistadas, a peso do precioso sangue de esforçados brasileiros, heroicamente mortos e feridos num dos mais horrorosos combates que regista a história da guerra do Paraguai.

No dia 8, entre meia noite e 1 hora da madrugada, levantou acampamento com o 2.º Corpo de Exército e no dia 9 se reuniu aos outros corpos de exército, nas alturas do potreiro Valdevino, sustentando pequeno tiroteio com o inimigo.

Comandando ainda o 2.º Corpo de Exército, empenhou-se com ele na batalha de 11 de dezembro, no Avaí, formando o centro das forças atacantes; e, conquanto omissa a ordem do dia do comando chefe das forças em operações, n. 272, de 14 de janeiro de 1869, a seu respeito, quando, na frase da mesma ordem do dia "o inimigo atacado e aossado nos diferentes pontos, em que procurou tomar posição, fazendo contra nossas forças fogo horrível de bombas, metralha e fuzilaria, teve, depois de quatro horas de combate, de retirar para a planície, sendo nessa ocasião carregado intrepidamente pelos flancos, pela nossas arrojadas cavalarias, ficando completamente desfeito, o Exército Brasileiro, viu, entre aqueles que nesse dia tanto elevaram nosso pavilhão,

figurar no primeiro plano, o tão bravo, quão modesto e nada feliz brigadeiro José Luiz”.

Por ordem do comando chefe assumiu a 21 do dito mês o comando da 2.^a coluna de ataque sobre Lomas Valentinas, tomando parte nas operações desse dia e nas que se sucederam até a capitulação de Angostura, como se depreende da já citada ordem do dia n. 272, ainda neste ponto omissa a respeito dos seus serviços e comportamento, nos sete dias de quase não interrompida luta, onde a segunda coluna de ataque o presenciou nas supremas ocasiões à sua frente, debaixo do fogo mortífero de fusilaria e metralha inimiga, na bocanha por onde a 21 penetrara ousadamente a citada 2.^a coluna, perdendo entre mortos, feridos e extraviados 1.846 homens, sendo 116 oficiais e 1.730 praças de pret (Documento n. 5).

Esquecidos os seus importantes serviços por quem tantas páginas de glórias inscrevera nos fastos destes império americano e tantos gloriosos títulos dera a alguns de seus comandados, o brigadeiro José Luiz Mena Barreto, que sempre, em sua consciência acreditara ter cumprido religiosamente seus deveres de soldado, recalcando no intimo do coração as amarguras nascidas do pouco apreço de seus serviços, curva-se perante a sorte resignadamente, continua no seu posto de honra, com a quase certeza de nada conseguir em troca do sacrifício do seu sangue, e apenas, para guardar as tradições heróicas de sua família e transmitir sem nódoa esse grande nome a seus filhos, pede e opinião do Exército a seu respeito, dirigindo a diversos chefes a seguinte carta-circular :

*“Assunção, 20 de janeiro de 1869. A V. Excia., que tem sido meu companheiro nas jornadas gloriosas da presente campanha, peço que se sirva declarar-me se, na qualidade de comandante da 2.^a coluna de exército
..... deixei de deliberar por inspiração própria nos diferentes combates que tivemos : e quais os bons resultados colhidos pelo zelo e inteligência dos nossos comandados. Devo, ao finalizar, uma satisfação a V. Excia. : prezo muito o conceito que fazem ou possam fazer de mim meus camaradas e comandados ; porque, para mim, são eles o supremo tribunal da justiça de nosso mérito. Ainda mais : nada pretendo requerer : para um*

general seria isso demérito. Desde criança que vivo a vida dos soldados, porque deles sou filho e neto. Rever-me na obra deles é toda a glória que, no foro intimo da consciência aspiro, para no remanso da paz acabar descansado os meus dias”.

E o marquês de Herval, barão de Jaguarão, Jacinto Machado, Salustiano dos Reis, Faria Rocha, Jardim, Pedra, Pinheiro Guimarães, Hermes, barão de Santana, barão de Batovi, José Bueno, Manuel Bueno, Lourenço de Araujo, Paranhos, Manuel Cipriano, barão de Ijuí, Augusto Cesar, Moraes Rego, isto é, — a consciência desse glorioso Exército Brasileiro se faz ouvir por intermédio desses chefes, dizendo-lhe : “*vosso valor e vossa calma, tudo, tendes posto ao serviço da pátria ; nas supremas ocasiões, quando se desencadeiam as tempestades da guerra, só buscais inspiração na vossa inteligência e deveres ; tendes dado exemplo de rara bravura e de inexcedível patriotismo, nós, vossos companheiros e comandados, vos consideramos e respeitamos, desejando-vos à nossa frente nos momentos arriscados !*”

Maior glória do que esta, não dá, por certo, um elogio em ordem do dia ; porque nela pode falar um homem, enquanto que, nos documentos citados, fala um Exército !

Modesto fora o desejo do nobre general ; eloquente e brilhante a demonstração do conceito dos seus companheiros de armas e de lutas !

Pela ordem do dia do comando chefe do Exército e interino de todas as forças brasileiras, n. 2, de 29 de janeiro de 1869, foi nomeado membro da Junta Militar da Justiça.

Por ordem do dia do mesmo comando número 12, de 18 de março, foi nomeado para comandar interinamente o 1.º Corpo de Exército.

Por ordem do dia ainda desse comando n. 17, de 7 de junho, foi nomeado chefe de Estado-Maior do 1.º Corpo de Exército. Assumiu interinamente o exercício de chefe de Estado-Maior do Exército em 8 de julho, como publicou a ordem do dia daquele comando n. 26.

Dai em diante fez-se-lhe mais justiça e melhor apreciados foram seus serviços, e pelo general chefe.

Marchou de Pirajú com o Exército. Assistiu ao assalto e tomada da praça de Peribebuí a 12 de agosto.

Foi nomeado a 16 de agosto substituto do illustre Osório no comando do 1.º Corpo de Exército o brigadeiro José Luiz que passou a acumular essas funções com as de chefe do Estado-Maior General. E, nesse mesmo dia, com o Corpo de Exército sob seu comando — conquistou palmo a palmo o terreno immediato ao arroio Juquerí, transpondo-o e obrigando o inimigo a deixar em poder das suas forças as sete bocas de fogo que o protegiam. “Tinha esse Mena Barreto, a qualidade comum a todos os seus, muita bravura e competência nas armas. Estava no sangue. Nesse mesmo dia, 16 de agosto, dirigiu com muito acerto, calma e proveito, a batalha de Campo Grande ou Nhú-Guassú, como bom general tático, digno de confiança atendendo a tempo e hora a todas as peripécias da ação, que foi longa e bastante renhida. O general José Luiz, a galope de um lado para outro, e sempre galhardo, voou ao encontro do conde D’Eu e pediu-lhe que se não expusesse tanto. — Não há necessidade disso, disse ele com toda a singeleza ; a batalha está ganha. Se precisassemos de um grande exemplo por parte do principe e do general chefe, eu não impediria por certo a vossa alteza de o dar a bem de vitória de nossas armas”.

Sua alteza o senhor conde d’Eu, rendendo preito à justiça, diz em sua ordem do dia n. 37, de 15 de novembro, a seu respeito e em referência à batalha de Nhú-Guassú ou Campo Grande o seguinte :

“Não posso sem injustiça deixar de expressar que as honras da vitória alcançada pelo 1.º Corpo de Exército são devidas em primeiro lugar ao seu dedicado comandante interino, o impertérrito brigadeiro José Luiz Mena Barreto, cujas acertadas ordens e disposições foram as que mais concorreram para o brilhante e completo resultado obtido, ao passo que o seu já muitas vezes comprovado valor e imperturbavel calma, servia como que de ponto de apoio e de centro ao valor não inferior de seus subordinados”
..... “Um campo juncado de mais de dois mil cadáveres inimigos, foi-nos apresentado como troféu de tão bela jornada ; não menos de 23 bocas de fogo todas de bronze e raiadas ; prisioneiros feitos, entre os quais vários officiais da confiança de Lopes, sobem a 1.300 e dos inimigos dispersos e sepa-

rados dos seus chefes mais de mil que posteriormente se apresentaram ao nosso exército ; grande número de carretas, sendo a maior parte delas carregadas de munições de artilharia : cumpro por isso um dever fazendo menção do brigadeiro José Luiz Mena Barreto, que como comandante do 1.º Corpo de Exército, pelo seu valor, atividade e perícia mais poderosamente concorreu para os resultados conquistados”.

Foi louvado em ordem do dia do mesmo comando chefe n. 33, de 30 de setembro pelo zelo e dedicação com que interinamente exerceu o comando do 1.º Corpo de Exército desde 16 de agosto, e reassumiu o cargo de chefe de Estado-Maior junto ao comando em chefe ; foi publicado em ordem do dia ainda do comando chefe n. 37, de 14 de novembro, o seguinte : “O brigadeiro José Luiz Mena Barreto, chefe do Estado-Maior, no ataque e tomada da praça de Peribeubuí a 12 de agosto deu mais uma prova de seu reconhecido valor”. É ainda sobre aquele feito, Herval, o bravo dos bravos, o heróico Rio-Grandense, que tem seu nome inscrito em todas as páginas da história da última guerra, diz o general José Luiz, em carta do mês de agosto : “O senhor príncipe me escreve muito satisfeito do seu bizarro comportamento na batalha de 16 do corrente e por bem o ter ajudado ; como esta declaração do senhor conde me encheu de satisfação, lhe dou os parabens, por sua vitória”.

Se, pois, foram avaros de remuneração para com o nobre general, a opinião do Exército, fez-lhe e faz-lhe a merecida justiça.

Em 1870, a 9 de março, sua alteza o senhor conde d’Eu, concedeu-lhe a medalha de mérito criada por decreto n. 4.131, de 28 de março de 1869 “pela notavel bravura que mostrou no combate de 16 de agosto de 1869, concorrendo em primeiro lugar, por suas acertadas ordens e disposições na qualidade de comandante interino do 1.º Corpo de Exército para o brilhante e completo triunfo em Nhú-Guassú ou Campo Grande e comprovando mais uma vez seu valor e imperturbavel calma” — segundo o declara o respectivo diploma.

E toda essa série de serviços de guerra nada pesou na balança . . .

Tendo de regressar para o Brasil as cavalarias do Exército, depois da terminação da guerra, foi-lhe, por Sua Alteza, confiado

o comando dessa força, cuja marcha se fez por terra até o Uruguai, que transpôs no Passo de São Borja, onde estacionou até que por ordem superior foram essas forças dissolvidas.

Pela ordem do dia do comando das armas da Província do Rio Grande do Sul n. 50, de 9 de novembro, foi nomeado comandante da fronteira de Missões.

Por decreto de 10 de abril de 1871 foi promovido ao posto de Marechal de Campo ; por portaria de 24 de abril de 1872 foi nomeado para inspecionar os corpos das Províncias de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, o que foi publicado na ordem do dia do Exército n. 851, de 27 do dito mês. Foi-lhe conferida a medalha da campanha geral do Paraguai, com o passador de ouro n. 5, pelo diploma passado pela Repartição de Ajudante General, em 24 de maio.

Por portaria de 27 de agosto, foi nomeado para inspecionar os corpos de cavalaria e infantaria estacionados na Província do Rio Grande do Sul ; emprego em que se conservou até 4 de maio de 1878, sendo nessa data nomeado Comandante das armas do Rio Grande do Sul. Neste comando, o mais importante de todos os comandos militares deste vasto império, deu ainda o ilustre general exuberantes provas de seu tino, mantendo-se sempre na altura de sua posição, difficil de sustentar, máxime, entre o choque de desencontradas idéias, em meio das utopias, em face das mistificações políticas.

Pertencendo, como pertencia, ao partido liberal, por ele empenhava todo o seu esforço ; entretanto, a moderação o conteve sempre dentro das raias do justo e do honesto ; e o seu adversário político jamais foi por ele molestado, pelo simples fato de pertencer a oposto credo.

*

* * *

Em 10 de outubro de 1879, as forças da guarnição em Porto Alegre prestaram sua última homenagem ao bravo soldado. A artilharia que o chamou tantas vezes ao campo de combate, acordava os ecos adormecidos das serranias e se prolongava além como um soluço enorme. Seu cavalo, ajaezado e coberto de crepe, movia-se impaciente em meio ao troar dos canhões e ao crepitar dos

fuzis, como admirado de não estar ali o *seu* ginete. É que ele deixara as lutas deste mundo e penetrara nos pórticos da Eternidade.

A Pátria, agora, remunerere em seus filhos os seus serviços e a história inscreva seu nome nas suas brilhantes páginas :

QUOD CESARIS, CESARI.

*
* *
*

Foi casado em primeiras núpcias com Dona Maria Francisca Mena Barreto e teve uma filha de nome Amábilia Mena Barreto ; e, em segunda núpcias, com Dona Rita de Cassia Mena Barreto, tendo os seguintes filhos :

- 1.º) Raquel Mena Barreto ;
- 2.º) Branca Mena Barreto Jardim ;
- 3.º) General de Divisão João de Deus Mena Barreto.

C. X.

GRAVADORES E ABRIDORES DE CUNHA

I — GRAVADORES DA IMPRENSA RÉGIA

Dados sobre gravadores . . . , constantes dos "Anais da Imprensa Nacional", de Valle Cabral — Rio de Janeiro, 1808-1822. A referida obra foi publicada pela Tipografia Nacional em 1881, — Rio.

Desde 1808 até 1821 a Imprensa Régia possuiu vários gravadores para ilustração de obras, ali publicadas.

Dentre eles os principais foram :

Romão Eloy de Almeida e Paulo dos Santos Ferreira Souto, vindos de Lisboa. É sabido que a Imprensa Régia foi fundada pelo decreto de 13 de maio de 1808, e, portanto, na vigência do governo do príncipe D. João, como Regente.

Por um Aviso do Marquês de Aguiar expedido à Junta da Diretoria da Imprensa Régia foram feitas as seguintes peças : . .

"Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro levantada por Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no ano de 1808", — trabalho esse da autoria de Paulo dos Santos Ferreira Souto.

Essa planta foi iniciada em 1808 pelo gravador, acima mencionado, porem somente foi terminada no ano de 1812 por João Caetano Rivara, artista vindo em companhia da família real.

Gravou, ainda, o mesmo Paulo dos Santos Ferreira Souto em 1810 o mapa geográfico da Capitania do Maranhão e parte das Capitánias circundantes para servir a viagem do Coronel Sebastião Gomes da Silva Belford.

Romão Eloy de Almeida gravou o retrato de Alexandre Pope, segundo uma gravura de Holloway, em 1810.

O retrato ilustra o "Ensaio sobre a crítica" do mesmo autor Pope, traduzido para o nosso vernáculo pelo Conde de Aguiar, sendo impresso nesse mesmo ano pela Impressão Régia.

Depois, vieram outros gravadores, como sejam :

João José de Souza, A. do Carmo, Braz Sinibaldi, Joaquim José, Marques, e outros.

João José de Sousa gravou, em 1816, a *coleção de retratos de todos os homens que adquerirão nome pelo gênio, talentos e virtudes &c. desde o principio do mundo até os nossos dias.*

Os retratos desta coleção foram desenhados por A. do Carmo. Braz Sinibaldi gravou, em 1817, *Armas Reais.*

Joaquim José, em 1818, também abriu as *Armas Reais*, porém o seu trabalho foi feito em madeira.

Marques gravou, em 1819, uma estampa alegórica para ilustrar o poema da Assunção, de Frei São Carlos.

Foram estes os dados colhidos na "Secção de Estampas", da Biblioteca Nacional — e, tirados da obra "Anais da Imprensa Nacional", de Valle Cabral.

II — ABRIDORES DE CUNHOS NAS CASAS DE MOEDA PORTUGUESAS :

Antonio Mengin (*) — Francês de origem, nascido em 1690. A 26 de maio de 1721 foi nomeado abridor de cunhos para a Casa da Moeda de Lisboa. Em 1727 (plena fase do reinado de El-Rei D. João V) a carta régia de 1 de abril, o despachou *abridor geral das medalhas e cunhos das moedas destes reinos, — o Brasil, inclusive.* Deixou fama na abrição de cunhos de retrato, em cuja arte era especializado. Foi abridor de vários punções para as *dobras de quatro escudos, 6\$400 réis; dobras de dois escudos, 3\$200 réis; escudos, 1\$600 réis; meios escudos, 800 réis, etc.* Estas moedas de ouro teem o retrato de D. João V, (no ferro de Anverso), sendo o desenho da autoria de Vieira Lusitano (**).

(*) A. C. Teixeira de Aragão, referindo-se a esse famoso gravador, de origem francesa, — diz: Antonio Mangem (Conf. Tomo II, cit. Obr. pág. 85 — Lisboa, 1877) e, ainda, à pág. 86, da referida obra, o chama de *Antonio Mangem*. O verdadeiro nome do gravador em apreço é, de fato, Antonio Mengin.

(**) Logo Mengin, como abridor de cunhos, reproduzia nas mutras o desenho que lhe era entregue.

Todas essas moedas foram cunhadas em Lisboa, a princípio, em face da lei de 4 de abril de 1722, a qual reformando o sistema monetário português, criou o moeda de retrato, denominada *Escudos*, imitação que foi do monetário espanhol.

Os primitivos cunhos das *dobras* e dos *escudos* sofreram logo alteração no desenho. A letra L (Lisboa) por exemplo, que ficou gravada logo abaixo do busto do monarca, foi logo eliminada : o mesmo sucedendo com a legenda IN HOC SIGNO VINCES que se julgou imprópria para as armas do reino. Para efetuar as corrigendas determinadas, foi encarregado a 26 de abril de 1722, referido, João Frederico Ludovice, com a ordem de se suspender imediatamente a cunhagem do ouro que estava sendo procedida. Entretanto, a 2 de maio revogou-se esta última disposição, para que se fabricassem os *escudos* e *dobras*, servindo os cunhos que estavam *reprovados*, enquanto se não acabassem os novos cunhos. A última moeda de ouro, da série de *escudos*, a ser lavrada foi a dobra de oito *escudos*, 12\$800 réis.

Esta moeda de retrato (Serie de Escudos) foi fabricada nas Casas Monetárias de Lisboa, Rio de Janeiro, Baía e Minas Gerais: sendo que nesta última Casa a cunhagem da moeda de retrato, com busto de El-Rei D. João V terminou em 1733, trazendo a letra M, *senal do local onde a cunhagem foi efetuada*. Os cunhos foram sempre abertos pela Casa de Lisboa, inclusive os cunhos que serviram para a lavratura dos dobrões de cinco moedas (24\$000 réis) e respectivas frações, em cujos espécimes ficavam predominando as quatro letras M, contornando os braços da cruz da Ordem Militar de Cristo.

Os *cruzadinhos* de ouro, foram mandados cunhar nas oficinas do Rio de Janeiro e Minas Gerais (letras R e M, respectivamente); da mesma forma os *escudos* e os *meios escudos* também foram lavrados nas referidas Casas, porem os cunhos vieram sempre da Casa de Lisboa. Antonio Mengin foi artista de cérito inquestionavel, sendo os cunhos de retrato a sua maior especialidade, *servindo-se sempre dos desenhos de Vieira Lusitano*, como vimos acima.

Fez Mengin grande número de medalhas, destacando-se a da esquadra que foi ao Levante em socorro da Igreja contra os

turcos, que pretendiam apoderar-se de Corfú, e também lhe pertencem as medalhas que se fizeram em comemoração da maneira milagrosa como escapou El-Rei D. José de ser vítima na emboscada de 3 de setembro de 1758.

Mengin era de gênio *inquieta e orgulhoso*, não se prestando, como devia, a ensinar os dois praticantes que então havia na Casa da Moeda de Lisboa, Bernardo Jorge e *João Gomes Baptista*. Finalmente, teve que ensiná-los diante da resolução do Conselho de Fazenda que obrigou a que Mengin ensinasse os dois discípulos, — Bernardo Jorge e *João Gomes Baptista*. A 4 de junho de 1746 foi concedida licença a Mengin para cunhar algumas verônicas de latão para amostra, e em 3 de abril de 1751 lhe entregaram exclusivamente a abertura dos cunhos que tivessem a real effigie de Sua Majestade, como o havia requerido. Tendo declarado Mengin em abril de 1758 não lhe ser possível fazer os *vinte e quatro ponções* para a *Casa da Moeda do Rio de Janeiro*, com a brevidade exigida, foram mandados repartir com Bernardo Jorge (um dos seus discípulos, acima referidos), Amaro Marques e pelos outros dois abridores, determinando o próprio Conselho da Fazenda, a pedido do dito Mengin, que os cunhos abertos por todos fossem, afinal, vistos e corrigidos por ele próprio, abridor geral. Mengin, morreu em 1772.

João Baptista Gomes, discípulo de Antonio Mengin que em certos documentos officiais aparece com o nome de João Gomes Baptista. Com esse nome — João Gomes Baptista — assim lhe chama Volkmar Machado (à pág. 287) e Racziński (à pág. 115), — Conf. NOTA 5, *in fine*, à pág. 78, da Obr., citada, de Teixeira de Aragão, Volume I — Lisboa, 1874.

João Baptista Gomes foi despachado abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa pelo Conselho da Fazenda, de 20 de novembro de 1724 (governo de El-Rei D. João V) vencendo 30\$000, anualmente; em 1734, o alvará de 24 de novembro, elevou ao dobro este vencimento. João Baptista Gomes, por *um abuso de confiança fugiu para o Rio de Janeiro, onde tomou o nome de Thomaz Xavier de Andrade*. O conde de Bobadela, aproveitando o seu grande merecimento artistico, o nomeou em 1739 abridor de cunhos na Casa da Fundição de Vila Rica (Minas Gerais),

falecendo naquela cidade em 1754 (Conf. Cyrillo Volkmar Machado, *Coleção de Mem.*, pág. 277) nota 7, *in fine*, cit. pág. 78, da referida Obra (Tomo II), de Aragão.

João Baptista Gomes é autor de vários cunhos para moedas e medalhas : — fez discípulos em gravura, — Joaquim Carneiro da Silva, Antonio Fernandes, Rodrigues ; além de outros não mencionados em Aragão.

Bernardo Jorge foi discípulo de Domingos Marques Quaresmas e do próprio Antonio Mengin, como vimos acima. Em 7 de janeiro de 1721, foi despachado ajudante de abridor de cunhos com 30\$000 por ano. Lavrou os cunhos de *moedas* (4\$800 réis) e *quartos* (1\$200 réis), ainda em 1721 e, no ano de 1726, fez três ponções do retrato de El-Rei D. João V, servindo esses ponções para os escudos. Por decreto de 21 de julho de 1726 passou a segundo abridor com o ordenado de 80\$000 por ano. Foi exímio na sua arte de abridor. Doente, gravemente, foi afastado do serviço efetivo até que, em 1732, em agosto, requereu Bernardo Jorge o deixassem abrir alguns retratos para moedas, por se julgar habilitado para tal trabalho. O Provedor da Casa de Lisboa, aprovando o seu pedido, assim se manifestou : “Mandando-se ao suplicante aprender a abrir cunhos com o dito Antonio Mengin, se conheceu logo natural propensão para este emprego, e em breves tempos mostrou habilidade e singular corte de buril, sem embargo de se haver com ele mui avaro de ensino o dito Antonio Mengin, por conhecer no discípulo se havia adiantar muito ; e sem embargo de não o admitir a tudo que lhe podia ensinar, se adiantou tanto, que abriu vários ponções de retratos para todo gênero de dinheiro, com mais valentia e semelhança que o mestre ; que tudo foi presente a V. M.”.

Em 1743 foi incumbido juntamente com Mengin e Quaresmas de abrir os cunhos para moeda da Baía, e fez também três ponções para moeda de 6\$400 réis (peça, ou dobra de quatro escudo) no começo do reinado de D. João I. Bernardo Jorge morreu no ano de 1760.

Joseph Berlinque — Nomeado abridor de cunhos para Casa da Moeda da Baía em 5 de maio de 1694, vencendo ajuda de custo

de 80\$000. Pouco trabalhou na primeira Casa Monetária do Brasil, — pois, tido e havido por incompetente, foi dispensado do cargo de abridor da referida Casa.

Pedro Antonio Mengin, filho e discípulo de Antonio Mengin, foi admitido como praticante de abridor de cunhos da Casa de Lisboa, por despacho de 24 de junho de 1748. A 20 de fevereiro de 1754 foi nomeado para o lugar de praticante de número com 96\$000, anuais.

Esteve em Paris onde praticou o ofício de abridor de cunhos. Por carta de 12 de janeiro de 1758 passou a ajudante de abridor. Morreu antes de 6 de maio de 1795, vindo nesta data provido no seu lugar Angelo Manuel do Nascimento, declarando-se ser em preenchimento da vaga deixada pela morte do referido Pedro Antonio Mengin.

Paulo Aureliano Mengin, também filho e discípulo de Antonio Mengin. Foi aceito, como praticante de abridor de cunhos na Casa de Lisboa, por despacho de 24 de julho de 1748; a 20 de fevereiro de 1754, passou a praticante de número, com 96\$000 por ano, como havia sucedido com seu irmão Pedro. A carta régia de 12 de janeiro de 1756 promoveu-o a ajudante de abridor, chegando a ocupar o lugar de terceiro abridor, em cujo cargo foi provido a 11 de agosto de 1761. Pelo Aviso de 16 de janeiro de 1778 seguiu comissionado a Marrocos, levando três oficiais da Casa da Moeda de Lisboa e a ferramenta precisa, para ali ensinar a tirar à fieira e a sarrilhar a moeda. Não se sabe o dia do seu falecimento, porém a 26 de maio de 1788 foi nomeado em seu lugar Francisco Xavier de Figueiredo, por "*ser essa nomeação na vaga do falecido Paulo Mengin*".

João de Figueiredo — Natural de Aveiro, com 24 anos de idade, entrou logo como gravador de armas para o Arsenal do Exército (de Portugal), abrindo os cunhos para as medalhas da estátua equestre de D. José I, e para as medalhas comemorativas da fundação da basílica do Coração de Jesús.

A este gravador pertence a abertura dos ponções dos retratos de D. Maria I e D. Pedro III, os cunhos com os quais se tirou em

porcelana, inventada por Bartholomeu da Costa, o desenho do aparelho que elevou da fundição a estátua de D. José.

Especialista em medalhas. — gravou a medalha que a "Academia Real das Sciencias de Lisboa" ofereceu no ano de 1783 a D. Maria I, como reconhecimento à sua proteção, gravando mais as medalhas dos Seminários de Santarem e Crato, para uso dos alunos.

Fazendo escola, — deixou vários discípulos notaveis. Dentre os discípulos de escól destaca Aragão (*) os 2 seguintes: seu filho Francisco Xavier de Figueiredo e Cypriano da Silva Moreira, ambos abridores da Casa da Moeda de Lisboa.

Faleceu João de Figueiredo aos 84 anos de idade. O Arsenal do Exército, onde sempre serviu, mandou à Exposição Universal de Paris em 1867 parte de suas medalhas, de que possui os cunhos respectivos.

A. SOLANO DE BARROS

(*) Apud Teixeira de Aragão, — Obr. cit., tomo I, pág. 81 — Lisboa, 1874. O falecimento de João de Figueiredo, ocorrido a 10 de Janeiro de 1809, é ainda tratado em Volkmar Machado, *Collecção de Mem.*, pág. 278, e transcrito por Raczynski a pág. 98.

A. C. Teixeira de Aragão (*Augusto Carlos*) — "Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal".

A obra publicada, em Lisboa, tem os seguintes tomos:

- Vol. I (publicado em 1874);
- Vol. II (publicado em 1877); e
- Vol. III (publicado em 1880).

— A obra foi, oficialmente, impressa pela *Imprensa Nacional*, — Lisboa.

DOIS CANHÕES HISTÓRICOS

Em 17 de setembro de 1938, sob o n. 174, o Diretor do Museu Histórico Nacional, no afã de enriquecer o patrimônio de reliquias históricas a seu cargo, enviou ao eminente titular da pasta da Guerra este ofício :

Exmo. Senhor Ministro — Existindo nas antigas baterias da fortaleza de S. João dois canhões de grande valor histórico e



A velha peça Withworth que se tornou famosa durante a Revolta de 1893 sob a alcunha de *Vovó*. Acha-se num baluarte do antigo forte de S. Januário à entrada da barra do Rio de Janeiro.

atualmente sem a menor utilidade bélica, conhecidos pelos nomes de "Vovó" e "Cachorro", ousou dirigir-me a Vossa Excelência, apelando para o seu culto pelas tradições da Pátria, afim de que sejam os mesmos cedidos ao Museu Histórico Nacional, onde poderão figurar no pátio de entrada, dum e doutro lado do portão principal.

O Governo atual realizou grandes obras no Museu Histórico, ampliando consideravelmente o seu edifício, o que determinou uma

reforma completa de sua arrumação. É pensamento do Exmo. Sr. Ministro da Educação, quando esse serviço estiver terminado, no mais breve tempo possível, fazer uma inauguração solene das novas instalações, com a presença das altas autoridades da Nação.

Nessa conformidade, esta Diretoria desejaria que as duas aludidas reliquias de nosso glorioso passado militar figurassem ao lado das outras que nos falam dos feitos de nossos antepassados. Não possuindo, infelizmente, o Museu Histórico verbas de transporte, nem meios para esse fim, ousaria rogar a V. Excia., no caso de ceder os dois aludidos canhões ao Museu, se dignasse providenciar para a sua transferência, que necessita de cábreas e em-



Outro canhão famoso nos tempos da referida Revolta da Armada sob o nome curioso de *Canhão Cachorro*. Está no mesmo forte de S. Januário. O oficial que figura nas duas fotografias é o Tenente-Coronel Possolo, ex-comandante da Fortaleza de S. João, da qual depende o forte de S. Januário.

barcações (o que o Ministério da Guerra possui) da fortaleza de S. João até o cais da Praça Marechal Âncora, onde está situado o Museu Histórico.

Se V. Excia. se dignar tomar em consideração o pedido desta Diretoria, não vendo inconveniente em deferi-lo, desde já apresento a V. Excia. os vivos agradecimentos desta Casa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos da mais alta estima e subida consideração.

Gustavo Barroso, Diretor.

UMA PEÇA ADMIRAVEL



Bule de prata francesa com repuxados, cinzeladuras e gravado a mão. As volutas da ornamentação barroca são verdadeiramente notáveis. Isoladores de marfim. Tampa terminando em flores desabrochadas.

Faz parte dum serviço completo de chá, constando de seis peças: bule de chá, bule de café, açucareiro, manteigueiro, leiteira e biscoiteira. Esse serviço que pertenceu ao Capitão José Maximiliano Barroso, no Ceará, em meados do século XIX, provindo de mais recuado tempo, é hoje de seu neto, o Dr. Gustavo Barroso, Diretor do Museu Histórico.

O trabalho da prata denota um artista da escola dos famosos irmãos Germain.

RELIQUIAS DOS TEMPOS COLONIAIS



Uma das antigas casas coloniais da velha e tradicional cidade de Olinda. A pavimentação moderna da rua soterrou-a, de maneira que a janela entre as duas portas da fachada ficou ao rés do passeio. Conserva ainda os antigos batentes almofadados. Seu característico principal é o longo balcão repousando sobre oito cachorros de madeira trabalhada. Balaustrada de almofadas e adufe. A cobertura do balcão é formada pelo prolongamento natural da aba do telhado. Aspecto de simplicidade, de modéstia, de pobreza mesmo, mas cheio de harmonia e realçado por uma certa nobreza. Abstrahindo o muro modernizado ao lado e a arquitetura trivial dum sobrado moderno ao longe, a casa olindense relembra o tempo dos Mascates e dos Pés Rapados, a grande luta que tirou à vila da velha nobreza pernambucana a supremacia de que gozava.

RELAÇÃO DA GUERRA DA NOVA COLONIA DO SACRAMENTO

(RIO DA PRATA)

(1736)

Este interessante documento que se acha na Torre do Tombo foi copiado em 1940, a pedido do Diretor do Museu Histórico Nacional, Dr. Gustavo Barroso, pelo Sr. Artur da Mota Alves e devidamente autenticado.

PRÓLOGO

Confesso-te (Leitor amigo) que a sem razão com que vivem no esquecimento os espiritos mais nobres do novo Mundo Brasileiro, me incitou pegar na penna escrever acções tão benemeritas da fama, q' não sendo inferiores a outras muitas que vagam pelo Orbe com mayor ventura, menos afortunados se occultam estas com a ingratição do tempo, indigencia dos escriptores.

Pulsado mais da verdade que da lisonja e sem cuidar em erudições, que agradem ao gosto, menos em praser que escureçam os termos, fiz hum abstracto das mais veridicas noticias do Rio da Prata, repartindo o volume em três livros correspondentes às vezes que se povoou, e excidio. (?)

Em todas as partes, lerás generozos procedimentos apesar do errado conceito de muitos, que imaginam sem espirito os corpos que procederam dos primeiros povoadores, e propagaadores da América, sendo sem duvida que foram aquelles mais guerreiros, ainda que menos disciplinados, por quanto, pela teoria antiga sabiam em mais rude linguagem expressar os indultos da honra com a efficacia do braço.

Em outras regioens mais venturosas, encheriam de vozes o mundo, e de elogios o Prelo, mas se a sem razão é causa de se suscitarem os gritos da Fama nesse infeliz paiz, agora a impulsos da minha indiscreta penna conhecera a vulgaridade, mais poderosa a verdade, que o conceito; dando-se a ler os varoens insignes, que em beneficio da Patria e em serviço do Principe, arriscaram huns, e perderam outros as vidas na conservação de hua conquista tantas vezes expugnada sem motivos, crescendo em defensiva, sua, no povo o amor, na milicia o zello, e nos auxiliares a obediencia.

No primeiro livro admirarás amalicia triunfando do valor; no segundo a omissão ofuscando avalentia; e no terceiro gloriosas as quinas portuguesas contra hua opposição maliciosa.

Posto que, pequeno o Livro, não foi pouco o desvello, e trabalho no seo contexto; porquanto a composição em memorias desbaratadas hé tão difficil, como laborioza a empreza de juntar as partes para organizar o corpo.

Nem nas bainhas das victoriosas espadas achei individuados os sucessos anteriores para ornamentos da Historia; e parecendo-me pela permissão antiga, q' nellas rubricariam os soldados seos triunfos, como n'ellas em outro tempo escreviam os Testamentos, não descobri em tantas folhas, as desejadas noticias para o pretendido intento; porque a ferrugem do esquecimento havia consumido o ferro da lembrança.

Apenas alcancei para formar a primeira, e segunda parte, huns fragmentos verdadeiros, ainda que poucos.

Assim não imagino, que avalies o engenho pelo vulto, senão pela obra; e por esse motivo espero q' em mim louves o ardente desejo de famigerar anação, e illustrar as armas, que por ociozas pareceram embotadas, considerando-as totalmente o inimigo sem doutrina; porem ao primeiro ecco de Marte mostraram pelos pezados golpes, que ainda se conservava adisciplina nos deliquios da paz; cortando pela emulassão tão rijamente, que acrescentaram a Portugal triunfos e a Castella disgustos.

Fio, leitor amigo, que do meo zello nasça a tua urbanidade, para que desmerecendo a forma por desagradavel, te agrade a materia por saboroza; pois como leva por alma, a pura e irrefagavel

verdade, sempre em tua cortêz estimação teroubará o agrado desta virtude, que adquirindo das benevolencias os applausos contra as mordacidades dos criticos, fique confessando mais atenções a tua sinceridade, que obsequios a tua lizonja.

RELAÇÃO DA GUERRA DA NOVA COLÔNIA

fl. 59 — Cod. 467 — Fundo Geral — Secção Reservados da Bib.^a Nac. Lisboa.

Tomada despoes de três Juntas, q' se fizerão no Rio de Janeiro, a rezollução dese atacar por escallada a praça de Montevideo, p.^{las} ordens de Sua Mag.^e p.^{lo} estado da praça : e pelas forças d' anossa expedição, se mandou por hum Hyate avizo ao Govern.^r da Collonia, q' em o mayor segredo, e brevidade embarcasse os destacamentos, q' tinha e os remetesse à Ilha de Sancta Catherina, q' está em 27 graos, 30 mi : de Latt.^e sul, p.^a se incorporarem com a Esquadra q' partia p.^a ad.^{ta} Ilha, e despoes q' esta se engrossou, com gente, muniçoens, armas e mantimentos, partio a 25 de Junho de 1736, em demanda da sobred.^a Ilha e como só o aperto conq' se achava a Colonia, por hum bloqueo atravessar estes mares em tal tempo, com o primeiro : e seg.^{to} que experimentamos por principio do Inverno, perdemos dous transportes, dos quaes hum tomou m.^{to} despoes o Rio da Pratta, e o outro o de San.^{to}, e o resto da Esquadra, aportou a 3 de Julho na di.^a Ilha, tão delliciosa como desgraçada.

Nella nos cansamos de esperar p.^{la} gente q' havia de vir da Collonia athe aos fins do mês, emq' chegou : epelas cartas do Göuver. soubemos, q' um dos seos Bergantins tinha tomado hum avizo que vinha de Espanha para p.^a Buenos Aires, emq' esta Coroa segurava estarem a partir pouco despoes duas Naos de guerra com dozentos Dragoens de desembarque, e varias muniçoens : Feita agoa, Lenha, p.^a as Embarçaçoens q', conduzirão gente da Collonia q' com as q' estavam na Ilha fizerão outo, a 1 de Agosto sahimos abrigar mais com os ellementos, q' com os homens, e no dicurso de sette p.^a outo mezes não fez tregoa esta furioza guerra, estando tanto daparte dos Castelhanos, q' não se fizerão-igualm.^{to} tremendo os seos efeitos, porq' a estes favore-

cerão os abrigos dos seus portos, e nós lhe resistimos ou fora ou dentro do Rio sem reparo algum mais q' oda obediencia.

A 7 tivemos a prim.^a tormenta, mas a 10 foi tão tremenda, q' nenhuma fragata da Esquadra poude ver, ou conservar-se com outra, athe a boca do R.^o no dicurso de maes de dezasseis dias, nos quais ou huma só tormenta se dividio em m.^{tas} fizerão huma de tanto tempo, sendo ado dia 24 tam horrorosa, q' não houve pessoa, q' visse outra semelhante.

Dividida e separada toda a Esquadra, direi, de todas as três fragatas, Victoria, Conceição e Lampadoza, oq' a cada huma dellas socedeo navegando a Nao Conceição comendada p.^{lo} Cap.^m João Per.^a Sanctos aq.^m accompanhvão os mesmos cuidados, q' todos tinhamos empregado na furia, e perturbação dos ellementos, p.^{lo} prejuizo q' se seguia da nossa separação, avistou no dia 17 de Agosto duas Naos Castelhanas de cincoenta e sessenta peças, aq.^m deo cassa todo este dia, e o de 18 as quais vendo q' a nossa as seguia se puzerão em linha, e a esperarão, q' as não fazerem parece q' lhe não chegaria por serem velleiras, emfim, ás quatro horas da tarde começarão o combate, a Nao Command.^{te} dos Castelhanos q' foy a primir.^a aq.^m chegarão levou aprimr.^a banda de Artilharia a tiro de mosquete da Conceição e logo se pôz em retirada, e virando de bordo immediatam.^{te} a seg.^{da} Nao, obrigarão a nossa avirar com elles, e tambem se bateo em retirada, athe q' a noute separou as suas da nossa, ficando esta sentida de os não poder avistar no outro dia, como as duas Naos inimigas fizerão tão pouca rezistencia, podemos entender q', ou receberão grande danno do fogo da Conceição, ou estavam desprevenidas.

A 20 divisou o Cor.^l Luiz de Abreu Prego, q' governava a Nao Victoria, e toda a Esquadra as inimigas, e ainda q' esperava serem algumas das nossas, lhe deo cassa toda a manhã e vendo ellas q' ad.^a Nao as entrava ao meio dia esperou ado Cabo p.^{la} seg.^{da} e ambas p.^{la} nossa q' sendo só lhe não meteo ao longe tanto respeito como ao perto: em boa distância largarão todas bandr.^{as} p.^{lo} q' conhecerão serem Castelhanas, e como a Nao Victoria tinha o Barlavento, se chegou a ellas como queria, e perguntando o Coronel a seg.^d q', o era mais por erro da fortuna, q' do merecimento, q' Naos erão aq.^{las} respondeo, q' fallassem com o seo Command.^{te}, e repetindo-lhe a mesma pergunta, respondeo, agora lho

dirão, oq' fez principiando adar fogo a sua artilharia, e mosquearia, aoq' respondeo a Nao Victoria com gr.^{da} força, p.^{lo} exceso da sua Artilharia, chegou ao combate com mais vagar doq' devia a Nao do Cabo, e com a m.^{ta} mitralha deq' se servirão cortarão á nossa os Estae e quazi todos os cabos de laborar, e ofenderão o mastro grande, e ode Mesena, como tambem o pano, oq' vendo o Coronel Comand.^{te} mandou com todo o capricho de vallor pôr á Capa e tiverão lugar os inimigos de buscarem a Nao, e a combaterem por onde melhor lhe convinha.

Continuou a ação athé às sette p.^a as outo horas da noute, tempo, emq' mais largos da Victoria, se começarão a reparar, e da nossa p.^{to} se fez a mesma dilligencia, p.^a se entrar em seg.^{do} combate; porem, metendo-se â meya noute huma serrada neblina se vallerão os inimigos della p.^a se retirarem.

Sendo claro o dia, e não avistando as Naos Castelhanas, assentarão que devião buscar o Rio da Pratta, q' era o nosso e seu caminho, emfim, seguimos todos a nossa derrota, ainda separados athe ao dia 26 emq' se encontrou a fragata Lampadoza comandada p.^{lo} Cavalh.^o Fr. Joseph. da Vascon.^{os} com as mesmas Naos Castelhanas, e duvidando q' poderião ser nossas lhe fez o sinal do Regimento, porem nada respondendo a elle, lhe começou a dar cassa com toda a força de vellas, esem emb.^o de se achar só, e com forças muy inferiores as dos inimigos, e com o Navio Cortanabos que trazia â seu bordo hum destacam.^{to} de sold.^s da Bahia, q' tinha vindo da Collonia, com oq.^l se havia sempre conservado, q' na prez.^{ta} occasião lhe servia de gr.^{da} embarço, se resolveo atacar aos inimigos de frente da Ilha de Maldonado, na becca do Rio da Pratta que está em 35 graos escassos de Latt.^a Sul, na consideração de ser mais conveniente ao serviço de Sua Mag.^e na prezente conjunctura expor-se com a sua fragata ao bom ou mau soccesso q' podia acontecer de hum combate tão desigual, q' sofrer q' as Naos inimigas entrassem em Montevideo, com hum socorro tão consideravel, como oq' trazião, e tão prejudicial, ao nosso intento como a Praça da Colonia; e com effeito vendo as duas Naos Castelhanas que a Lampadosa as perseguia, atirando-lhe alguns tiros com os cachorros de prôa, ou fosse por vergonha, ou p.^r vont.^e aceitarão o desafio, e se puzerão em linha de batalha; serião tres horas da tarde q.^{do} começou o combate formal, com a

Nao do Cabo, e com a seg.^{da} q' atravessando-se na prôa da Lampadosa, procurava batella a seu salvo, e ganhar-lhe o barlavento p.^a a meter entre dous fogos; porem a Nao Comand.^{te} dos inimigos enfadando-se de combater mais tempo com ad.^{ta} fragata foi atacar ao pobre Navio Cortanabos, oq.^l não podendo rezistir ao seu fogo foi precizada a Lampadosa, a hir socorrello, virando de bordo, debaixo do fogo da seg.^{da} Nao Castelhana, e ambas fazendo força de vella tomarão o partido da retirada, e a nossa de hir em seu alcance, ainda q' maltratada thé as outo horas da noute, q' chegando a nosso Coronel Comand.^{te} lhe perguntou p.^{tas} inimigos, e marcando-os lhe deu ordem q' o seguisse na sua popa e como a Nao Victoria era mais velleira que a Lampadosa chegou a emparelhar-se com a seg.^{da} dos Castelhanos p.^{tas} dez horas e começou a combatella com m.^{to} vallôr e a Lampadoza chegando despoes fazia o mesmo no modo possível; porq' a situação emq' as nossas se achavão na falda do Baixo do Inglez, e a manobra q' as inimigas fazião de se cobrirem huma com outra, não dava lugar ao nosso Comand.^{te} de se medir e conservar com aq' lhe competia, e p.^a mayor fortuna dos inimigos, e desgraça nossa lhe veyo o vento favoravel, p.^a evitarem a sua total ruina, porq' poderão com elle sahyr p.^{to} Rio fora, montando o baixo do Inglez, q' a todos causava grande embaraço, e ficavão por nosso barlavento; porem sempre lhe fomos dando cassa com a esperança, q' a inconstancia dos ventos, q' reinão nestes mares, nos daria algum favoravel para, p.^a se disidir a contenda.

No seg.^{to} dia lhe largamos bandr.^{ta} de combate e os desafiamos com hum tiro de peça; porem elles não largarão as Collinas, nem no terceiro dia, emq' como nos seguintes, os não largou o mesmo vento; e porq' seguindo-os na volta do mar, poderião perder-se de vista em huma noute, e buscarem a tôda a força de vella, a boca do Rio e a Bahia de Montevideo, aq.^l p.^{to} q' seguravão os praticos, devião tomar pelo canal do Norte, sendo o do Sul, impraticavel ás embarçaõens de gavia, rezolveo o nosso Comand.^{te} de os hir esperar na Ilha das Flores, que dista sette Legoas p.^a Leste de Montevideo, e passando por Maldonado mandou ordem ás Embarçaõens de transportes q' alli se achavão ancoradas q' tiverão a fortuna de não serem reprezadas dos inimigos, porque a Lampadoza teve o cuidado de as cobrir, e defender, q'

se fizessem á vella p.^a a Collonia e seguirão viagem levando cartas para o Govr.^o saber oq' tinhamos passado, eq' estavamos neste Rio ; e outo dias despoes, mandou elle a noticia q' as duas Naos inimigas se achavão já ancoradas, junto da Bahia de Barragana, q' fica sette legoas a Leste de Buenos Aires, oq' mais q' a nos deixou assombrados aos praticos, tais são elles q' subprendidos disserão, q' só a desesperação dos inimigos os fizera cometer caminho, onde lhes parecia mais certo o naufragio, doq' a sahida.

Logo q' o vento nos deu lugar fomos dar fundo defronte de Monte Video, distantes duas Legoas e $\frac{1}{2}$ da Praça, e nesta paragem esperamos com impaciencia a Conceição, q' era aq' nos faltava, e as mais embarcaçoens, q' conduzião os petrexos, emunichoens, e gente para a Escallada de Monte Video ; e emq.^{to} os temporais lhe negavão a entrada neste Rio foi o Brigadr.^o Joseph da Silva Paes, com o Mestre de Campo André Ribeiro, em hum Bergantim e hum escaller observar a Praça, e pondo pé em terra de hua Ilha, q. está dentro da sua Bahia, virão seg.^{do} Brigadr.^o ao amanhecer huma praça de Corpo m.^{to} diferente doq' se lhes tinha representado, a guarnição trabalhando nas ruinas, bastante cavallaria, mudando as Guardas exteriores, e levando a beber a Cavalhada e boyada ; duas baterias a borda d'agoa e as muralhas guarnecidas com hum pente á roda: ao sahir da dita Ilha lhe derão algum tiro de artilharia, mas sem efeito, e fez o Brigad.^o m.^{to} diferente juizo. da praça, doq' por informaçoens tinha formado.

Thé 16 de Septembro tardou a Conceição, e só neste dia se encorporou comnosco, p.^r se haver demorado alguns na boca do Rio por causa de ventos contrarios.

Achando-se as três Fragatas juntas, chamou-se a Conselho sobre a Nao Command.^{ta} e nelle referindo o Brigadr.^o oq' observara na Praça de Monte Video, e as forças comq' nos achavamos, propoz se se devia investir a Praça, e dar comprim.^{to} aoq' se asentara no Rio de Janeiro, ou procurar de hirem as três fragatas atacar as duas Naos inimigas a Barragana, porq' El-Rey, recomendava q' se destruisssem em prim.^o lugar as forças maritimas e ponderando-se acção, se ajuntou, q' como a Praça de Monte Video se achava melhor fortificada, doq' se entendia, e o Brigadr.^o assim o certificava era maes conveniente ao serviço de S. Mag.^o procurarmos atacar com a Esquadra, os inimigos emq.^{to} não che-

gavão as embarcaçoens com todos os petrechos necessarios p.^a ad.^a empreza, se o Canal do Sul desse a esta, passagem franca p.^a despoes podermos obrar mais livrem.^{te} e assentado por todos q' assim se executasse, se expedirão logo praticos em Bergantins a sundar, e recolhidos estes disserão q' nem a Nao Victoria, nem a Conceição, podião passar a Barragana, deq' fizerão hum termo.

Desvanecido este intento, e dezejoso o Brigadr.^o de passar a Praça da Collonia e a juntar com oseu Govr.^o alguma acção, deq' Sua Mag.^s se desse por bem servido, talvez por se considerarem grandes difficuldades, primr.^o projecto sobre a Praça de Montevideo p.^{las} observaçoens q' o Brigadr.^o tinha feito do gr.^{do} augmento, emq' a d.^a Praça se achava nas suas fortificaçoens, eda pouca gente q' tinha p.^a obrar em terra faltando-lhe tambem parte dos petrechos, q' se tinhão embarcado em algumas embarcaçoens q' não havião chegado, q' erão precisas p.^a o desembarque, oq' tudo tinha cauzado a grande demora, q' se tinha feito na Ilha de Santa Catherina, a esperar a gente da Collonia, e despoes a separação emq' nos puzerão tantos temporais; a 25 do dito mez partio, em hum Hyate com o mestre de campo Padre Ribeiro e chegarão no dia seguinte á dita Praça, e nós com as três fragatas ficamos esperando por três Naos de guerra, Castelhanas, q' segundo o avizo da nossa Corte tinham partido de Cadiz com huma Charrua p.^a estas partes, como tambem a fragata Nossa Senhora da Esperança, e Nossa Senhora das Ondas, q' se achavam no R.^o de Janeiro, p.^a se incorporarem connosco, q' chegarão a Seg.^{da} a 29., e a primeira a 30 tão desfigurada pela malora de desalborar dos mastros de Traquete, Grupés e Mastareo de Gávia, q' ninguem a conheceu, senão despois de dar fundo.

Logo que o Brigdr.^o e o Mestre de Campo chegarão á Collonia, visitarão a Praça e ficarão maravilhados do mal, que estava fortificada ed' q' não sendo necessaria brecha p.^a ter entrada no principio deste sitio, lha abrissem os Castelhanos, edq.^{os} vinda aberta a não assaltassem, pelo que se devia ter um milagre asua subsistencia ainda q' não seja assaltada mas só batida e não se livra o Gover.^o de Buenos Aires de huma de duas culpas; ou de não assaltar a brecha, se fôr falso que a Infant.^a lhe perdeo a obediencia; ou de não entrar com a Cavallaria antes de formar o sitio, porq' quer das três partes q' aq.^l torrão tinha em baixo, de

cujo estado se desculpa o Gove.^{or} Ant.^o Pedro de Vas.^{lo}, na falta de dinheiro : ou nas ordem que tinha, para não bollir na fortificação de modo q' fizesse ciumes aos Castelhanos.

Vezitada a Praça, e ponderado o escandalo, q' fazia vendo um Corpo de Bloqueio, e sem saber de que gente se compunha, se ajustou fazêr-lhe huma sortida de 700 homens e duas peças de campanha, e forão em tão boa e callada marcha q' quasi, subprenderão os inimigos, porq' ainda prezionarão dous, e sahindo todos os outros sem mais forma, nem vestido, q' oq' lhe permitio o medo, deixarão aos nossos huma peça de Artilharia, armas de toda a casta, fardas, dinheiro, pratas, carnes, e a secret.^a q' nellas tinhão de cujo saque não deixou de resultar bastante proveito, particular, e ainda publico, entregando-se a parte q' se não conduzio, por se perder a forma ao fogo, com o mesmo abarracamento, dq' tudo forão os inimigos fieis testemunhas, thê o numero de 300. cavallos, q' fora de tiro de espigarda, povoavão dispersos a Campanha, excepto doze q' com tiros de artilharia despovoarão p.^a sempre o mundo.

Vendo-se socedida, porq' bem ordenada esta primeira sortida, p.^{tos} justos fins a q' se encaminhou de intimidar aos inimigos e abellitar a nossa gente, e sobretudo p.a dar reputação às nossas armas, com o desmayo de levantar o inimigo hum Campo, ainda p' logo se restitua a êlle ; se determinou q' a 6 de Outubro, se fizesse seg.^{da} sortida, porq' ainda q' o seu objeto não era mais q' ade queimar m.^{to} poucas barracas, q' tinhão escapado do primr.^o incendio, sempre se repetia e sustentava a nossa gloria, com esta occazião de descompor o novo Campo de Bloqueio, q' se havia retirado de sorte, q' só a sua guarda estava á vista da Praça, e excepto o saque em tudo omais seguio esta sortida os passos da primr.^a, mas logo que virarão os nossos a marcha para a Praça se tornarão a alhojar no seu Campo, os inimigos ainda q' sofrendo rigorozissimas injurias, de todo o Tempo, por Sol, chuvas, evento sem reparo : ecomo na Collonia não havia mais que fazer, se recolherão, o Brigadr.^o e o M.^o de Campo p.: a Esquadra a 11 de Outubro e resolvendo o d.^o Brigadr.^o no pensamento a ideia de saquear, e queimar Buenos Aires, e ainda render o seu Forte, se algum acaso o permitisse, mandou pôr prompto agente de desembarque, e como o Governad.^{or} da Collonia representava por huma

carta, ao nosso Command.te a fraqueza emq' a sua Praça estava, não tendo bateria alguma acabada pela p.^{te} da Marinha pela q.^l podia o inimigo com as suas duas Naos, intentar debaixo do seu fogo, algum desembarque e lhe pedia quizesse mandar a Nao esperança, com aq.^l ficava segura aquella Praça, se pôz em Cons.^{ão}; e se voltou sobre ad.^a Nao p.^a a Collonia, p.^a della resultar a utilid.^e proposta visto não estar capaz de entrar em acção, com as mais da Esquadra, e com ela encorporou o Brigad.^o, as dos transportes das gentes, e passou outra vez com o mestre de Campo, ad.^a Praça a 22 do mesmo mês.

Tres dias esteve a Nao Esperança encalhada depois de passar o banco q' atravessa este Rio de Norte a Sul, algumas legoas, chamando de Orhi de cujo mau successo livrou deitando parte do lastro e mantim.^{to} fora, e pouco depois já perto da Praça tornou a encalhar, deq' teve o prejuizo de lhe saltarem fora algumas taboas do sobresano; porem cheggou a salvam.^{to} e logo se chamou a Conç. .

Sobre o projecto de Buenos Aires, como todos os officiais mayores da Collonia, erão praticos naquella cidade, devião ser os seus votos os mais bem fundados, evitando com maduras reflexoens as objecçoens q'elles oferecerão, se desvanecio tambem esta ideia, porque chegando ao votto do Govr.^{or} disse q' como nenhuma utilid.^e resultava desta entrada a praça da Collonia, q' era o primeiro: objecto, do cuidado e ordem de Sua Mag.^{de} e não tivesse certeza, deq' passando a nossa gente a outra p.^{te} do Rio, tivesse ventos de voltar, q:^{do} quizesse, senão rezolvia a dar nem hum só sold.^o não devendo ficar a sua Praça exposta ao perigo de ser assaltada, p.^{lo} poder q' o inimigo tinha junto em Monte Video e bloqueo em caso de ventos contrarios, eq' so o era de parecer se fossem atacar as duas Naos inimigas, surtas fora de Barragana, porque destruidas as forças maritimas, não ficaria á Collonia o maior assombro por agoa; p.^a oq' se devião pedir ao nosso Comand.^o as duas fragatas, Ondas e Lampadosa, capazes só de passar o banco, oq' foy seguido dos mais votos, ainda q' hum duvidou, q' o Coronel do Mar mandasse tais Naos, com a mesma rezão conq' elle negou a remeça por hum termo feito em junta de todos os officiais da marinha; porq' não era rezão q' tendo-se recebido aviso da nossa Corte, deq' havião partido três

Naos de guerra, e huma Charrua do porto de Cadiz para este Rio, se dissipasse esta Esquadra tanto das suas forças, ao mesmo tempo, q' a Nao Conceição se achava com duzentos doentes e pouco capaz de entrar em acção p.^{ta} falta de gente, q' pelas duas Naos Inglezas q' descerão de Buenos Aires a tomar Courama em Monte Video, sabiamos q' as ditas Castelhanas, deitando hum destes dias o lastro fora, se recolherão dentro da enseada de Barragana, aonde não podia chegar nenhuma das fragatas pedidas, com o seu lastro, e q' sem elle corrião o risco de se perderem com as duas Leão Franco e Haja Saude, cujos mastros ainda hoje são padroens, ou da sua desgraça ou da sua ignorancia.

Intentou o Brigadr.^o despoes outro projecto q' seria m.^{to} proveitoso, se se pudesse efectuar de hir entupir o canal de Barragana, inabellitando por este modo as duas Naos inimigas, e as duas do Registo, q' todas se achavão abrigadas, naq.^{ta} Bahia, e mal informado da sua situação, e grandeza q' suposto tinha só hum canal por onde as Naos costumão entrar nella; crescendo o Rio tem na sua boca meia legoa de largo e podem as Embarcaçoens sahir por riba do parcelgo sem dificuldade, procurou p.^{ta} este effeito dous Navios carregados de pedra e foi com as fragatas, Esperç.^o e Nazaret, hum Hyate e varias outras Embarcaçoens miudas a 19 de Novembro, em demanda da dita enseada em cujo caminho encalharão as sobreditas fragatas, e vendo o Brigadr.^o experimentalm.^{to} q' era impossivel conseguir oq' desejava despoes de sofrer algum fogo dos inimigos no tempo, que andava sondando, sem mais perigo q' o de huma gr.^{de} torm.^{ta} se recolheo a Collonia tam desconsollado, como mal satisfeito da fortuna.

Como em longo curso de tempo, costuma esta repartir com varied.^o os seus favores, quiz a de nossos inimigos, q' a 6 de Dezembro com hum forte vento Leste, e alguma neblina entrasse huma Nao Castelhana de 50 peças na Bahia de Montevideo, semq' desde a primr.^a vista se podessem levar a tempo, q'quer das quatro Naos da Esquadra, ainda arrebetando Viradores, e largando amarras por mam porq' he tal a força dos ventos contra adas correntes e outras vezes com ellas, q' não ha hum official por mais habil e activo, q' seja senhor da sua Nao como succedeu a Fragata Lampadoza, q' ficando as amarras e fazendo-se a vella com g.^{de} promptidão lhe não poude cortar o passo, antes de entrar

na Bahia, conhecendo o nosso Comand.^e o evidente perigo a q' esta se expunha por falta de amaração, lhe fez sinal p.^a se recolher á Esquadra, cujo successo fez huma grande impressão no sentimento do Coronel, na consideração deq' poude faltar áfee doq' lhe aconteceu sem culpa, âquem falta a experiencia doq' he este Rio sem semelhante.

Parecendo á nossa desgraça, m.^{to} pequena a sobred.^a feli- cid.^e p.^a satisfazer aos desejos de nossos inimigos, dispoz que intentasse na Collonia a acção de se queimar a provedoria dos mantimentos, q' o Corpo de Bloqueio tinha, a quatro léguas de distancia, nas margens do Rio de S. João, e preparados, 300 homens se encarregarão ao governo de hum só Cappittão de Infantr.^a menos pratico daq.' sitio, doq' requeria aq.^{to} Corpo p.^a lhe segurar a retirada, emq' primeiro q' tudo devia cuidar o Command.^e de huma acção militar.

Embarcados q' forão se fizerão á vella pela huma hora da route, para não serem vistos do campo dos inimigos; e em duas horas de tempo chegarão e entrarão o Rio, e achando só três sold.^{os} de guarda, prizionarão hum e despoes de alguns tiros de pedreiros, renderão hum lanchão e chegando a provedoria a queimarão; e tinhão satisfeito a ordem com toda a fellicid.^e se a sua ambição os não chamasse ao saque de algumas barracas q' estavam ao longo da dita provedoria emq' empregados derão tempo, aq' do campo do Bloqueo se destacasse hum corpo de Cavallaria, com huma peça de campanha, â toda a brida e chegasse a tempo, q' ainda a nossa gente tinha o pee em terra, como m.^{tas} das embarcações, tinhão ficado sem guarda, fugirão aos primeiros tiros da d.^{ta} peça; e não achando cento e trinta, e dous sold.^{os}, outra embarcação se meterão no lanchão rendido; mas como por hum escaller fugir mais livrem.^{to} cortasse o cabo comq' lhe dava o reboque, e o d.^{to} lanchão não tivesse vellas, remos, nem Leme, despoes de sette mortos se renderão os outros com dezassete feridos, adiscrição dos inimigos, ficando a Praça sentindo inconsollavelm.^{to} esta gr.^{de} perda, não só por tão avultado numero, senão tambem pela sua boa calid.^e: sendo toda a gente de guarnição, q' havia neste destacamento: pratica no uzo da Cavallaria, q' a experiencia nos tem mostrado ser o unico meyo da conservação, e ainda augmento daq.^{ta} Praça, com proporção ade nossos inimigos,

emq' se não faria ametade da despeza, q' na forma presente da sua defesa se tem consumido.

Para se nos compensarem estes desgostos entrou neste Rio e se incorporou a esta Esquadra, em 16 do d.^{to} mes a fragata N. Snr.^a da Arrabida comandada pelo Cap.^m de mar e Guerra Luiz Pedro de Brederode e como não temos deixado de atacar aos inimigos por inferiorid.^e de forças a todos deveria magoar o objecto do cuidado da despeza e da ruina, se não soubessemos, q' nada sobeja na guerra; porque temos experimentado, q' a mayor nos fazem as trovoadas, e correntes arrebatadissimas deste Rio, arruinando-se as Naos, apodrecendo os mantimentos, morrendo a gente sem corresponderem as suas vitallid.^{es}, am.^{tos} dezejos, aos nossos trabalhos, e a tam grossas despezas e porque ainda assim nada basta para manter com iguald.^e o gr.^{do} Corpo de Embarcaçoens de guerra e de transporte, e huma Praça com tão numerosa guarnição, e moradores, porq' posto q' o Ex.^{mo} conde Tritay, mandasse hum generoso socorro depois de outros de emarcia, mastros, gente e mantim.^{tos}, pelo Navio, São Fructuoso e o Gen.^l Gomes Freire de Andrade, não cesse de mandar sempre abundantem.^{te} grossas remessas de tudo quanto pode, e tem a Praça do Rio de Janeiro; as distancias q' causão gr.^{des} avarias, nos fazem exprimentar bastantes faltas, a q' se não pode remediar, senão com o sofrim.^{tos}.

Impaciente o Brigadr.^o de não poder efectuar projecto algum dos referidos entendeu, q' poderia fazer algum damno a Nao, q' se achava em Monte Video, e embarcando-se na fragata Nazaret, com o Mestre de Campo, e mais gente, q' trazia a seu cargo em varias embarcaçoens chegarão á ponta da leste da dita enseada, e conhecendo, q' não era possivel atacalla por estar encalhada junto de terra debaixo das suas batarias, se recolheo a Esquadra e em 5 de Janr.^o chamou a com.^o todos os Cappitaens de mar e guerra das fragatas p.^a ver se achava meyo de se entrar a Bahia, e bater a Nao inimiga, e batarias q' a defendessem.

A esta propozição responderão os sobreditos officiaes Command.^{es} segundo a situação, emq' a Nao se achava, distinguindo ao mesmo tempo, a formatura da enseada de Monte-Video, fundo, a sua callid.^e, falta de amarras ponderando igualm.^{te} o inferior

projecto de hir a Esquadra a hum fim como era pretender a destruição de huma Nao, q' podia levar outras e assim se fizerão as ponderaçens seg.^{tes} cujas forão respondidas pelo Brigadr.^o como se declara : Primeiram.^{te} se ponderou, que as fragatas para hirem bater a Nao inimiga era preciso q' despoes de entrados dentro, com o melhor vento q' se podia esperar, como erão os ventos lestes q' já lá dentro lhe não servia p.^a se avezinhar a Nao, porq.^{to} era necessario p.^a lhe chegar aproar ao nordest e as Lest nordest q' acnde se achava estava encalhada no lodo e m.^{to} metida em terra entre as batarias por se ter alleviado de tudo, como bem se via atravessada com as batarias p.^a fora, e q' para se avisinhar a ella alguma das fragatas era preciso usar das espias eq' se havião de deitar com grande difficuld.^e porq' as lanchas-mal poderião aturar o fogo das batarias e da mesma Nao deq' o fundo era m.^{to} solto eq' necessariam.^{te} devia obrigar acassear as fragatas huma p.^a as outras cruzando assim embaraço ase proporcionarem, já humas as batarias da terra já outras a conquista da Nao, e como ellas não podião bordejar eram logo obrigadas a dar fundo, e que assim ficavão com a proa para a terra e não poderião logo fazer grande prejuizo as batarias, mas só recebello, aoq' o Brigadr.^o respondeo, q' lhe parecião pouco fortes, e q' facilm.^{te} se arruinarião.

Ouvidos os praticos concordarão, q' as q' as fragatas era preciso p.^a ficarem com os costados p.^a a terra, assim q' dessem fundo devião já trazer espiadas outra ancora, p.^a fazer sobre ella força de atravessar, eq' era mais natural, q' chegassem a incalhar, q' chegar atravessar, já pela força dos ventos, ou p.^{las} correntes d'agoa e q' qualquer das fragatas não poderião chegar â Nao de sorte q' lhe fizesse m.^{to} damno, por estar m.^{to} em terra em pouco fundo, e juntamente expôz o Cavallr.^o Joséph de Vasc.^{os} q' parecia menos decorozo expôz-se toda a Esquadra, p.^{to} objeto de hua Nao, emq' se consideravão tantos obstaculos na sua conquista e só esta seria proporcionada, p.^a huma ou duas fragatas, as mais estroncadas se houvesse probabilidad.^e de se poder conseguir o intento ; porque caso estas tivessem mas sucesso, era menos sensivel a sua perda.

Estas e outras ponderaçoens forao sempre refletidas noq' respeitava a buscar a Nao inimiga ; porem q' deq.^lquer sorte se entrasse em acção, era necessario quem sorprendesse as batarias

pelo meyo do desembarque, q' era o mais conducente para se poder obrar alguma cousa ; porque arruinadas estas p.^{1a} artilharia das fragatas, sem haver gente p.^a se apoder dellas, facil era aos inimigos tornarem a reparallas, q' se poderião arruinar mais vezes, sem fructo, quando lhe ficava o lugar de se reedificarem sem embaraço de quem as supreendesse, eq' q.^{do} se considerasse q' se tinha feito algum damno, nós achariamos com a mesma opposição.

Aoq' o Brigadr.^o respondeo, duvidando assim : Que era preciso q' as Naos lhe facilitassem o desembarque, que admenistrando-lhe comer, agoa, e todos os socorros ponderando juntam.^{te}, a contingencia do desembarque, da perda da gente, q' era m.^{to} pouca, considerando-se com inimigos a cavallo, referindo a brevid.^e e repetidos movim.^{tos} comq' os acharia já de hum lado, ou já de outro, eq' q.^{do} se achasse desembaraçado de hum ataque, immediatam.^{te} se lhe oferecia outro, eq' como a terra tinha lombadas, nunca a artilharia das Naos, o emparava, oq' daria aos inimigos menos receyo de o incomodar, q' p.^a a Cavalla.^a se poderia cobrir com os cavallinhos da friza ; porem como se havia de reparar da Artilharia das Sincas dos cavallos, q' esta era inconstratavel, q' lhe era preciso ter corpo formado e ao mesmo tempo dividir gentes p.^a usos, e conduzir alguma peça, e como havia de ser p.^a conservar as communicações livres q' huma noute, ou dia se defenderia como pudesse, porem como havia de ser despoes, com a gente sem descansos, trazendo outras ponderações q' lhe occurrião fundadas na situação da terra p.^{las} Lombadas, e conservação das communicações, haver aí mantim.^{tos}, operaçoens, arrebatadas da cavallr.^a, violencia da artilharia das Sincas, eq' quer acazo no desembarque, p.^{1a} contingencia da perda da gente, noq' fez reflexão o Cap.^m de mar, e guerra, Luis Pedro de Brederode fazendo-lhe menção de outras aventuras em outro tempo praticadas, q' era certo q' em semelhantes funçoens sempre há perda de gente, e q' elle se achara em hum desembarque em Barcelona, e q' em humas lanchas se perderão trezentos homens, aoq' o Brigadr.^o respondeo, que, se a elle lhe secedesse isso, lhe levaria ametade da gente, porque elle não tinha mais q' seisentos homens, eq.^{do} m.^{to} não chegavão a settecentos, por ultimo lhe disse o d.^{to} Cap.^m de mar e guerra, se poderia hir deitar gente em outra parte, respondeo o Brigadr.^o q' nem com dous mil homens se poderia tentar tal, q' era traidor á

Coroa q.^{ta} dissesse, q' com menos de dous mil homens se poderia atacar Monte Video.

Repetidas vezes disse o Cor.^l Comand.^{to} q' elle aly estava para hir onde sua Sr.^a quizesse, e se concordasse q' sua Mag.^{de} lhe ordenava executasse oq' se resolvesse nas juntas todos os Capitães de mar e guerra, responderão q' elles o haviam de seguir the acabar a vida.

Por ultimo concluiu o Brigadr.^o, q' elle bem sabia os gr.^{des} servidores q' erão Del-Rey e q' estava tudo m.^{to} bem ponderado, q' sem embargo, q' havia entre todos hum gr.^{do} zello e desejo de obrar alguma cousa naquelle Rio em atenção as gr.^{das} recomendaçoens, q' Sua Mag.^e fazia, q' tãobem era certo o estavão ainda todos, p.^a alguma outra operação q' se poderia offerrecer, e nã hir expôr totalmente as unicas forças, q' tinha adonde se não poderia conseguir melhor reputação das armas.

Desvanecida esta acção pelas razoens acima declaradas, resolveo o Brigadr.^o hir ver na Bahia de Maldonado, se na sua Ilha ou terra firme, havia capacid.^e de fazer huma fortificação, e destacando a Nao Victoria e Lampadoza, com alguns transportes, entramos na d.^a Bahia a 24 de Janr.^o de 1737 immediatam.^{te} sahio o Brigr.^o com o Mestre de Campo em terra e virão hum sitio, aquem a natureza se enriqueceo de excelente materia e forma, esterilizou de agua, e lenha, deixando-o tão inhabitavel aos extranhos, como aos naturais; passando a Ilha acharão hum punhado de areia sustentado por varias partes de rochas sem lenha nem mais agoa, q'a de Casinhas, q' entre sallobra, e barrenta, não passa de manter a quarenta ou cincoenta homens.

Dos inconvenientes, q' acharão nestes dous sitios p.^a se fortificar deo o Brigadr.^o parte ao General Gomes Freire e se preparou com trez.^{tos} soldados de destacam.^{tos} muniçoens e mantim.^{tos} e a 10 de Fevr.^o foi com sette vellas em demanda do Rio Grande de San Pedro que está em 33 graos $\frac{1}{2}$ de latt.^e Sul, adonde se acharia já há mezes, Christovão Per.^a com cento e secenta homens, mil e quinhentos cavallos, e mil e duzentas vaccas. p.^a fazer numa povoação coberta huma praça, na terra da Pampa q' fica ao Sul do mesmo Rio, oq' será muy util senão mentem os arbitristas, e o permitirem os Castelhanos; o Mestre de Campo ficou na Esquadra esperando ordens para seguir este ou differente rumo.

Chegou hum Hyate do Rio de Janeiro q' tocou a Ilha de S.^{ta} Catherina p.^{la} barra do Sul e disse o seu Mestre q' na dita Ilha estavam seis Naos de linha desde 7 de Fevr.^o e athe 9 não tinham largado bandr.^{as}, nem deitado escalleres fora, oq' faria crêr q' erão Castelhanas, e no 1.^o de Março chegou hum Bergantim com cartas do Gen.^l Gomes Freite de Andr.^a, oq.^l nos participou a noticia posto q' incerta q' tinha recebido do Exmo. Conde V : Rey, deq' no posto do Ferol, se estavam aparelhando seis Naos de Guerra, oq' confirmou a primr.^a confusa e como nos achavamos ainda em Maldonado nos fizemos à vella com as duas fragatas, e fomos incorporados com as tres, q' tinham ficado de frente de Montevideo, porem a 5 dod.^{to} chegou outro Bergantim expedido p.^{lo} Brigadr.^o, q' nos tirou de toda a duvida, dizendo nas suas cartas, q' elle chegara a barra de Sam Pedro só com quatro embarçaçoens, q' já tinha posto em terra a gente e o mais, que levava eq' se estava fortificando, q' na barra do Norte da Ilha de S.^{ta} Catherina : estavam duas Naos Castelhanas com quatro prezas, as quais erão, hum Navio de L.^a carregado de negros de Angolla, hum pequeno das Ilhas, q' vinha com mantim.^{tos} p.^a a Collonia e outras duas embarçaçoens q' fazião negocio no Rio de Sam Franc.^o q' sahirão em terra duz-^{tos} homens a titulo de levantados, eq' despoes se tinham recolhido já às Naos cento, e vinte em virtude de algum ajuste, p.^{lo} q' tinham ficado alguns officiais e o primeiro Pilloto de de refens.

Com a individuação desta noticia, dentro de três horas, se determinou o nosso Cor.^l Comand.^{to} em não perder esta occasião, e se fez à vella levando consigo as fragatas, Ondas e, Lampadoza, e chegamos a di.^{ta} Ilha a 15 do mez, porem a fortuna q' acompanha aos inimigos, os livrou agora da sua total ruina, aq' já tinha aberta a porte, a sublevação da gente na Nao do Cabo, aq.^l reprezarão em terra o seu Cap.^m Ten.^{to} e o Pilloto mór q' os tinham hido socegar : e p.^{lo} seu resgate foi precizado o Cabo, adar todos os prizioneiros Portugueses excepto os do Navio dos negros, na duvida de lhe se julgada em Castelo, boa preza e a 16 de Fevr.^o se fizerão a vella para Buenos Aires aonde os prometeo levar pelo Canal do Sul, hum Pilloto Genovez.

A 23 dod.^{to} despoes de fazermos agoa e lenha, nos fizemos á vella com as fragatas Victoria e Lampadoza para o Rio da

Pratta e as Ondas p.^a o Rio de Janr.^o por necessitar de reparo, ficando o Mestre de Campo Andre Ribr.^o p.^a passar ao Rio Gr.de com hum corpo de Tropas a encorporar-se com o Brigadr.^o Joseph. da Silva Paes.

Logo q' sahimos dad.^a Ilha de S.^{ta} Catherina, nos começarão a contrariar os ventos de sorte q' começou a fragata Lampadoza a experimentar gr.^{de} ruina na proa, porem declarando-se huma furiosa tormenta de vento sudoest aos 4 de Abril na altura do Rio Gr.^{de} q' nos obrigou a dar-lhe a popa, se achou ad.^{ta} fragata tão arruinado, q' pedindo ao Cor.^l lhe mandasse a sua maestração, p.^a lhe fazerem vestoria e vêr se lhe podião dar algum remedio, remédio, estes juntos com os da mesma fragata declararão não lhe achar algum, emq.^{to} andasse no mar, porque tinha a curva do papa moscas partida com as mais do Beque, e q' corria grande risco a sua mastreação, oq' ouvido pelo nosso Cor.^l Comand.^{te}, disse ao Cavallr.^o Joseph. de Vasc.^{os} q' já q' onão podia acompanhar, p.^{lo} deploravel estado emq' a fragata se achava, se recolhesse ao Rio de Janr.^o.

Divididas as duas fragatas Victoria e Lampadosa, a primr.^a chegou ao Rio da Pratta com grande trabalho, a 11 do d.^{to} mez, e se encorporou com as duas Conceição e Arrabida q' tinham ficado de frente de Monte Video p.^a cobrirem os socorros da Collonia, e a segunda entrou no Rio de Janr.^o a 17 e immediatam.^{te} mandou o Gen.^{al} Gomes Freire de Andr.^{de} toda a maestraça daq.^l porto p.^a q' se lhe fizesse todo o concerto preciso p.^a voltar com amayor brevid.^o, a encorporar-se com a Esquadra ; porem não se podendo este vencer, e chegando hum aviso do Gover.^{or} da Collonia ao d.^{to} Gen.^{al} q' aq.^{la} praça se achava quasi sitiada, por mar e por terra porq' se tinham encorporado as duas Naos inimigas, q' tinham sahido da Ilha de S.^{ta} Catherina com as q' se achavão já na Barragana, eq' todas quatro tinham tomado posto defrente da Collonia, ordenou ao Comand.^e Joseph de Vasc.^{os} q' montasse a fragata Ondas, por se achar gravem.^{to} enfermo. oseo Cap.tm de mar e guerra, eq' em sua companhia levasse a fragata Nazaret, q' tinha vindo da d.^{ta} praça por falta de amarração, comendada p.^{lo} Cap.tm de mar e guerra, (e q' em sua companhia levasse a fragata Nazaret q' tinha vindo) digo, comandada pelo Cap.tm de mar e guerra, Ant.^o Carlos Per.^a de Souza, e outras embarcaçoens de transporte

tanto p.^a o Rio da Pratta, como p.^a o Gr.^{do} de Sam Pedro e estas se devião deixar na Ilha de S.^{ta} Catherina com os dragoens q' nelas hião embarcados, governados p.^{lo} seu Sarg.^{to} mor M.^{el} de Barros Guedes, p.^a passarem ao d.^{to} Rio.

Aos 25 de Mayo se fizerão as duas fragatas á vella com as mais embarcaçoens, e deixando, na dita Ilha as q' pertencião ao Rio G.^{do} forão buscar oda Pratta, porem sobrevierão-lhe tão gr.^{des} e repetidos temporais porq' era na força do Inverno q' na noute de 14 de Julho se separarão a fragata Nazaret e as duas Galleras, e ficou só a fragata Ondas, aq.^l ainda q' maltratada, foi buscar o Rio da Pratta, e a 27 do d.^{to} mez avistou o Cabo de S.^{ta} M.^a e hum Bergantim, q' vinha da Collonia, oq.^l disse q' viera mandado p.^{lo} seo govr.^{or} com cartas p.^a o Comand.^{to} da Esquadra, eq' a não achara já no Rio, q' obrigado de hum temporal o desembarcara, eq' havia dezassete dias q' andava na dilligencia de se recolher a Collonia, q' ainda o não podera conseguir : o Comand.^{to} Joseph de Vasconcellos lhe deo ordem p.^a q' no cazo, q' embocasse prim.^o o Rio o esperasse nas Serras do Maldonado, e o mandou prover de comestível, agoa e lenha, deq' elle m.^{to} necessitava.

Dous dias se conservou o Bergantim com a fragata Ondas, e sobrevindo despoes gr.^{des} serraçoens e ventos arrebatados, e contr.^{os} p.^a cometer o Rio, se achou o d.^{to} Comand.^{to} obrigado a for-sejar p.^a se conservar, em ordem ase encorporar com a d.^{ta} fragata Nazareth, e com as duas Galleras p.^a comboyar huma, e outras, the o Banco, q' era a ordem q' tinha, porq' a sua fragata por estar m.^{to} alquebrada não podia passar a Collonia, esó se devia conservar com a Esquadra, e cazo q' a não achasse no d.^{to} Rio, voltar p.^a ode Janr.^o e finalm.^{te} despoes de prezistir trinta e dous dias no Parçel, com o mayor cuidado e dezassossego, q' se pode considerar, andando por fundo de 14 the 25 brassas, echegando diversas vezes the as faldas do baixo do Inglez, vendo q' não aparecia nenhuma das conservas, e achando-se a sobred.^{ta} fragata totalm.^{te} estroncada, em.^{to} arruinada na popa, fazendo bastante agoa, p.^{la} alheta de bombordo, e faltando-lhe todo o genero de mantim.^{tos}, de sorte, que se não dava senão a quarta parte da reção, q' da 24 horas, se resolveo o d.^{to} Comand.^{to} Joseph de Vasc.^{cius} ahir buscar a Ilha de S.^{ta} Catherina, e nesta derrota se experimentarão tão repetidos temporais q' pozerão a fragata em gr.^{do} perigo,

e so lhe derão lugar a entrar, na dita Ilha, a 8 de Setembro onde achou a fragata Nazaret, e huma das Galleras, q' ally se tinham conservado p.^a se repararem, e o seu Cap.^m de mar, e guerra, Ant.^o Carlos entregou logo ao d.^{to} Comand.^{te} as cartas q' tinham chegado do Gen.^{al} Gomes Freire de Andr.^a, e outras, q' tinham vindo por hum Hyate do Governador da Collonia, q' derão bastante cuidados, porq' as do d.^{to} Gen.^{al} ordenavão, q. no caso, q' se achasse, onde volta, ou arribado aq.^{la} Ilha se conservasse nella, esperando o Coronel Comand.^{te} da Esquadra que tinha chegado ao Rio de Janeiro, com as fragatas Arrabida, e Conceição, tam destrossado q' so largou o Rio da Pratta, quando se vio totalm.^{te} falta de amarras e em evidente perigo de dar á costa, porem q' se preparava o voltar p.^a o d.^{to} Rio, na melhor forma q' era possivel, e as do Governador da Collonia expunha a gr.^{de} aflicção, e necessid.^e q' a Praça experimentava de mantim.^{tos} e pedia com gr.^{de} instancia se lhe remetessem todos, osq' ouvesse, ainda q' fosse com algum risco, porq' ao presente não considerava outro, q' a Nao inimiga, e hum pataxo, q' se achavão na enseada de Monte Video, porq' as quatro Naos, q' tinham vindo sobre a Collonia, se achavão já recolhidas na Barragana.

Com o motivo destes avizos, chamou o Command.^{te} Joseph. de Vasconcellos a Conselho o Cap.^m de mar, e guerra da Fragata Nazaret, e todos os officiais de Pattente de duas fragatas e lendo-lhe as sobred.^{tas} cartas, propôz se devia hir â dita fragata Nazaret com os mantim.^{tos} q' pudesse levar^a p.^a Collonia ou se havia de esperar pela Esquadra q' devia vir do Rio de Janr.^o, todos votarão uniformem.^{te}, q' visto achar-se a praça da Collonia em tão g.^{de} vexação p.^{la} falta de mantimentos, como certificava o seo gov.^{or} Ant.^o Pedro de Vasc.^{los} q' era mais conveniente ao serviço de S. Mag.^e, hir ad.^a fragata, socorrer a Praça, levando em sua companhia o Hyate p.^a lhe servir de Guarda anemada, se dentro em seis dias não chegasse a nossa Esquadra, sem embargo das ordens do Gen.^{al} Gomes Freire de Andr.^a, porq' elle não podia prevenir este novo incidente, deq' não tinha noticia alguma : e p.^a q' a fragata Nazaret levasse maior quantid.^e de provisoes, se mandarão baldear, asq' estavão na d.^{ta} Galera, por não estar capaz de hir p.^a o Rio da Pratta, e se mandou de avizo ao de Janr.^o, não só p.^a inteirar ao d.^{to} Gen.^{al} doq' se passava na Collonia, e da rezol-

lução q' se tinha tomado, mas tãobem da chegada da fragata a aq.^{1o} porto, do estado emq' se achava, eda falta de mantimentos q' se experimentavão, sem os quaes não podia sahir da d.^{ta} Ilha, porq' p.^a allimentar a sua guarnição foi necessr.^o obrigar toças as Canoas, atrazer todo o peixe, q' pescassem a bordo, por não haver nella nenhum genero de comestivel, p.^a poder subsistir e com efeito aos 15 dod.^{to} mez, se fez á vella ad.^{ta} Gallera p.^a o Rio de Janr.^o e a 29 a fragata Nazaret, com o Hyate p.^a a Collonia por não ter podido sahir com mais antecipação, por causa dos ventos contr.^{os}.

A 10 de Outubro recebeo o dito Command.^{to} Joseph de Vasc.^{1os} ordem do Gen.^{al} Gomes Freire, e mantimentos para se recolher com a sua fragata ao Rio de Janr.^o, e a noticia de se haver ajuntado huma suspenção de armas entre a nossa Corte e a de Castella, oq' fez suspender a hida da Esquadra p.^a o Rio da Prata, e todas as Naos de guerra, se repartirão por varios portos p.^a comboyarem as frotas.

Desta sorte se finallizou esta guerra q' não foi amais violenta p.^{1os} combates, sempre se deve repontas pela mais trabalhosa, q' há muitos tempos tem havido por mar ; nella se fez admirar a nossa constancia, não só p.^{1os} naturais e inimigos, mas tambem por duas Naos Inglezas que prezenciarão huma pequena parte das nossas fadigas, porq' sobrevindo-lhe hum dos ordindr.^{os} tempos, q' temos experimentado de fronte de Monte Video deixou huma no primr.^o dia a carga, e outra no seg.^{do} e se fizerão a vella, dizendo aos guardas q' la tinhamos, q' elles não erão barbaros, eq' não querião encontrar naq'^{1as} prayas oseu dia de juizo.

Sette para outo mezes nos conservamos no Rio da Pratta, ou p.^a melhor dizer no inferno, sem se conhecerem senão seis dias de bonança, todos os mais foram acompanhados de furiosos ventos, rapidas correntes, soberbissimos mares, e infinitos Rayos, todas as Naos garrarão huma e duas legoas, com duas e tres ancoras no fundo, e se este não fora tão solto, seria mais eminente o perigo, porq' com mayor facilidade, arrebentaria as amarras.

Cento e dezoito vezes se arriarão e levarão acima os mastareos, vergas e ancoras, quarenta e sette dado fundo, e não sei como os braços tão cheyos de sangrias, e sarjas resistirão a tão rude e continuo trabalho ; chegou a ter a Nao Victoria noventa e

cinco doentes, a Conceição duz.^{tos}, e a Lampadoza cento e outenta, e as outras não tanto porq' tiverão menos tempo de Trabalho, e se os nossos progressos não corresponderam em tudo aos nossos desejos, ninguém poderá duvidar, q' sempre ficarão com grande crédito as nossas armas, porq' com a Esquadra, se conservou a Praça da Colonia, segurado os seus socorros, se evitou hum novo sitio, batemos aos inimigos, encantonamos as suas Naos e se atemorizarão as suas Tropas, estabelecendo-nos e fortificando-nos no Rio Gr.^{de} de Sam. Pedro, e Serro de Sam Miguel, ese não se tentou attacar a Praça de Monte Video, não foi por falta de zello de valor, e de sciencia militar, mas sim p.^{ta} disposição do lugar, e da de Tropas proporcionadas, como se tem visto.